

UFCG

UFCG

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

UFCG

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

Gilberto Magalhães da Rocha

UFCG

CG

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

ABRIL DE 1994

UFCG

UFCG

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

GILBERTO MAGALHÃES DA ROCHA

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

Tese apresentada à Universidade Federal da Paraíba como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia com Área de Concentração em Sociologia Rural.

Orientador: Jurandir Antonio Xavier
Co-orientador: Severino José de Lima

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

ABRIL DE 1994

GILBERTO MAGALHÃES DA ROCHA

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

Aprovada em: ___/___/1994

Jurandir Antonio Xavier
Presidente da Banca

Deolinda Maria Ramalho

Severino José de Lima

Maria da Guia Santos Gareis

UFCG

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
MARÇO DE 1994

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

DEDICO

À minha companheira, Maria
Cristina, e a meus filhos,
Henrique e Ricardo, por todos os
momentos que com eles não pude
estar durante a realização deste
trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, que sempre soube dar a necessária atenção aos primeiros anos de minha vida escolar, pelo seu exemplo de caráter e retidão.

Ao professor Jurandir Antônio Xavier, a quem devo muito por ter aceito o compromisso de ser o meu orientador. Já nos primeiros contatos no curso de pós-graduação pude perceber a força de sua inteligência e a grande pessoa humana que ele é. Sua permanente dedicação à causa educativa, sua cativante maneira de tratar o aluno e seu brilhantismo intelectual ficarão marcados, definitivamente, em minha memória. Por tudo isso, o meu mais sincero agradecimento ao professor Jurandir.

Ao meu grande amigo Severino José de Lima, meu co-orientador, uma gratidão especial. Companheiro de todas as horas, sempre esteve presente nos momentos mais difíceis, dando-me o ânimo e o encorajamento de que necessitava. Com ele consegui, não só discutir muitos problemas enfrentados neste estudo, no próprio curso de pós-graduação, mas, sobretudo, partilhar do que há de melhor numa sincera amizade. A sua influência em todo o trabalho é notória. Além disso, nas discussões teóricas a sua presença se fez mais destacada. Dotado de uma acuidade teórica invulgar, sem deixar de se preocupar com as questões essencialmente práticas, sem dúvida alguma, um dos que mais colaborou para a realização deste estudo. Ao Severino, o meu muito obrigado.

À professora Maria da Guia Gareis, essa extraordinária pessoa humana e outra grande companheira, agradeço as sugestões inteligentes às primeiras versões do projeto.

À professora Norma Montalvo de Soler, pela sua dedicação nos momento iniciais do estudo.

À professora Deolinda Maria Ramalho de Souza, pelos valiosos comentários, sempre com muita competência e inegável senso crítico.

À professora Ghislaine Duque, coordenadora da Curso de Mestrado em Sociologia, pelas suas oportunas sugestões quando da organização gráfica do trabalho e pela tradução do resumo em língua francesa.

À professora Maria do Socorro Burity Dialectarquiz, a quem devo a revisão de português.

A Joãozinho e Vera, funcionários do Mestrado, pelos seus excelentes serviços prestados a mim e pelo carinho que a mim devotaram durante a realização do curso.

Aos colegas da EMBRAPA sede, particularmente ao Cyro Mascarenhas e João Batista, cuja colaboração foi extremamente valiosa para realização deste curso de pós-graduação.

Finalmente, ao CNPq, que me forneceu a bolsa de estudos e a todos aqueles que, mesmo não tendo sido citados, contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

Este trabalho é uma contribuição para compreensão de um fenômeno ideológico particular, a teoria da modernização da agricultura, circunscrita à realidade brasileira.

Segundo a perspectiva teórica adotada fizemos uma revisão da leitura sobre o que os autores chamam de ideologia da modernização, mostrando suas contribuições e limites, pretendendo avançar mais na sua compreensão. Enfatizamos os antecedentes da teoria, ou seja, a genealogia das várias correntes sociológicas que convergem para a constituição de uma teoria da modernização, nas contribuições de seus principais representantes, os clássicos e neoclássicos, bem como os contemporâneos. As suas contribuições foram vistas como arcabouços teóricos ideologicamente construídos, além disso, dedicamos uma atenção especial aos principais autores e a seus diferentes enfoques que mais influenciaram os processos de modernização da agricultura brasileira.

RESUMÉ

Ce travail veut contribuer à comprendre un phénomène idéologique particulier: la théorie de la modernisation de l'agriculture, circonscrite à la réalité brésilienne. Selon la perspective théorique adoptée, nous avons revu la bibliographie relative à ce que les auteurs appellent l'idéologie de la modernisation, montrant ses contributions et limites, dans l'intention d'avancer dans sa compréhension. Nous soulignons les précédents de la théorie, c'est à dire la généalogie des différents courants sociologiques qui convergent vers la constitution d'une théorie de la modernisation, dans les contributions de ses principaux représentants, classiques et néo-classiques aussi bien que contemporains. Leurs contributions ont été vues comme fondements théoriques construits idéologiquement. En outre, nous avons consacré spécialement notre attention sur les principaux auteurs et leurs différents points de vues qui ont le plus influencé les processus de modernisation de l'agriculture brésilienne.

750

SUMÁRIO

PÁGINA

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	1
1.1 - Pertinência do estudo	1
1.2 - O problema e sua contextualização.....	3
1.3 - Objetivos do estudo.....	11
1.4 - Escolha de um quadro teórico de referência.....	12
1.5 - Problemas metodológicos.....	14
1.6 - Contribuições possíveis e plano de trabalho.....	16
CAPÍTULO II - REVISÃO TEÓRICA SOBRE A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO.....	18
CAPÍTULO III - REFERENCIAL TEÓRICO E PARÂMETROS DE ANÁLISE.....	36
3.1 - Uma introdução necessária.....	36
3.2 - Ideologia, ciência e tecnologia.....	37
3.3 - Alguns aspectos sobre os mecanismos de produção da ideologia.....	55
3.4 - Parâmetros de análise.....	59
* CAPÍTULO IV - GENEALOGIA DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO.....	71
4.1 - Introdução.....	71
4.2 - Bases histórico-sociais de constituição da teoria da modernização e seus critérios de verdade.....	73
4.3 - A teoria da modernização e suas bases clássicas e neoclássicas.....	89
4.4 - A teoria da modernização: bases contemporâneas.....	114
CAPÍTULO V - A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.....	152
5.1 - Introdução.....	152
5.2 - Teoria da modernização agrícola e "Revolução Verde".....	162
5.3 - A teoria da modernização agrícola e seus ideólogos.....	196

	PÁGINA
CAPÍTULO VI - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	286
6.1 - Preâmbulo.....	286
6.2 - A ideologia da modernização e a agricultura brasileira.....	287
BIBLIOGRAFIA.....	298

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 - Pertinência do estudo

As transformações recentes da agricultura brasileira têm sido a preocupação de vários estudiosos e pesquisadores no vasto campo das ciências sociais.

As pesquisas, nesse campo de estudos, vão desde as que se preocupam com a compreensão de fenômenos particulares na área dos impactos econômico-sociais, como o processo de "subordinação" dos camponeses "integrados" até o chamado complexo agroindustrial, passando por aquelas interessadas nos conflitos sociais rurais e outros aspectos da questão agrária, indo até aquelas que estudam a natureza do Estado capitalista e a sua intervenção na agricultura.

No campo da intervenção do Estado, na agricultura, tem-se dado ênfase à chamada modernização conservadora, seja do ponto de vista de seus impactos sociais e ecológicos, seja com relação a sua natureza.

A crítica à chamada modernização conservadora em geral desenha e justifica um outro projeto alternativo de política agrária e agrícola voltado para reformar a estrutura agrária vista como concentrada e excludente e direcionar os investimentos

públicos em benefício de milhares de sem-terras, de uma massa enorme de camponeses arruinados e de uma outra grande quantidade de bóias-frias que vegetam nas periferias de cidades e rodovias.

Entretanto, mesmo os estudos que tratam mais, especificamente, quer da natureza da intervenção do Estado quer da própria natureza da penetração do grande capital na agricultura, não percebem a complexidade das relações entre o Estado e as grandes empresas multinacionais, do processo de acumulação em escala internacional, nem a sua reprodução a nível do país.

Estudos recentes, fora da esfera acadêmica e mais localizados no âmbito das Organizações Não-Governamentais, movidos pela idéia de "crise global", têm procurado desmascarar tais relações e desmistificar seus modelos supostamente racionais que escondem interesses, pondo em risco a vida no planeta e, sobretudo, nas populações do hemisfério Sul, subordinando-os a processos de desagregação social conformando verdadeiro "apartheid social" em escala mundial.

Entretanto, ante a crise de paradigmas, de projetos e utopias que incorporam uma certa lógica racionalizante da ciência e da técnica e de certa forma, lhe deram estatuto de mito, se faz necessário uma crítica mais profunda dos pressupostos epistemológicos da teoria que deram forma e conteúdo ao chamado processo de modernização da agricultura.

Os fundamentos teóricos que têm sustentado a modernização não foram ainda devidamente analisados ou

desmistificados pelos críticos de tais modelos, que sob o preposto de descrever, compreender e medir seus resultados e impactos, terminaram por incorporar a própria mistificação de tal modernização.

1.2 - O problema e sua contextualização

Passando por diversas revoluções técnicas e científicas, a humanidade colocou à disposição do capital um imenso acúmulo de conhecimentos técnicos e científicos necessários ao desenvolvimento de novos processos, de produtos e de sua incorporação à produção social. Esse acúmulo de intervenções e inovações pode ser periodizado em três grandes momentos do processo de acumulação do capital: os antecedentes, que desencadearam a revolução industrial do século XVIII e início do século XIX (A tecnologia das máquinas e processos movidos a vapor); a Primeira Guerra Mundial (guerra dos químicos) que inova a indústria bélica baseada nos gases mortíferos e suas conseqüências posteriores na produção social, e, notadamente, na produção agrícola; a Segunda Guerra Mundial (guerra dos físicos) que desencadeou um processo de inovações científicas e tecnológicas os quais embasaram o último ciclo de acumulação em escala internacional.¹

¹ Sobre esta discussão ver: LIMA (1983) *Modernização Tardia e Desigual*. Tese de Mestrado - UFPB. C. Grande-Pb.

Nesse percurso da história, a ciência foi substituindo o conhecimento empírico na produção e esta se tornando um objeto da atividade científica. Em conseqüência, e isto é preponderante, depois da segunda guerra, a empresa capitalista submete a atividade científica no seu interior, para convertê-la numa fração do capital. Assim, a atividade científica foi monopolizada e transformada em luta inter-empresarial, inter-capital e segredo de Estado.

O monopólio de processos e produtos tecnológicos tem sido a base de lucro e sobrelucro para o capital, tornando-o, então, objeto de planificação, já que as pesquisas científica e tecnológicas e, principalmente, as de seus produtos finais são uma etapa essencial do ciclo de acumulação do capital.

Neste contexto, o Estado se torna necessário para centralizar (mobilizar recursos), coordenar (interesses das diversas frações do capital envolvido) e assegurar, portanto, um processo de geração, inovação e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Assim, segundo Theotônio dos Santos², a empresa capitalista, subsidiada pelo Estado, dedica-se fundamentalmente ao desenvolvimento final dos produtos e à pesquisa agrícola, o que pressupõe o controle final dos produtos e o monopólio do mercado, fonte dos chamados sobrelucros tecnológicos.

Os centros estatais de pesquisa se concentram em pesquisas aplicadas de interesse social e militar e as

² Sobre este debate ver: SANTOS, Theotônio dos. *Produção científico-técnica e a acumulação do capital*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 11.

universidades se especializaram na pesquisa básica e aplicada de maior alcance a longo prazo.

Ora, se as transformações desencadeadas na economia e na sociedade em escala mundial, após a Segunda Guerra, processaram as transformações ocorridas na economia brasileira e, mais especificamente, na agricultura. Era de se esperar que a transnacionalização da economia e da agricultura, em particular, ocorrida nos últimos vinte anos, significasse um movimento de rearranjos e reestruturação do Estado brasileiro (e até de um novo regime político), para dar suporte ao processo de internacionalização do capital e sua reprodução social no país.

Levando-se em consideração as especificidades do Brasil, aquela nova divisão social da atividade científica que ocorreu e se consolidou nos países industrializados do hemisfério norte foi reproduzida no Brasil. Assim, a pesquisa científica e, particularmente, a pesquisa agropecuária terá que responder aos interesses dos grupos mais dinâmicos da economia e, notadamente, destes com relação à agricultura aberta às multinacionais pelo governo brasileiro.

Engendram-se vários acordos bilaterais de cooperação técnica e científica de divisa, abertura e reserva de mercados, de preços, de onde sai o Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária (SCPA), centralizado por uma empresa estatal, a EMBRAPA, criada oficialmente em 1972.

Inicialmente, caberia a EMPRESA, entre outros objetivos, treinar pesquisadores e inovadores de alto nível em instituições de pesquisa internacional, para gerar competência interna, de

forma a possibilitar a transferência de tecnologia dos grandes centros de pesquisa e geração de tecnologias, já que havia um grande acúmulo de inovações químicas, mecânicas e biológicas determinadas pelos conhecimentos genéticos, químicos e mecânicos daqueles grandes centros internacionais.

Nos anos 50 e 60 o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agrícola era voltado para a pesquisa interdisciplinar, básica e experimental, de forma a controlar as vicissitudes da natureza e apoiar o fomento das atividades direcionadas para expansão da agricultura e para abertura de novas fronteiras agrícolas coordenadas com o processo de industrialização e urbanização. Hoje aquele Departamento, bem como os institutos agrônômicos regionais, estações experimentais e campos de fomento agrícola deixaram de representar os interesses do processo de acumulação do capital, desencadeado no período do "milagre brasileiro", por força das empresas e conglomerados internacionais. A agricultura brasileira, que foi fonte de lucro e sobrelucro para o capital em geral, e, notadamente, urbano-industrial sob a égide do capital mercante, do capital industrial, ou das duas forças com preponderância da última, agora é "pilhada" e sob a hegemonia do capital financeiro. O Estado, portanto, é requerido para intervir e centralizar o chamado processo de transferência e adaptação; geração e difusão de processos e produtos científicos e tecnológicos e de colocar à disposição do capital um amplo acúmulo de tecnologias necessárias a aumentar a produtividade na agricultura.

No contexto do "Brasil Potência", o desenvolvimento tecnológico teria, naquele estágio, o mesmo papel dinamizador e modernizador que teve na emergência do processo de industrialização, do pós-guerra, na agricultura dos países desenvolvidos.³ Se como aponta Lessa⁴, dá-se ênfase a capacidade de engenharia nacional em bens de capital e insumos básicos, reforça-se a área de transporte e energia e dar-se ênfase ao acordo nuclear com a Alemanha, o Estado, associado ou não ao grande capital nacional e internacional, coloca à disposição do capital em geral as condições básicas e infra-estruturais para a entrada do capital na agricultura, uma vez que o complexo agropecuário seria uma "área não estratégica" aberta ao capital estrangeiro de forma a aumentar a transferência, em ritmo e em quantidade de valor gerado, na agricultura, para os setores mais dinâmicos da economia nacional e internacional.

A principal crítica oficial ao antigo paradigma de pesquisa agropecuária é a sua distância em relação à agricultura e à indústria. O que hoje se propõe é a "modernização" da pesquisa, transformando, assim, o pesquisador num vendedor, num homem atento à demanda atual.

Esse tipo de pesquisador requerido pelas novas exigências do capital urbano-industrial com relação à agricultura irá corresponder às necessidades de "centralização" da pesquisa agropecuária através da EMBRAPA e do Sistema

³ Brasil. Presidência da República, Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

⁴ *Estratégia de desenvolvimento - 1974-1976, Sonho e fracasso*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Tese Prof. Titular.

Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, envolvendo as universidades nacionais e estrangeiras, centros internacionais de pesquisa, centros nacionais de produtos, centros regionais de recursos e unidades de pesquisa de âmbito estadual (UEPAEs), além de empresas e institutos de pesquisa na órbita dos governos estaduais, houve o "empresariamento" da pesquisa agropecuária de forma a corresponder a uma moderna economia de mercado, comandada pelos interesses do grande capital internacional reproduzidos e coordenados no âmbito do Estado.

Se agora a forma de "pilhagem" da agricultura, pelo capital em geral é comandada, preponderantemente, pelo capital industrial-financeiro, tendenciando um empobrecimento crônico da agricultura, caberá, então, a intervenção do Estado para fazer retornar à agricultura, em geral, a parcela da mais-valia social, revertendo essa tendência.

O Estado passa, então, a colocar à disposição do capital, a infra-estrutura básica, em termos de estradas, armazéns e energia; financia o próprio investimento privado no aumento da produtividade, beneficiando, desta forma, as indústrias insumos e máquinas agrícolas, enquanto assume o ônus e os riscos de geração de tecnologia de produtos e processos, além da pesquisa básica, de média e longa maturação, de forma a produzir um amplo acúmulo de inovações tecnológicas requeridas pelo chamado processo de modernização. Essas tecnologias são colocadas à disposição das empresas processadoras de insumos e bens de capital para a agricultura, para as empresas e conglomerados processadores de alimentos e matérias-primas ou,

diretamente, à disposição dos produtores rurais com o concurso da assistência técnica pública e privada, incluindo as multinacionais.

É claro que um empreendimento desta ordem, fundado em acordos bilaterais, promoveria impactos econômicos, sociais e políticos desejáveis/indesejáveis numa formação histórico-social como a brasileira, cuja agricultura não considerada estratégica para a "segurança nacional", careceria de um suporte ideológico que justificasse os impactos previsíveis e não previsíveis coadunados com a ideologia do "Brasil Potência".

Importa-se e difunde-se a ideologia da modernização da sociologia norte-americana, especificamente, nos estudos de difusão de inovações tidas como idéia, prática ou objeto percebido como novo por um indivíduo, conforme os estudos de ROGERS sobre difusão de tecnologia, no meio rural, difundida a partir dos anos 60 a qual teve grande impacto sobre as políticas de comunicação e desenvolvimento.

Ora, se as próprias inovações tecnológicas são apresentadas por estes agentes como "modernas", "boas" e "mais eficientes", essas inovações são portadoras da própria ideologia transmuta-se assim, em sujeito, portadora de uma racionalidade modernizante e entra no senso comum institucionalizando-se. É tanto que penetrou nos meios acadêmicos e universitários, tornando-se linguagem, mesmo dos críticos da "ordem" de todos os matizes e enfoques.

Essa ideologia da modernização é irmã de uma outra ideologia que vai justificar o novo paradigma organizacional-

institucional, pesquisa agropecuária sob um comando único, centralizador de todas as entidades usuárias dos recursos governamentais, para quaisquer fins, vinculadas à pesquisa científica e tecnológica agropecuária: a EMBRAPA. Desta forma, o novo paradigma teve como mãe a Fundação Ford e como genitor, principalmente, o economista Edward Schuh⁵, ideólogo a nível do país, da pesquisa e da formação de recursos humanos dentro de uma estratégia de racionalização de gastos, de forma a organizar grupos de pesquisadores que trabalham numa mesma cultura específica, objetivando o aumento do nível de eficiência de um determinado produto, de forma a se articular com os centros internacionais de pesquisa por produto, já voltados para atender às demandas atuais das grandes indústrias processadoras de alimentos, associadas àquelas dedicadas à produção de insumos e bens de capital para agricultura. Assim surge a ideologia organizacional do chamado Setor Público Agrícola, espírito da racionalidade de seu modelo, com a finalidade de centralizar a política agrícola em todo território nacional, deixando de organizar, por exemplo, a pesquisa por área de conhecimento. Reforça também a pesquisa por produto dentro de uma perspectiva de "sistema de produção" que define "pacotes tecnológicos" de modernos insumos químicos, biológicos e mecânicos de forma a otimizar ganhos e reduzir

⁵ Para a crítica ver SCHUH. Algumas observações sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 26 (4): 204-26, Out./Dez. 1972.

perdas nas atividades de plantio, cultivo e colheita de cada produto.

Foram, portanto, colocadas essas questões, na tentativa de se mostrar a importância que assumem a ciência e a tecnologia, e, notadamente, a pesquisa agropecuária, no desenvolvimento e consolidação da chamada modernização conservadora no país cujos impactos econômicos e sociais fez a questão agrária retornar ao cenário político. O próprio modelo convencional de tecnologia de base química está sendo questionado até nos chamados países desenvolvidos atuais. Abre-se assim, uma conjuntura de difícil transição, que aponta para a necessidade de fazer a crítica dos pressupostos que deram suporte de ideologia de tal modelo.

1.3 - Objetivos do estudo

O estudo abordará a chamada teoria da Modernização como ideologia do Setor Público Agrícola, erigido a uma espécie de braço de um Estado-Demiurgo, para conduzir a política agrícola, supostamente, acima da sociedade, das classes, de processos e grupos de interesses conflitantes, bem como, de processos históricos concretos.

Trata-se de uma releitura da chamada modernização conservadora enquanto ideologia. Esta, nos últimos anos, foi massificada e erigida ao estatuto de mito redentor das populações do chamado terceiro mundo, ameaçadas pela pobreza

e pela fome crônica. A produção e reprodução da modernização e de seus atuais sucedâneos modernizantes será tratada à luz da desmistificação ideológica de seus pressupostos teóricos racionalizantes assentados no cientificismo e tecnicismo.

1.4 - Escolha de um quadro teórico de referência

O quadro teórico que dá suporte analítico ao presente trabalho foi escolhido porque permite fornecer instrumentos para estudar a teoria da modernização como fenômeno ideológico. Particularmente, o sistema teórico que dá suporte à modernização da agricultura brasileira é visto não só como justificador de interesses, articulador de aspectos essenciais da realidade, exorcizador de antagonismos e contradições, simplificador do sentido de fenômenos complexos, redutor do irreduzível, globalizador do particular, mas, sobretudo como teoria ideologicamente construída que se sustenta em fórmulas técnicas, em conceitos, leis e argumentações científicas. Apresenta-se assim com certa racionalidade e coerência que reproduzem no pensamento o movimento dos fenômenos concretos.

Dentro de certos limites, portanto, tal sistema, apresenta-se e difunde-se como critério de verdade científica pelo alcance concreto de seus meios, fins e resultados postulados e racionalmente projetados. Daí, certamente, o fetiche e a crença a

sua cientificidade obscurecendo seus limites e suas distorções a nível teórico e prático.

A nossa abordagem, neste trabalho, deriva-se pois de uma perspectiva marxiana que toma a ideologia como sistema teórico que repousa sobre princípios, critérios, instrumentais e argumentações científicas.

Esta nossa perspectiva teórica é denominada de visão mais restrita da ideologia em Marx, ideologia que aparece como uma certa problemática construída e sistematizada, como uma certa visão de mundo subjacente a um sistema teórico. Esta perspectiva teórica enfatiza os limites e distorções epistemológicas de um arcabouço teórico lógico e ideologicamente construído, porque socialmente condicionado, por ser o processo de produção que "manda" no homem e não este no processo de produção, o sujeito torna-se coisa e a coisa transmuta-se, em sujeito.

Em Marx, a "Crítica da Economia Política" é uma crítica de ideologia não no sentido de seus pressupostos ideológicos (embora o faça) mas sobretudo na localização e delimitação de uma estrutura fundamental de consciência da sociedade que se expressa no fetiche mercantil. A partir disto, foi possível, portanto, fazer a crítica das distorções, ilogismos, conceitos arranjados, racionalizações, generalizações, desvios e mecanismos que tornaram a ciência, particularmente, a economia política, uma propaganda de interesses da classe dominante e uma exegese de sua justificação.

Este trabalho vislumbra uma concepção teórica na compreensão da modernização da agricultura como fenômeno ideológico embora a modernização seja vista como processo e como ideologia será enfatizada esta última dimensão com vista à crítica aos conteúdos e instrumentos que lhe dão corpo e solidez de teoria científica, que por sua vez, se materializa na produção social como realidade prática e comanda-a. Os seus efeitos na estrutura produtiva já foram analisados por uma grande constelação de economistas, cientistas sociais e outros autores nacionais e estrangeiros preocupados com as transformações modernizações na agricultura brasileira em particular. Os conceitos básicos para análise neste trabalho estão devidamente apresentados no capítulo III. São eles: ciência, tecnologia, ideologia, trabalhando-se definições, relações e reciprocidades.

1.5 - Problemas metodológicos

Ao nos definirmos pela realização deste trabalho, depois de uma certa carga de leitura, tínhamos já consciência do difícil labirinto que íamos percorrer, já que o estudo dos fenômenos ideológicos é campo de "fogo cruzado", de escolhas (ideológicas), de confusões, de paradoxos de ambigüidades.

Parafraseando Fernandes, os temas de natureza metodológica são os mais ingratos e difíceis. No nosso trabalho nos deparamos não só com multiplicidade de aspectos e pistas exploradas, mas também, com problemas não resolvidos sobre os

fenômenos sociológicos. Tomamos consciência das dificuldades de aplicar os métodos das ciências sociais a si próprias sem incorrer em danos e erros, maiores do que aqueles que encetamos em reparar.

Finalmente, depois de tantas leituras e leituras de leituras, teríamos que dar ênfase à estrutura teórica da chamada teoria da modernização, para verificarmos os seus limites e distorções, já que na ênfase interpretativa a ideologia é imanente à própria interpretação, embora tenha que ontologizá-la como fenômeno histórico-social e exprimir o ideário subjacente ao seu arcabouço lógico-conceitual amplamente difundido. Aqui, está a dialética explicação/interpretação como instâncias inclusivas, recíprocas e cambiantes na análise científica dos fenômenos ideológicos. A partir da indagação de como se produz a ideologia em condições histórico-sociais precisas e cambiantes, procura-se neste trabalho dar ênfase a estrutura lógica da chamada teoria da modernização, ao nível das interpretações de seus resultados. Daí, a difícil tarefa que nos desafia neste trabalho, ou seja, buscar a verdade das inverdades de uma verdade que possui mais métodos que resultados: o sistema teórico chamado de modernização da agricultura.

1.6 - Contribuições possíveis e plano de trabalho

Consideramos este trabalho uma contribuição na compreensão de um fenômeno ideológico particular, a teoria da modernização da agricultura circunscrita à realidade brasileira.

Este primeiro capítulo geral expõe o problema, os objetivos e os limites do trabalho. No segundo capítulo faz-se uma revisão da literatura sobre o que os autores chamam de ideologia da modernização, enfatizando-se suas contribuições e limites que pretendemos superar no sentido de se avançar mais na sua compreensão. O terceiro capítulo expõe os conceitos básicos e parâmetros a serem usados na análise da teoria da modernização.

O quarto capítulo focaliza os antecedentes da teoria da modernização agrícola. Especificamente, analisaremos a genealogia das várias correntes sociológicas que convergem para a constituição de uma teoria da modernização, enfatizando as contribuições de seus principais representantes, tanto os clássicos e neoclássicos, bem como, os contemporâneos. As suas contribuições são vistas como arcabouços teóricos ideologicamente construídos.

No quinto capítulo enfocamos a chamada teoria da modernização agrícola, não somente como suporte ideológico da internacionalização do "pacote tecnológico" da Revolução Verde, mas também, como sistema teórico ideologicamente construído em sua própria lógica interna, ou seja, em seus próprios pressupostos epistemológicos. Aqui, analisaremos os

principais autores, em seus diferentes enfoques, que mais influenciaram os processos de modernização da agricultura brasileira, ou seja, a internacionalização no país da transnacionalização do "pacote tecnológico" e a ideologia que lhe é subjacente.

Nas conclusões apresentaremos uma síntese geral do que denominamos - Ideologia da Modernização - e tentamos projetar a sua crise como resultado, e não como sistema teórico logicamente construído e que apresenta as virtudes de adaptação de enfoques às estruturas histórico-sociais cambiantes, dados os mecanismos e parâmetros lógicos de distorções e afastamento do concreto, como síntese de múltiplas determinações. Neste sentido faz projeção, racionalização, rearranjo, conceitos e muda sobretudo planos de análises para outro, estabelecendo correlações, proposições, leis e esquemas que se projetam em conclusões válidas já que estão ancoradas numa certa sociologia que se autodenomina como essencialmente prática. Finalizando **nas** conclusões apontamos temas e problemáticas que possivelmente avançariam para além e quem sabe para aquém, o nosso campo de análise dos fenômenos ideológicos como sistema teórico logicamente construído, fabricado.

CAPÍTULO II

REVISÃO TEÓRICA SOBRE A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

Neste capítulo, nos restringimos a revisão da literatura que estuda a modernização como fenômeno ideológico, ou seja, trata de uma ideologia de modernização da agricultura brasileira. Por outro lado, constatamos uma vasta literatura que associa a modernização da agricultura ao mito da "revolução verde"; ou denuncia o caráter ideológico desta modernização, como estrutura de poder e de interesses que a envolvem, e/ou ainda, sob a denominação de modernização conservadora, para denunciar a sua natureza ideológica pelo fato de deixar intactas as estruturas sociais arcaicas, perversas, concentradoras, excludentes, e até, reforçá-las. Em geral estes trabalhos denunciam o caráter ideológico da modernização pela natureza política de seus impactos sociais.

Optamos por começar por autores que embora se refiram diretamente a uma ideologia da modernização não se propõem analisar o "aparelho" científico-racional que lhe dá sustentação ideológica.

MARTINE e BESKOW (1987) analisam o que chamam de ideologia da modernização conservadora se referindo ao modelo

e aos instrumentos de política do Governo Militar. Para eles, esta política teve como meta a aceleração do processo de internacionalização e, em consequência, do processo de industrialização. Longe de buscarem a análise dos modelos teóricos que lhes dão sustentação ideológica e base científico-racional. Os autores citados associam ideologia da modernização ao mito da "revolução verde", cujo pacote tecnológico universalizou-se pelos chamados países do Terceiro Mundo, com a crença de alcançarem os padrões modernos dos países desenvolvidos. Assim:

"O Brasil não estava sozinho na sua visão de um mundo novo para agricultura. O pacote tecnológico da chamada 'revolução verde' composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos - prometia viabilizar a modernização de qualquer país acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais. Por esta via muitos pretendiam alcançar rapidamente a auto-suficiência alimentar e a produção de um excedente agrícola negociável no mercado externo, iniciando assim uma espiral ascendente de realimentação da economia que repercutiria positivamente em todos os setores. Era a promessa mais concreta de que seria possível saltar o abismo tecnológico e sócio-econômico que os separa dos países desenvolvidos."(MARTINE et alli, 1987: 10)

Associando a ideologia da modernização ao adjetivo conservador, os autores (longe de uma discussão semântica), passam a analisar essa ideologia pelos impactos sociais, e mesmo ecológicos, o que já se esperava, pois o tempo histórico-

social que separava os países ditos atrasados e os países ditos desenvolvidos, bem como suas agriculturas, era um problema apenas técnico que exigiria soluções técnicas e bastante pragmáticas.

Assim, pela análise dos impactos sociais, os autores em epígrafe, mostram a fragilidade do pacote tecnológico e a impossibilidade da "Revolução Verde" realizar suas promessas de chegar ao desenvolvimento igualitário, através do progresso técnico, sem que passe por profundas transformações, a própria estrutura da sociedade.

Por seu turno, a "Revolução Verde", enquanto pacote tecnológico, é criticada quanto a natureza político-ideológica, por ter, beneficiado, apenas, segmentos limitados da sociedade. Desta forma:

"O pacote tecnológico e a forma de associá-lo não são neutros, a delimitação política é primordial na sua montagem e implementação. No modelo de modernização conservadora do Governo Militar, não se pode negar a coerência entre o estilo de desenvolvimento e o papel da agricultura. O problema não está na coerência do modelo senão na propriedade de sua decisão implícita quanto a delimitação dos beneficiários do progresso técnico."
(MARTINE e BOSKOW, 1987: 262-3)

Os autores, entretanto, falam de arcabouço teórico e pragmático do "pacote tecnológico", e comentam que aqueles que se formaram com base nele não levaram em consideração questões, que, aparentemente, técnicas referentes à adequação

da modernização agrícola acabavam sendo subordinadas a considerações de natureza política. Porém, não explicitam como as questões técnicas são imperativos políticos nem o modelo teórico subjacente a tal modernização, muito menos, a base teórico-científica de formação de seus agentes.

AGUIAR (1986: 15), entende modernização como ideologia e como processo, como processo, a modernização traduz, sobretudo, a inserção da agricultura no sistema produtivo mundial; como ideologia, reflete os conteúdos e os objetivos da intervenção política, e, especificamente, do sistema nacional de Pesquisa Agropecuária centralizado pela EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária cuja constituição é possível ser deduzida, segundo o autor, do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional.

Como os autores anteriores, AGUIAR não explicita a ideologia como modelo teórico construído, passando a contextualizar as condições estruturais do processo de acumulação do capital, para compreender a natureza da intervenção do Estado na modernização da agricultura. A partir deles, o autor, em foco, associa a ideologia às concepções do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Para ele, o caráter ideológico desta política estaria na proposta técnico-metodológica de geração e difusão de tecnologia assentada na montagem do pacote tecnológico, que está preocupado em abrir ou seja, desnudar o seu conteúdo ideológico. Entretanto, a abertura do pacote se prende a análise de seus impactos, como

fez também MARTINE et alli, já referido, entretanto, o autor fala indiretamente do componente tecnicista do Sistema EMBRAPA, preocupado, porém, em obter soluções práticas. Mas, quem fornece subsídios para o Sistema mediar a sua intervenção com a sociedade? O autor não resolve a modernização como ideologia, fala de ideologia enquanto políticas públicas mas sem analisar o arcabouço teórico que embasa estas políticas.

Isto posto, poderíamos afirmar que a lógica estrutural vigente, numa teoria, só pode ocorrer nos moldes da lógica estrutural vigente, da sociedade, e, possivelmente, não existe uma política sem uma teoria que lhe seja subjacente, que lhe dê certa racionalidade e justificação, que expressem, mesmo enviezada, a lógica estrutural de dada sociedade.

Estas proposições teóricas de uma ideologia particular subjacente a uma política pública, não anula a ideologia geral que se universaliza e justifica um regime político que a implementa, como a ideologia desenvolvimentista do Regime Militar que alimentou, entre outros, o mito do Brasil Potência. Esta ideologia, como a particular da modernização tratavam de modificar os indivíduos e não a sociedade, com suas contradições e antagonismos, e isto, certamente, não pôde se dá, a medida em que os antagonismos entre o todo social e os grupos de interesses puderam, de certa forma, ser neutralizados pela tal ideologia desenvolvimentista dos Governos Militares. Todas as questões do agro brasileiro, sob este regime, resumiu-se em ativar o desenvolvimento da agricultura, para reduzir ou

eliminar a defasagem tecnológica entre o Brasil e os países que produziram o "pacote tecnológico".

Assim em AGUIAR (1986), a modernização como ideologia e, especificamente como conteúdos e objetivos de políticas públicas aparece no plano descritivo, não podendo entre outras coisas, desnudar o arcabouço teórico que lhes dá sustentação, supostamente, científica cujos pressupostos sustentam o Estado em seu papel de sujeito do processo modernizador, por ser a sua ação a que deve canalizar os grupos de interesses assim como sua integração ao processo dito de desenvolvimento.

Isto por seu turno, pressupõe que as contradições entre modernização e atraso são de natureza meramente técnica; portanto, as soluções devem ser técnicas. As diferenças entre os países de agricultura atrasada e os de agricultura moderna se reduzem ao tempo tecnológico, e não a diferenças histórico-sociais, cabendo a instrumentalidade e à difusão do "pacote tecnológico" resolver as defasagens técnicas com soluções práticas que exigiam, por sua vez, uma concepção técnico-metodológica de efeito-demonstração. Não haveria, finalmente, no tal modelo contradições entre modernização e atraso da agricultura, no sentido de que os grupos hegemônicos integrados pela ação do Estado, devessem calcar e efetivar seus interesses na própria existência de uma agricultura atrasada e dos grupos sociais subalternos que nela garantem sua sobrevivência. Tratava de integrá-los à "receita milagrosa" dos "pacotes

tecnológicos", que pelo seu conteúdo neutro beneficiariam indiretamente e diretamente a todos.

Os dois autores discutidos apresentam em comum a ideologia da modernização como uma concepção tecnicista instrumentalizada no "pacote tecnológico" difundido nos países chamados subdesenvolvidos, para superar o hiato que os separa dos países chamados desenvolvidos. Entretanto, o próprio conceito de pacote tecnológico, uma espécie de caixa preta, pressupõe, independentemente, dos fundamentos metodológicos que acompanham a sua difusão (e talvez, pela sua existência, como fala THIOLENT, que discutiremos mais adiante), uma racionalização de ordem científica que os autores discutidos anteriormente não explicitaram, ainda que isto não fosse objeto de suas intenções.

Dito isto, passaremos a analisar os autores que para as intenções de nosso estudo avançam na compreensão da modernização como fenômeno ideológico.

MARTINS (1975: 23) vê, no que chama de ideologia da modernização, uma significação enquanto concepção que adota valores urbanos em negação aos valores e práticas do campo. Esta negação dá-se através de esteriótipos do tipo caipira e se apresenta em graus variáveis tanto nos diagnósticos dos técnicos sobre a sociedade agrária, quanto nos diagnósticos implícitos na atuação dos agentes da modernização.

O autor mostra que o reducionismo sociológico entre duas realidades opostas, o tradicionalismo (atraso) do campo e o modernismo (progresso) da cidade não se aplica à sociedade

brasileira que expressa uma clara integração entre o rural e o urbano como um todo articulado e indissociável.

Embora se refira a valorização do "moderno" e do urbano contra o tradicional na sociologia brasileira, não analisa o arcabouço teórico que, possivelmente, sustenta tais diagnósticos auferindo-lhes estatuto científico, já que segundo CARDOSO (1969: 07-09) "o saber científico começa quando identifica e limita a ideologia como forma de explicação e retoma os problemas que ela encobre para torná-los proposições a serem examinadas pelo discurso e análise científicos".

Entretanto, (MARTINS) define ideologia como representação, ao se referir aos estereótipos de caipira contrapostos pelos valores urbanos sobre a sociedade agrária nos diagnósticos dos agentes da modernização. Assim:

"Não são novos os diagnósticos sobre o problema do nosso atraso rural e nem são novas as soluções que lhes são apontadas. Diagnósticos e soluções compõem na verdade, o mesmo universo que gera o problema, e por isto mesmo, constituem dados relevantes para sua compreensão, já que estamos diante de uma representação." (MARTINS, 1975: 15)

MARTINS parece querer destacar a relação entre ideologia e estrutura social; entre valores e determinações históricas, já que face a ideologia de cunho urbano-industrial, segundo ele, a modernização material, social e cultural do empreendimento agrário sofre restrições do próprio funcionamento da economia brasileira que configura,

funcionalmente, uma economia do tipo colonial. A própria política econômica do Governo a partir de 37 estava pautada em preocupações industrialistas que só veio legalizar as condições não-capitalistas do empreendimento agrário, não permitindo alterar as relações de produção e a constituição de características empresariais no comportamento dos produtos. Assim:

"É preciso notar que o populismo, ideologia política, a partir de então configurada, corresponde as expectativas da população de situação urbana, em processo de urbanização, isto é, está diretamente comprometido com o crescimento e o desenvolvimento de uma economia industrial e urbana." (MARTINS, 1975: 24)

A hegemonia dos grupos e alianças do mundo urbano-industrial e sua expressão política no Estado e na ideologia populista, só fizeram manter a estrutura colonial de circulação de mercadorias, restringindo os custos de produção e fazendo, segundo o autor, com que no setor agrário se acumulassem os riscos e a irracionalidade da sociedade capitalista. A sociedade agrária, neste sentido, foi incorporada funcionalmente ao processo de industrialização do país e na constituição de uma economia nacional, mantendo padrões atrasados de agricultura, favorecendo a manutenção de custos de produção em patamares condizentes com preços agrícolas que, por sua vez, favoreciam a redução da parcela do capital industrial reservado a remuneração da mão-de-obra urbana industrial.

Aqui MARTINS (1975: 24-26), trata o ideário industrialista como principal componente da ideologia populista hegemonizando prática e projetos heterônomos e ambíguos das várias classes e frações de classes do pacto populista, oscilando quanto aos interesses do mundo rural.

Ora, sabe-se que nenhuma classe pode produzir uma ideologia, um sistema de representações dotado de aparente universalidade e impô-lo ao conjunto de uma sociedade. Isto só foi possível de ser conseguido, possivelmente, com o Estado assumindo o papel de "sujeito histórico", promovendo em particular, uma modernização da agricultura que viesse beneficiar o processo de industrialização. E, assim, se constituindo, a agricultura, num mercado de insumos e máquinas modernos e ao mesmo tempo mantendo os níveis baixos de reprodução da força de trabalho urbana. Neste sentido, a modernização foi contraditoriamente invocada para superar o atraso da agricultura como fator limitante do desenvolvimento industrial.

Assim, segundo o autor, a modernização é compreendida como modificação da cultura material das populações rurais entendida como abandono de práticas rotineiras e instrumentos "arcaicos", com a conseqüente adoção de técnicas modernas. Embora os técnicos da modernização percebam a incongruência entre preços agrícolas e os custos dos insumos industrializados, optam por soluções protecionistas de fixação de preços destes insumos, afastando qualquer hipótese de uma política econômica global que considere indissolúvel a relação entre o rural e o

urbano. A ideologia da modernização, nestes termos, ao mistificar os valores urbanos como, supostamente, modernos e superiores aos do mundo rural, justifica, acoberta e promove a constituição do campo como mercado de insumos e torna os produtores rurais meros consumidores destes.

Nestes termos, segundo MARTINS (1975: 26), os diagnósticos técnicos refluem para a modernização das "mentalidades", favorecendo a adoção de práticas e insumos modernos, centra-se no plano da cultura, ressaltando atributos ao homem do campo como obstáculo à modernização. Diversas publicações, periódicas e avulsas, destinadas a este homem do campo, usam linguagem própria do homem urbano e referem-se a modernização do campo sem seu aliado principal: o capital e sua reprodução. Aqui, a ideologia aparece no sentido do campo concebido pela cidade, como realidade a parte na qual o homem rural é tido como resistente à mudança, ignorante, analfabeto, etc. em oposição às virtudes atribuídas ao homem urbano. Ideologia da modernização também aparece aqui no sentido de apelação (ALTHUSSER), já que o discurso dos técnicos e das agências estatais, de tal modernização, apelam para a adoção de fatores urbanos, externos e estranhos aos valores e as práticas do mundo rural, como supostamente superiores (valorização da cultura material urbana) e que denotam melhor nível de vida e de êxito pessoal.

Por seu termo, (MARTINS, 1975: 31), mostra a simbolização como aspecto da ideologia da modernização, já que:

"A máquina, mas do que o adubo, o inseticida, o espaçamento racional, a semente selecionada, é o símbolo da modernização como a vê o homem rural que não raciocina em termos de capital investido, mas sim em termos de aspirações urbanas de conforto e consumo ostensivo. Ele é mais sensível a valorização de técnicas e vê com verdadeiro deslumbramento os aparelhos que lhe são exibidos diretamente ou através de folhetos coloridos".

Aqui, a tecnologia da modernização, como mercadoria, tem o fetiche mercantil e está, diretamente, ligada ao modo de produção que a engendra; ela tem valor de uso e valor de troca; é mercadoria e fator de produção. Como mercadoria é móvel e sua circulação está intimamente ligada a sua expansão, enquanto mercado de insumos e máquinas que se constitui em força material da ideologia cujos objetivos teleológicos são a subordinação do campo pela cidade no plano da cultura material e simbólica, pressuposto e suporte da dominação na esfera da economia. Assim, a tecnologia, como relação, engloba ao mesmo tempo relações econômicas (formas de exploração) e relações político-ideológicas (modos de dominação social). Assim, a produção de mercadorias e de ideologias fazem parte de um mesmo processo, que é também, circulação e reprodução dos pressupostos da produção da totalidade social.

Cabe reter aqui que ao falar da ideologia da modernização, MARTINS se refere ao campo como sendo subordinado à cidade, depreciando os valores e práticas do mundo rural em favor da adoção de valores urbanos. Mas fala também da valorização do moderno contra o tradicional na

sociologia brasileira, não explicitando qual ou quais modelos teóricos dão sustentação a ideologia da modernização, de forma a fazer a crítica de seus arranjos conceituais, de seus pressupostos e argumentações científicas.

THIOLLENT (1984) em "Anotações Críticas sobre a Difusão de Tecnologias e Ideologia da Modernização" aponta diversas críticas subjacentes à ideologia difusionista que privilegia questões de persuasão e recepção de uso de técnicas e não a problematização das condições de sua criação e uso. Analisa a ideologia da modernização enquanto marco teórico-conceitual que lhe é subjacente e presente, particularmente, nos trabalhos de ROGERS. Como MARTINS mostra que esta ideologia não é mera ilusão, pois ela acompanha a extensão das práticas capitalistas do campo e é divulgada por diferentes categorias de agências e agentes atuando no campo.

"... tanto em Iowa quanto na Índia ou no Brasil, o mundo rural é visto, principalmente, como um mundo composto de indivíduos estatisticamente distribuídos em cinco categorias: inovadores, adotantes adiantados, majoridade adiantada, majoridade atrasada e retardatários. Esta distribuição remete a uma oposição genérica entre os indivíduos modernos (adiantados) e os tradicionais (atrasados). Trata-se de uma representação do mundo rural sem classes. O único "conflito" reconhecido é uma oposição entre o moderno versus o tradicional que, aos poucos, pode ser superada pela difusão do modernismo por intermédio de diferentes canais de comunicação. A ideologia da modernização entende promover valores e atitudes positivas associadas à moderna tecnologia,

ciência, racionalidade, cosmopolitismo e empatia"
(THIOLLENT, 1984: 46).

A ideologia da modernização é para THIOLLENT, aparentemente, neutra a respeito dos efeitos negativos de certas técnicas, pois as inovações são tidas como coisa nova, sem uma problematização do real. Todo edifício teórico de concepção rogeriana é construído como concepção dos países desenvolvidos proposta aos países do chamado Terceiro Mundo cuja inspiração está presente em PARSONS, e outros teóricos funcionalistas norte-americanos:

"No caso da concepção de modernismo e de tradicionalismo adotada por ROGERS podemos examinar, em particular a falsa neutralidade do estudo das normas sociais. De categoria de análise, tais normas passam a ser verdadeiras normas de conduta, aceitas sem relativismo cultural. As normas de modernismo remetem a orientação favorável à mudança, à valorização do desenvolvimento tecnológico, do método científico, da racionalidade, do cosmopolitismo e da empatia. As normas de tradicionalismo são opostos de cada um dos seus aspectos considerados por ROGERS e cuja tipologia é inspirada principalmente em PARSONS, REDFIELD e WEBER"
(THIOLLENT, 1989: 48).

Estes aspectos de oposição tradicional e moderno, MARTINS, supracitado, critica, analisando em 1966, a realidade da modernização e do problema agrário de São Paulo, mostrando que a irracionalidade, por exemplo, do homem do campo, não pode só ser vista como faceta da cultura, mas envolve as

condições de existência do homem rural e as condições singulares de acumulação do capital na economia brasileira.

Por seu termo, THIOLENT limitando a ideologia, como forma de explicação da realidade, analisa os problemas normativos que a encobre e examina as suas possibilidades de análise científica, mostrando que tais critérios exclusivos do edifício teórico rogeriano com base na tipologia da sociologia funcionalista, não podem compor uma análise objetiva e neutra da realidade social, reduzindo, no pior dos casos, a uma avaliação com base em critérios normativos, inclusive de caráter arbitrário que, por sua vez, supõe escolhas portanto, critérios valorativos. Assim, as normas que compõem o edifício teórico que repousa na oposição modernismo versus tradicionalismo, podem ser mais ou menos ideologicamente justificado, não como análise científica, mas como numa análise calcada em normas (e valores) que compõem uma determinada visão de mundo. Neste sentido THIOLENT faz as seguintes objeções a tal edifício teórico de ideologia da modernização:

"A avaliação não deve ser confundida com análise. É apenas a projeção de uma escala de normas (ou valores) que são definidas dentro de uma "cosmovisão" própria a uma sociedade mais "desenvolvida" e em particular, a uma grupo social privilegiado. As "descrições" obtidas a partir de tal quadro são, de fato, avaliativas e suas categorias são normatizadas dentro de uma forma estranha de vida a das populações alvo de inovações. As pesquisas nas quais são confundidas o normativo e o descritivo não possuem a objetividade e a neutralidade que os pesquisadores empiristas pretendem alcançar. Estes

acabam considerando as normas não como objeto de análise e sim como escala de preferência ou julgamento de pessoas e das situações investigadas. O que os levam a estudar as populações não como o são e sim como deveriam ser, de acordo com o ideal do modernismo ocidental, não universalmente aceito. As normas de modernismo estão inseridas em discursos cuja realidade designada não é necessariamente o que se pretende. Sua significação está muito relacionada com o contexto dos discursos, socialmente situados. Tal localização é importante para evitar formas de absolutização na "descrição" do moderno e do tradicional" (THIOLENT, 1984: 49).

Ao se transcrever todo este parágrafo, conhecido como imenso, para destacar a análise das distorções ideológicas dos conceitos e métodos da teoria rogeriana, embora tendo um "fundo de realidade", como qualifica THIOLENT, suas descrições "avaliativas" de modernismo e tradicionalismo repousam na crença de manifestação de manipulação meramente técnica do mundo.

Desta forma, a análise das distorções, ilogismo e valorizações de um determinado "sistema teórico" que se reivindica científico-racional, sobretudo no campo das ciências sociais, deve mostrar o risco de criar mitos sobre as possibilidades técnicas de mudanças sociais, bem como, de utilizar quadros de referência e normas científicas (e científicos aqui no sentido de que é sancionado pela comunidade científica) que não encontra apoio nas situações de vida que ele experimenta e nas estruturas sociais que deseja explicar.

"Nestas circunstâncias, malogra a teoria sair do labirinto ideológico e se encontra como nova filha de Mimos - desamparada pelo pensamento criador que não vê como entender um mundo que aparentemente não tem destino próprio, pois é neste outro que, até certo ponto, o determina; que não vislumbra, em consequência, possibilidades de uma ciência se não quando referida à teoria das estruturas que determinam o subdesenvolvimento, mas que ao mesmo tempo descobre que os conceitos e teorias que emanam de situações vividas pelos países centrais têm validade apenas parcial para explicar os países da "periferia" (CARDOSO, 1969: 10-11)

Tal citação de CARDOSO nos pareceu conveniente em nosso trabalho, por ter validade interpretativa para o caso modernismo versus tradicionalismo, já que o paradigma de explicação funcionalista fabricou a crença de racionalização das mudanças das sociedades atrasadas induzidas pelas sociedades adiantadas, isto é, à sua imagem e semelhança. Este reducionismo sociológico próprio das teorias do desenvolvimento se difundiu universalmente a partir dos anos 50, como explicação cientificamente válida e sancionada pela comunidade acadêmica, embora não imune à crítica de suas distorções ideológicas e ilogismos de seu "edifício" teórico-metodológico.

Finalmente, cabe-nos firmar: ainda que THIOLENT tenha avançado na explicação da ideologia da modernização como paradigma, cientificamente, sancionado, limitou-se apenas a uma derivação da teoria funcionalista, embora embase um dos aspectos, talvez, o mais importante da ideologia da

modernização - a difusão e seus agentes, não deu conta de outros aspectos da modernização e de seus conteúdos ideológicos - produção, transferência, adaptação e inovação, e mais, particularmente, do que nos interessa neste trabalho - o "edifício" teórico da sociologia funcionalista e suas derivações, bem como, de outras contribuições que convergem para a constituição de uma teoria da modernização. Entendemos que embora tenha um núcleo científico-racional, tal "edifício" teórico apresenta distorções ideológicas que colocam em xeque as suas pretensões de albergar critérios de verdade, argumentações válidas e um arcabouço conceitual universalmente aceitos. É isto o que nos desafia e o que pretendemos realizar nos capítulos seguintes deste trabalho.

CAPÍTULO III

REFERENCIAL TEÓRICO E PARÂMETROS DE ANÁLISE

3.1 - Uma introdução necessária

Após leituras, não poucas, sobre ciência e os problemas epistemológicos que a envolvem; sobre tecnologia e suas ambigüidades conceituais; sobre modernização e as diferentes abordagens, como processo, além de divergentes significados como conceito, entre outras problemáticas atinentes ao nosso estudo, resolvemos trabalhar um quadro referencial de análise que albergasse uma visão interpretativa da ideologia e suas relações com o conhecimento, ciência e tecnologia.

A isto, trabalhado na primeira parte deste capítulo, segue uma segunda parte que trata aspectos de produção da ideologia e que estabelece parâmetros para análise de uma "ideologia particular"⁶. No nosso caso, a ideologia da modernização da agricultura, dentro dos quais os conceitos tratados na parte

⁶ Para Lauro CAMPOS, 32 os desvios e ilogismos internos, presentes na construção da "ideologia particular", têm de ter uma lógica própria, ou seja, se utiliza de mecanismos especiais, determináveis, que preparam e deformam o objeto de análise, arranjam os conceitos e organizam os erros internos a fim de que a aparência lógica do sistema teórico seja alcançado.

anterior fazem sentido e dão significação aos capítulos seguintes.

3.2 - Ideologia, ciência e tecnologia

O conceito de ideologia não vem de MARX: segundo LEFEBVRE (1979, "o termo 'ideologia' vem de uma escola filosófica (empirista e sensualista com uma tendência ao materialismo), influente e importante da França, do fim do século XVIII e início do XIX. Para os filósofos dessa escola (DESTUTT DE TRACY), existe uma ciência das idéias, isto é, dos conceitos abstratos, que estuda sua gênese e pode reconstituí-la, integralmente, a partir das sensações. Esta ciência das idéias chama-se ideologia e os filósofos que professaram essa doutrina, ideólogos".

Entretanto, podemos sublinhar que o problema da gênese das ideologias apoia-se freqüentemente sobre uma argumentação científica. Daí, a pertinência de se indagar por que as ideologias repousam geralmente sobre uma interpretação realista ou de explicações, elas mesmas, distantes do real. Talvez por essa razão, a ideologia tenha-se tornado uma questão tão contraditória, e se constituído um labirinto cheio de paradoxos, de ambigüidades, de mal-entendidos.

Porém, a necessidade de exorcizar a ideologia das pretensas argumentações científicas é tão forte, que os profetas que assinalam o fim das ideologias se apóiam num

evolucionismo científico que durante o século XVIII e XIX anunciou o fim das religiões e a emergência do cientificismo.

Por seu turno, agora tais profetas surgem para decretar o fim de toda filosofia, pois o discurso seria capaz, por si só, de anunciar todas as verdades. "A ciência, afirma LE DANTEC - um dos vulgarizadores franceses do materialismo biológico - não guarda traço algum de sua origem humana, ela tem um valor absoluto. E é por isso que Le Dantec se proclama cientificamente" (JAPIASSU, 1979: 119).

O cientificismo, enquanto atitude intelectual, se difundiu como crença demasiada no poder da razão científica, entretanto, a sua crença positiva na razão rejeitava tudo que fosse irracional, subjetivo ou não humano. Se para COMTE a filosofia podia ser uma espécie de consciência da ciência, uma espécie de segunda leitura e de estabelecimento das aquisições do saber, para o cientificismo, só pode haver ciência sem consciência, ou seja, uma ciência capaz de absorver a própria consciência, tornando-a completamente inútil. Neste sentido, a ciência é capaz de fornecer certezas definitivas sobre uma realidade que não tem necessidade de ser considerada como uma realidade humana. As raízes desta epistemologia positivista da ciência está em COMTE. A sua doutrina sobre a ciência define o terreno e estabelece a possibilidade da emergência de um certo cientificismo. HEGEL ao conceber a ciência do "entendimento com o tal" formula-a de um modo que se aproxima bastante da concepção positivista da ciência. Em ambos, está a ênfase aos primados da razão sobre a natureza e o ser humano. Em HEGEL

a razão, o pensamento, é motor da vida real. Trata-se pois, de interpretar, explicar, descrever e legitimar a realidade como racional: tudo que é real é racional e tudo que é racional é real.

Foi a partir de HEGEL e, particularmente, da crítica que MARX faz ao idealismo alemão que o conceito de ideologia se ampliou, ganhando novo sentido.

Em "A Ideologia Alemã", ideologia é equivalente a ilusões, se refere a consciência deformada da realidade, as idéias aparecem como motor da vida real. Nesta obra, reforçando, ideologia é uma espécie de especulação metafísica idealista que esconde a realidade. Não muito diferente, LEFEBVRE afirma que a ideologia se reduz, pois, a uma representação irreal da história. Toda ideologia, seria um conjunto de erros, de ilusão, de mistificação explicáveis a partir daquilo que ela deforma e transpõe (MARX, 1979: 49).

Entretanto, para MARX, parece existir um certo princípio, que parte inicialmente das relações de interesses com um fundamento na propriedade, que diz o seguinte: "sobre as diferentes formas de propriedades, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes" (MARX, 1851: 224).

Assim para MARX existe uma relação entre ideologia e classes sociais. LÖWY (1991) neste sentido, fala que em "O Dezoito Brumário", parece haver um conceito mais significativo

de ideologia, quando MARX explicita o termo "as visões de mundo da pequena burguesia". Este termo expressa ideologia como uma certa problemática, como certa maneira de pensar, um conjunto orgânico de idéias que é sistematizado na forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado por representantes políticos ou literários de classes sociais. MARX não só faz referência aos representantes políticos e literários de classe, como também de representantes científicos (LÖWY, 1991). O que os torna representantes da classe é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente, impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam.

Portanto, aqui, tem-se um conceito de ideologia mais amplo que vislumbra uma certa dialética entre ciência e visão de mundo, ciência e superestrutura ideológica, ciência e ideologia. Este significado da ideologia nos faz pensar na legitimação de idéias, de vontades e de conhecimentos que desenham projetos que se redundam em luta de classes, nas correlações de forças políticas entre classes que se enfrentam mediadas pela afirmação de determinados interesses, vontades e projetos políticos que respaldam, por sua vez, no conhecimento, para produzir consciência, ou seja, ideologia.

Se MARX vislumbra uma certa relação entre conhecimento e vontade (de realizar interesses) na produção e

legitimação de um projeto de classe, "os economistas são os representantes científicos da classe burguesa: enquanto o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para se constituir como classe e, conseqüentemente, a sua própria luta com a burguesia não tem ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas ainda não estiverem bastante desenvolvidas, no seio mesmo da burguesia, para precipitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova. Estes teóricos são, apenas, utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora (MARX, 1985: 118-19).

Portanto, ciência e representação científica de classe é uma relação não contraditória. É possível, pois, fazer ciência a partir de uma relação dialética entre ciência e representação de classe. MARX ainda que concebendo a ciência como produto histórico das relações sociais de produção, não deixa de considerar, também, o seu papel emancipatório. Assim, ao se contrapor o idealismo de HEGEL, denuncia-se o caráter alienado do pensamento teórico e abstrato, jogando os intelectuais na arena política: "os filósofos buscavam interpretar o mundo, mas tratava-se de transformá-lo" (MARX, 1980).

Ora, se a ciência da história, representa a sua função revolucionária, é pois ela que, desvinculada da ideologia dominante, deve facilitar à classe operária o real conhecimento de sua condição de explorada para que possa lutar pela superação dessa situação. O conhecimento, assim, não é apenas

a influência da ideologia dominante, mas também é constituído em uma força para mudar. Sem dúvida, "a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, a força material não pode ser abatida senão pela força material, mas a teoria, desde que ela se apodere das massas, também se torna uma força material" (MARX e ENGELS, 1873: 105).

Neste sentido, a ideologia aparece como realidade prática ou prático-sensível como diria GRAMSCI. Nele, a superação do culto à razão, ao pensamento, ao conceito, foi realizado, colocando a ação como categoria fundamental da filosofia. Só não basta interpretar o mundo mas é preciso transformá-lo, é para o homem que a ação humana é algo prático, fundamental e é o mundo humano que a filosofia deverá transformar. Vejamos como GRAMSCI constitui a sua contribuição neste sentido.

Assim, "GRAMSCI inteiramente envolvido na tarefa de elaborar uma ontologia da práxis política, examina o conhecimento em sua relação direta com a práxis, ou seja, enquanto conhecimento implícito em toda ação humana, da mais simples à mais complexa. Embora, alguns aspectos do idealismo hegeliano esteja presente, no pensamento do autor, ele avança certas determinações bastante significativas para o esclarecimento ontológico - social da relação entre conhecimento e política, entre consciência e práxis política. Além disso, essa relação - que transforma todo conhecimento (inclusive o científico) em ideologia - é importante para uma justa compreensão tanto da práxis política em geral quanto da própria ideologia como realidade prática" (COUTINHO, 1981).

Neste sentido, a ontologia materialista da práxis política - que é a máxima contribuição de GRAMSCI ao desenvolvimento teórico filosófico do marxismo não seria completo sem uma teoria da ideologia. Para GRAMSCI, a ideologia é uma unidade entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela. Essa ideologia que permeia uma concepção do mundo político leva a uma compreensão de que todo homem é filósofo, ou seja, todo homem manifesta em sua ação - através de sua linguagem, de seu senso comum, de suas crenças, uma concepção de mundo etc. (...) Sem isso, o homem não poderia agir.

"A tarefa da filosofia da práxis, enquanto ideologia superior, coerente e orgânica, é realizar uma crítica dessas concepções de mundo contraditório, marcado por elementos 'egoísticos passionais', corporativistas; é promover uma reforma intelectual e ética (moral); que difunda entre as massas uma nova cultura, superior, radical laica imanentista, que contribua para formar em torno do proletariado - tornado classe hegemônica e nacional - um novo 'bloco histórico', capaz de empreender a transformação radical da sociedade. Se a ideologia é decisiva na orientação prática dos homens, então a crítica ideológica - a batalha cultural - torna-se um momento decisivo na luta para agregar 'vontade coletiva' nacional-popular, luta para superar uma velha realização de hegemonia e criar nova" (COUTINHO, 1981: 83-4).

Portanto, para GRAMSCI a ideologia - a concepção do mundo - é algo que transcende o conhecimento que articula diretamente com a prática política. Além disso, na sua visão a

ideologia contrasta com os fragmentos da vida cotidiana, por exemplo, senso comum e folclore, as condições que permitem realizar uma universalização é a passagem "catártica" (limpeza) do momento "egoístico-passional" (corporativo) para o momento "ético-político" (hegemônico-universal).

GRAMSCI, não analisa a ideologia de um ponto de vista estritamente gnosiológico, ou seja, como falsa consciência em contradição com a consciência adequada (ciência). Analisa-a como real, fato ontológico que altera e modifica a vida humana mesmo quando seus conteúdos cognoscitivos não correspondem adequadamente à reprodução da realidade, basta pensar nos aspectos sobre a religião e sobre as ideologias populares.

"É em função do peso ontológico, e não do seu conteúdo de verdade, que GRAMSCI distingue as ideologias entre si: há, em primeiro lugar, o que ele chama de 'ideologias arbitrárias', individuais ou de pequenos grupos, artificiais, 'inventadas', que são de breve duração e têm pouca incidência sobre o real; e, em segundo lugar, temos as ideologias orgânicas, que dão expressão às aspirações de grandes correntes históricas, de classes e grupos com vocação hegemônica e com capacidade de se tornarem classes nacionais, as quais atravessam inteiras épocas históricas e movem ação de grandes massas humanas. A 'filosofia da práxis', o marxismo, seria precisamente uma ideologia desse segundo tipo; a sua validade histórica, ocuparia todo o período que nos separa da 'sociedade regulada', do comunismo, isto é, todo o período em que ainda existisse contradições antagônicas" (COUTINHO, 1981: 85).

Essa ideologia, percebida como realidade ontológico-social é a que mais se aproxima de MARX distanciando-se das posições economicistas que negam ou minimizam o papel das ideologias nas transformações sociais: é só pensar naquela famosa frase de MARX: "a teoria se transforma em poder material tão logo se apodera das massas".⁷

Por outro lado, GRAMSCI viu também que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contendo a "catarse" como momento potencial ou efetivo. Viu também, corretamente - que toda forma de conhecimento humano, a medida em que se orienta direta ou indiretamente para a práxis, é influenciada também pela tecnologia, contém em maior ou menor grau componentes de tipo tecnologia (de síntese teoria-tecnologia-práxis); e vice-versa, que toda forma de práxis, em particular de teoria-tecnologia, transformadora, requer e articula necessariamente elementos de conhecimento. Além disso, para GRAMSCI, a consciência humana não é um mero epifenômeno, mas, sob a forma de ideologia, um elemento ontologicamente determinante do ser social e a compreensão disso constitui um dos momentos mais importantes da sua concepção antieconomicista - as suas contribuições são pertinentes e fecundas no campo da ontologia do ser social, bem como, para o entendimento da ideologia e sua relação como conhecimento.

Para GRAMSCI é necessário distinguir as ideologias historicamente orgânicas necessárias a uma certa estrutura, das

⁷ MARX, K. "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução", ed. brasiliense. In: Temas de Ciências Humanas, São Paulo, 1977, vol.2, p. 8.

ideologias arbitrárias, racionalizantes, "queridas". Na primeira distinção, a ideologia tem a validade de formar o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição e lutam. A segunda distinção, enquanto arbitrária, não são inúteis porque são como o erro que se contrapõe a verdade ou a afirma. No caso das "orgânicas" que têm o poder de persuasão hegemônica, elas levam a reforçar a concepção de "bloco histórico" em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias, a forma em sentido meramente didático, pois, as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem formas e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1978). Aqui, para GRAMSCI ideologia e forças materiais são parte de uma mesma totalidade, de um mesmo processo. Não são as ideologias que criaram a realidade social, e sim a realidade social, em sua infraestrutura, que cria as mercadorias e as ideologias como um produto específico e necessário à sua reprodução social.⁸

Dentro desta máxima, a relação entre ciência e tecnologia, e a dimensão superestrutural da sociedade foram também pensadas e analisadas por MARCUSE e HABERMAS que parecem ter entendido a ciência e a tecnologia enquanto dominação política e ideológica. Assim, em primeiro lugar, abordemos as contribuições de MARCUSE e em segundo lugar, as contribuições de HABERMAS.

⁸ Ver a crítica em: Antônio GRAMSCI. *Concepção Dialética da História* - Rio de Janeiro: Aniliz Brasileni, 1978, p. 64. Ver também *Obras Escolhidas*. São Paulo. Martins Fontes, 1978, p. 64 e BUCI - Glucksnsnn & Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980, p. 88.

Para MARCUSE, a sociedade industrial desenvolvida, através de uma certa política de racionalidade científico-tecnológica, precipita a emergência de uma sociedade sem crítica, sem transformações sociais e com poucas chances de mudanças. Isto porque a luta pela sobrevivência e a exploração do homem e da natureza torna-se cada vez mais científicas e racionais. Essa racionalização faz também profundas alterações no padrão de vida, provocando ainda mais a integração dos contrários, muito embora a burguesia e o proletariado ainda sejam as chaves principais da sociedade capitalista. Além disso, o desenvolvimento capitalista altera a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que não mais se identificam como agentes de transformações históricas.

Neste prisma, então, há um certo totalitarismo na sociedade, não no sentido de um regime político terrorista, mas de uma manipulação técnico-econômica das necessidades, ou seja, os indivíduos se deparam com a existência que lhes é imposta e têm nela a sua satisfação. Pois, a aparência não é uma mera ilusão, mas uma realidade, embora essa realidade não seja a representação do fim da ideologia; a cultura industrial imposta pela ciência e a tecnologia é, de certa forma, mais ideológica e se insere no próprio processo de produção. Assim, a ciência e a tecnologia podem estabelecer novas formas de controle e de coesão social, cujos determinantes se engajam na própria essência do conhecimento científico.

Visto sob este aspecto, os princípios da ciência moderna formam uma estrutura apriorística de tal modo que possam

servir de instrumentos conceptuais para um universo de controle produtor-automotor; o operacionalismo teórico passa a corresponder o operacionalismo prático, ou seja, "o método científico, que leva à dominação cada vez mais eficaz da natureza, fornece, assim, tanto os conceitos puros, como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem "por meio da dominação da natureza. A razão teórica permanecendo pura e neutra, entra para o serviço da razão prática. A fusão resulta benéfica para ambas. Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que incorpora todas as esferas da cultura". (MARCUSE, 1982: 154)

O contexto instrumental da ciência e a sua neutralidade contribuem de certa forma para que ela traduza à dominação política. Essa neutralidade, entretanto, parece ser de fato uma espécie de pseudo-neutralidade na medida em que a ciência e a tecnologia se integram a interesses de manutenção das relações ideológicas existentes. Garantindo, assim, a dominação hoje, por meio da ciência e da tecnologia e como ciência e tecnologia é ideologia, então, fica assegurada a legitimação política. Além disso, "o que está implicado é a assimilação de uma certa ideologia que empreende a descrição do que está acontecendo (e é tencionado) pela eliminação dos conceitos capazes de compreender o que está acontecendo (e é tencionado). ... Com a técnica, se ela é um universo de instrumentos, o homem pode se tornar mais fraco ou bem mais poderoso. A dinâmica do

progresso técnico está sempre impregnado de conteúdo político - o logos da técnica se tornou o logos da servidão. A força da tecnologia que poderia ser libertadora - pela instrumentalização das coisas - tornou-se um entrave à libertação dos homens". (MARCUSE, 1982: 170, citado por SOBRAL)

No entanto, MARCUSE resiste em certo determinismo tecnológico e acredita num restabelecimento do caráter emancipatório das forças produtivas e admite uma certa transformação social, a medida que a ciência e a tecnologia passam também a contribuir para a pacificação do mundo. Assim, para MARCUSE, "é essencial que a ciência e a técnica deixem de ser consideradas neutras, servindo, disfarçadamente, à dominação política, passem a ser vistas, politicamente, orientadas a determinados interesses que podem ser de exploração ou de redução da labuta do trabalhador. O pensamento orientado para a racionalidade científico-técnica, que é dominação, também se volte para fins emancipatórios." (SOBRAL, 1988: 25)

Portanto, ciência e tecnologia, como dominação política, não deixam de ser, de certa forma, uma chance, também, de uma ciência e de uma tecnologia para a libertação.

Também HABERMAS considera a ciência e a tecnologia enquanto dominação política e ideológica, diferenciando o capitalismo desenvolvido do capitalismo liberal ou moderno. Admite-se uma certa relação entre a base e a superestrutura, mas que não se dá de maneira simples, o sistema de dominação não pode ser mais analisado exclusivamente a partir das relações de

produção e nem delas pode ser retirada a legitimação. A ideologia da livre competição, lógica do capitalismo liberal esgotou-se, tendo agora, de ser substituída.

Além disso, a nova forma de legitimação vai se dar por via da eficiência do sistema econômico e do aparelho estatal. O Estado impõe seus substitutivos (política científica e tecnológica, política educacional, política previdenciária) que compensam socialmente as disfunções de livre concorrência. Assim, esse programa garante a estabilidade do sistema por meio de interesses de segurança social, das oportunidades de ascensão social e da prevenção de dificuldades de crescimento econômico. As tarefas que cabem ao Estado advêm, sobretudo, das técnicas e não das políticas, provocando uma desinformação quase que total das massas. Dentro desse esquema de legitimação, a ciência e a tecnologia têm um papel significativo, pois a preocupação não está em se afirmar que a ideologia é legítima por obedecer a regras legítimas, mas sim, por expressar lógicas técnicas (científicas) e, por isso, eficazes, mesmo que nem sempre sejam justas.

Hoje, na visão de HABERMAS, o problema da legitimação do Estado não consiste em encobrir a ideologia do bem comum, as relações entre o Estado e a economia capitalista. O fato está em mostrar que os resultados da economia capitalista são a melhor maneira (comparando com os outros sistemas) de satisfação dos interesses da sociedade, por meio, por exemplo, de uma produção científica e tecnológica que orienta às necessidades básicas da sociedade, estabelecendo um

certo crescimento econômico como legitimação do Estado, no sentido das recompensas por elas advindas.

Ao mesmo tempo, a medida que dissimulam o caráter político das regras, aparentemente, técnicas que orientam as decisões do Estado são também ideologias desfavorecedoras dos contextos dos fatos ideológicos pelas massas.

Para HABERMAS (1980), a ciência e a tecnologia contribuem plenamente para a reprodução das relações ideológicas na sociedade capitalista enquanto forças produtivas e dominação política, ainda que possam estabelecer algumas restrições num determinado momento de crise de legitimação.

Neste prisma, embora a ciência e a tecnologia tendam a favorecer, fundamentalmente, a dominação econômica, política e ideológica da sociedade capitalista, as contradições nela existentes (como a relação entre capital e trabalho, por exemplo), expressas no seio do Estado e na sociedade civil podem fazer com que a ciência e a tecnologia se voltem também para a emancipação dessa sociedade e não, exclusivamente, para a acumulação de capital e para a legitimação de interesses ideológicos de lideranças (sindicais, por exemplo). Assim, ciência e tecnologia não são apenas produtos, mas determinantes das relações de ideologia.

HABERMAS vê também uma certa possibilidade emancipatória da ciência e da tecnologia, nas teorias da interação ou comunicação. Essa visão parece ser também voltada a distinguir o trabalho de interação, onde o trabalho pode ser definido como atividade racional orientada a um fim ou como

atividade instrumental e a interação como atividade comunicativa que se dá através de símbolos, de linguagem, de acordo com o quadro institucional da sociedade. A atividade racional voltada a um fim é uma espécie de pista para os sistemas econômico e administrativo, enquanto que a atividade comunicativa corresponde ao sistema de legitimação.

"No capitalismo desenvolvido (avançado), com o estabelecimento da ciência e da tecnologia como força produtiva, dominação política e ideologia confundem-se com as forças econômicas, com o quadro de legitimação provocando despolitização." (SOBRAL, 1988: 27). Daí, HABERMAS conceber, nessas atividades, a possibilidade de ser reduzida à atividade instrumental, a garantia de se construir uma teoria crítica, cujo interesse se traduz na emancipação do indivíduo e da sociedade. Portanto, as ciências, devido ao fato de representarem estruturas de trabalho (ciência da natureza) e estruturas de interação (ciências humanas) são a expressão cognitiva de interesses sociais. E é por isso que as ciências humanas diferenciam-se do fundamento instrumentalista das ciências da natureza, podendo se tornar crítica ideológica, e até contribuir para um processo de mudança da sociedade.

Portanto, pode-se ter uma certa garantia de que a "teoria crítica", na visão de HABERMAS, contém um fundamento emancipatório pela via do desenvolvimento da ciência, bem como, pela tecnologia, quando contextualiza à crítica de legitimação no capitalismo desenvolvido. Ora, é num momento de crise de legitimação que aparecem demandas do tipo

recompensa, exigindo ações mais rápidas de atendimento disponível (programa de substitutivos), ou quando se elevam expectativas que não podem ser atendidas por tais recompensas é que aparece a crise de legitimação que a ciência e a tecnologia, principais instrumentos ideológicos do capitalismo, se revelam insuficientes para romper o obstáculo político das regras aparentemente técnicas que comandam a ação do Estado.

Tanto a teoria marxista clássica como a teoria crítica contemporânea contextualizaram a capacidade da ciência, da tecnologia em promover movimentos emancipatórios ou de construir novas relações de dominação: MARX, por meio da teoria da história, GRAMSCI, através, da crise da hegemonia e da circulação de contra-ideologias, MARCUSE, pela possibilidade de a ciência e a tecnologia servirem à pacificação da sociedade e HABERMAS, pela via da teoria da comunicação e pela crise de legitimação. No entanto, não se desconhecem as dificuldades de se realizarem essas possibilidades no capitalismo desenvolvido, pelo fato de as forças produtivas materiais da sociedade, que se constituem no fundamento essencial de libertação, terem de se transformar também em dominação política e ideológica.

Em ambos os autores desde MARX até HABERMAS, a ideologia está relacionada a uma certa problemática, a um certo ponto de vista, a um caráter de classe, a uma determinada visão de mundo. Assim sendo, a ciência e a tecnologia podem ter um caráter de classe. Não existe, portanto, na perspectiva marxiana uma contradição entre ciência e ideologia. Existem vários

pontos de vista científicos que estão vinculados a diversos grupos de interesses e classes sociais. Não existe ciência pura de um lado e ideologia do outro. As ciências sociais, por exemplo, fornecem um conjunto de instrumentos técnico-metodológico que não estão imunes a uma determinada concepção de mundo e que embora reivindique uma decantada objetividade científica, e portanto, uma racionalidade que visa a intervir e transformar os horizontes do agir humano e seus comportamentos sociais, transforma-se em ideologia quando tenta impor-se como única forma possível de racionalidade. Essa pretensa racionalidade ao se desdobrar em técnicas de intervenção na consecução de fins, também, racionais almejados exerce verdadeiras funções sociais, culturais e econômicas ligadas, inevitavelmente, à dependência dos pressupostos ideológicos tornados domínios essencialmente práticos. Isto possivelmente vulgariza, no senso comum, a crença no poder da ciência. Pelos seus resultados, a ciência passa a exercer uma força irresistível, tornam-se mito promessas redentoras, de "remédio para todos os males", difundindo-se, amplamente, enquanto mentalidade cientificista, se torna mito, ideologia. Assim, ideologia enquanto corrente do pensamento, mesmo que materializado enquanto suporte ideológico de um processo de inovações tecnológicas, têm o seu núcleo racional, criativo, científico-normativo, sancionado pela comunidade científica.

3.3 - Alguns aspectos sobre os mecanismos de produção da ideologia

A relação dialética entre ideologia e realidade em determinada concepção ou paradigma passa pela crítica de uma certa racionalidade técnica. Sendo assim, a racionalidade técnico-científica de um determinado modelo toma o conhecimento como um insumo. Neste caso, as mercadorias e as ideologias são resultados do trabalho humano, são produtos de um mesmo processo de produção e aí podemos falar em mercadorias e ideologias como produtos e como meios adequados a um fim, que por sua vez é carente de legitimação e justificação adequadas aos mesmos fins: o lucro, por exemplo. Para CAMPOS (1979), "a divisão social entre o trabalho material e o trabalho imaterial não consegue retirar o caráter histórico e social da produção material, nem converter a ideologia, o produto do trabalho intelectual, numa ciência neutra, a-histórica, eterna". Além disso, estudos com raízes na sociologia do desenvolvimento são tidos como idéias, práticas, inovações, insumos, produtos, matérias-primas para serem consumidas num amplo mercado de receituários cuja racionalidade é medida conforme o seu poder de eficiência e eficácia na obtenção de determinados fins. Justificadas e assentadas, nestes estudos, as inovações tecnológicas são portadoras da própria ideologia, são portadoras de uma racionalidade modernizante e podem se apresentar como uma idéia ou um conjunto orgânico de idéias; como processo ou um

conjunto orgânico de processos; um sistema ou um conjunto orgânico de sistemas; uma decisão ou um conjunto estruturado de decisões; um equipamento ou um mecanismo estruturado de equipamentos com seus componentes ou até um grupo de pesquisadores que embute uma técnica organizacional quase sempre estruturada e hierarquizada sob a mão invisível da racionalidade de um certo "capital humano". Dai a idéia de "caixa preta", de "pacote tecnológico".

Considerando que a ideologia é uma mercadoria especial, a sua construção é parte necessária e condição essencial da reprodução social. Neste sentido, a função social deste produto, a ideologia, é o obscurecimento das relações reais, assim, para que se realize este obscurecimento é preciso que a ideologia seja produzida em condições tais que permita circular entre interesses, vontades e projetos antagônicos e polarizados. A ideologia se encarna na estrutura material ao dinamizar o real, racionalizar defeitos de sistemas, justificar pressões e desigualdades, propor novas formas de dominação ao fortalecer o poder de certos grupos, etc., CAMPOS (1980). Neste sentido, podemos afirmar que um sistema e idéias da modernização ao encarnar no processo real de uma sociedade, reage sobre ela, ideologiza a sua produção e reprodução, estabiliza os conflitos a medida que seus reais sujeitos são coisas controláveis pela mão invisível da racionalidade do próprio paradigma que lhe confere racionalidade, a coisa que se transmuta em sujeito: o Estado. Este sistema seria então, a encarnação teórico-ideológica de um processo, cuja racionalidade e coerência estão

ancoradas em conceitos arranjados que mudam de conteúdo através de racionalização e de mudanças de planos de análises, que ao incorporarem as categorias das ciências sociais transformam-se em jargões técnicos que compõem o poder da linguagem e dos símbolos que homogeneizam uma realidade irreduzível porque multifacética e contraditória, não podendo ser encaixada ao sistema teórico, ideologicamente, construído e passível de ajustes e corretivos racionalizantes. Aqui, então, a ideologia que é construída pode ser considerada como mercadoria.

Colocado este questionamento no qual a ideologia é concebida como uma certa problemática não podemos perder de vista uma certa maneira de enfocá-la à luz dos apontamentos conceituais e compreensivos, buscados anteriormente em MARX e em outros teóricos já citados.

"As contradições, desvios e ilogismos têm sua lógica própria, e obedecem, na construção da ideologia particular, a mecanismos determináveis. As racionalizações, os seccionamentos de realidade, arranjos conceituais, etc., que se encontram nas produções científicas ideologicamente comprometidas e distorcidas, podem ser consideradas como resultado do esforço de adaptação dos interesses, preconceitos e privilégios do grupo ou da classe a que pertence o analista, que ele deseja defender e preservar, aos novos quadros que surgem da realidade sócio-econômica e que ameaçam destruí-los" (CAMPOS, 1981: 31).

Ou seja, as pessoas dispõem de inúmeros mecanismos de adaptação (sublimação, regressão e fixação, identificação, transferência, racionalização e simbolização, que têm seus próprios mecanismos teorizantes e científicos de fabricação de seus erros, exageros e desvios). Por isso, estes mecanismos vêm ocultos, latentes, nas obras teóricas.

A racionalização e a simbolização, por exemplo, são necessárias à construção da "ideologia particular"⁹, para que não seja considerada como um conjunto vulnerável, repleto de erros e incongruências visíveis. Além disso, os desvios e ilogismos internos, presentes na construção da ideologia particular, têm de ter uma lógica própria.¹⁰ Esta atividade se utiliza de mecanismos especiais, determináveis, que preparam e deformam o objeto de análise, arranjam os conceitos e organizam os erros internos para que a aparência lógica do sistema teórico seja alcançada.

A determinação destes instrumentos na sociologia permite e indica a nossa principal tarefa e propósito de realizar a análise da chamada teoria da modernização e a sua construção ideológica particular.

⁹ Empregamos o termo ideologia particular no sentido de Campos, que se aproxima do termo ideologia "arbitrária" ou "racional" de Gramsci.

¹⁰ Para Campos (1981), existe uma "atividade mental especial que utiliza os mecanismos de distorção, compensando os erros, arranjos e conceitos, criando universos de análise adequados às conclusões finais, não é lógica"; emprega-se o termo apenas para designar que esta atividade mental (ideologia particular) não é arbitrária, obedece a certos padrões e leis do pensamento.

3.4 - Parâmetros de análise

Tomaremos alguns aspectos que embasam a construção de uma teoria como "ideologia particular", analisando-a em seus princípios e mecanismos de construção distorcidos da realidade, embora portadoras de um aparato técnico-instrumental supostamente de validade universal.

Há princípios e mecanismos que, ora descreveremos como parâmetros de análise, foram inspirados em CAMPOS e em sua obra já oportunamente citada; fizemos um grande esforço de releitura e adaptação de tais princípios e mecanismos para o nosso objeto particular de estudo: a teoria da modernização como ideologia. São eles os seguintes:

3.4.1 - **Racionalização:** atribuição pessoal, grupal, de classe ou fração de classe, de valor absoluto, de caráter de verdade eterna ou de ideal a certas situações, fenômenos e relações que só o são segundo uma visão particular. Na verdade, elas nada têm de ideal, de verdade eterna ou de valor absoluto, isto é, mesmo os defeitos do sistema, as imperfeições e erros, a racionalização os torna virtudes; na teoria da modernização por exemplo.

Nesta teoria, o pacote tecnológico é racional, é bom, é neutro, independente, de que seja aplicado no Brasil ou na Índia, e, portanto, de condições histórico-sociais, culturais ou ambientais. Trata-se da representação de um mundo real sem classe, sem conflito, sem destino próprio, já que o seu único

destino é o de assimilar e adotar os padrões simbólicos e materiais das sociedades ditas modernas ou adiantadas. Nesta visão teórica da modernização, a população é vista como uma mera e vulgar aritmética que pode ser usada para qualquer conjunto de seres vivos e não se fundamenta sobre a natureza e o caráter das relações sociais. A população é uma abstração e a sofisticação instrumental do método de correlacionar variáveis demográficas (idade, renda, índice de analfabetismo etc.), com variáveis de ordem psico-sociais chamadas de fatores sociopáticos à mudança (apatia, descrença, acomodação, etc.) denotam uma pseudoneutralidade que acoberta interesses contraditórios, realidade histórico-sociais diferentes, bem como, padrões culturais multifacetados que devem racionalmente alcançar o padrão geral: o mundo desenvolvido.

3.4.2 - **Homogeneização**: trata-se de um mecanismo que toma fenômenos ou fatos heterogêneos como se fossem simples e ou homogêneos. Termos como nação, opinião pública, setor primário, são produtos do processo de homogeneização de uma realidade complexa e irreduzível. A homogeneização para evitar mal-entendido é uma etapa anterior a globalização. A homogeneização de bens e serviços, como crédito rural, assistência técnica, adoção de máquinas e insumos modernos etc., é concebida como se ambos não expressassem antagonismos e desencadeassem resultados opostos aos fins perseguidos ou desejados. Neste caso, conceitos, assim formulados, são tidos como categorias definitivas de análise, aparecem no discurso

como indeterminados, abstratos, expressando sentido de neutralidade e uma pseudo-concreticidade.

3.4.3 - **Simbolização**: trata-se de criação de uma linguagem simbólica exorcizada do conteúdo desagradável do objeto que se deseja explicar, substituindo através de signos ideológicos a realidade complexa e total no processo de análise. A produção da linguagem simbólica extrai aspectos da realidade que perturbariam e incomodariam se aparecessem expressos claramente, no conceito. A simbolização é o acobertamento da realidade como totalidade, e, portanto, das condições que lhes são inerentes. As categorias, limpas, neutras, despossuídas de conteúdo político-ideológico, passam a ter vida própria e relações irrealis e mecânicas entre si, independente, das relações sociais que nelas se ocultam. Visam a supervalorizar e exigir um ideal - uma situação, estado ou posição relativa que só o é em relação a certos aspectos particulares da realidade, ou seja, sob certo ponto de vista particular.

3.4.4 - **Seccionamento da Realidade Fática**: este mecanismo manifesta-se de duas formas: seccionamento de investigação, considerado próprio do campo das ciências sociais, eliminando-se da realidade tudo que se supõe fora do campo de investigação. Assim, variáveis incômodas, capazes de invalidar a análise são consideradas exógenas, fora do domínio da disciplina. A outra forma de seccionamento é aquela que se dá dentro do próprio fenômeno analisado. Por exemplo

(SCHULTZ, 1980: 17), analisa as fontes de crescimento econômico na agricultura dentro dos padrões de alto e de baixo rendimento; os de baixo rendimento são os usados nos países pobres e os de alto rendimento são característicos dos países ricos, para se referir à agricultura tradicional em oposição à agricultura moderna. Uma carente de fontes externas para aumentar seus rendimentos e a outra ao utilizá-lo serve de padrão geral a ser levado em consideração por aquela. Há, portanto, um seccionamento da realidade imediata não só eliminando outras variáveis incômodas, mas constituindo um seccionamento economicista de duas realidades histórico-sociais diferentes e contrapostas que expressam um reducionismo sociológico gritante. O modelo assim construído, retirando a historicidade do fenômeno analisado, torna-se assim uma construção ideológica, a-histórica, indeterminada, pseudo-concreta.

3.4.5 - **Globalização:** é uma homogeneização, ora aparece como pressuposta, ora realizada no curso da análise. Exemplo: elevação da adaptação e adoção de tecnologia, eleva a renda dos produtores, eleva os níveis de vida pela elevação do consumo, elevando tanto o consumo como renda da coletividade.

3.4.6 - **Conceituação Arranjada:** constitui-se numa operação lógica especial arranjada de forma a dar coerência interna e aparência de validade a um sistema teórico. Como exemplo: o conceito de função social pode ser entendido como

fim, como relação de correspondência ou como uma relação de interdependência, sofrendo uma utilização muito variada na sociologia. O termo ora tem um caráter heurístico na descrição ora na interpretação dos fenômenos sociais. Assumindo, assim, vários significados e acepções que permitem uma ampla utilização e elaboração de natureza lógico-formal na compreensão de determinados fenômenos como estabilidade social, através de ajustamento de disfunções e controle social de que dependam a integração do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo. Entende-se como unidades do sistema social elementos como: ação, relação, posição, personalidade, grupo, instituição, camada, etc.. Desta forma, podem fazer parte na análise de um conjunto interdependente de fenômenos sociais e desempenhar dentro deles, independente de sua própria constituição, identidade ou complexidade, uma influência característica. Assim, o termo função pode ser tomado com função manifesta, função latente, função derivada e função social. Tudo isto para analisar conseqüências das ações de forma consciente ou não, diretas ou indiretas na preservação do sistema social e para compor a função social, como termo inclusive de todos os outros.

3.4.7 - **Projeção**: trata-se de um mecanismo nitidamente semelhante ao descoberto por Freud. Quando Rogers atribui o atraso da agricultura ao analfabetismo, ignorância, apatias, etc., está se valendo de um mecanismo de projeção; assim Malthus

diz que a tendência do homem de procriar em progressão geométrica é culpa de possíveis desajustes do capitalismo.

Quando ROGERS, atribui a velocidade da adoção de tecnologia a difusão de uma nova idéia e sua vantagem relativa em termos de lucratividade, acredita que há uma compatibilidade, congruência ou harmonia entre os valores presentes e as experiências passadas dos que adotam tal inovação. É projetada na difusão velocidade da adoção portadora de uma lucratividade objetiva tendo que se tornar lucratividade percebida, por sua vez dependente da difusão que trabalha os componentes de percepção e mentalidade de inovadores tendenciais e de adotantes potenciais.

3.4.8 - **Confusão Deliberada:** trata de um mecanismo que arma um esquema de análise com uma complexidade que não é essencial à operação cognitiva. Isto tem o intuito de desviar a atenção para aspectos laterais, secundários e menos importantes dos fatos analisados. Nestes esquemas, argumentações e hipóteses são abandonadas abrindo caminhos que não levam a nada, porque só uma argumentação e/ou hipótese é coerente com o quadro geral da análise. As demais argumentações ou hipóteses se erguem como uma "cortina de fumaça" desorientando o leitor em relação aos objetivos finais ou teleológicos da análise, ocultando a hipótese relevante. Quando ROBERT McNAMARA anunciou, por exemplo, a "revolução verde" para "salvar" as populações do Terceiro Mundo da fome crônica com as milagrosas receitas das multinacionais de

insumos e máquinas modernas, o seu humanitarismo de fundo malthusiano serviu para encobrir interesses dessas multinacionais e ao mesmo tempo barrar a onda comunista nos países do chamado Terceiro Mundo em época de Guerra Fria. Daí, vários sistemas e teorias surgiram e se convergiram para justificar tais interesses com uma confusão deliberada de categorias, argumentações e hipóteses que reduziam as diferenças entre países ao fator tecnológico e a mudança social a imperativos de adoção de pacotes tecnológicos.

Estas teorias que vão ser úteis a "revolução verde" são constituídas com base numa confusão deliberada de conceitos e hipóteses logicamente ordenadas de modo a perturbar o entendimento do processo real de instalação do mundo moderno nos países atrasados da periferia capitalista.

3.4.9 - Mudança de um Plano de Análise para Outro: este mecanismo consiste na realização da análise num determinado plano (objetivo, real, individual) estabelecendo relações, leis e alcançando conclusões tidas como válidas neste mesmo plano particular de análise, e, a seguir, estas conclusões são transportadas, como verdadeiras, para outros planos (para o subjetivo, para o global ou para o tecnológico, por exemplo), em que as correlações, leis, proposição não têm validade. A habilidade de manejo deste mecanismo é um dos mais importantes indicadores da inteligência e capacidade de abstração teórica no sentido de emprestar coerência lógica ao sistema teórico de explicação. A coerência lógica, aparente ou

real é um dos pré-requisitos para aceitação e para o êxito do sistema, por exemplo: o modelo agrícola, seus resultados e diagnósticos que vinham sendo implantados nos Estados Unidos desde a década de 30, a partir de meados dos anos 60, foram transplantados para o plano da agricultura brasileira apoiado e justificado por uma teoria do desenvolvimento, chamada de teoria da modernização com base nos estudos dos sociólogos e economistas norte-americanos como ROGERS, SCHULTZ, PARSONS, MERTON, RUTTAN, e outros. Os diagnósticos, prognósticos e as filosofias ou ideologias dos programas e projetos - como são chamados e tidos como insumos científicos no jargão do planejamento que acompanham o "pacote tecnológico" de modernização - são aplicados a realidades diferentes, entre países, regiões e dentro de um mesmo país, sem levar em consideração a necessária compreensão dos processos de trabalho e organização dos produtores, as características estruturais da sociedade (e das propriedades), os fatores edafoclimáticos ou a disponibilidade dos recursos naturais (solo, água, clima, etc.) dos quais derivam as atividades agrícolas e as práticas de cultivo e criação. Tal política deteve impacto na constituição dos órgãos de tomada de decisão e implementação do "pacote" técnico, pesquisadores e instituição de ensino e extensão foram especializados e treinados num campo teórico elitizado e cientificista acobertador das contradições sociais e das peculiaridades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, de realidades multifacéticas racionalmente reduzidas a um plano de análise de uma realidade

social de condições extremamente adversas, sob o pressuposto que as diferenças se resolveriam numa fórmula tecnicista: adotar-não adotar tecnologias "salvadoras" e promotoras da modernização à "imagem e semelhança" dos países modernos e produtores de tais "pacotes miraculosos".

São estes os principais mecanismos de construção ideológica de um sistema teórico de explicação. Neles, parafraseando CAMPOS (1980: 42), o analista filtra e seleciona os elementos centrais da realidade, considerados importantes, e valoriza-os a fim de que determinados interesses tornem-se intocáveis, acobertados, bem como, a estrutura social básica que os mantém.

No decorrer da análise, os processos lógicos de indução e dedução são obtidos por mecanismos capazes de dar uma coerência e uma lógica aparente e interna ao discurso, de forma que a análise possa ser tecida como uma aparente validade inquestionável. Os mecanismos que o teórico maneja para obter tais meios e fins racionais de análise tem como matéria-prima os fatos, os fenômenos e relações sociais vistas com lentes próprias. Isto com base em sua estrutura mental que organiza e que sistematiza uma visão de mundo, de interesses de classe com os quais os teóricos estão comprometidos e se fazem representar cientificamente, embora reivindicando uma pseudo-neutralidade atribuída e socialmente sancionada, de seu papel social e seu produto: um sistema teórico ideologicamente constituído. Assim, segundo CAMPOS (1980: 42-43),

"A estrutura mental e a visão de mundo são em grande parte, determinadas pela situação especial do teórico e pelas experiências progressas e vivenciais que conformam a sua personalidade básica ou superego. Sua situação histórica, isto é, a época em que nasceu e viveu, particular e distinta das demais, sua situação social determinada, os interesses que se relacionam a sua situação de classe, os valores inferiorizados no processo de socialização de sua personalidade, as crenças e deformações decorrentes do caráter de sua formação profissional e as afinidades com as classes com as quais conviveu e das quais absorveu valores, crenças, regras de conduta, interesses, etc. Embora nem sempre presente a consciência individual, apesar de inconscientes, estes ingredientes são ativos, dinâmicos e são eles os principais responsáveis pelo acionamento dos mecanismos que acima apontamos."

Aqui se tem uma convergência do sentido que MARX dá aos "representantes científicos de classes", que têm o papel de sistematizar as ideologias produzidas pelas classes que representam e com as quais projetam e defendem seus projetos e interesses particulares e coletivos, como já teorizamos anteriormente. Mas, há uma convergência com as posições de BOUDON (1989: 123), quando trata de ideologia, posição social e definições. Nesta visão, os agentes sociais estão socialmente situados, têm papéis sociais que pertencem a certos meios sociais e a certas sociedades, que, por sua vez, dispõem de recursos (cognitivos), e que, em razão dos processos de socialização aos quais foram expostos, interiorizaram um certo número de saberes e representação. Por estas razões, segundo BOUDON, estão sujeitos a efeitos de situações (efeitos de

posição e de disposição). As disposições, por exemplo, as do tipo cognitivo são interiorizados pelo ator social da mesma maneira que o aluno interiorize o Teorema de Pitágoras como verdade válida universalmente. Daí, determinado autor trabalha a gênese das idéias recebidas. A posição do agente social, por exemplo, implica a aparição do que se pode chamar efeito de perspectiva, tal como a interrogação que MARX faz sobre as razões porque o proletário aceita tão facilmente ser explorado. Isto implica, que ele, o proletário, não pode analisar um sistema complexo de produção e aceita, portanto, sob uma análise simples (senso comum) continuar sendo explorado como uma questão "natural". Mas para o autor existem outros efeitos, como efeitos de distância ou distanciamento que sugerem freqüentemente ao observador uma interpretação sociocêntrica ou egocêntrica do comportamento do observado. Assim, também, existe o efeito de papéis que orienta, por exemplo, a atenção de certos atores sociais em direção a certas teorias. Há também os efeitos de disposição que se referem a casos em que, por exemplo, na interseção da natureza dos problemas com quais é confrontado o ator social e dos recursos de que dispõe para resolvê-los. O autor fala também das derivações que, segundo PARETO, seduzem as elites e têm freqüentemente formas diferentes daquelas que atraem outras camadas sociais. Aí, se pode falar que uma teoria (ideologia) original pode dar vários subsistemas derivados, atingindo à atenção de grupos e camadas sociais diversas. Assim, através de uma espécie de cascata de efeitos de comunicação e um produto intelectual, (ou ideológico)

dispondo do status de uma teoria científica ao nível de seu produtor inicial, pode tomar a forma de um mito ao nível do receptor final. As verdades inseridas na teoria "primitiva" pode também, tomar outros conteúdos e serem despojados de seu caráter condicional, conservando só as grandes linhas de análise, enquanto modos de argumentação científica são substituídos por uma argumentação do tipo retórico e exegetico. Mesmo assim essas variantes permanecerão fundadas sobre a autoridade científica da teoria.

Mas os mecanismos de distorções contidos na teoria "primitiva" podem ficar ocultos ou esquecidos; revelando-se tão somente nas variações de segunda categoria.

Parafraseando CAMPOS (1980: 42), os mecanismos de distorção atuam em certos centros, em certos pólos sedes dos interesses fundamentais da classe que produz a ideologia. Assim, todo tecido teórico, aparentemente, lógico, todas as distorções e ilogismos se entrelaçam e se compensam para formar a muralha de proteção destes núcleos interesses que ficam obscuros e latentes. Estas premissas podem ser estendidas ao caso anterior da teoria e seus derivados. Qual é o núcleo central ou pólo de interesse da teoria da modernização da agricultura? A problemática da fome, da modernização do atraso e a problemática do desenvolvimento são signos ideológicos que escondem o núcleo principal: o lucro que se relaciona à produtividade agrícola e ao mercado de bens e insumos das grandes empresas multinacionais a montante e a jusante da agricultura brasileira, por exemplo.

CAPÍTULO IV

GENEALOGIA DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

4.1 - Introdução

Neste capítulo será enfocada a teoria da modernização como arcabouço teórico ideologicamente construído segundo os parâmetros de análise já enfocados no capítulo anterior. Antes, porém, serão enfocadas as condições histórico-sociais que supõem uma relação causal com a gênese e a evolução de uma teoria do desenvolvimento comumente denominada de teoria da modernização já que:

"La crítica de la ideología ... no es ante todo el descubrimiento de los juizos de valor implícitos en tal o cual teoría o el esclarecimiento de relaciones funcionales entre base y superestructura, aundaque ambos os aspectos no falten en los análisis ..., sino, en primer lugar, localizacion y delimitacion de una estructura fundamental de la consciencia en la sociedad; la que se expresa en el fetichismo de la mercancia". (VINCENT, 1977: 192)

Assim, a ideologia como produto de um mesmo processo de produção de mercadorias, expressa uma estrutura particular de sociedade como expressão dos obstáculos objetivamente

determinados que se opõem à compreensão científica das relações de produção. Ela é reflexo e condição de acortinamento das relações de produção, de coisificação das relações interindividuais e de justificação/acobertamento de interesses e projetos de classes e ou fração de classe. Daí, ser a crítica da teoria da modernização uma crítica de suas limitações no estudo das manifestações fenomenais que se apresentam a realidade.

A teoria da modernização é ideologia não só porque considerar as relações sociais de produção como coisas e as condições materiais de produção como resultantes das ações arbitrárias de indivíduos; não só por reduzir a sociedade capitalista a uma espécie de combinatório das vantagens ou desvantagens de adotar tecnologias e outros fatores produtivos ditos modernos. Ela é ideologia, sobretudo, porque estaria dotada de uma concepção de mundo que impede de penetrar, de ir a fundo nas formas fenomenais da realidade, impossibilitando - apesar de um sofisticado padrão de levantamento técnico de dados - evidenciar as relações entre a aparência e a essência, pois considera os fenômenos sociais como signos de essências misteriosas, se atendo as aparências.

Trata-se, pois, de aprofundar estas questões epistemológicas, tomando como objeto particular de análise a chamada teoria estrutural funcionalista que se apresenta como um modelo teórico de validade científica universalmente aceito e sancionado por cientistas sociais de várias matizes ideológicas, apesar de inúmeras críticas pertinentes que tem sofrido tal modelo.

Inicialmente, se faz necessário situar historicamente a teoria da modernização, para não só efetuarmos o descortinamento de sua natureza, supostamente, apolítica, mas sobretudo, demonstrar como ela encerra, dentro de seu próprio modelo analítico, suas próprias limitações de explicação científica, que não podem deixar de ser compreendidas, se se quer explicá-la como modelo ideologicamente construído.

4.2 - Bases histórico-sociais de constituição da teoria da modernização e seus critérios de verdade

A teoria da modernização, como etiqueta de modelos derivados da corrente sociológica de cunho estrutural-funcionalista, não está intrinsecamente relacionada às condições histórico-sociais que lhes deram estatuto e sanção cientificamente válidas, mas sim, intimamente relacionada às visões de mundo, às problemáticas, às configurações sobre determinadas condições materiais de existência social.

São estas diferentes configurações, problemáticas e posições que orientam e estimulam o pensamento científico e que levam os cientistas sociais a sistematizar e a interpretar, segundo variados pontos de vistas, possibilidades e tendências, é claro, segundo determinados interesses, uma certa autoconsciência científica da realidade. Assim sendo:

"Uma dada configuração não envolve uma única tendência. Amplia ou possibilita várias, reais ou virtuais.

As estruturas significativas do real abrem diferentes, e muitas vezes antagônicas tendências ao pensamento. Por integrado que seja um sistema social ..., ele comporta sempre elevada heterogeneidade e diferenciação, tanto a nível da organização social como no âmbito das ações sociais. A diversidade das posições sociais dos homens, no quadro da estrutura, implica em múltiplas e às vezes antagônicas visões de mundo. As representações que os grupos e classes sociais constroem sobre a sociedade em que se encontram inseridos afetam, em grau variável, as possibilidades e as tendências do pensamento. O pensamento científico não é imune a essas determinações." (IANNI, 1971: 8-9)

Como produto mesmo de condições histórico-sociais concretas, que impõem determinações, critérios e objetos de reflexão científica, os pensadores ver-se-iam compelidos a uma inserção cada vez mais engajada, sistematizando um modo de conhecer e atuar, se defrontando com as diversidades, desigualdades e antagonismos e, apanhando-as ou não em suas condições, causas e efeitos, conforme determinados padrões de análise e explicações e mecanismos técnicos de observação da realidade imediata.

Uma certa maneira de pensar e atuar tem sido a teoria da modernização como se convencionou chamar uma teoria do desenvolvimento apoiada em autores que vai de PARSONS a outros contemporâneos, cujos propósitos teóricos apresentam-se como enfoque dualista da sociedade, por sua vez, constituída de subsistemas tradicionais e subsistemas modernos. O pedigree (árvore genealógica, linhagem, estirpe, derivação, etc.) desta tradição sociológica defende o ideal da neutralidade científica.

Sob tal assertiva, tal teoria que se quer apolítica no campo científico, elabora suas práticas políticas opondo-se às teorias da revolução e às práticas libertárias dos povos "subdesenvolvidos" numa conjuntura antes e pós-Segunda Guerra, entretanto, o "pedigrée" desta "sociologia científica" movendo-se na assepsia absoluta do vazio, data de condições histórico-sociais sem peculiares.

Neste sentido, dir-se-ia que as correntes norte-americanas do funcionalismo-estrutural estenderam-se, enquanto variantes desenvolvimentistas cunhadas na teoria da modernização já na década de 50, propondo-se como, ciência rigorosa e objetiva de forma, a apreender a realidade social latino-americana e, em particular, a brasileira, com técnicas empíricas e sofisticadas, contrariando a retórica especulativa apoiado no pensamento positivista europeu, divagando entre a indignação frente aos problemas do cotidiano e as considerações gerais a respeito do homem e as possibilidades e defeitos do mundo.

Esta inquietude da "sociologia científica" relacionada a problemas e compreensão dos fatores que intervêm nos processos de "modernização" remonta os anos da crise de 29 e a Segunda Grande Guerra. Segundo SOTELO (1975: 18):

"A 'grande depressão' dos anos trinta assinala na América Latina um dado fundamental: enterra definitivamente a confiança do século XIX de que um liberalismo conseqüente, quer na esfera econômica, quer na política daria origem a um progresso contínuo. O livre-câmbio, além de não constituir o motor do progresso - como

previam os clássicos -, revela-se como a cadeia mais pesada que impede o movimento da região. Percorridos os anos excepcionais da crise e da guerra - que deixaram vestígios indeléveis em seu desenvolvimento econômico -, inaugura-se um novo período em que não se pode ocultar, a necessidade de fomentar, por todos os meios, uma rápida industrialização. Ninguém acredita mais que o livre jogo das forças econômicas e sociais pode gerar um crescimento sustentado. Pelo contrário; considera-se indispensável um esforço consciente - isto -e - planejado - no qual o Estado assuma um papel de importância fundamental - a política de desenvolvimento.

Apesar dos êxitos apreciáveis - os satisfatórios índices de crescimento industriais verificados nos cinquenta no México e no Brasil, evidencia-se a verdadeira essência dos obstáculos que se impõe à rápida industrialização: mais forte que os obstáculos de ordem econômica, em sentido estrito, são as estruturas sociais de poder predominante na área. A problemática do desenvolvimento, inicialmente reservada aos economistas, necessita agora incluir o sociólogo para que o horizonte possa ser ampliado".

Assim, a sociologia neoclássica de expoentes da estirpe de um MERTON e de um PARSONS, a do chamado funcionalismo irá dar corpo e conteúdo a uma teoria da modernização como problemática de superação do atraso, do subdesenvolvimento tendo como meta chegar - os países atrasados - aos patamares tecnológicos dos países modernos ou adiantados. A intervenção estatal no processo de modernização encontrou ancoradouro seguro também na economia keynasiana, irmã gêmea de uma sociologia do desenvolvimento cunhada de teoria da modernização. A teoria geral de KAYNES, bem como a

teoria da modernização de "pedigrée" sociologista norte-americana tem o mesmo condicionamento cultural de um longo período de crise entre as duas grandes guerras, aquele período de desaceleração do processo de acumulação do capital do chamado imperialismo clássico, seguido de um longo período de recuperação econômica do pós-guerra, que promove a aceleração da acumulação econômica nos chamados países desenvolvidos. O que estas duas teorias têm em comum, a Teoria da Modernização e a Teoria Geral a crença de que a intervenção estatal da economia e a cooperação técnica e econômica dos países desenvolvidos é principalmente a última, é a única alternativa dos chamados países pobres e atrasados do Terceiro Mundo alcançarem os padrões de modernização dos países desenvolvidos, mas também, têm em comum uma filiação malthusiana, pela crença de que se a população crescesse mais rapidamente e mais do que a acumulação de capitais, seria por sua vez um obstáculo ao crescimento econômico progressivo, sendo necessário o dirigismo estatal (e monetário) para manutenção dos altos níveis de investimentos, inclusive na agricultura não para defender os povos da fome crônica ou para manter os níveis de ocupação e emprego da população, que tais teorias fingem defender; mas para manter o processo de crescimento econômico através das desigualdades da distribuição de renda, única forma de manter o ritmo ascendente da economia capitalista em escala mundial. A internalização da industrialização nos países chamados atrasados e retardatários do processo de modernização em escala mundial, torna-se

enfática sob o ponto de vista de manter fontes de sobrelucros do capital em geral.

A crença em que os países retardatários, espelhados na economia moderna do chamado Primeiro Mundo, tornara-se, já a partir dos anos trinta, o leit-motivo do espírito modernizante em três longos períodos em que as economias latino-americanas, a brasileira, em particular, sofreram um processo de industrialização que exigiu da agricultura transformações, também, modernizantes. Um período que vai dos anos trinta ao término da Segunda Guerra, em que a industrialização está baseada na substituição de importação de bens de consumo, beneficiando os países imperialistas pela importação de máquinas e equipamentos, e, ao mesmo tempo, procurando diversificar a produção agrícola de matérias-primas e alimentos para o mercado interno. Após 1937, sob a tutela do Estado, inicia-se uma nova onda industrializante dinamizada pela necessidade de desenvolver a indústria de bens de capital importado. Entretanto, liquidado o padrão populista de Vargas, inicia-se o governo Kubstichek (1955-1960), associado aos grandes monopólios imperialistas, que passam a colonizar os setores da economia brasileira, trabalhando com taxas de lucros elevadas. A partir de 1960 esgota-se o modelo econômico baseado na substituição de importação, isto é, esgotam-se as bases do processo de industrialização impulsionado pela iniciativa interna, quando a internacionalização do capital dos países adiantados já vai se tornando predominante na industrialização brasileira e a teoria da modernização da

agricultura se faz presente nas agências estatais de fomento e melhoria dos padrões técnicos da produção agrícola, bem como, difusão e extensão de novos hábitos de consumo e mudança de mentalidade da população rural à imagem e semelhança dos padrões de consumo e mentalidades do mundo urbano crentes nas possibilidades futuras e próximas de alcançarem progressivamente, o mais rápido possível, os padrões de modernidade das sociedades do chamado Primeiro Mundo.

No terceiro e último período da industrialização que consolidou, por seu turno, a modernização da agricultura, no caso brasileiro, foi impulsionado pelos capitais internacionais em busca da manutenção das taxas de lucros e sobrelucros, imprimindo à economia brasileira uma fisionomia moderna apoiada nas bases tecnológicas da Segunda Guerra e em uma nova divisão social do trabalho. Esta nova divisão internacional do trabalho pode ser caracterizada pelo fato de que nos chamados países desenvolvidos estarem localizados os software, a "matéria cinzenta", a inovação tecnológica, a pesquisa científica e tecnológica, a ordenação e de alguma forma, a produção de equipamentos mais complexos, que exigem mão-de-obra altamente qualificada. Em oposição, nos países subdesenvolvidos, refluí o hardware, a produção de bens de consumo intermediários e equipamentos menos sofisticados, configurada com os equipamentos importados que exigem mão-de-obra banal, menos qualificada e relativamente barata. Esta nova divisão tomou o lugar, portanto, da velha divisão social do trabalho, na qual os países chamados subdesenvolvidos

forneçiam matérias-primas baratas, ao passo que os países chamados desenvolvidos forneçiam manufaturados e equipamentos.

Estavam propícias, portanto, às condições histórico-estruturais que exigiram da teoria da modernização a condição de uma "sociologia científica", eivada de pragmatismo e empirismo na compreensão dos fatores que intervêm no processo de "modernização" e dos problemas sociais.

Importada dos Estados Unidos, a teoria da modernização é portadora de conceitos e técnicas de investigação surgidas numa conjuntura e numa sociedade sofisticada consigo mesma e voltada para estabilidade social, o que contradizia a sua aplicação em realidades como a brasileira, atravessada por contradições candentes que exigiam mudanças sociais radicais, cujo dilema envolvia os vários segmentos e classes sociais entre optar pela reforma ou revolução político-social.

Assim, na forma como esta teoria se adequa à apreensão da realidade latino-americana e, brasileira em particular,

(...) "Revela-se porém, uma deformação ideológica na forma pela qual essa adaptação se dá. A preocupação com o desenvolvimento econômico e social da região é inseparável de sua devoção pelo modelo estrutural-funcionalista. Vincula-se aqui uma intenção desconhecida do modelo original. Enquanto os sociológicos 'científicos' dos países altamente industrializados aceitam globalmente a sociedade que analisam, não há como afirmar a validade de uma sociedade que se define como subdesenvolvida. Essa atitude diferente, de aceitação ou de rejeição da sociedade estudada, apresenta conseqüências graves na

escolha de conceitos e na formulação de problemas. Uma atitude crítica insistirá, em primeiro lugar, nos processos de mudança, que possam modificar a situação que se requeria, por outro lado, a questão primordial, para aquele que aceita a ordem social em estudo, consistirá em tornar patentes os mecanismos que ajudem a manter a estabilidade do sistema. Desde Comte, passando por Pareto e Durkheim e indo até Parsons, o objetivo principal da sociologia tem sido contribuir para os esclarecimentos dos mecanismos de equilíbrio social." (SOTELO, 1975: 19)

Portanto, na esteira da preocupação com a estabilidade social, vários autores, dos clássicos aos neoclássicos, como PARSONS, ignoram-se, como ponto de partida, as sociedades chamadas atrasadas, produzindo-se um modelo teórico que tem como base as características daquela sociedade que o produziu e o que o serve de modelo no qual as sociedades tradicionais teriam que se encaixar, por oposição a tais características típico-ideais.

Este modelo encontra, suas raízes em WEBER, do qual PARSONS se diz continuador. WEBER, além de construir todo um edifício teórico metodológico purificador de todas as crenças e ideologias, cai no formalismo historiográfico e diletante centrado na especificação ou isolamento do capitalismo ocidental como momento novo e singular da história, nascido de condições reais e particularismos sem similar em qualquer outra cultura. Metodologicamente negando, a filosofia da história recai numa outra teoria que gira em torno do conceito de racionalidade. A singularidade do capitalismo ocidental

consistiria na racionalização de todas as esferas de vida: Na ciência, na secularização; no capitalismo; na economia; no direito, o Estado legal. Assim, o Estado moderno europeu seria a última etapa do processo de racionalização que em seus meios e fins acabam por negar a individualidade da qual se originou a burocratização.

O processo de transformação da economia mundial, as condições histórico-sociais de tomada de consciência dos problemas do desenvolvimento dos países chamados subdesenvolvidos, atravessados por conflitos em sua fase expansionista do Pós Segunda Guerra, para manter as taxas de lucros e se contrapor à sua queda tendencial, investindo nos países atrasados, sob a etiqueta de ajuda ao desenvolvimento em confronto com a tomada de consciência dos povos, de sociedades tradicionais, de suas potencialidades e limites de um desenvolvimento nacional endógeno e autônomo, foi o momento em que a sociologia norte-americana, e particularmente PARSONS reedita WEBER num esquema teórico que toma as sociedades modernas como modelo em contraposição às sociedades tradicionais.

Neste prisma, as sociedades ditas modernas doam sua imagem ao mundo atrasado e pobre, através de WEBER e PARSONS. Mas outras teorias de mesmo jargão epistemológico e axiológico convergem para a justificar do que o destino dos países do Terceiro Mundo é chegar aos mesmos padrões de estilos de vida ocidentais.

"As categorias weberianas vão juntar-se as novas necessidades, resultante da efervescência revolucionária do mundo colonial, muito diferentes daquelas que serviram de estímulos a Weber nos primeiros anos do século. Sua intenção primeira é tornar patente a peculiaridade religiosa-espiritual da Europa, o que explicaria o aparecimento do capitalismo, quando este já parecia chegando ao fim. O mundo não-europeu - China e Índia - ineresava-lhe somente na medida em que funcionava como contraste negativo para esclarecer a essência do capitalismo ocidental. A confiança no capitalismo permanece inalterada nos Estados Unidos do Pós-Guerra. Não é portanto, sua especificidade ético-religiosa o traço que importa sublinhar, mas sim, sua universalidade operante." (SOTELO, 1973: 21)

Segundo o autor, as categorias weberianas deixam de qualificar uma entidade histórica determinada - capitalismo - para insistir em sua generalidade exemplar - modernidade. Em PARSONS, a escolha de categorias weberianas, deslocadas de seu contexto original, permite definir pela negação o conceito de sociedade tradicional. Aqui o capitalismo eleva-se às alturas como "modelo universal", destacando-se a importância de um "sistema de valores" pertinentes como condição de mudança que as sociedades tradicionais devem adotá-lo para entrar na modernidade.

Na Teoria da Modernização o conceito de modernidade torna-se problemática, como cópia negativa das sociedades tradicionais, é incapaz de explicar os processos de mudanças no interior das próprias sociedades ditas modernas para as quais

não há lugar para uma teoria da modernização da modernidade, mas só para modernização do tradicional.

Segundo SOTELO (1973: 22), o conceito de modernidade - em contraposição ao conceito de sociedade tradicional implica nos seguintes postulados:

"a) a partir de um determinado momento histórico, que varia segundo os critérios empregados, indo desde o Renascimento até a Revolução Francesa, origina-se um processo de rápida mudança estrutural, processo esse que desencadeia energias incomensuráveis (modernidade, dinâmica);

b) uma 'racionalidade secularizada', aplicada ao conhecimento e domínio da natureza (ciências físico-naturais, com posterior extensão à técnica) e um comportamento econômico racional (capitalismo) produzem, ao se fundirem, um aumento quase inconcebível da produtividade (industrialização). A sociedade industrial, surgida em um espaço geográfico e cultural, determinado - a Europa ocidental - tende, por sua própria dinâmica, a expandir-se por todo o planeta - europeização ou ocidentalização;

c) a sociedade que antecede à 'explosão' da dinâmica, a chamada sociedade tradicional, corresponde, em suas estruturas básicas, àquelas regiões ainda não alcançadas, ou apenas parcialmente alcançadas, pelo processo de modernização;

d) esse dualismo constitutivo implica em uma única saída para as sociedades tradicionais; a integração à modernidade. Neste sentido a 'sociedade industrial' constitui o modelo que pretende reproduzir no mundo subdesenvolvido."

Neste sentido, a teoria da mudança de PARSONS e seus continuadores, girando no esquema dualista tradicional em oposição ao moderno, torna-se uma racionalização no sentido psicanalítico facilitando a elaboração de técnicas de esclarecimento que têm no tradicionalismo e na modernidade os pólos de referências. No intervalo entre estes dois pólos, podem ser construídas escalas e séries de estados e valores mais ou menos modernos ou atrasados, elaborando-se esquemas intermediários e complexos capazes de serem explicadas universalmente suas várias realidades. Nestas escalas e intervalos podem ser encontrados os elementos tradicionais, em diferentes níveis ou doses de mais ou menos modernos ou tradicionais. Estas multiplicidades de fatores que se aproximam mais ou menos dos tipos de referência vão caracterizar sociedades, como a brasileira, de sociedade em transição.

Esta teoria admite apreender empiricamente os elementos ou fatores retrógrados, inibidores, apáticos e tradicionais no processo de modernização em contraposição a apreensão dos elementos dinâmicos, simpáticos, estimuladores de tal processo, podendo-se, a partir deles, deduzir estratégias para combater os primeiros e impulsionar os últimos.

Por outro lado, o esquema aplicado na sociedade brasileira tem ressaltado os elementos dinamizadores do mundo urbano, como portadores da mudança, em contraposição aos elementos retrógrados e inibidores do mundo rural, como a estrutura agrária e a estrutura de poder das oligarquias, além do "círculo vicioso de pobreza", analfabetismo, práticas e atitudes

tradicionais, apáticas e mentalidades retrógradas não favorecedoras à adoção de novas práticas de consumo nem a uma nova mentalidade modernizante necessária para expansão da modernização.

Pelo seu turno este conceito de modernidade se assenta segundo SOTELO (1973: 24) em dois pressupostos fundamentais:

"1) pressupõe um corte profundo no processo histórico universal que inaugura uma nova época de rápidas mudanças estruturais, que implica em afirmar que ou as mudanças produzidas antes da "expansão dinâmica" não foram estruturais, ou então se processariam a um ritmo tão lento que não foram significativas;

2) Essas mudanças estruturais que caracterizariam a modernidade sustentam-se e regula-se a si mesmas através de um processo contínuo de expansão (dinâmica)."

Assim, se esses dois pressupostos são indispensáveis, para salvar o conceito de modernidade, dificilmente resistirão a uma confrontação histórica com o processo histórico que desde as sociedades antiga e medievais até as sociedades contemporâneas, estão marcadas por mudanças profundas e aceleradas, sublinhando-se que mesmo as violências, guerras e revoluções que acompanharam as mudanças profundas da modernidade européia, desde as revoluções francesa e russa, das guerras napoleônicas à Segunda Guerra, não se vinculam a esse modelo de modernidade, como mudança que se sustenta e se auto-regula.

Por outro lado, passados os períodos dos "milagres econômicos" da modernização, a experiência mostrou a falsidade dos pressupostos de tal teoria, como atestam vários estudos, que entre outros resultados, enfatizam o distanciamento entre os padrões de vida e de trabalho entre os países chamados modernos e os atrasados; o mito da revolução verde que acompanhou tal crença desenvolvimentista longe esteve de salvar as populações dos países pobres do Terceiro Mundo da hecatombe da fome e da pobreza; ao contrário, os problemas agravaram-se, quando se previa resultados falsamente propalados ao contrário.

Finalmente podemos destacar que a teoria da modernização ao amparar-se numa "sociologia científica" empírica e pragmática está vinculada às situações e processos sociais historicamente condicionados que a transforma em uma "técnica social" ou em uma espécie de "engenharia social". Ao mesmo tempo colocando-se como teoria e terapêutica, à medida que quer explicar de forma científica os fatores dinâmicos e retrógrados intervém na modernização, buscando reduzir ou eliminar os últimos e fomentar ou dinamizar os primeiros. O fato é que a sociologia, em geral, sempre se preocupou com as possibilidades e tendências prováveis de intervenção racional na realidade, seja em termos acadêmicos como os europeus, seja em vista a alvos utilitaristas, como os americanos de sociologia da modernização." (IANNI, 1970: 135)

Como ideologia capitalista, parafraseando CAMPOS (p. 4), ou seja, como teoria utilitarista e dinamizadora do real, a

teoria da modernização tem de ocultar, necessariamente, os fenômenos reais sempre que eles não se mostram úteis à dinâmica do real e à preservação da estrutura social, econômica, jurídica e política do capitalismo. Na sociedade teocêntrica, medieval, o critério de verdade das proposições e leis foi a verdade revelada pela sagrada escritura; na sociedade capitalista, pragmática, utilitarista, o critério de verdade é a utilidade, de tal forma que as leis e proposições produzidas no capitalismo são consideradas verdadeiras enquanto são úteis ao sistema. Neste âmbito, a teoria torna-se cientificista, quando sob o seu manto de utilidade, relações e leis ideológicas e aparentes ocultam-se as verdadeiras leis, relações, tendências, correlações e movimentos de sociedade real e multifacética.

Assim, sob conteúdos de teoria da modernização, o sistema teórico estrutural-funcionalista de expoentes como MERTON e PARSONS, torna-se ideologicamente distorcido, afastando-se do real em direção ao útil e para poder circular, ser aceito, tem que corresponder a uma outra exigência das relações capitalistas que é a de se apresentar com uma aparência racional. Isto significa dizer que a mesma racionalidade se pretende que exista e impere, no processo de produção material-capitalista, exige-se para o produto imaterial dos cérebros dos ideólogos do sistema.

4.3 - A teoria da modernização e suas bases clássicas e neoclássicas

A teoria da modernização expressa uma certa consciência, de homens que se designam racionais e modernos cuja única crença é a manipulação técnica do mundo. Assim, a técnica como fator de mudança deveria modernizar sociedades ditas retardatárias ou tradicionais, para aproximá-las dos padrões técnicos e racionais do mundo moderno que lhes serve de modelo e guia. Os povos não-modernos seriam povos sem história e sem destino em tal crença etnocêntrica.

Essa teoria sistematizada, com base racional, apoiada numa longa tradição sociológica e dotada de um grande poder de convencimento, apresenta-se sempre reatualizada e revitalizada em vários enfoques que convergem para uma mesma concepção: uma concepção otimista e unilateral da história, segundo a qual o mundo moderno seria um objetivo a ser alcançado e exemplo a ser seguido pelos países e culturas "primitivas", "atrasadas", "subdesenvolvidas". Acatada por todas as instituições internacionais, por tecnocratas e, no seio do grande público, na sua versão mais contemporânea, objetiva a recuperação do atraso dos países atrasados com relação aos países adiantados, percorrendo etapas de crescimento mal definidas, apesar das evidências analíticas de suas proposições e a imensa massa de dados reais tecnicamente manipulados, dando-lhes solidez e poder de convencimento quanto a sua cientificidade.

Segundo VERHELST (1992: 25) essa concepção resultou numa verdadeira ideologia do desenvolvimento, situando-se numa perspectiva um pouco simplista do evolucionismo marcante do pensamento científico do século passado, que não está tão somente subjacente aos contemporâneos como ROSTOW ou NURKSE, mas, sobretudo ao "edifício teórico" de neoclássicos como PARSONS ou MERTON, pode ser encontrada, também, nas teorias de seus predecessores como TÖNNIES e WEBER.

Assim, segundo esta teoria, prisioneira do darwinismo social, as sociedades evoluem a partir das formas inferiores, tradicionais, para as formas superiores, modernas. As diferenças culturais são conseqüências de sucessivos retardamentos. A modernização seria, portanto, a universalização da cultura superior, moderna. Seria uma ocidentalização ou racionalização ao gosto de WEBER e de seu eurocentrismo. Se no passado o darwinismo social foi usado para justificar a hierarquização das culturas, por outro, legitimava a hierarquização das sociedades, especificamente do colonialismo. A ideologia da modernização, agora com sua face darwinista, compartilha da mesma lógica e legitima um neo-colonialismo. A sua visão evolucionista negando as especificidades culturais, erige a crença na qual as sociedades tradicionais serão condenadas à extinção, se não percorrerem os diferentes estágios do crescimento econômico.

A força material dessa ideologia de recuperação do atraso, é expressa por grandes planos de desenvolvimento que favorecem a industrialização à custa da agricultura; por grandes

projetos faraônicos de infra-estruturas favorecendo as grandes empresas multinacionais que se instalaram nos países atrasados cooperando com sua modernização. Ao se instalarem em tais países, exploram novos e fabulosos mercados e "viveiros" de mão-de-obra barata, dócil e abundante. A população por sua vez, se submete ao fetiche do desenvolvimento simbolizado pelas grandes obras de infra-estrutura moderna e ao fascínio da transferência de tecnologias com enganadoras e ambiguas vantagens, entre elas, a de criação de empregos.

O Estado chamado a ser o demiurgo, conforme o "receituário keynesiano", de tal modernização, incorporando e difundindo essa ideologia através de uma rede de agências e de tecnocratas, como discurso triunfalista de cunho tecnicista e produtivista.

Segundo este discurso as mudanças, no caso da agricultura tradicional, devem consistir em mudanças de padrões de comportamento e de mentalidades. O "homem rural" à maneira ocidental deve absorver uma lógica e uma ideologia utilitarista, individualista; absorver uma visão técnico-racional do mundo e incorporá-la ao curso de sua vida, bem como, o mito e o fascínio das tecnologias necessárias à melhoria dos padrões de vida pelo alcance de alta produtividade. Desta forma recupera-se o mundo atrasado submetido a uma pobreza secular e crônica.

Por seu turno, tal teoria da modernização, volta-se para os resultados práticos, empíricos, de sua ação pragmática de mudanças previsíveis medindo os padrões de vida de acordo com

o consumo anual de fatores, bens e serviços que o indivíduo foi ou é capaz de adotar e medindo, a eficiência dos "pacotes tecnológicos", pela produtividade alcançada, sem levar em consideração custos de produção e "preços políticos" que oneram a atividade agrícola em proveito da industrialização, (a outra faceta da modernização) tanto a jusante como a montante da agricultura. Tal força material da ideologia, certamente, não teria se sustentado sem a ação paternalista do Estado com políticas compensatórias que iam do crédito rural subsidiado à assistência técnica gratuita.

Esta teoria incorpora um psiquismo ocidental, para o qual a pobreza significa ignorância e ambas constituem fatores que intervêm no processo de modernização de forma retrógrada. Sob esta ótica, ideólogos, de todas as matizes, tecnocratas, planejadores, desenvolvimentistas, pesquisadores, extensionistas, agentes comunitários, devidamente treinados e, constantemente reciclados em tais crenças sob a tutela de agências e cooperadores internacionais de todas as estirpes, povoaram o Terceiro Mundo, para vencerem os obstáculos a tal processo de modernização.

"... os desenvolvimentistas consideram que quase a totalidade das formas de vida não-ocidentais está maculada pela pobreza. No entanto, esta crença generalizada fornece uma interpretação singularmente errônea da realidade social (por ser etnocêntrica). Os especialistas e o público em geral ficam repetindo sempre erros grosseiros tais como: "assim que eu viro as costas", os camponeses fazem o contrário do que falei, ou por incredulidade ou por inconstância. Não se pode confiar

nesta gente; são ignorantes porque não vão à escola, porque são analfabetos; são sujos e pobres porque são preguiçosos; não têm senso de responsabilidade e devem ser guiados; devemos educá-los e fornecer-lhes cultura e educação!" (VERHELST, 1992: 64).

Isto se traduz, enquanto mecanismo de fabricação ideológica da teoria da modernização, em racionalização, que vê o homem rural do mundo atrasado e subdesenvolvido como cópia negativa do homem racional e moderno bem a gosto da concepção típico-ideal weberiana. Outro mecanismo se faz subjacente o da simbolização: Pobreza simboliza ignorância e ambas simbolizam um "círculo vicioso de pobreza" que como símbolo do atraso é preciso erradicar. É uma doença, uma anomalia que expressa uma situação que tem causas individuais e não histórico-estruturais profundas e complexas. A simbolização da pobreza ao extrair uma parte do conteúdo real, símbolo das sociedades tradicionais, do atraso, se traduz numa representação distorcida, de modo a excluir os conteúdos desagradáveis que a própria realidade impõe. Deixa-se de lado, por exemplo, o modo específico de como as sociedades ditas retardatárias da modernidade ocidental estão inseridas no processo de acumulação do capital, pressupondo-se relações causais com o seu atraso e a manutenção de relações arcaicas e seculares de poder e dominação, que a simbolização contribui para escondê-las. A pobreza, a ignorância, o "círculo vicioso de pobreza", isolados do objeto real de análise apresentam-se como neutralidade operativa para ação modernizatória tida como remédio para seus males e conseqüências.

Por sua vez, na **racionalização** subjacente, os tais desideratos parecem atributos de valor absoluto e caráter ideal do homem moderno e racional, em contraposição ao homem atrasado, irracional e ignorante do campo. Neste mecanismo, os defeitos, imperfeições e erros do sistema são atribuídos aos indivíduos. São os indivíduos atrasados os primeiros obstáculos ao processo de modernização. Esta modernização por si mesma é neutra e eficaz. A culpa das distorções do sistema é atribuída à incapacidade dos indivíduos de adotarem 'receitas miraculosas' das sociedades modernas. A **projeção** aqui, aparece também, como mecanismo de construção ideológica do sistema teórico da modernização. A culpa do atraso está nos indivíduos apáticos, retrógrados; a culpa da ineficiência das políticas desenvolvimentistas ou modernizatórias é: por defeito do sistema ou por ignorância dos indivíduos incapazes de se conduzirem de forma racional e de darem caráter técnico-racional aos seus empreendimentos.

Já na década de 50, por exemplo, através do sistema de extensão rural - sistema ABCAR, a concepção elitista e estereotipada subjacente a Teoria da Modernização é reproduzida com apoio da Aliança para o Progresso e outras agências norte-americanas, através de uma rede de escritórios técnicos, núcleos de alfabetização, clubes de mães, clubes 4S, clubes agrícolas de jovens rurais, etc. que teriam o papel de socializar as populações "atrasadas" em novos padrões de comportamentos e de mentalidades modernas do homem urbano-industrial. Assim:

"Esses reflexos elitistas resultam numa concepção do desenvolvimento essencialmente apolítica, segundo a qual só se pode atacar a pobreza através de programas de educação rural para adultos, de campanhas de alfabetização funcional, de cursos de nutrição e higiene, de classes de corte e costura e bordado... servem de instrumento para se jogar um véu pundoroso sobre as verdadeiras causas dos problemas, de caráter tão sutilmente político, que é embaraçoso falar no assunto" (VERHELST, 1992: 65).

A confusão deliberada, na armação do esquema de análise de tal teoria, carrega uma complexidade que não é essencial à operação cognitiva, e tem o intuito de desviar a atenção para os aspectos laterais, secundários, dos fatos analisados, como resultantes da pobreza, que por sua vez, são vistos como anomalia que se compara à propensão psicológica do "homem moderno" a consumir: quanto mais consumo melhor padrão de vida, quanto menos consumo, mais reduzidos serão os níveis de vida. Aqui, a **conceitualização arranjada** aparece como operação lógica que deve dar coerência interna e aparência de validade ao sistema teórico em discussão. A pobreza sendo combatida pela via da modernização é enfatizada no plano da cultura, já que superados os fatores retrógrados da ignorância, do apego à tradição, os indivíduos passariam a adotantes da cultura material urbano-industrial cuja racionalidade é a propensão a consumir. Aqueles não-racionalizados por tal modernização, não adotantes de práticas ideais e padrões de consumo modernos seriam voluntariamente alijados da

modernização e estariam fadados a desaparecer conforme a faceta darwinista de tal teoria.

De forma geral, a teoria da modernização aparece como modelo de tipo universal e de base científica para explicar a transição do tradicionalismo ao modernismo ocidental. Desde WEBER, a sociedade capitalista ocidental em sua propalada singularidade histórica é um modelo típico-ideal que tenderia a universalizar-se como destino de todos os povos e culturas retardatárias ou tradicionais. Na teoria da modernização, com raízes na epistemologia weberiana, o capitalismo dos países ditos modernos se torna pólo de referência e sua modernização padrão de medida cujas variáveis são arranjadas conforme a teoria malthusiana que estuda a população como mera abstração cuja empiricidade se traduz num psicologismo que reduz os problemas reais aos padrões comportamentais dos agentes individuais.

A população como mero conjunto de seres vivos, mesmo introduzidos e correlacionados aos fatos sociais, às chamadas variáveis demográficas, econômicas, histórico-comparativas e culturais (renda, tamanho da família, níveis de escolaridade, idade, ocupação, etc.) aparece como racionalização que encobre as condições histórico-sociais de sua produção e reprodução social. A teoria da modernização, não trabalhando a gênese da mudança nas relações sociais, transmuta seu plano de análise para a esfera individual, de forma que, se mecanismo operativo de séries estatísticas, de técnicas de escalonamento, e de cruzamento, correlações e análise de variáveis, por falta de uma

base teórica interpretativa, aparecem não com uma coerência lógica, mas como uma "neutralidade" imanente ao próprio esquema teórico (OLIVEIRA, 1977: 131).

Segundo (CARDOSO, 1969: 11), neste tipo de análise, supunha-se que as diferenças, num plano macrosociológico, ou a descontinuidade entre as nações, significariam uma anomalia dentro de um mesmo padrão estrutural e não modos determinados de relação entre estruturas que se distinguem entre si por suas funções e por sua complementaridade.

PARSONS (1969: 21) define a sociedade como um sistema social que por sua vez, é constituído pela interação de indivíduos (que têm objetivos, idéias, atitudes, etc). O indivíduo neste sistema social é ator e ao mesmo tempo objeto de orientação tanto para si mesmo como para outros atores. A sociedade como sistema social é analisada, por seu turno numa ótica evolutiva e outra comparativa. Na primeira, PARSONS considera o homem como integrante do mundo orgânico; a sociedade humana e a cultura como analisado no quadro geral adequado ao processo de vida. Neste prisma, o seu princípio é o de que a evolução é aplicável ao mundo das coisas vivas (incluindo o aspecto social da vida humana). E daí, deriva o seu arranjo conceitual básico da evolução orgânica, como por exemplo, variação, seleção, adaptação, diferenciação e integração que pode se ajustar, adequadamente, aos aspectos sociais e culturais, conforme o centro de interesse do analista do sistema.

Em escala, a evolução sócio-cultural, como evolução orgânica, avança, então, através de variações e diferenciações, da forma mais simples às mais complexas. Nesta escala bipolar, a imensa variabilidade dos padrões humanos de ação é considerada pelo autor, como um dos fatos mais importantes a respeito da condição humana. Assim, o simples fato de os ambientes culturais, físicos, biológicos, psicológicos, e sociais das sociedades bem como, de outros sistemas sociais, serem muito variáveis, é razão suficiente para esperar que as sociedades, sendo interdependentes destes fatores ambientais, bem como, autônomas com relação a eles, também variem consideravelmente. Neste caso para a investigação, a análise funcionalista da sociedade se vê limitada, também, pela perda de substâncias de seu suposto fundamental que leva a conceber as mudanças como um processo de acumulação de disfunções.

A história contemporânea, dos países de sociedades e culturas chamadas retardatárias, tem evidenciado que as "disfunções" podem acumular-se sem provocar transformações estruturais, não só no poder, mas nas próprias mudanças do padrão de ordenação das relações entre os grupos sociais. Há casos na contemporaneidade latino-americana, em que as transformações econômicas alteram aspectos na forma de organização social sem, contudo, alterar as relações entre as sociedades tradicionais e aquelas ditas modernas, no que diz respeito à mudança na direção teoricamente prevista ou seja a adoção pelas primeiras das características estruturais das segundas.

Neste âmbito, a teoria da modernização, como variante estrutural-funcionalista da sociologia, está carregada de distorções, ilogismos, racionalizações, seccionamentos da realidade imediata e arranjos conceituais considerados como resultados do esforço de adaptação dos interesses, valores, preconceitos e privilégios que a sociedade padrão, moderna, e os seus grupos de interesses sobre o mundo tradicional ou atrasado desejam preservar, ampliar e consolidar, que embora inconvenientes, não deixam de ser arbitrários.

Um dos mecanismos de distorção ideológica da realidade é a **homogeneização**, já que segundo PARSONS e seus seguidores, todas as sociedades que se desviam da sociedade padrão são sociedades fadadas ao tradicionalismo em várias fases intermediárias ou níveis transicionais conforme se afastem ou se aproximem do tipo padrão.

A **globalização**, também, como mecanismo de constituição do "corpus" de tal teoria, aparece como homogeneização no plano global dos fenômenos e dos fatores heterogêneos e complexos como sociedade tradicional, "círculo vicioso de pobreza", etc., que seriam combatidos com uma modernização que atenderia às aspirações de consumo existentes e revolucionaria as expectativas de adoção de fatores modernizantes, aproximando cada vez mais essas sociedades sem destino próprio e retrógradas aos padrões técnico-rationais das sociedades modernas. A modernização seria passível de mensuração e comparação empíricas por um poderoso arsenal de técnicas estatísticas manipuladoras de uma imensa massa de

dados que poria à prova a validade de tal sistema teórico de maneira irrecusável.

A análise tipológica do "corpus" teórico da ideologia da modernização com base nas obras de PARSONS e MERTON, sustentando que as sociedades como as latino-americanas são um tipo estrutural denominado tradicional em oposição e em direção às sociedades do tipo modernas. Têm metodologicamente raízes na velha dicotomia comunidade/sociedade de TÖNNIES. Mas, a tendência em classificar as múltiplas formas de relações sociais em dois tipos básicos e opostos tem uma longa tradição na história do pensamento social ocidental. A teoria da modernização herda e reatualiza esse modelo básico típico-ideal, primitivo/civilizado; adiantado/atrasado; moderno/tradicional; rural/urbano. Neles o europeu é moderno, civilizado, urbano, racional, em oposição ao homem tradicional, selvagem, rural, fanático, arcaico, das sociedades ditas tradicionais, primitivas ou transicionais do chamado Terceiro Mundo.

A mudança do plano de análise aparece aqui, como faceta de construção ideológica, etnocêntrica, da representação científica, enquanto mudança do quadro de análise do geral, do social ao plano individual, resultando num reducionismo sociológico que confronta, por este plano, dois mundos opostos e delimitados, historiograficamente, de forma que, a teoria adquire uma plasticidade operativa como modelo não só lógico-racional, também universal. Por isso é capaz de estabelecer relações, correlações, conclusões, supostamente, válidas entre

os mundos tipologizados e opostos. No curso da análise o plano objetivo, global, real, é mudado para o plano subjetivo (cultural), individual (psicológico) aparente ou fictício (arbitrário), o que pode pôr à prova tal modelo como representação cientificista da realidade.

Há, certamente, raízes intrínsecas entre a concepção dicotômica da vida social de TÖNNIES e a visão de PARSONS, já que o modelo parsoniano orienta-se no estudo das sociedades numa perspectiva evolutiva (biológica, orgânica) e numa perspectiva comparativa (reflexiva), como já foi colocado em evidência, anteriormente. Para TÖNNIES, por seu turno, a vida social baseia-se na distinção entre duas formas de vontade: a vontade orgânica (que diz respeito à atividade do homem como ser vivo), exprime diretamente as necessidades vitais do homem na totalidade de seu modo de ser - uma totalidade que compreende estados biológicos, sentimentos e pensamentos; embora o pensamento se subordine ao conjunto das motivações das ações humanas e na vontade reflexiva (expressa o predomínio do pensamento, algo artificial), aquela que o homem teria construído ao longo da evolução, por acréscimo, submetendo parte de sua atividade ao controle do pensamento ou da racionalidade.

Assim, a vontade orgânica inclui o pensamento, enquanto a reflexiva é um pensamento que envolve a vontade.

Um pouco tautológico, mas, a vontade orgânica, que compreende o desejo, o hábito, e a memória, "os dois últimos adquiridos na aprendizagem", combinados com o desejo

determinam o caráter moral do indivíduo. A moralidade, para ele, faz parte dessa vontade orgânica. Já a vontade reflexiva compreenderia três formas: a reflexão, pela qual o pensamento governa a ação; a conveniência, pela qual o pensamento pondera as razões de escolha de uma dada finalidade, conforme a situação em que se encontra o agente finalmente o conceito, pelo qual o pensamento, como formal, considera genérico e racionalmente os objetos e finalidades da ação abstraindo-o de seu contexto concreto (ROCHER, 1977: 160-173).

Os tipos de vontades servem para TÖNNIES para caracterizar os diferentes tipos de ação social: ações diretamente observáveis, irracionais, baseadas no hábito. São ações rotineiras que envolvem as motivações individuais sem subordinar-se às motivações puramente racionais, que são outras motivações. Esta tipologia é reelaborada por WEBER da seguinte forma: a ação tradicional e a ação afetiva corresponderia a vontade orgânica de TÖNNIES; enquanto a ação racional, com relação aos valores e a ação racional com relação aos fins, corresponderia à ação reflexiva. Neste âmbito, o psicologismo de TÖNNIES está no seu interesse pelos fundamentos psíquicos da ação individual somente como ponto de partida para compreender as relações sociais, indo a análise da ação individual para a caracterização dos grupos sociais.

Assim, na vontade orgânica, predominaria as relações comunitárias, enquanto, na vontade reflexiva predominaria as relações societárias. O que corresponderia às sociedades ocidentais e não-ocidentais em WEBER, ou ainda, às sociedades

do tipo tradicional e às do tipo moderno na concepção parsoniana, continuando a tradição epistemológica típico-ideal de WEBER.

Em TÖNNIES, a oposição entre estas duas vontades significativas tanto para os indivíduos, como para os grupos sociais, é objeto de predominância de uma sobre a outra. Tende a predominar na orientação, também, das ações recíprocas entre os indivíduos. Mas, as ações recíprocas, para ele, são as das relações sociais entre os indivíduos.

As duas vontades de TÖNNIES se aproximariam, respectivamente, com respeito às relações comunitárias e as relações societárias a dois tipos de agrupamentos sociais opostos e duais: comunidade versus sociedade (NISBET, 1969: 100-114).

Esta espécie de tipologia, constituída de duas categorias teóricas, polares e opostas, seriam, assim, tipos puros vistos como extremos de uma escala contínua ao longo da qual se situariam as relações reais, é comum, também, a WEBER e a PARSONS e apresenta-se como uma racionalização que pretende encaixar-se à vida real, complexa e multifacetada.

WEBER, reelaborando o modelo de TÖNNIES, apresenta sua influência não só nos tipos de ação motivadas por crenças de ordem legítima, mas também nos conceitos de comunalização (sentimentos pertinentes à tradição e afetividade) e socialização (baseado num ajuste de interesses motivados racionalmente). Assim, deixa-se entrever epistemologicamente na mesma tradição sociológica, que em "continuum" é

reelaborada por PARSONS numa situação histórica, na qual, o pragmatismo e o empirismo expressam os atributos de uma teoria sociológica da modernização difundidos nos meios técnicos e intelectuais dos países ditos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo - por sociólogos de universalidades e tecnocratas de agências de cooperação internacional norte-americana - é chamada a atuar no ajuste de percalços do planejamento, execução e derramagem de programas de desenvolvimento, fazendo diagnósticos, prognósticos, elaborando projeções e estratégias sobre fatores tidos como negativos e/ou positivos no processo de modernização das sociedades tidas como tradicionais corrigiam-se, através de um aparato técnico e analítico as disfunções; e se promoveriam ajustes necessários à mudanças equilibradas do sistema, que possivelmente não se sustentaria se a instalação das ditaduras militares e seus aparelhos de repressão e controle policial e social.

Retomando à análise, depois dessa inflexão de desconcentração do pensamento, no seu viés interpretativo, WEBER ao discordar da concepção idílica de comunidade como reino da solidariedade humana, de TÖNNIES - até porque solidariedade não cabe na sua crença de que a sociedade é uma espécie de caos, de uma multidão de ações humanas significativas movidas por interesse dominação - investe contra a concepção liberal da economia e do Estado, afirmando que qualquer relação social (comunitária ou societária) pode ser

objeto de luta entre os homens, seja a luta belicosa (com meios violentos) ou a luta pacífica (chamada de concorrência).

WEBER, ao combater a concepção liberal do Estado e da economia de seu tempo - caracterizado por um processo de desaceleração do processo de acumulação do capital e de crise política profunda, com a emergência das classes subalternas de sociedade na luta pelo poder e assalto a tal Estado - torna-se um precursor de sociólogos neo-clássicos da estirpe de um PARSONS em uma conjuntura onde o Estado contemporâneo a gosto da Teoria Geral de KEYNES, torna-se Estado empresário e interventor na economia e na sociedade, de modo a promover a inexorável racionalização sob "etiqueta" de desenvolvimento ou modernização favorável à estabilidade do sistema.

Para WEBER (como para PARSONS) a luta belicosa do "vale tudo" nas sociedades do tipo tradicional (lutas de libertação nacional no tempo de PARSONS e lutas socialistas proletárias no tempo de WEBER) deveriam dar lugar à luta regulamentada; a concorrência regulamentada como é o seu termo, que acabariam predominando, graças ao processo de racionalização de todas as esferas da vida, uma vez desencadeada das sociedades modernas do tipo ocidental difundir-se-ia sobre todos os povos como predestinação.

As formas de lutas regulamentadas, por sua vez, variam em função de seu objeto (poder político, poder econômico, superioridade artística ou esportiva, vantagens eróticas, poder técnico e científico) e dos meios que empregam (força física, astúcia, capacidade intelectual, etc). Assim, a racionalização,

como resultado e pressuposto da regulamentação pacifista, acabaria abolindo certos meios e objetos de luta, tolerando outros, pois, o Estado legal, como epifenômeno da racionalização, acabaria regulamentando, institucionalizando e racionalizando a concorrência, como forma de luta das sociedades modernas. Implanta-se aqui, a crença na manipulação técnico-racional do mundo, por ser "a gaiola de ferro" da burocracia, como dominação legítima, o destino de todos os homens, independentemente, de castas, status e classes.

No prisma metodológico dessa corrente sociológica típico-ideal, eleitos no plano teórico, os conceitos opostos de comunidade/sociedade, tradicional/moderno; rural/urbano como esquema de estudo da realidade em função das preferências pessoais e intelectuais dos sociólogos da modernização, e elevados os conceitos a essências típico-ideais, os aspectos valorativos teriam de ser postos de lado em benefício da análise objetiva, escondendo-se no afã de uma imparcialidade científica, as relações causais entre os resultados do objeto estudado e a possibilidade de manipulação técnica do mundo e da cultura como destino.

O tradicional e o moderno em PARSONS, como expoente da corrente sociológica norte-americana, são a aplicação da tipologia comunidade/sociedade ampliada aos problemas do desenvolvimento. Tais conceitos são aplicados tanto no plano microssociológico, através de análises empíricas e sistemáticas dos fatos sociais; como no plano macrossociológico, em estudos que enfocam a mudança estrutural.

No primeiro caso, desenvolve-se uma tipologia das relações sociais ditas primárias - caracterizadas como pessoais, afetivas, orientadas por normas tradicionais, típicas de populações e grupos de indivíduos do subsistema social do Terceiro Mundo e das ditas secundárias, caracterizadas como impessoais, categóricas, orientadas por normas racionais, típicas de indivíduos e grupos do subsistema social moderno. Esta tipologia de relações sociais, primárias e secundárias, podem ser aplicadas no plano do mundo rural versus mundo urbano-industrial, respectivamente.

Já no plano macrosociológico, desenvolve-se uma tipologia de países e regiões tradicionais, onde predominariam as relações ditas primárias que são associadas ao emprego de técnicas econômicas ou produtivas rotineiras, predominantemente, agrícola e atrasada; e países e regiões modernas, caracteristicamente, urbano-industriais e dinâmicas.

Reeditando e reelaborando essa tradição sociológica dualista, a pretensão de PARSONS e seus continuadores, foi revitalizar uma concepção evolucionista da mudança social que dá corpo ao modelo estrutural-funcionalista de explicação sociológica, cujo princípio é a crença, de cunho weberiano, na inexorabilidade do processo de racionalização, conhecida, contemporaneamente, como teoria da modernização. Assim, segundo essa teoria:

"Com a implantação de parques industriais nas cidades, as cadeias do tradicionalismo seriam gradativamente rompidas. As populações urbanas se modernizariam

diretamente pela pressão racionalizadora e secularizadora do próprio ambiente urbano-industrial. As populações rurais, indiretamente, pelos efeitos contagiantes da difusão de bens materiais e idéias modernas nos segmentos tradicionais da sociedade. Os modernos meios de comunicação de massas teriam uma importância fundamental neste contexto" (GALIANO, 1981: 137).

Assim, os impactos sociais da modernização, no campo, decorrentes do privilegiamento de questões referentes à racionalidade técnica e econômica da produção, como analisa MARTINE, et alii (1987: 9), se não eram desejáveis, pelo menos, já eram previstos e, portanto, se não foram resultados de disfunções não corrigidas ou defeitos do sistema não ajustados, tal teoria e seus ideólogos terminaram por usar mecanismos arbitrários de fabricação ideológica de uma representação que sequer científica da realidade, através de processos de globalização com elevação da renda per capita, elevação dos níveis de renda, distribuição de renda, elevação dos níveis de vida, aumento das taxas de emprego, distribuição dos fatores e benefícios produtivos; elevação do acesso e do uso à terra, entre outros signos ideológicos que dão corpo a um discurso apologético escondendo aquilo que outro discurso implícito no modelo teórico usa e defende.

Retomemos a análise das limitações do esquema moderno tradicional da análise estrutural-funcionalista. Segundo CARDOSO & FALETTTO (1970: 17), em tal esquema os conceitos tradicional versus moderno são muito amplos para abranger de forma precisa todas as situações existentes e nem

sequer, permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram as condições de seu funcionamento e permanência. Por outro lado, pouco se estabelecem, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades tradicionais e as modernas.

Para os citados autores mesmo inferindo-se certas características dos tipos de sociedades mencionadas, a partir das formas concretas adotadas pelas diferentes fases do processo de desenvolvimento, torna-se impossível explicar os modos de transição de um tipo de sociedade para outro. Dizem eles que:

"Com efeito, a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo cumulativo no qual se agregam novas 'variáveis' que se incorporam à configuração estrutural implícita fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria".
(op. cit., p. 18)

Neste sentido, a análise estrutural-funcionalista obscurece as relações reais. Suas categorias básicas tradicionais versus modernos que compoem uma tipologia polar em oposição, comparativa e redutora, simplifica a pluralidade possível dos fenômenos tanto a nível macro como a nível microssociológico, explicitando a operação lógica e a natureza ideológica de um modelo crivado pela **homogeneização**, que reduz o irreduzível à realidade complexa das sociedades em estudo. Assim:

... "As análises do modernismo e do tradicionalismo parecem exclusivamente simplificadas quando se estabelecem uma relação única, por um lado entre desenvolvimento e sociedade moderna, e por outro - entre subdesenvolvimento e sociedade tradicional. Com efeito ... a relação entre desenvolvimento e modernização se verifica necessariamente, se supõe-se que a dominação das sociedades mais desenvolvidas exclui os "grupos tradicionais". Por outro lado, também pode dar-se o caso de que a sociedade se modernize em suas pautas de consumo, educação, etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema em relação ao centro". (idem, p. 18)

Mas, é importante sublinhar, que a construção teórica da modernização como modelo estrutural funcionalista está mais assentada na descrição empírica do que em qualquer fundamentação teórica que se proponha à explicar os fenômenos que se podem descrever. A explicação, portanto, em tal modelo, é indiretamente derivada da descrição. O esforço teórico é o de transformar a descrição em explicação, no final o processo é exatamente a descrição do ponto de partida, e não elucidação das contradições e a da natureza das relações sociais de produção, as quais pressupõem um modo específico de existência de produção com diferentes padrões de vida e graus de desenvolvimento tecnológico e cultural variados e cambiantes.

FERNANDES (1967: 175), falando sobre a natureza e significado epistemológico do método de interpretação funcionalista na sociologia e se referindo-se aos seus limites metodológicos, sobretudo, de MERTON, enfatiza que o

conhecimento fornecido por tal análise permite completar a representação sociológica da realidade social, introduzindo-se nela, os aspectos da vida social que podem ser conhecidos através de conexões funcionais. Desta forma, o modelo oferece algumas perspectivas de manipulação prática das situações sociais de vida. No modelo, encontra-se a sociologia aplicada em sensível instrumento para descrição dos problemas sociais e a seleção dos meios para submetê-los ao controle racional, principalmente quando requer o tratar de problemas de desajustamento social que podem ser corrigidos mediante mudança social provocada.

Isto é possível à medida que o modelo estrutural-funcionalista resolve os vários problemas que se inscrevem enquanto objeto da "sociologia científica", empírica; e, em particular os que dizem respeito: 1) às relações da sociedade com o seu meio físico ou com o organismo humano; 2) os processos de socialização através dos quais os indivíduos se transformam em personalidades e são localizados no sistema de posições sociais; 3) à continuidade social sob o amplo aspecto da estabilidade e da mudança e à classificação dos tipos sociais. Isto pressupõe que esses alcances do modelo, em epígrafe, fazem jus à crença da manipulação técnica dos grupos sociais que lhe é subjacente, uma vez que seus arranjos conceituais e racionalizações lhe conferem uma utilidade e destreza, muito elevada, de manipulação técnica dos dados empíricos da realidade imediata com um volume de dados irrecusável.

Entretanto, FERNANDES (op. cit., p. 122), analisando os chamados modelos funcionalistas, critica-os quanto a sua lógica interna: **na observação e construção racional da realidade** - as conexões funcionais ao dependerem do modo de considerar os fenômenos sociais, quanto à condição de tempo, demonstram que o método é mais adequado à investigação das sociedades em que vivem os pesquisadores, que às sociedades do tipo "primitiva", em particular. Por seu turno, **a inferência indutiva e a generalização de tal arcabouço teórico** pressupõem certos esquemas teóricos prejudiciais à indução analítica. Os procedimentos empregados para descobrir, isolar e explicar as condições funcionais envolvem o recurso sistemático a noções em que os modos de vinculação recíproca, das unidades investigadas, encontram-se pré-estabelecidas de certa maneira. Isto pode levar à aceitação precipitada de uma hipótese; à generalização de inferências estabelecidas a inúmeros casos ou situações a que, talvez, não se apliquem devidamente. Isto pode conduzir a explicações hipostasiadas da realidade social.

Quanto à **representação do equilíbrio social**, o modelo em pauta, pressupõe operar com duas condições essenciais: 1) uma maneira particular de definir as relações dos fenômenos entre si e com os efeitos que eles produzem, os quais apareçam, sob o campo da reconstrução racional e da interpretação, como conexões funcionais; b) o "corte" praticado, de forma mais ou menos arbitrária, embora fundamentado em apreciações teóricas de ordem empírica e em propósitos teóricos definidos na sucessão dos fenômenos. Assim, logicamente, sendo a segunda

condição, uma conseqüência da primeira, ambas contribuem para introduzir uma dupla limitação no horizonte intelectual do sujeito no que concerne à natureza das relações a interpretar e ao limite de tempo. Assim, esta perspectiva teórica predispõe o sujeito a pesquisar as conexões funcionais que melhor tenha correspondido à representação racional elaborada e explicar, através dela, os fenômenos sociais considerados. O resultado final é a redução do horizonte interpretativo do pesquisador: a realidade que deveria ser descrita como um todo, passa a ser descrita em alguns de seus aspectos não importando que sejam os mais numerosos ou mais importantes.

Esse processo de ajustamento do pesquisador à realidade se reflete, por sua vez, na explicação da dinâmica social, restringindo a aplicabilidade do método aos problemas sincrônicos, já que o equilíbrio social é suposto como contínuo ou definido em termos das condições permanentes da vida social. São meramente excluídos do campo de consideração, os fenômenos que não cabem em nenhuma dessas alternativas.

Ante tais limitações o "seccionamento" da realidade fática do campo de investigação que se considera próprio do modelo, mediante a eliminação da realidade o que se supõe fora do campo de investigação, baliza-se o campo de estudo, considerando-se exagerados alguns problemas e variáveis incômodas capazes de invalidar a análise.

Outro mecanismo limitante, o da interpretação da vida social como um todo. O autor considerado reconhece que o conhecimento obtido por tais modelos funcionalistas representa

a realidade como um todo, mas só nas condições empíricas em que ela pode ser compreendida, esgotadas essas condições, esgota-se o poder de interpretação do pesquisador. Neste caso a reconstrução global de uma realidade, dada a própria complexidade dos fenômenos, impõe o recurso a abstrações que restringem as proporções do todo, sem deformá-lo, quando as relações dos fenômenos que devem ser descritos e interpretados em cada caso, para apresentar-se como modelo artificial e a-histórico, imutável e universalmente válido, porque, cientificamente, é apoiado nos fenômenos sociais mediatos. A concreção estaria na empiria que supõe a descrição de tais fenômenos e sua relação funcional no sistema que se quer equilibrado. Assim, neste modelo, os ideólogos podem dar exatidão à representação da realidade aprimorando as racionalizações que mais dão precisão fictícia.

4.4 - A teoria da modernização: bases contemporâneas

No momento anterior, fez-se uma análise da construção ideológica da teoria da modernização em seus antecedentes, ou seja, em sua visão clássica e neoclássica, enfatizando-se não só a sua crença, entre outras, da manipulação técnica do mundo; mas também de suas bases empíricas de representação científica da realidade.

Neste segundo momento, serão analisadas as bases teóricas contemporâneas em seus vários enfoques. Constituem os

pilares do sistema de idéias que inspiram e dão corpo às políticas de desenvolvimento ou modernizantes. Tidas como espécie de credo por tecnocratas e governos, difundindo-se, coletivamente, através de uma rede de agências e escritórios regionais e locais de desenvolvimento e uma multidão de técnicos, extencionistas, educadores e agentes comunitários, como crença coletiva de combate ao atraso, à pobreza, à fome e outros "males" do seu desenvolvimento pela via da modernização de padrões de comportamentos e de mentalidades, adotando-se idéias e tecnologias modernas.

Colocadas estas questões introdutórias, serão examinados os enfoques, tendências teóricas que convergem para um "corpus" de uma sociologia da modernização. Nos inspiraremos em FRANK (1975: 109) seguindo suas pegadas de seleção e análise, como também em GERMANI (1969), em sua obra "A Sociologia da Modernização" que trata de seus vários enfoques convergentes.

Para ideologia do desenvolvimento ou da modernização convergem teses descritivas e empíricas de tratadistas como LACOSTE, passando por NURKSE, que propôs a teoria do "circulo vicioso de pobreza" até um ROSTOW, com sua teoria das "etapas", linearmente colocadas, a partir do momento "tradicional" até o consumo de massa, situando o ponto crítico no lugar em que se produziria o arranque para o desenvolvimento, o chamado Take-off - (GONZÁLEZ, 1980: 30). Mas, também, convergem contribuições como as de NASH, ROSELITZ e outras correntes da sociologia norte-americana

contemporânea sobre a modernização e a mudança em sociedades ditas atrasadas ou subdesenvolvidas. O próprio MANNIG NASH citado por FRANK (op. cit., p. 112) classifica estas correntes da seguinte forma:

"Há, em minha opinião, apenas três modos de enfrentar o problema da mudança social e do desenvolvimento econômico: O primeiro é o método de índices: as características gerais de uma economia desenvolvida são abstraídas como um tipo ideal, que, então, contrasta com os traços igualmente típico-ideais de uma economia e de uma sociedade pobre. De acordo com este modo, o desenvolvimento é considerado como a transformação de um tipo em outro. Exemplos mais elaborados desta modalidade podem ser encontrados em *Sociological Factors in Economic Development*, de Roselitz ou em "Structure and Process" in *Modern Societies*, de Parsons, ou em parte da obra do sociólogo Marion J. Levy Jr."

O segundo é a perspectiva de aculturação do processo de desenvolvimento. Ocidente (considerado aqui como comunidade atlântica de nações desenvolvidas e suas ramificações ultramarinas) difunde conhecimentos, especializações, organizações, valores, tecnologia e capital para uma nação pobre, até que, com o decorrer do tempo, na sociedade, cultura e população se convertam em variantes daquilo que tornou economicamente próspera a comunidade Atlântica. Exemplos desta linha de pensamento podem ser encontrados em *Labor Commitment and Social Change in Developing Areas*, de Moore e Feldman (que também inclui ensaios de Nash e Hoselitz, e em *The Passing of Traditional Society*, de Lerner ou nos diversos trabalhos que explicam como a União Soviética e o Japão "o fizeram". (...)

O terceiro ... é a análise do processo tal como está ocorrendo agora nos chamados países subdesenvolvidos.

Esta abordagem conduz a uma hipótese de mesma escala, mais a uma perspectiva do que a uma retrospectiva de mudança social, a um cômputo total dos contextos político, social e cultural do desenvolvimento..."

Parafraseando FRANK (op. cit., 114), este esquema classificatório de NASH nos serve de ponto de partida para análise de uma diversidade de contribuições e enfoques, mas está longe de esgotar as possibilidades de enfrentar os problemas da mudança social e do desenvolvimento econômico, já que existem as correntes contra-ideológicas, como a chamada teoria da dependência, que tratam da questão e oferecem uma grande fertilidade teórica na abordagem de diferentes problemáticas do chamado mundo atrasado e subdesenvolvido. Se NASH está essencialmente certo em acreditar que tais problemáticas esgotam nestes modelos ou enfoques da sociologia norte-americana contemporânea, as possibilidades de interpretações no que se refere a tais problemas são de vital importância na atualidade.

Assim, tomando esta classificação como ponto de partida, tentaremos incluir outros (atores) autores contemporâneos da sociologia de cunho estrutural-funcionalista, e, sempre que possível fazendo ponte com a economia, pois em matéria de política de desenvolvimento, a economia e política estão afetadas aos problemas de construção ideológica de uma representação científica da realidade.

Faz-se necessário ainda uma advertência: não consideraremos PARSONS como contemporâneo, posto que a

tradição sociológica o coloca como neo-clássico da mesma estirpe de um Keynes na economia. PARSONS e outros que lhes antecederam serão sempre considerados como referências. Outros autores norte-americanos como SHULTZ e SCHUH (embora economistas), por estarem voltados para problemática específica da modernização agrícola serão tratados num capítulo específico: o capítulo seguinte.

4.4.1 - Abordagem típico-ideal

Esta abordagem tem suas raízes diretas fincadas na concepção de MARX WEBER e TALCOTT PARSONS.

Segundo FRANK (op. cit., p. 114-115), o método de índices típico-ideais trata dos problemas da modernização, em termos de desenvolvimento econômico e de mudança social e estrutural, por meio de uma teoria estática e comparada de tipos ideais polares. Técnicos do Banco Mundial, como Kindleberger (1952) rotulou este enfoque como abordagem de hiato. Consiste em subtrair os traços ou índices típicos ideais do chamado subdesenvolvimento daqueles do progresso e o resultado é o programa de incremento. Este enfoque tem duas variantes, segundo o citado autor:

O modelo de variáveis-padrão: representado por HOSELITZ, que toma as variáveis-padrão do social System de Parsons e aplica-as à explicação sociológica da realidade carente, pelo seu empirismo, de uma base interpretativa da realidade. Mas o que seriam as variáveis-padrão?

Seriam "tipos de escolhas abertas a seres humanos que têm propósitos, são dicotômicas ... que representam extremos polares. Um deles denomina-se universalismo e particularismo. Em outras palavras: a qualquer pessoa que se encontre numa situação que exige uma escolha referente às suas relações com outros - deve-se perguntar se ela vai atuar em termos de um preceito universal aceito ou se de uma particular a situação em que se encontra; Ela irá atuar de acordo com a regra ou em termos das qualidades específicas do indivíduo em direção a quem ela está orientando a sua ação. Um outro par denomina-se realização e atribuição (por vezes denominadas atuação e qualidade) e, aqui, uma pessoa ao decidir como vai atuar focaliza a sua atenção nos aspectos realizados da outra pessoa, por exemplo, suas qualificações profissionais, ou as qualidades, a si atribuídas como sexo, idade, classe social... Embora um outro par seja contraído como especificidade e difusão, e aqui a escolha considera fatores limitados e específicos, como o contraste entre um contrato feito e obrigações difusas mais amplas, como a lealdade familiar ... O objetivo deste esquema de variáveis-padrão é permitir que o sociólogo identifique as escolhas típicas feitas, sobretudo as de um tipo institucionalizado. A análise com variáveis-padrão pode ser usada para identificar semelhanças e diferenças entre culturas, ou seu emprego pode ser restringido, para referir-se ao aspecto da sociedade, a subsistemas de tipo institucionalizado, assim como os sistemas políticos. (MITCHGILL, 1967: 130-31)

HOSELITZ, em sua teoria de variáveis-padrão ao apresentar a dicotomia, tipo-ideal, de que os países desenvolvidos modernos apresentam às variáveis-padrão de universalismo (orientação para a realização e especificidades funcionais); enquanto que, os países atrasados ou subdesenvolvidos caracterizam-se por seus opostos - particularismo, atribuição e difusão funcional; opera com um reducionismo sociológico, cuja capacidade interpretativa esgota-se quando esgotam-se o modelo e as escolhas típico-ideais arbitrariamente construídas, embora mistificadas no plano operativo das técnicas e métodos científicos que emprega.

Mas o modelo de "variáveis-padrão" opera com mecanismo de construção ideológica de sua representação da realidade, ao reduzir as sociedades de variáveis-padrão de universalismo, bem como as sociedades de variáveis-padrão de particularismo. Há dois pólos opostos, nos quais a problemática complexa da mudança deve estar encaixada. Como modelo arbitrariamente construído no qual as realidades subdesenvolvidas devem se mover para o padrão ideal do universalismo, abandonando as suas variáveis-padrão¹¹ de particularismo. A mudança de plano de análise varia no plano da cultura, acortinando a dimensão histórico-estrutural das sociedades ditas subdesenvolvidas, quando não, o plano da cultura se psicologiza para o plano individual.

¹¹ MITCHGILL, J. Duncan. Dictionary of Sociology (Hondre: Rontledge and Kegan Paul, 1967), pp. 130-131. Cit. por FRANK, G. op. cit., p. 116.

O tratamento polar e oposto entre sociedades particularistas e sociedades universalistas, por sua vez, obedece ao mecanismo de **homogeneização** no sentido weberiano que homogeneizou completamente as sociedades ditas modernas, não se aplicando a elas a teoria da modernização a qual o enfoque da variável padrão supõe sustentar. Por seu lado, essa teoria ao tomar tais sociedades universalistas como padrão a ser alcançado pelas do tipo particularistas, afirma que estas últimas determinariam, abandonando as suas variáveis-padrão, particularistas e adotariam as universalidades do padrão ideal-típico a ser alcançado.

Mas o disfarce ideológico, de tal enfoque, está no que HOSELITZ chama de países ou sociedades normativamente universalistas, ou seja, apresentam variáveis-padrão que são normas, valores, mistificação universalistas podendo ser exportadas e difundidas para as nações subdesenvolvidas ou particularistas envoltas em jargões como liberdade, democracia, justiça, o bem comum, liberalismo econômico do livre comércio, desenvolvimentismo, modernização, liberalismo político de eleições livres, e o liberalismo cultural do livre fluxo de ideais.

Aqui, o enfoque de HOSELITZ, tende a homogeneização e mobilização, enquanto construção e aplicação ideológica de seu modelo. Tais jargões são produtos do processo de homogeneização ao reduzirem o irreduzível, ao homogeneizarem a realidade complexa e heterogênea que cada termo esconde, reduzidos a jargões ou signos valorativos exportáveis e difundíveis para outras sociedades com idiossincrasias e

processos culturais, às vezes, até antagônicos às sociedades que lhes são atribuídas, como padrão à perseguir; ou às vezes, que não permitem, simplesmente, a adoção mecânica de tais universalismos.

Segundo FRANK (ob. cit., p. 131), se examinarmos os padrões de papéis sociais atribuídos aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ao invés de nos deixarmos cegar por uma perspectiva típico-ideal barata, de procedência weberiana corrompida, concluiremos que as características que HOSELITZ e alguns outros atribuem aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentam concepção distorcida e inadequada da realidade social. Segundo FRANK (op. cit., p. 126), sendo esta, entretanto, a menor das deficiências de HOSELITZ e de seus seguidores, é fácil discutir a validade empírica de sua concepção, a de encontrar algum particularismo, atribuição e difusão em países subdesenvolvidos, já que, ao contrário, podemos facilmente encontrar universalismo, realização, especificidade. Isto nega que talvez nem um nem outro dos padrão de variáveis que HOSELITZ seleciona para dar ênfase seja importante para caracterizar, ou crucial para determinar o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento. Isto faz pensar que os principais fatores determinantes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento não sejam os apontados; colocando-se em dúvida a adequação teórica de toda a sua abordagem.

Analisando-se a validade empírica dos postulados de HOSELITZ pode-se detectar a adequação teórica feita na sua tese, em termos de seleção, dos papéis para estudo, da escolha

de um sistema social para análise e por último, do tratamento que dá à estrutura social dos chamados desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Quanto aos papéis sociais, se eles não têm o mesmo peso e importância para o desenvolvimento e para o subdesenvolvimento, como, evidentemente, não têm, não é legítimo conferir-lhes os mesmos pesos na teoria. Quanto à escolha do sistema social para análise este, não escolhe, como objeto de estudo, o sistema cujas características seguem as determinantes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, sendo o seu procedimento insatisfatório, quando não se dirige ao todo social determinante. Quanto ao tratamento dado ao desenvolvimento e à mudança cultural, omite a estrutura e especialmente a estrutura do chamado subdesenvolvimento. Sua análise se limita a uma aritmética de papéis sociais, em geral, esquecendo-se estruturas sociais, políticas e econômicas próprias de uma determinada sociedade em exame.

HOSELITZ teve influência impar no estudo das sociedades rurais, principalmente daquelas que tomam a "comunidade" rural tanto como instrumento metodológico para pesquisa, como objeto de investigação. Já discutimos a dualidade comunidade/sociedade e outros conceitos bipolares com tradição sociológica desde TÖNNIES.

HOSELITZ influenciou, sobretudo, a chamada abordagem "estático-comparativa", que não deixa de ser típico-ideal - em contraposição à chamada abordagem historicista de um BERGNE (1957), de um LEFEBVRE (1963) ou de um REDFIELD (1941).

Assim, segundo STAVENHAGEN (1976: 26), num trabalho mais recente HOSELITZ (1964) considera a sociedade folk como estando "entre os mais importantes aspectos que influenciam e de fato determinam os padrões de estratificação em países industrializados". Há uma identificação do todo com as partes, pois as sociedades em áreas subdesenvolvidas são identificadas com comunidade rural, pequena, isolada e homogênea, isto é, uma sociedade folk. HOSELITZ (1956) chega a dizer que até dois terços da população mundial vivem em sociedades folk, estáticas, arcaicas e resistentes a mudanças.

Ao operar com um reducionismo sociológico, identificando o todo da sociedade nas áreas chamadas subdesenvolvidas com a comunidade rural estática, isolada, pequena, homogênea, e resistente à mudança, HOSELITZ está realizando mecanismos de homogeneização que reduzem o irreduzível, que homogeneizam a complexidade do real, dando, assim, sustentação à sua visão etnocêntrica, a-histórica, e portanto, esteriotipada das "sociedades de folk".

Segundo STAVENHAGEN, já citado, criticando HOSELITZ se existe realmente a sociedade de folk no modo descrito por ROBERT REDFIELD ou estar estritamente confinada em novas áreas do mundo chamado subdesenvolvido, ou certamente, não existe país do mundo cuja estrutura social possa ser descrita em termos de sociedade de folk. Mas, ao fazer este tipo de homogeneização sociológica HOSELITZ considera a sociedade de folk, rural, atrasada, como independente de outra ou de outro setor moderno ou avançado, cuja mudança é

difundida, a partir dos chamados bolsões de modernismo. Assim, as comunidades rurais, ou o setor rural, seriam encarados como receptores passivos de toda mudança provinda de áreas urbanas. Se algum papel lhes é atribuído, isto se faz, principalmente, em termos de seleção de elementos culturais que elas aceitam ou recusam, ou ainda de possível reintegração de tais elementos. Aqui não há só distorções etnocêntricas, mas também, uma ilusão cronocêntrica, encarando a mudança como fenômeno recente, que data talvez do fim da Segunda Guerra Mundial. As sociedades tradicionais, como são chamadas, só agora - como coloca HOSELITZ (1969) - estão sendo atraídas para um arcabouço social com estruturas muito mais complexas, e mesmo, altamente, estratificadas. Assim, antes do primeiro presente processo de "modernização" a sociedade rural era essencialmente estática, e o termo "tradicional" é usado com referência a alguma espécie de organização social eterna ou quiçá, lentamente, impulsionada, que somente agora estaria acordando sob os impactos das inovações externas.

Importa, finalmente, aqui, reter a questão do ponto de vista metodológico de seccionamento do setor rural, ou das comunidades rurais das sociedades como um todo. Aqui HOSELITZ opera com o seccionamento fático, tido como inerente a seu método "estático-comparativo", alijando aspectos da realidade que seguem não só à sua concepção etnocêntrica e cronocêntrica do "mundo rural", bem como, de aspectos possivelmente dinâmicos de uma realidade que supostamente invalidaria o seu modelo.

Outro autor que pode ser inserido no enfoque típico-ideal é LERNER. A sua concepção é a de que a estrutura do subdesenvolvimento é uma comunidade fechada, economicamente indiferenciada e que reproduz ao longo dos séculos sob o império da tradição desestimulante da inovação econômica, tanto endógena como exógena. A essa estrutura corresponderia uma espécie de personalidade básica, normativa e rígida, inadequada à recepção e à assimilação das mudanças que a trajetória do desenvolvimento impõe. Assim, enquanto o homem tradicional tenta rejeitar a inovação, o homem ocidental contemporâneo experimenta o novo empreendimento sem mais considerações.

Deste modo, a problemática do desenvolvimento se coloca para LERNER (e com variante, para as demais teorias da modernização) em termos da discussão de quais os mecanismos sociais mobilizáveis para geração do que ele chama de personalidades móveis, isto é, auto-reguladas para produzir ou adaptar-se às situações sociais de mudanças contínuas. Admitindo ser a capacidade empática o traço diferenciador da personalidade "moderna" por oposição à tradicional, LERNER situa o sistema educacional à variável "independente" do processo de desenvolvimento. Assim, se este sistema desempenhar a contento a função de produzir, pela alfabetização em escala ampla consumidores de bens simbólicos "modernos" veiculados pelos de comunicação falados e escritos, e se não houver obstáculos à difusão destas, nas comunidades subdesenvolvidas, estarão criados os instrumentos suficientes de

geração de produtores e consumidores "modernos", indicação da qual decorria, automaticamente, a consolidação de um sistema político calcado na participação popular, de esclarecidos leitores... Em síntese: a difusão de personalidade móvel cairia não só no sistema econômico participante como agentes adaptados à situação de mercado, gestando um mercado em constante ampliação, como também fundaria o pré-requisito básico da democracia liberal, ou participação estendida ao sistema de poder. Assim, para LERNER não se põe em dúvida, a possibilidade histórica de se estender às regiões exploradas da Ásia, África e América Latina, o que se concebe como os atributos básicos da "sociedade moderna" representada pelos E.U.A., um sistema econômico eficiente e uma democracia política efetiva.

Se por um lado, segundo LERNER, a personalidade empática é considerada o elemento dinâmico, como aquele que dinamizou o processo de modernização rural na Inglaterra, atualmente, pode ser considerado como processo de transição das sociedades atrasadas. Assim, a ênfase a ser dada nas condições necessárias para a emergência e expansão da personalidade é de tal grandeza e teor que o obstáculo modernização, como também o seu responsável pela existência de sociedades modernas (LERNER e SCHRAMAN, 1973).

Segundo DURAND (op. cit., p. 14), há uma contradição evidente no caráter da apresentação de tal teoria: a apresentação paralela de duas explicações opostas que invertem a relação causa-efeito. É nos indivíduos (personalidade empática) ou nas

instituições que estão os problemas de demarcação do desenvolvimento? Há uma dissociação e um isolamento entre a variável social psíquica (estrutura de personalidade, as variáveis institucionais; (sociais, urbanização, alfabetização e comunicação); e variável econômica (desenvolvimento) e a variável política. Esta dissociação e isolamento de variáveis não se constituíram em apenas um "método de análise", mas acabaram por produzir fracionamento total da capacidade explicativa da teoria. Cada variável isolada, ao início, permaneceu, ao final, isolada e, isoladamente, com uma capacidade de causação sobre outras, a tal ponto que resultaram-se não mais de duas explicações que se opõem, afirmam o contrário, uma relação a outra.

Importa salientar que o isolamento das variáveis, fracionando totalmente a capacidade explicativa da teoria, supõe o fracionamento da realidade. Este mecanismo ideológico de "seccionamento do campo de investigação" é necessário para eliminar da realidade que se quer representar cientificamente, àqueles aspectos incômodos, que se supõe fora ou que se quer fora do campo de investigação. Supondo o "seccionamento interno" do próprio fenômeno analisado, requisito que passa a ser encontrado muito mais nas condições institucionais que, propriamente, na personalidade. O autor em epígrafe, quando coloca a necessidade de estudo para incrementar a expansão dos meios institucionais para formação da personalidade empática, deixa de analisar o seu contrário, que seria a da necessidade de

formação de personalidade para a produção de instituições modernas.

Assim, os obstáculos serão acentuados menos na personalidade em si, o que já existia, como o atestam as aspirações das pessoas vivendo ainda nas sociedades ainda não modernas, os "tradicionais" (indivíduos que ainda não apresentam uma estrutura manifestamente empática, mostram uma estrutura latente de aptidões e atitudes, o que querem viver numa sociedade moderna), e mais nas condições oferecidas para efetivações destas aspirações.

Para que isto possa ocorrer, LERNER lança a sua receita: às elites seguindo os moldes da avaliação ocidental moderna, caberia propor usar capacidade institucional para promover novo estilo de vida desde que a urbanização se expandisse a um mínimo de dez por cento da população. E aí indaga: se as elites são tradicionais e, se entre a massa, há mitos transicionais, por que a modernização não ocorre? Afinal, são as condições institucionais como urbanização, alfabetização e comunicação da massa, que dependem do estágio do desenvolvimento responsável pela produção de pessoas dispostas e capazes de viver em sociedades modernas, ou é a existência desse tipo de personalidade. Enfatizam-se ora as variáveis individuais: social-psíquica (personalidade), ora as variáveis institucionais sociais (urbanização, alfabetização e comunicação), como causas do desenvolvimento e não como resultantes de mudanças histórico-estruturais. Desta feita, os fenômenos aparentes não elevados ao estatuto de essências não causais. A causa da mudança não está

nas estruturas econômicas e de poder, mas numa estrutura latente de aptidões e atitudes empáticas e num querer viver em uma sociedade moderna que é preciso se tornar manifesta, desde que se propiciem as condições institucionais para promover um novo estilo de vida.

LERNER, representando o enfoque típico-ideal, caracterizando as sociedades do Terceiro Mundo como sociedades tradicionais; mesmo pressupondo que este tipo só exista em poucas regiões, ao adotar tal teoria não foge ao modelo típico-ideal tradicional moderno, visto que o transicionável pressupõe um estágio intermediário dentro de uma escala padrão ou de um contínuo tradicional-moderno. Seu enfoque se torna tão rígido e tão estanque como os outros de sua estirpe teórica, porque apoiado em dois modelos de sociedades estanque e rigidamente diferenciados, e entre os quais o material empírico é analisado como típico, variando de um modelo a outro, conforme graus de semelhança e afastamento de tais tipos-padrões. Aqui a explicação é diretamente derivada da descrição ao querer LERNER transformar a descrição em explicação, o produto é exatamente a descrição do ponto de partida à realidade fática tal como ela é observada pelo seu uso comum. Assim, o papel da ciência é entender o óbvio, a aparência, ela não tem sentido como ciência, a não ser como ideologia que ao se apoiar em métodos e teorias de levantamento e análise do material empírico e ao descrevê-lo, se apresenta como uma "ciência rigorosa e empírica" que tem como objetivo esconder a essência da realidade social.

Dentro desta abordagem típico-ideal inserem-se as construções de RAJNAR HURSKÉ que se popularizaram no final da década de cinquenta, no Terceiro Mundo. Ele propôs o conceito de "círculo vicioso da pobreza", "caracterizado por um mercado interno que não gera produtividade porque os capitais são insuficientes, situação que se explica, fechando o círculo, porque o mercado interno é limitado. O "círculo" só poderia ser quebrado por uma rede de investimentos simultaneamente em várias áreas produtivas.

Esta teoria do "círculo vicioso da pobreza" tem raízes na crença de que os problemas cruciais do subdesenvolvimento do chamado Terceiro Mundo são criados, principalmente, pela incapacidade da sociedade "fechada" de modernizar-se segundo a tendência e do ritmo dominante na "sociedade aberta". Nas "sociedades fechadas", segundo essa teoria, o segmento (médio, mestiço, negro, rural, economia de subsistência) por razões históricas e culturais, não se incorporou à dinâmica do segmento moderno (urbano, industrial, econômico de mercado, branco).

Esta teoria utilizando o princípio de causação circular acumulativa de MYRDAL (1958: 188-205), procura explicar o "círculo vicioso de pobreza" (estagnação) como princípio que supõe um encadeamento causal cujas análises produzem conclusões estáticas e tautológicas: uma nação pobre é pobre porque pobre. Em outros termos a análise sociológica de NURKSE e seus seguidores é uma versão estrutural-funcionalista que conclui pela incapacidade do segmento "fechado", "arcaico" integrar-se, modernizar-se, segundo a

tendência e o ritmo do segmento "dinâmico", moderno", resultando, portanto, na operação do princípio da causação circular acumulativa, ou seja, enquanto não se introduz nenhum elemento modernizante ou de mudança não se consegue a dinamização do segmento estagnado, da sociedade "fechada".

A crença na manipulação técnica aqui assenta-se numa concepção de povos sem destino, fadados à estagnação secular (índios, negros, mestiços, economia de subsistência), tidos como fatores retrógrados ao desenvolvimento que só alcançariam a modernidade, a dinâmica das sociedades abertas por uma onda de investimentos modernizações, simbólicos e materiais, que quebrariam esse "círculo vicioso de pobreza".

Novamente são os indivíduos os culpados pelo "círculo vicioso de pobreza" e não a forma ou o modelo de como o segmento "fechado" ou "arcaico" está incorporado à dinâmica da sociedade como um todo, escondendo as relações causais recíprocas entre o moderno e o atrasado, que mantém o moderno dinâmico e atrasado arcaico. A construção ideológica de tal teoria é revelada aqui pelos mecanismos de projeção, pela mudança de planos de análise, pela homogeneização e racionalização que escondem a dinâmica estrutural, econômica, política, social e cultural de tais sociedades.

Essa concepção se apoiada na causação funcional como princípio explicativo, acredita que basta inovar em um dos elos da cadeia que caracteriza o segmento "arcaico" ou a sociedade "fechada", para que todos os sistemas possam modificar-se, por

influência direta dos efeitos e reflexos dessa inovação ou inovações (IANNI, 1989: 155-157) e (IANNI, 1975: 49-56).

Essa teoria apoiando-se na causação funcional, esconde as contradições da realidade, apoiando em desigualdades centradas e restritas às relações internas do sistema ou subsistemas analisados, não o retendo, como totalidade significativa, complexa e contraditória, usa o artifício ideológico da *confusão deliberada* com o intuito de desviar a atenção para aspectos secundários da realidade analisada. Apresentando *conceituações arranjadas* com base no princípio do "círculo vicioso de pobreza" onde uma racionalização, uma tautologia, buscam através da causação funcional dar coerência e validade aparente ao sistema teórico, com o intuito de justificar os grandes empreendimentos expansivos do capital imperialista, racionalizando a manutenção e a elevação das taxas de lucros das metrópoles ditas dinâmicas. Caberia aos segmentos "fechados" ou às "sociedades arcaicas" como simbolização do negro, do índio, do mulato, do rural, da agricultura de subsistência, absorver tais inovações modernizantes para sair do "círculo vicioso de pobreza", que depois de trinta anos de investimentos simbólicos (ideário urbano-industrial) e materiais (inovações tecnológicas, obras faraônicas de infra-estruturas e serviços, etc.) ficaram mais pobres do que eram.

Finalmente, uma análise mais detalhada da teoria do círculo vicioso da pobreza de NURKSE pode ser apreciada no trabalho de BOUDON (1989: 225-236), que ao abordá-la como ideologia, com um grande poder de difusão, questiona a validade

explicativa das causas do problema do atraso do "círculo vicioso de pobreza" nas sociedades arcaicas, afirmando que a fragilidade de tal teoria não se daria por ser inconsistente, incoerente ou sofisticada, mas advinda do fato de que a sua validade depende de uma série de condições implícitas que, provavelmente, pouco se encontram na realidade.

O modelo das etapas de crescimento

Esta é a segunda variante do enfoque típico-ideal, representada principalmente por ROSTOW¹² (1952). No geral ROSTOW construiu uma célebre teoria das "etapas" de crescimento, linearmente colocadas, a partir do momento "tradicional", situando-se o ponto crítico no lugar em que se produziria o arranque para o desenvolvimento - o chamado take-off.

Na perspectiva teórica e nos pressupostos das teorias da modernização como ROSTOW concebeu, determinadas características psicossociais são tidas como causas necessárias, e às vezes, suficientes para a modernização. As atividades contrárias às mudanças são consideradas das sociedades atrasadas em oposição às atividades favoráveis próprias das sociedades que lhes servem de espelho e padrão a ser alcançado,

¹² ROSTOW, Walt Whitman. *The Process of Economic Growth*, Nova York: Norton, 1952. cit. por FRANK, André Gunder. *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. In: *Sociologia do desenvolvimento II*. Org. Durand, J. C. G. e Machado, L. P. São Paulo: Zahar, 1975, 133.

que no caso de ROSTOW percorreria diferentes etapas de crescimento.

Comecemos pelas definições que o próprio ROSTOW faz de sua teoria das etapas:

"É possível identificar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, classificadas em cinco categorias: A sociedade tradicional; os pré-requisitos para 'decolagem', a 'decolagem', o impulso para maturidade e a época do alto consumo de massa. Primeiramente, a sociedade tradicional. É uma sociedade cuja estrutura se desenvolve dentro de funções de produções limitadas, baseadas na ciência e na tecnologia pré-newtoniana, e em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico ... A segunda etapa de crescimento apanha as sociedades no processo de transição; isto é, o período em que se desenvolvem os pré-requisitos para 'decolagem'; devido à demora para transformar uma sociedade tradicional no sentido necessário para ela explorar os frutos da ciência moderna, a fim de proteger-se dos rendimentos decrescentes e desfrutar os benefícios e opções primitivas pela marcha do interesse composto ... a etapa dos pré-requisitos não surge endogenamente, mas sim de alguma intenção externa, de sociedades avançadas ... chegamos agora à grande 'divisão' na vida das sociedades modernas; à terceira etapa desta seqüência, a 'decolagem' que é o intervalo onde são finalmente superados os velhos obstáculos e resistências ao crescimento estável. As forças que assaltam o progresso econômico que produziriam rasgos e enclaves limitados de atividade moderna, expandem-se e chegam a dominar a sociedade. O crescimento torna-se sua condição normal, o interesse composto adquire uma forma como teve em sua estrutura institucional e de hábitos ... (A) 'decolagem' é definida à medida que requer de todas as três seguintes condições:

1) aumento da taxa de investimento produtivo, digamos de 5 por cento ou menos para mais de 10 por cento da renda nacional (ou Produto Nacional Líquido - PNL); 2) o desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros substanciais com alta taxa de crescimento; 3) a existência ou rápido surgimento de um quadro político, social e institucional que explore os impulsos para a expansão ..."
(ROSTOW: 4-7 e 39) citado por FRANK, p. 135.

De per si, essa citação de ROSTOW, embora longa, expõe, em síntese, a sua teoria das etapas a suporem a homogeneização como mecanismo de construção de sua ideologia particular. ROSTOW toma fenômenos heterogêneos como se fossem simples e homogêneos, por exemplo, renda nacional que resulta da junção de outros mais simples e homogêneos como, juro, lucro, dividendo, etc.) que não reagem igualmente na transformação da sociedade tradicional, e, muito menos, na alteração do nível de preços a que estaria ligado o alto consumo de massa, que ele defende para uma época do alto consumo de massa.

Com isto ele operaria com um "arranjo de conceitos" e com uma "confusão deliberada" que atribui à sua teoria um naturalismo de fundo darwinista que combinado com o etnocentrismo comum a todos os enfoques modernizantes, atribui às sociedades tradicionais uma inferioridade "pré-newtoniana", garantida pelas prototecnologias, atitudes e baixo consumo, estando estas sociedades fadadas a desaparecer graças a lei dos rendimentos decrescentes malthusianos.

A "salvação" de tais sociedades dar-se-ia numa suposta "decolagem" impulsionada por uma instrução externa de

sociedade mais avançada e num quadro político, certamente, favorável a tal intrusão. Com isto estas sociedades estariam livres das "ruínas" da barbarie em que se encontram, e estariam aptas à propensão, ao consumo de massa.

Por trás desse esquema de arranjos conceituais do naturalismo evolucionista de ROSTOW esconde-se, certamente, as suas prescrições político-ideológica que a intervenção das potências imperialistas sobre os povos do Terceiro Mundo como tem acontecido.

Por outro lado, a teoria de ROSTOW torna-se uma representação ideológica inadequada, pretensamente, científica, por não corresponderem, as suas etapas, à realidade nem passada e nem presente dos países chamados de subdesenvolvidos.

4.4.2 - Abordagem difusionista

Esta corrente considera que a modernização se dá pela difusão de elementos culturais dos países desenvolvidos para os países atrasados ou subdesenvolvidos. Entretanto, estes elementos sofreriam uma aculturação nas sociedades adotantes de tais elementos inovadores ou modernos. Por ser de cunho ideológico urbano-industrial explícito, tal enfoque considera uma hierarquização no processo de difusão que expandindo-se nas metrópoles dos países desenvolvidos atingiriam as

metrópoles dos países atrasados, para em seguida atingir as capitais do interior e regiões periféricas.

Estes fatores modernos são definidos como fatores primários nesta abordagem da modernização e consistem em: conhecimento, especialização, organização, valores, tecnologia e capital.

Com relação à difusão de capital, acredita-se que, sendo pobres, os países desenvolvidos são carentes de investimentos, e não sairiam da pobreza sem a difusão do capital dos países ricos, promovendo, como conseqüência, o seu desenvolvimento econômico. Portanto, a crença aqui é a de que a pobreza põe obstáculos aos esforços desses países quanto ao investimento e ao desenvolvimento.

Aqui apresenta-se o recurso ideológico da "projeção": a culpa do atraso e do subdesenvolvimento está na pobreza, e não no modo como as economias subdesenvolvidas se insere no processo de acumulação a nível mundial, acortinando-se as verdadeiras causas do empobrecimento do chamado Terceiro Mundo, por fatores, tais como: a deterioração das teorias de troca, entre outros.

Esta abordagem conta com representantes como BRONFEUBRENNER, GARNICK, MEIER, MIKESSELL, HIGGINS, que segundo FRANK (op. cit., 1417) teriam divergências mais comuns, em cima da mesma crença que serve de partida para a abordagem difusionista.

Com relação à difusão de tecnologia, esta abordagem se monta na crença da insuficiência de tecnologia difundida entre

outros fatores pela resistência cultural à sua aceitação e ao seu emprego em regiões atrasadas. O fundamento ideológico aqui é a projeção da culpa da não aceitação das tecnologias no plano da cultura, acortinando as contradições e os resultados desastrosos a nível econômico, social e ambiental de tecnologias impostas sobre, por exemplo, a tecnologia comunal dos povos indígenas. Em seu nome, a concentração e monopólio da terra têm privado os camponeses do acesso a esta condição básica de vida, de trabalho e identidade cultural. Assim, a difusão e a aculturação do liberalismo econômico é uma resposta a interesses e reproduz conseqüências que podem ser resumidas em uma só palavra, monopólio, dentro, fora ou entre qualquer sociedade, independente de ser desenvolvida ou não, atrasada ou adiantada, moderna ou arcaica.

Quanto ao liberalismo político e sua aculturação nos países atrasados, não se pensa ir muito longe, basta lembrar o aparato bélico-militar norte-americano e suas intrusões a gosto de ROSTOW nos chamados países subdesenvolvidos, bem como na sua aculturação pela via das ditaduras militares da América Latina, que foram favoráveis a implantação de receitas político-econômico-liberais das ideologias disfarçadas de teorias da modernização.

O liberalismo social, também, tem se aculturado na forma de autoritarismo das elites e dos governos comungados, associados aos interesses que servem de base do controle monopolístico das metrópoles do capitalismo, auferindo os chamados "lucros tecnológicos", principal mercadoria da fase de

expansão e dominação do capital, que se deu depois da Segunda Guerra Mundial. Essa crença esconde, na verdade, mecanismos de negação e supressão da tecnologia agrícola e artesã individual e comunal, interferindo no uso da capacidade produtora e aquisitiva das populações ditas atrasadas. Ao mesmo tempo, encobre os mecanismos que os países ricos têm usado para minar as bases nacional de pesquisa e a de desenvolvimento de tecnologias próprias. Sobre esta problemática, pode-se recorrer a autores como SANTOS *op. cit.* (1991: 59-93), (1983) e (1987).

Quanto à difusão das instituições e dos valores, segundo FRANK (*ob. cit.*, p. 156), "o difusionismo constitui-se numa teoria que acredita na difusão de valores universais como o liberalismo econômico e político que promovem o desenvolvimento dos países atrasados, quando, ao contrário, têm promovido o monopólio, têm defendido a propriedade privada como a propriedade das metrópoles imperialistas com suas raízes fincadas nas economias ditas subdesenvolvidas, que não afirma a seu pressuposto básico de mobilidade social e de condução a uma sociedade democrática, aberta, capaz, por sua vez de um desenvolvimento econômico maior e mais rápido. O liberalismo social aculturado torna-se imperialismo individual, já que alguns poucos podem mudar e monopolizar, e com efeito, restringir o desenvolvimento econômico, político e social. A mobilidade social é, realmente, mobilidade individual afirmando-se os conteúdos como verdade fundamental das ciências sociais que parecem escapar aos difusionistas. A

mobilidade social não transforma as estruturas sociais, pelo contrário, uma mudança na estrutura social pode possibilitar uma mobilidade social e o desenvolvimento econômico mais equitativo e equilibrado".

Assim, através da simbolização, o liberalismo é erguido a um ideal, a meta de uma crença que precisa de signos ideológicos que possam esconder uma outra realidade: a de que não é a difusão de tais valores que provoca a mudança na estrutura social, mas sim a transformação da estrutura social a que permite a difusão eficaz, inclusive tecnológica.

4.4.3 - Abordagem psicológica

Um primeiro modo de abordagem psicológica analisa os fatos específicos dos chamados requisitos sociais como falta de iniciativa, baixa motivação, particularismo, escassez de capital, etc., de forma que sistematizem contribuições relevantes para uma lavancagem do crescimento econômico.

O que NASH (1969: 242) chama de hipóteses de "menor escala" tanto com relação a teoria como às hipóteses. Aqui, o que esta abordagem teria em comum com as outras e com expoentes da sociologia da estirpe de WEBER e PARSONS, é a sua dedicação à construção de uma teoria do sistema social começando pelas suas partes e não pelo todo, tirando a ênfase de sua essência que estaria na exploração e dominação capitalista, de modo que o sistema apareça integrador e não polarizante ou desintegrador. Entretanto, os representantes desta

abordagem "freudilizaram" WEBER, derrubando o seu estruturalismo científico social e afirmam que suas teorias não são "sociais", mas "psicológicas" do desenvolvimento. Nesta abordagem se sobressaem McCLELLAND (1972: 147), HAGEN (1962), KUNKEL (1965). McCLELLAND¹³ afirma que nem a estrutura social, como sustentava WEBER, nem a atribuição de papéis sociais baseada na realização, na perspectiva de HOSELITZ e a recompensa nestes papéis constituem o alfa e o ômega do desenvolvimento e da alteração cultural, mas apenas o alto grau de motivação individual via necessidade de realização. Para ele, são os valores, os motivos ou as forças psicológicas que determinam, em última instância, a taxa de desenvolvimento econômico e social. Neste caso, sugere que as idéias são mais importantes na formação da história do que as condições puramente materialistas.

McCLELLAND tem o mérito, entretanto, de se inspirar em WEBER para reinterpretar o mundo para demonstrar a suposta importância do motivo da realização, enfatizando de maneira ampla a problemática do impacto de orientação motivacional na sociedade e no problema específico do desenvolvimento econômico.

Por sua vez, HAGEN, emprega muito a personalidade como um estudo interno "dos indivíduos", derivando da teoria psicanalítica. As características deste "estado interno" são

¹³ McClelland, David. Cit. por FRANK.

empregadas para apoiar a teoria e as hipotéticas relações entre os fatos observados e os conceitos.

Estas abordagens psicológicas têm em comum a consideração sistemática das variáveis das sociedades tradicionais, buscando as fontes de resistência entre as diversas espécies de tradicionalidade. Assim, estudam o porque de uma sociedade poder ou não se estagnar em algum momento, entre sua base inicial e a modernidade. Estas sociedades, em síntese, não teriam história e foram, tradicionalmente, da maneira que são agora, isto é, subdesenvolvidas. A sua receita política é fechar os olhos e deixar as estruturas econômica, social e política do "status quo" como estão e preparar-se cada um, por si mesmo, para que a arme moral e espiritualmente, para enfrentar o difícil caminho do incremento econômico, de mudança cultural e do progresso social que se aproxima. A receita torna-se preceito religioso, cujo caráter e eficácia política de expansão estão, amplamente, demonstrados por seus praticantes, como o segundo ex-Presidente do Brasil após o golpe militar de 1964, Costa e Silva.

4.4.5 - Abordagem empírico-descritiva

Aos três tipos de abordagens teóricas modernizantes descritos por ROSTOW e, de certa maneira, acolhidas por FRANK, acrescentamos outra abordagem descritiva e empírica de tratadistas como YVES LACOSTE e seus discípulos, e,

certamente, atravessada por um positivismo bem ao gosto de um DURKHEIM.

Para YVES LACOSTE, o atraso, o subdesenvolvimento, são uma superposição de sintomas que sem nenhuma preocupação ou necessidade de hierarquizá-la; permite descrever situações que vão desde a insuficiência alimentar (fazendo-se estatísticas sobre quantas pessoas podem ser alimentadas com o trabalho de um só agricultor: 15 para cada agricultor norte-americano; 5 para um agricultor brasileiro) até o subemprego (camponeses sem terra, bóias-frias, serviços domésticos, vendedores ambulantes urbanos, etc.), passando pela intensa natalidade, baixa escolaridade, um setor comercial anormalmente grande, carência de industrialização.

Para este enfoque, o subdesenvolvimento é uma situação das forças produtivas nacionais, que se pode estudar, com índices estatísticos de alimentação, natalidade, etc. (ver GONZALEZ, ob. cit., p. 30). Este enfoque norteou os vários estudos empíricos dos sintomas do subdesenvolvimento como insuficiência das forças produtivas; os chamados estudos de casos, intersetoriais e setoriais; cross-section com séries e índices estatísticos comparados e devidamente sustentadores de variáveis e hipóteses empíricas. A análise dos dados comprova as hipóteses e dá base descritiva aos sintomas susceptíveis de intervenção.

A reconstituição do universo empírico restrito, sintomas de forma sistemática pela via do método hipotético-dedutivo sem uma base teórica interpretativa, tem sérias limitações, ao

tomar a aparência pela essência que se reduz a descrição dos fenômenos sociais imediatos. Mesmo manipulando as instâncias empíricas considerando-as em conjunto, fica difícil descobrir a complexa teia de ramificações da realidade que possibilitaria compreender as situações investigadas como uma totalidade integrada e cambiante. Posto que isola as hipóteses básicas e as explicações descritivas de bases interpretativas consistentes, numa concepção histórico-estrutural, ou pelo menos, historiográfica na ótica weberiana.

Assim, este enfoque torna-se a-histórico, primando por uma "neutralidade científica" bem a gosto dos supostos metodológicos positivistas, que, ao primar por operações técnico-rationais de descrição da realidade fática, esconde as intenções valorativas imanentes não só na escolha e seleção de variáveis bem como na elaboração das hipóteses, que no final do "jogo estatístico" retorna ao ponto de partida, conhecido por quem a elabora; mas também, na própria concepção subjacente à escolha do enfoque que adotado, arbitrariamente, pelo pesquisador, não está imune às suas concepções axiológicas individuais.

Muito já se fez de crítica quanto aos supostos epistemológicos deste método. Entretanto, cabe-nos salientar que um dos recursos utilizados na elaboração de uma representação que sequer científica da realidade, porque posta à prova pelo método estatístico valida as hipóteses construídas; é o de seccionamento da realidade fática. Este mecanismo de construção ideológica de um modelo de investigação científica é

considerado próprio da sociologia, como disciplina empírica, racional, normal, positiva. Com esta operação se isola o fato, o fenômeno, o sintoma, como quer o enfoque em epígrafe, da realidade como totalidade complexa, histórico-estrutural, preñe de contradições.

Com freqüência, isolando-se a realidade fática, isolam-se variáveis e eliminam-se outras que podem invalidar as hipóteses construídas. Abstrai-se assim, do campo de análise, considerando exógenas ou incômodas algumas ou várias variáveis capazes de invalidar a análise.

4.4.6 - Considerações finais

O conjunto de interpretações denominado de teoria da modernização não tem seus limites circunscritos, apenas, a posicionamento diferencial desta ou daquela ordem de variáveis ou hipóteses, enquanto seccionamento da realidade fática a nível do próprio modelo de análise, ou seccionando essa ou aquela ordem de fatos ou dimensões (econômico-social, política ou psicológica). Há um seccionamento do tempo na própria forma de caracteriza-lo e na forma de trabalhar logicamente a análise da realidade social capitalista. Ao isolá-la de outros sintomas e do tempo, essas teorias encontram no próprio empirismo que as sustêm uma forma de conservá-la como ordem capitalista.

Mas, não são estas buscas empíricas que delimitam a obscuridade sociológica de tais teorias. Elas, refletindo a

posição política de seus autores, apesar de se apresentarem a-históricas e a-políticas no campo científico-social, tornam-se práticas políticas ao pretenderem a superação do "atraso" das sociedades do Terceiro Mundo, e ao mesmo tempo, ao pretenderem elaborar o vir a ser do capitalismo nestas sociedades.

Em tempos de Guerra Fria, tais teóricos da modernização elaboraram ideologias particulares que se difundem não só por se sustentarem nos cânones científicos do arsenal empírico-dedutivo, manipulando grandes estoques de dados da realidade social, mas, também, pelo peso ideológico das potências capitalistas do ocidente contra o "Império socialista do leste". Estas ideologias particulares ao se difundirem, convergem, embora com enfoques diferentes, para a constituição de um sistema teórico da modernização.

É claro que essas teorias constituem-se e expandem-se no momento em que os povos do Terceiro Mundo tomavam consciência de seus problemas e contradições dentro de um capitalismo em expansão no Pós/Segunda Guerra, com conseqüências patentes de elevação de desigualdades econômicas, sociais e políticas; recrudescimento das condições de vida e de trabalho, das classes populares, e a emergência de lutas sociais que acenavam às revoluções das estruturas econômicas e sociais, bem como, das arcaicas estruturas de poder, reforçadas agora pela expansão neo-imperialista do Segundo Pós-guerra e suas teorias de modernização que lhes emprestavam cânones de critérios de verdade e validez técnico-

científica. É claro, também, que do outro lado, o das forças populares emergentes no cenário político, estavam os teóricos que sistematizavam uma contra-ideologia da modernização, que ia desde os reformistas e radicais dos vários enfoques que foram denominados de teoria da dependência, até teóricos marxistas de várias tendências os quais, por questões de delimitações deste estudo, não os analisamos.

Como pode uma ideologia particular se transforma numa ideologia geral do sistema, de uma classe ou de grupos de interesses de potenciais imperialistas como os E.U.A.?

Sem muitas discussões, numa sociedade capitalista, o critério de verdade é a utilidade, e estes sistemas teóricos formados por teorias cujos pressupostos de uma, sustenta os das outras, e vice-versa, é verdadeiro enquanto são úteis para preservar o sistema. Assim, tal sistema teórico é capitalista, ou seja, é utilitarista e dinamizador do real, tendo de ocultar, necessariamente, os fenômenos reais sempre que eles não se mostrem úteis à dinâmica do real e à preservação da estrutura social, econômica, jurídica e política do capitalismo.

Assim poderemos resumir que todos os enfoques apresentados neste capítulo os quais conformaram a teoria da modernização, embora diferentes, apoiam-se mutuamente; têm, em comum, um caráter dual, sendo herdeiros de uma longa tradição sociológica já analisada. Dito isto, pode-se afirmar que pelo fato de a teoria da modernização ser uma ideologia, não significa que não tenha um núcleo de verdade e não repouse nos cânones científicos das ciências sociais. Isto pode ser

representado pelo fato de ter um caráter dual e um empiricamente real, observáveis pelo senso-comum e, talvez, sentido e vivido pelos agentes sociais.

Essa dualidade procura representar como teoria a diferenciação social profunda do modo de vida das populações faveladas das grandes cidades e das populações das camadas médias urbanas, mas, apenas, como características das sociedades ditas atrasadas, não se aplicando às ditas modernas consideradas sociedades padrões homogeneizadas pela racionalização capitalista, pela modernização. Também, a diferenciação do modo de vida das populações do campo caracterizada por populações que vivem de uma agricultura de subsistência, assalariados, parceiros, pequenos arrendatários, em relação aos grandes arrendatários, proprietários de latifúndios ou de empresas agrícolas voltadas para o mercado interno e externo, que pelo seu poder de barganha econômica e representação política assambram a mais-valia social pela via das políticas públicas. Enfim, representam, como teoria, a diferenciação do modo de vida rural versus urbano; da pobreza versus riqueza, entre a menor ou maior possibilidade de acesso às condições básicas de reprodução social; do baixo versus alto consumo, da alta versus baixa produtividade de setores e atividades agrícolas, industriais ou de serviços. Também a diferenciação de regiões, trabalhando com patamares técnicos de alta produtividade versus aquelas trabalhando com níveis de baixa produtividade. A nível psicossocial, estas teorias querem representar com base racional-científica a diferenciação entre os

indivíduos os agentes sociais, enquanto modo de assumir como protagonista da modernização, que é também modernização de mentalidades, padrões de comportamentos de valores. Independe de ser retrógrados ou dinâmicos, existem diferentes modos de assumir posições e interesses nas relações sociais; diferentes atitudes e comportamentos que identificam grupos sociais e suas condições e posições na sociedade.

O "caráter dual" das teorias da modernização coincide com esta "dualidade" das sociedades subdesenvolvidas, tornando-se não só seu problema e tema nuclear, mas também seu princípio epistemológico. E aqui, se põe em dúvida esta sua base aparentemente científica: a descrição deste caráter dual empiricamente observável como explicação mesma deste caráter dual não seria nada mais do que fugir a qualquer tentativa de explicação aferindo-se, então: o que existe, existe porque existe. Tautologia? talvez não, mas o seu empirismo não mais produz, encerrando um modelo de pensamento circular do tipo hegeliano, mas sem sua filosofia da história: o real existe porque real ou o real é real porque é real. Toma-se uma realidade fática tida como uma situação problemática, descreve-a e ao descrevê-la, pretende-se explicá-la; voltando-se ao ponto de partida: a descrição do real como realidade imediata, apreensível pelo senso comum. Descreve-se o óbvio, a aparência, porque real imediato, seccionado da totalidade estrutural o fenômeno que isolado daria uma aparência neutra a tal representação sociológica dos problemas sociais e de seus agentes.

Aqui se instala uma confusão entre explicação e descrição operada por tais ideólogos da modernização, predominando, na verdade, a descrição pela ausência de uma base interpretativa apoiada numa filosofia da história, para se afirmar tipos ideais ou puros, tendo como referência o tipo padrão moderno, com base na historiografia do tipo weberiano, que acentua e descreve as singularidades históricas, aparecendo nela o capitalismo ocidental como um fenômeno único cuja causalidade está na ética protestante. No intervalo entre os dois tipos puros, o modelo descritivo vê-se restrito às noções de sobrevivência arcaicas versus modernas; barbárie versus civilização, tradicionalismo versus modernização.

Finalmente, esta confusão, entre descrição e explicação nos enfoques que conformam o sistema teórico da modernização, - é uma **confusão deliberada** que está no âmago de seus princípios epistemológicos e de sua natureza ideológica, no sentido de enfatizar o óbvio, a realidade aparente dos fenômenos sociais ou dos aspectos secundários dos fatos analisado. Sobre eles ergue-se uma cortina ideológica que desorienta o leitor quanto aos objetivos finais teleológicos da análise, ocultando a possibilidade de constituição de hipóteses relevantes causais ou histórico-estruturais que ponham a nú a essência dos fenômenos analisados, como por exemplo, o modo particular de como as "sociedades arcaicas" se incorporam ao modo de acumulação do capital, que para manter-se e reproduzir-se mantém e reproduzem as sociedades tidas como atrasadas, pobres, primitivas, subdesenvolvidas.

CAPÍTULO V

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

5.1 - Introdução

No capítulo anterior foram analisados os aspectos epistemológicos e axiológicos de uma vasta tradição teórica da sociologia que em diferentes enfoques convergiram para dar suporte científico à ideologia da modernização.

Neste capítulo tratar-se-á da chamada teoria da modernização agrícola, que conforme PAIVA¹⁴ (1979: 17), é a expressão utilizada para designar o conjunto de conhecimentos já existentes sobre a modernização da agricultura. Esta teoria, embora reivindicando a sua particularidade com relação ao campo e seus processos econômicos, políticos e sociais de mudança tem seus antecedentes nesta vasta tradição modernizante ou desenvolvimentista da sociologia da qual se ocupou o capítulo anterior.

Esta teoria tendo como campo de estudo a agricultura e seus processos de mudança, seria apoiada pela sociologia

¹⁴ PAIVA, Ruy Miller. Agricultura no Desenvolvimento Econômico suas limitações como fator dinâmico. Serie Monográfica. N. 30. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979 p. 17.

rural (e pela economia rural) com sua descendência na escola sociológica norte-americana. Segundo SOLARI¹⁵ (1968: 13-29), a sociologia rural é um ramo da sociologia regional, e tem sido objeto de inúmeras definições, que podem ser classificadas em três grupos: em primeiro lugar se encontram as definições que vinculam a sociologia rural à sociologia geral, e que lhe atribuem o mesmo objeto que aquela, circunscrito, todavia, a um meio especial: o rural. Em segundo lugar estão as definições que vinculam a sociologia rural à política ou a reforma social, dando-lhes uma finalidade fundamentalmente normativa, tendente a reunir os dados imprescindíveis para o melhoramento das condições de vida da gente do campo e para a solução dos problemas que a afetam. Em terceiro lugar viria as definições que procuram unir os dois critérios anteriores.

Embora o autor não concorde com tais definições, pois para ele a sociologia que prescindir das preocupações imediatas de reforma social encontra-se em melhores condições de captar os fatos tais como eles são, sem deformações preconcebidas de qualquer espécie. Termina afirmando uma posição ambígua ao dizer que ao prescindir-se das preocupações políticas e sociais imediatas, a sociologia, "ao mesmo tempo e por essa mesma circunstância, se colocaria em situação vantajosa para servir de ponto de apoio para uma política seriamente orientada. A política social, por sua vez, sendo independente adquire consciência de suas próprias peculiaridades; A política social,

¹⁵ SOLARI, Aldo B. "Que és la sociologia rural? Capitulo de abertura da Sociologia Rural Latino-americana, 2. ed. Buenos Aires, 1968. Paidós. pp. 13-29.

também independente adquire consciência de suas próprias peculiaridades... ."

Não vamos discutir esta "neutralidade" ou "autonomia" da sociologia rural pretendida por SOLARI, até porque isto deverá ser discutido em "continuum" em todo este capítulo. Importa aqui, destacar não só a relação entre sociologia rural e sociologia geral que remete à relação entre ideologia da modernização agrícola e a ideologia da modernização em geral da economia e da sociedade, mas também, o fato de que a sociologia rural como ramo específico da sociologia geral se constitui como suporte da modernização da agricultura, tendo como bases, exatamente, as preocupações e definições já referidas, discordadas pelo autor. Este assunto será melhor abordado na segunda parte deste capítulo

Quanto aos expoentes de tal teoria, delimitou-se as análises para aqueles que se tornaram referência para a modernização da agricultura brasileira, que vão desde as contribuições de SOROKIN, passando por SCHULTZ, HAYAMI e RUTTAN, NICHOLLS, ROGERS, até os brasileiros como Rui Miller Paiva. As contribuições de Paiva foram significativas para o debate teórico sobre a modernização e o dualismo tecnológico no início da década de setenta, envolvendo autores, embora, discordantes apoiaram-se na consolidação de um referencial básico com pressupostos da teoria "oficial" das classes dominantes, isto é, a teoria neo-clássica, cujas derivações para a problemática da modernização agrícola constituíram-se no campo da sociologia rural com a etiqueta de

Teoria da Modernização Agrícola. Como nesta teoria estão intimamente imbricados tanto sociólogos como economistas rurais, as considerações delimitadas para a sociologia rural, também, podem ser estendidas para a economia rural e vice-versa.

Assim, como no capítulo anterior, abordaremos os alcances e limites ideológicos de tal teoria. A ideologia da modernização agrícola, como ramo especial da ideologia da modernização geral, é produto de um mesmo processo capitalista de produção, é uma mercadoria especial. A modernização, como simbolização de fenômenos complexos, é ideologia e processos capitalistas de dominação de todos os povos e culturas. Neste processo, a crença que lhe é subjacente é a homogeneização de todas as culturas à imagem e semelhança de suas metrópoles imperialistas, fundadas na manipulação técnica destas cultura pela imposição dos "pacotes tecnológicos", que no caso da agricultura, se chamou de "Revolução Verde".¹⁶

Isso faz da modernização uma moeda que hoje tem muitas valorizações e livre circulação não só nos meios tecnocratas e acadêmicos, mas também no senso comum das populações

¹⁶ A "Revolução Verde", expressão cunhada pela primeira vez em 1968 por William S. Gaud, vice-presidente do International Finance Corporation, órgão do Bando Mundial. Ganhou rapidamente conotação de mito ao ser anunciado pelo então presidente do Banco Mundial, Robert S. McNamara, ex-Secretário de Defesa dos E.U.A, como solução para acabar com a fome crônica do mundo - América Latina, África e Ásia, pela extensão do modelo da modernização agrícola norte-americana a nível mundial. Ver GOMENSORO, Soraia C. M. "A Implantação e Consolidação do 'Pacote Tecnológico' de Insumos e Máquinas no Brasil". In: Biotecnologia e Agricultura - Perspectivas para o Caso Brasileiro. Ana Luiza Ozório de Almeida (Coordenadora). Rio de Janeiro, Vozes/Biomax, 1984. p. 42.

submetidas ao fascínio, a fantasia, a mistificação, ao fetiche dos objetos engenhosos e estranhos produzidos, principalmente, sob as bases técnicas e científicas da Primeira e da Segunda Guerras. Aqui, a ideologia se encara no próprio processo material comandando. Esta tecnologia se expandiu pelo mundo como arsenal simbólico e material ameaçante, altivo, falante pela sua natureza modernizante.

Isto nos remete a seguinte citação de Marx:

"... locomotias, ferrovias, telégrafos elétricos... são produtos da indústria humana ... o poder do conhecimento objetificado. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o conhecimento social geral tornou-se força direta da produção, e até que ponto, portanto, as condições do processo de vida social passaram ao controle geral do intelecto e foram transformados por ele" (MARX: 1973: 706).¹⁷

O contacto, o confronto, o choque desses aparatos modernizantes, entre outros fatores, em realidades histórico-sociais diferentes reinvidicaram uma teoria de modernização com base no estoque de conhecimentos até então produzidos. Esta teoria deveria difundir-se com a mesma velocidade e intensidade dos processos de inovações tecnológicas, pois a inovação de idéias e as inovações práticas dariam, portanto,

¹⁷ MARX. K Grundrisse. Londres: Allan Lane, 1973, p 706. Citado por VINCENT, op, cit. p. 9.

corpo a um mesmo processo de produção de mercadoria, que por seu turno devem circular alimentando-se, reciprocamente, enquanto processo de acumulação do capital.

A teoria da modernização agrícola ao objetivar a redução dos fatores retrógrados, de atraso da agricultura dos países do Terceiro Mundo, e ao fomentar os chamados valores (materiais e simbólicos) dinâmicos, modernos, urbano-industriais, etnocêntricos, racionais, etc., torna-se uma espécie de "engenharia social" para amortecer choques entre mundos e culturas diferentes, entre histórias e momentos diferentes da vida social.

Assim, assentada em cânones cientificistas e idolatradores da razão, tal teoria acortina as contradições inerentes às chamadas sociedades capitalistas periféricas e o seu próprio acirramento indesejável, mas, certamente, impediáveis em circunstâncias histórico-sociais conflitantes. Caberia, então aos seus ideólogos, "arregassarem as mangas", para traçar planos de desenvolvimento rural para os povos do Terceiro Mundo, com bases em diagnósticos e prognósticos concebidos racionalmente, como processo de planejamento, derramagem, acompanhamento e avaliação, passível de readequação permanente, de sua ideologia (referencial teórico), de suas estratégias, objetivos e metas, de suas fases e segmentos operacionais, e de seus resultados empíricos (impactos). Estes planos, geralmente, só foram sustentáveis e aplicáveis socialmente, submetendo os povos subdesenvolvidos a ditaduras militares e violências que por seu turno, desmistificaram a

difusão de valores tidos como universais pelo mundo metropolitano do capital, os quais, acompanhariam tais programas na mudança de mentalidades e padrões de comportamento adotantes da mudança material: democracia formal, liberalismo econômico, social e político, etc.

A partir dos anos cinqüenta, a teoria da modernização passou a ser cogitada como bandeira política dos grandes centros financeiros internacionais, norteando as suas agências de investimentos com possibilidades inadiáveis de elevação e/ou manutenção de altas taxas de lucro com a extensão em escala mundial do "pacote tecnológico" da "Revolução Verde", com base no modelo norte-americano de modernização agrícola. Os seus ideólogos iam desde McNAMARA aos tecnocratas de universidades norte-americanas (Pardue, Chicago, Wisconsin, etc) e das agências de desenvolvimento (BID, BIRD, USAID, Fundação FORD, Fundação ROCKFELLER, etc.). A "Agricultura Científica" norte-americana se embrica com a "sociologia científica" ramificada para o agro mundial e terceiro mundista dando sustentação ideológica à internacionalização de um "modelo modernizante" cuja cientificidade requeria um grande arsenal de técnicas e métodos de manipulação de volumosos dados empíricos que, por sua vez, constituiriam uma representação rigorosa da realidade a difundir-se como crença pela sua irrefutabilidade posta, também, à prova pelos resultados alcançados na "potencialidade da Revolução Verde" e a serem alcançados nos países que lhes são "periféricos".

Dai, a teoria da modernização agrícola difunde-se como crença, porque canonizada como ciência, rigorosamente, racional e empirica quer como práticas agrícolas inovadoras, quer como arsenal técnico-científico de manipulação da realidade rural e de seus agentes com grande poder de validação pela ação: a ciência é essencial prática.

Isto tudo influenciou a partir dos anos cinqüenta, toda uma gama de políticos, tecnocratas, governos, técnicos, pesquisadores e "agentes de mudança" a adotarem tal ideologia e seu poder técnico de reduzir os conflitos sociais do chamado terceiro mundo pelo pragmatismo e engenhosidade da "Revolução Verde": a fome é a principal causadora das Revoluções populares, como tem acontecido em Cuba, na China e em outras partes do "mundo subdesenvolvido". Ao adotarem tal ideologia, pela "revolução tecnológica" estes países "subdesenvolvidos" chegariam aos padrões modernos do mundo civilizado europeu e norte-americano.

Nestes países surgem Planos e Metas, racionalmente projetados e empiricamente assentados em diagnósticos e prognósticos da realidade, intencionados para superar o "atraso", as configurações, atitudes, mentalidades e práticas retrógradas. Assim, tais diagnósticos embasados na Teoria da Modernização traduziam a realidade social pela via dos "obstáculos à mudança", através das "resistências" à modernização, ou através do "crônico estancamento" das "insuficiências estruturais do crescimento" voltado para dentro ou para fora do "círculo vicioso de pobreza" ou dos "fatores

sociopáticos à mudanças". Através destes jargões técnicos e científicos representava-se a realidade através de mecanismo de homogeneização de fenômenos complexas como se fossem simples e homogêneos e redutíveis a soluções mecânicas ou puramente tecnicistas. A representação da realidade complexa por tais jargões meramente simbólicos, que carregam um discurso de signos ideológicos, mistificadores da realidade vista como neutra e manipulável tecnicamente pelo Estado Demiurgo com suas agências e técnicas de desenvolvimento, é, portanto, uma representação de símbolos. Através destes jargões, esta representação apresenta significados estáticos e homogeneizantes de situações, processos e fatores, destituídos de seus conteúdos reais, contraditórios, complexos, histórico-estruturais, acobertando a natureza de opressão e exploração da própria sociedade capitalista e seus supostos de produção e reprodução social.

Tais termos¹⁸ não tendo estatuto epistemológico de categorias, porque entre outros aspectos estão destituídas de

¹⁸ Tais termos são espécie de constructos no sentido de ser um conceito consciente e deliberadamente inventado ou adota com um propósito supostamente científico, se caracterizando como conceitos de nível inferior de abstração. Assim, modernização é um conceito, uma abstração de comportamentos ou de ações rotuladas de modernizantes ou não-modernizantes ou atrasadas, que integradas a um esquema teórico é um também constructo que se liga a outros conceitos adotantes e não adotantes de fatotes modernos.

No sentido da sociologia "científica", empírica, descritiva, a definição de um termo é geralmente feita através de ações e comportamentos - definição observacional. Dependendo das atitudes e comportamentos de adotar ou não adotar tecnologia, os "camponeses" podem ser considerados modernos ou atrasados. A definição, por sua vez, é em geral feita de forma descritiva. isto é, o termo a ser definido (o definiendum) tem o mesmo significado que a expressão definidora (o

base interpretativa e de historicidade, tornam-se parte de um esquema cientificista que nega uma filosofia da história para afirmar uma historiografia, que padroniza a sociedade capitalista ocidental, dita moderna, como fenômeno particular, singular, único, como referência para todas as outras sociedades, tidas como atrasadas, sem destino e sem história próprios.

Entretanto, a Teoria da Modernização Agrícola carrega o mito da racionalidade de um modelo de explicação sociológica da realidade social, cuja suposta "neutralidade" lhe confere um poder de manipulação para dar conta de situações espaço-temporais, cuja alternidade é negada para dar lugar à crença da racionalidade homogeneizadora de todas as culturas e povos ao modo capitalista de pensar e de produzir das metrópoles ditas modernas. Talvez por isto, tenha, tal teoria, tantos adotantes, tornando-se linguagem comum de cientistas sociais, tecnocratas, governos e agências de desenvolvimento, fortalecendo o projeto de uma nova hegemonia política e econômica do império capitalista norte-americano e outros impérios.

Neste sentido, a "modernização da periferia" passou a ser a objetivação dos interesses das novas formas (divisão internacional do trabalho do pós-guerra) que adquiriu o capital monopolista com suas várias multinacionais, ficando seus tentáculos em economias do Terceiro Mundo e produzindo para o

definiem), expressando uma linguagem ambigua, figurada, obscura. Ver LAKATOS E. M. et MARCONI, M. de Andrade. *Metodologia Científica*. São Paulo, Atlas, 1982, pp. 99-108. Assim, constructo no sentido aqui empregado, pode ser um modelo teórico no sentido exato da palavra, reflexo de uma maneira de ver o mundo.

mercado interno, como é o caso da economia brasileira. O imperialismo passa a ser concebido como fato produtivo que organiza a vida econômica, social e política das sociedades "atrasadas". O capitalismo deixa de ser uma coação externa e passa a ser uma força material e simbólica da modernização internalizadas nestas economias e sociedades.

5.2 - Teoria da modernização agrícola e "Revolução Verde".

A teoria da modernização agrícola está intimamente imbricada do processo de modernização da agricultura dos Estados Unidos da América e de seu modelo de desenvolvimento de uma agricultura "científica", pronta para numa determinada conjuntura internacional ser exportada em escala mundial. Este desenvolvimento de uma agricultura científica está relacionado com as inovações químicas e biológicas, que acarretam a aplicação dos conhecimentos genéticos, edafo-climáticos e da química que foram desencadeados após a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, a agricultura científica referia-se, também, aos conhecimentos das ciências sociais no que se refere as transformações operadas, a nível da sociedade agrária, e, da condução racional dos empreendimentos modernizantes a nível de propriedades.

A hegemonia tecnológica dos E.U.A., com relação à própria Europa, data do final do século passado. Segundo LIMA

(1983: 57), no último quartel do século XIX ocorrem transformações significativas no processo de acumulação do capital, impulsionadas, entre outros fatores, pela segunda Revolução Científica e Tecnológica. Os Estados Unidos, detentores do monopólio da tecnologia dos motores elétricos e de combustão interna, bem como das matérias-primas estratégicas deste novo período de acumulação (- o carvão e o petróleo -) emergem como país industrialmente avançado, aparecendo no cenário político-econômico mundial, como potência imperialista ao lado da Alemanha.

Com a extensão desta tecnologia (notadamente máquinas e implementos agrícolas e insumos químicos modernos), os Estados Unidos consolidam o seu papel chave de modernização da agricultura mundial. Entretanto até a Primeira Guerra, essas inovações tecnológicas eram expressas, predominantemente, pela mecanização agrícola, algumas práticas de manejo e de introdução de alguns insumos químicos. A "guerra dos químicos", com pode ser denominada a Primeira Guerra Mundial baseada no desenvolvimento de uma tecnologia de gases mortíferos pela aplicação dos estoques de conhecimentos até, então, acumulados impulsionou, a posteriori, com base, nesta tecnologia de guerra, um processo de inovações químicas na agricultura e seu alargamento através de novas pesquisas e descobertas. Daí desenvolveram-se novas relações entre a agricultura e a indústria, estabelecendo-se uma industrialização a montante e jusante das atividades agrícolas. Isto, possivelmente, implicou, entre outras relações causais, a

consolidação do processo de subordinação da agricultura aos ditames do processo de acumulação do capital industrial, à subsunção do campo à cidade, com processos e impactos sobre o "mundo rural" que requeriam a base científica dos conhecimentos proporcionados, especificamente, pela sociologia e a economia, constituindo-se em ramos específicos: sociologia rural e economia rural.

Neste sentido, segundo CAMARA NETO (1984: 15-38), a constituição de setores industriais e de serviços voltados para a agricultura e para o desenvolvimento de um campo científico especificamente, voltado à atividade agrícola são elementos de um processo que se coroará com o aparecimento de um "pacote tecnológico" moderno, de insumos químicos, máquinas e sementes, melhoradas, que se entenderá ao mundo através da chamada "revolução verde", a partir da metade do século XX, ou seja, no Pós-Guerra. Além do conjunto de transformações sócio-político-econômica e institucionais do pós-guerra, houve a incorporação de um grande estoque do processo científico e tecnológico na produção social, e na agricultura em particular. As transformações ocorridas na agricultura norte-americana nos séculos XIX e XX, constituem a própria gestação e maturação da "revolução verde".

Segundo o autor, no século XX, o período até 1940 constitui-se num complexo modelo de desenvolvimento tecnológico na agricultura dos E.U.A com os quais se misturam os seguintes seis fatores:

1. Difunde-se o uso do trator e outras máquinas e equipamentos agrícolas com preços declinantes e adaptáveis ao uso das novas fontes de energia - o petróleo e a eletricidade.

A partir de 1940, o processo de adaptação do trator somado ao desenvolvimento de máquinas complexas e as adaptações nas culturas e práticas agrícolas, possibilitaram o uso mais eficiente da força mecânica no campo.

2. Ocorre um forte crescimento na área de fertilizantes defensivos, sementes híbridas e outros insumos biológicos que passaram a se constituir em produtos patenteáveis e estandarizáveis. O ramo de insumos químicos e biológicos, a partir dos anos vinte passa a ser o centro dinâmico da geração do progresso técnico na agricultura, modificando as condições do solo e a constituição das plantas, sobrepondo-se a maquinaria. Estava vencida, portanto, a etapa inicial em que a pesquisa na área, dado o volume de desenvolvimento em ciência fundamental, não era considerada lucrativa pelas grandes corporações capitalistas. Esta etapa não teria sido alcançada sem os investimentos públicos. Dada a natureza comercial da agricultura nos E.U.A. e, a demanda contínua por inovação na fronteira agrícola em expansão, a diversidade das condições climáticas e de solo, permitindo, via catalogação, o desenvolvimento de dados para uma ciência de base empírica, houve o favorecimento estatal de criação de universidades. Já a partir dos meados do século XIX, tornara-se claro que as instituições necessárias poderiam ser projetadas e que a escola

e, a variedade da ciência agrícola americana apoiada com os recursos públicos, poderiam exceder tudo que a Europa pudesse criar. Foi com a inversão de recursos públicos que estas instituições se desenvolveram.

3. Agregam-se às grandes empresas mecânicas, que vinham se desenvolvendo desde o século XIX, uma série de indústrias químicas e empresas surgidas com base nos esforços de pesquisa anterior, notadamente, no ramo de sementes híbridas; Estimula-se o desenvolvimento de processos de aproveitamento crescente de subprodutos da indústria química favorável à introdução de tecnologia na agricultura e seu incremento sob bases técnico-científicas.

4. Houve uma forte concentração no interior da indústria, correspondendo a uma concentração, também, na agricultura. Incrementou-se diferentes possibilidades, entre elas, o crédito e o maior volume de capital necessário para introdução de equipamentos e insumos, afetando a escala das unidades agrícolas e o capital controlável por um único empresário agrícola.

5. As modificações ocorridas nos mecanismos de crédito e sua expansão, além dos maiores requerimentos de capital envolvidos na modernização agrícola, levam a um crescente endividamento dos agricultores a partir da consolidação desta tecnologia na década de 40.

Agora, a política agrícola passa a ser de fundamental importância, seja com relação aos serviços de difusão e financiamento da pesquisa básica, seja no estabelecimento de mecanismos tais como preço mínimo, subsídios e financiamentos aos produtores ou de implantação de infraestrutura básica com programas como o de eletrificação rural.

Estes fatores se constituíram, portanto, no modelo de modernização agrícola americano, que ao ser incrementado com um período de maturação de quase um século (meados do século XIX aos anos de 1940), operou transformações não só importantes para a agricultura, como um todo, mas também pelos seus impactos sobre a produção e a produtividade agrícolas.

É importante destacar que este processo teve dois momentos: 1) até os anos quarenta, deste século, o incremento da pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico de produtos e processos acompanhado de uma rede de escolas agrícolas, estações experimentais e serviços de assistência técnica e difusão de tecnologia só foi realizado com a forte intervenção estatal. O Estado americano assume todo o ônus do processo de desenvolvimento da ciência e tecnologia básica, bem como o incremento de sua difusão, acompanhada de serviços de educação rural, tornando rentável a atividade de pesquisa nos anos quarenta, fonte de lucros e sobrelucros para o capital. Cabendo agora à iniciativa privada a preponderância de investimentos no setor; 2) o Estado, embora continuasse investindo no processo anterior, cabia a ele a preponderância do

incremento de políticas reguladoras de mercado, financiamento dos produtores, implantação de infra-estrutura básica, etc.

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de internalização do capital correspondeu à internacionalização deste modelo de modernização agrícola denominando de "pacote tecnológico" agrícola sob o mito da "revolução verde", estendido inicialmente a outros países ditos modernos, e, em seguida, aos países do Terceiro Mundo, como o Brasil.

BRUM (1988: 31-32) resume este período do pós-guerra dizendo que houve uma extraordinária expansão da economia mundial, principalmente, nos países, altamente, industrializados, havendo um crescente controle e comando da economia mundial pelas grandes corporações transnacionais ou multinacionais, cada vez mais sofisticados. O capitalismo monopolista (monopólios multinacionais) avançou e consolidou-se através da crescente concentração do capital e da fusão entre o capital bancário e o capital industrial, fortalecendo o capital financeiro e a oligarquia financeira, possibilitando, por sua vez, a algumas dezenas de grandes grupos o controle da economia e do poder político. Passou a ocorrer a instalação crescente de subsidiárias (filiais) das grandes corporações transnacionais nos países subdesenvolvidos com o objetivo de expandirem seus negócios e controlarem os mercados, influenciando na orientação do consumo. Passa a haver a integração crescente das economias e das nações dependentes no mercado mundial, em função dos interesses e das necessidades dos países centrais - os subdesenvolvidos, como fornecedores de bens primários e

matérias-primas baratas e importadores de bens industrializados, tecnologia e capitais, o que não se daria sem a concessão de empréstimos aos governos e aos empresários dos países periféricos, aprofundando-se o endividamento e a dependência. Ampliou-se, crescentemente, as desigualdades entre nações "pobres" e "ricas" e entre suas economias, além do crescente controle político dos países "atrasados", colocando e mantendo no poder governos que aceitassem ou facilitassem o avanço da estratégia das corporações transnacionais, em particular aquelas do chamado agropoder, maiores interessadas na internacionalização do "pacote tecnológico" da "revolução verde".¹⁹ Avança, portanto, a construção de uma economia mundial integrada, sob o comando das corporações transnacionais que usando sua força, buscam subordinar as demais organizações, os próprios estados nacionais e governos, transformando-os em simples executores de seus interesses.

Foi nesse contexto que o "pacote" agrícola se estendeu em escala mundial, cujos efeitos já foram, por demais, analisados

¹⁹ Sob vários enfoques, existe uma enorme bibliografia que trata da análise dos impactos da "revolução verde" e as políticas de modernização que acompanhavam a extensão de seu "pacote" tecnológico em escala mundial. Ver, por exemplo, HOBELINK, Henk (editor) **Biotecnologia: Muito Além da Revolução Verde**. Porto Alegre: RIOCELL: 1990. BRUM, A. Jacob. **Modernização da Agricultura**. Trigo e Soja. Rio de Janeiro, Vozes, IJUI?FIDENE, 1988. GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome - as verdadeiras razões da fome no mundo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. MARTINE, G. e COUTINHO, Garcia. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1989. MULLER, G. **Complexo Industrial e Modernização Agrária**. São Paulo, Hucitec/EDUC, 1989. WILKNISON, John. **O Estado, a Agro-indústria e a Pequena Produção**. São Paulo, Hucitec, 1985

cuja concepção básica é a crença na manipulação técnica do mundo. Assim:

A debilidade essencial da "revolução verde" reside em que tenta resolver os problemas sociais mediante a introdução de uma nova tecnologia que se interponha no processo de desenvolvimento das relações humanas. O problema crucial reside numa questão de igualdade, não de produtividade. Os partidários da nova tecnologia punham em relevo, o potencial produtivo e econômico dos cultivares de alta produtividade e evitam referir-se a fatores institucionais. Por esta razão, disse PEARSE (1980): "as missões de ajuda técnica podiam apresentar-se ante os governos, com políticas de desenvolvimento que deixavam convenientemente, de um lado, o incômodo e subversivo fantasma de reforma agrária; as medidas de redistribuição social; a mudança institucional; e as transformações estruturais. Podia promover-se um desenvolvimento, segundo esperava-se, capaz de se desvincular tanto da política como do 'socialismo'" (BALAI: 1983).

Assim, segundo BROWN (1974), a "Revolução Verde" "não representa uma solução do problema dos alimentos, mas um meio de ganhar tempo", com o objetivo de permitir que os governos do Terceiro Mundo "tenham folga", durante o qual o crescimento da população pudesse ficar sob controle. Neste sentido, a "Revolução Verde" pretendia prevenir insurreições sociais capazes de transformar as relações sociais inerentemente explosivas em muitos países do Terceiro Mundo.²⁰

²⁰ PEARSE, Andrew. "Seeds of Plenty, Seeds of Want: Socine, and Economic Implications of the Green Redution. 1980. Citado em Hobbelink, op. cit. p. 71.

A "Revolução Verde"²¹ teve duas fases enquanto programa tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola em escala mundial, ou quando ocultando, através da miragem humanitária de "salvar os pobres da fome crônica", os poderosos interesses econômicos e políticos voltados para expansão e fortalecimento das grandes corporações transnacionais. BRUM (1988: 88) divide esta fase de expansão em duas: a fase pioneira e a fase de grande expansão.

A fase pioneira, que vai dos anos cinqüenta à década de sessenta, teve um caráter pioneiro. A Fundação Rockefeller patrocinou projetos-pilotos em países cuidadosamente selecionados entre os quais México e as Filipinas e, em menor escala, o Brasil, além dos Estados Unidos. Nestes países foram feitas importantes pesquisas e experiências com produtos agrícolas. A ação desenvolveu-se em duas dimensões convergentes: a infra-estrutura da produção, sobretudo em relação ao uso de sementes, adubos e equipamentos e o controle da articulação dos produtores, através de assistência técnica e orientação rural. O processo foi comandado pelas grandes corporações e introduzido de fora para dentro. Inicialmente, por elas patrocinado. Aos poucos, a responsabilidade foi sendo dividida com o poder público através de organismos criados como o Sistema ABCAR, o inteiramente transferida e assumida pelos governos e Estados nacionais. A proeminência de uma

²¹ BALAI, n. 7. Manila, 1983. Capítulo "Green ist not the color of the Revolution. In: "The Corporate Seed" In: Hobbelink, H. op. cit. p. 70.

grande guerra mundial ameaçava a desarticulação da produção de alimentos e era preciso e urgente pensar uma nova estratégia alimentar para o mundo integrando, no processo, os países do Terceiro Mundo. Esta estratégia começou a ser pensada e preparada já a partir de 1935. Na divisão de tarefas destinadas a preparar o caminho e criar condições para sua implantação coube à Fundação Rockefeller articular a produção na América Latina.

Posteriormente, o desfecho da Segunda Guerra Mundial abriu grandes possibilidades de expansão do capital para os países subdesenvolvidos, como já se falou anteriormente. Em 1943, Nelson Rockefeller, então um dos chefes do poderoso grupo econômico, visitou o Brasil, e por ocasião fundou três empresas vinculadas ao grupo: Cargill (comercialização internacional de cereais e fabricação de rações), a Agroceres (destinada à pesquisas genéticas com milho e produção de sementes de milho híbrido) e a Empreendimentos Agrícolas (voltada para fabricação de equipamentos para a lavoura). Por influência da Rockefeller e sua ajuda "humanitária" aos países da América Latina, funda-se em Minas Gerais a ACAR, com o objetivo de orientar e estimular a implantação de novas técnicas de cultivo entre os produtores rurais. Outros organismos idênticos foram criados em outros Estados e já em 1956 - o Sistema ABCAR é criado pelo governo brasileiro, assumindo a responsabilidade de acelerar a implantação da "Revolução Verde". Esta fase obteve apoio do governo norte-americano, como a USAID, com seu programa Aliança para o Progresso. Os

interesses das corporações transnacionais passam a ser assumidos pelo governo brasileiro, por exemplo, como objetivos nacionais. Esta fase foi, portanto, a fase experimental, preparatória para um novo período de aceleração do "pacote tecnológico" na agricultura, quando as principais corporações transnacionais já tinham se implantado e havia oportunidades de mercado interno em expansão para insumos e máquinas agrícolas modernas, bem como para as indústrias processadoras de alimentos e matérias-primas que passariam a substituir os importados, patenteados, estandarizados e controlados por tais corporações. O Estado através da extensão rural, preparava tais condições, além de assumir responsabilidades pela pesquisa básica e aplicada à agricultura, embora incipientes; já que a extensão maciça do "pacote tecnológico" se referiria a mera adaptação de tecnologias incrementadas na fase posterior.²²

A fase de expansão teve início a partir de 1963, com a difusão da "revolução verde" em escala mundial e de forma maciça. Segundo BRUM (op. cit. p.47) esta expansão deu-se pela combinação de três fatores principais: a própria difusão da

²² Ver sobre isto: RODRIGUES, Cyro M. A Pesquisa Agropecuária no Período Compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: EMBRAPA: vol. 9, n. 2, maio/agosto 1987, p. 117. Na mesma revista FREIRE de Sousa, Ivan Sérgio. A Experiência Brasileira, p. 187. Ver ainda: ALBUQUERQUE, R. H. et alii O Setor Público de Pesquisa Agrícola no Estado de São Paulo. In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. V. 1. n.1 (1984). Brasília: EMBRAPA, 1984, p. 79. GRAZIANO da Silva, José. A relação setor público-privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil. In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. V.1, n.1. Brasília: EMBRAPA, 1984. p. 185. GUEDES, O. e SZMRECSANYI, Tânia. O papel da educação escolar e da Assistência técnica. In: *Vida Rural e Mudança Social*. op. cit. p. 216. LIMA, S.J. Modernização Tardia e Desigual. O processo de Inovação Tecnológica na Agricultura Brasileira. 189 em diante.

"revolução verde" a nível mundial; a mudança da política de exportação de cereais do governo norte-americano e a internacionalização da pesquisa agrícola.

Graças aos sucessos da "revolução verde" em termos de alcance de produtividade no México e nas Filipinas; os patrocinadores, de tal revolução, lançaram-se com grande intensidade, visando a atingir o maior número possível de países. Os países que aderiram a "revolução verde" foram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção de solos, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como utilização de máquinas e equipamentos modernos. A esse conjunto de técnicas inovadoras deu-se o nome de "pacote tecnológico". E a toda a estratégia, chamou-se "modernização agrícola". A internacionalização da pesquisa agrícola, como vanguarda da modernização agrícola, comandada pelas corporações transnacionais a montante e a jusante da agricultura, foi apoiada pela criação de centros internacionais de pesquisa. Com apoio do governo mexicano e patrocínio do grupo Rockefeller (com múltiplas frentes diversificadas com grandes empresas incluindo Chase Manhattan Bank - atualmente um dos maiores credores do Brasil - e duas das maiores empresas petrolíferas do mundo e da USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos E.U.A.) foi implantada em 1966 o CIMMYT - Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo e a ele ligados mais nove grandes centros internacionais de pesquisa agrícola, para adaptar, adequar e estender o "pacote tecnológico" em escala mundial: são eles:

IRRI (Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz, com sede nas Filipinas e com influência sobre toda área de produção de arroz do extremo oriente), CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical, com sede em Cáli, na Colômbia e voltados para o estudo das culturas adequadas à Amazônia); O IITA (Instituto Internacional de Agricultura Tropical, na Nigéria, África); o CIP (Centro Internacional de Batatinha, com sede em Lima, Peru) e o ICRISAT (Instituto Internacional de Cultivos para as Zonas Tropicais Semi-áridas, na Índia, cujas experiências deveriam influenciar a extensa área do cerrado brasileiro onde, principalmente, japoneses estão desenvolvendo projetos de cereais e oleaginosos.

Toda esta estratégia veio desarticular os centros nacionais de pesquisas até então existentes, inclusive de projetos, embora incipientes, de pesquisa em universidades do Terceiro Mundo. Sob esta ótica e pautado nas exigências da eficácia e eficiência, o "pacote tecnológico" responsável pelo avanço na modernização agrícola no Brasil, levou o governo brasileiro a desmontar todo o Sistema de Pesquisa Agropecuária anterior, e a implantar a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), influenciada e articulada ao modelo de modernização levado a efeito pelos centros internacionais, centros de comando e promotores dos interesses das corporações transnacionais, além, do aporte de universidades norte-americanas através de acordos de cooperação técnica.

O pacote tecnológico foi difundido como programas de desenvolvimento rural, que no primeiro momento de expansão,

como já foi assinalado anteriormente teve o forte incentivo na sua difusão pela Aliança para o Progresso, programa da USAID com aporte financeiro do grupo Rockefeller. O enfoque modernizante de tais programas veio requerer da sociologia e da economia, uma Teoria da Modernização. Segundo HEYNIG²³ (1982: 120), tal modelo de desenvolvimento estava orientado só para um crescimento econômico e um modelo de reforma agrária que só se propunha à modernização da estrutura latifundiária e uma restrita distribuição de terra que, em síntese, destinava-se a melhoria de condições de funcionamento do capitalismo dependente. A oposição que tais programas de desenvolvimento rural encontravam, pelo seu caráter redistributivo da reforma agrária, levou a sua paralização em diversos países. Daí ressurge, por este lado, o interesse pela tecnificação intensiva do agro via a "revolução verde". Entretanto, o conceito de desenvolvimento rural - em termos neo-clássicos - continua a predominar, o que supõe várias políticas modernizantes, sem afetar os aspectos relativos à propriedade e a sua redistribuição. Tratou-se de aliviar a pressão sobre a terra mediante plano de colonização agrícola - amortecendo conflitos agrários geográficos e politicamente - em regiões mais distantes do circuito de acumulação do capital nos centros urbanos.

A modernização agrícola ao supor aportes científicos da sociologia (e da economia), pressupõe a constituição de uma

²³ HEYNIG, Klaus. Principais enfoques sobre la economía campesina. In: Revista de Le CEPAL, n. 16, abril/1982. Santiago de Chile: ONU/CEPAL, 1982, p. 120.

teoria da modernização como parte do processo de maturação do "pacote tecnológico" ou esteve a ele, intimamente imbricada. Este processo corresponde ao primeiro e segundo momento da modernização agrícola dos Estados Unidos, coincidindo com o alcance de um certo estoque de experiências e conhecimentos a altura da internacionalização do "pacote tecnológico" já a partir dos anos quarenta. Vejamos, porém, como a constituição do "pacote tecnológico" da chamada "revolução verde" e sua consolidação requereu o seu suporte científico não só nas ciências agrárias, mas, sobretudo, nas ciências sociais, constituindo-se uma teoria da modernização agrícola como parte de um mesmo processo de gestação das condições materiais do processo de acumulação do capital na agricultura.

Como se viu, anteriormente, as instituições desenvolvidas pelo Estado norte-americano tiveram um papel vital para o desenvolvimento da agricultura científica. Um vasto arcabouço institucional foi montado cuja constituição vai desde as estações de pesquisa e experimentação agrícola e escolas de apoio agrícola, passando pelo serviço de extensão rural e indo até os Departamentos de Sociologia e Economia ou de Extensão Rural das Universidades, além de seus institutos de pesquisa. Com isto se produziu uma extraordinária rede de comunicação envolvendo pesquisadores, técnicos, agentes comunitários, extensionistas rurais, agentes sociais e produtores agrícolas, de forma que, as inovações tecnológicas fossem adotadas. Isto requeria outras mudanças não só de práticas agrícolas consideradas atrasadas, mas de padrões de comportamento, de

"O estudo da difusão das práticas agrícolas é de interesse central atualmente (com vinte e nove projetos), juntamente com o tema convencional da demografia (28). O estudo de grupos rurais e da 'participação social' continuam numerosos (21), seguido pelo estudo de níveis de vida (16), estudos de programas de agências governamentais (9), e da posse da terra e da força de trabalho (9), de comunidade (8), de saúde (6), da previdência social (4). Como será visto, esse conjunto de interesses incipientes refletem a organização administrativa das universidades rurais".

Segundo COLEMAN (1980: 888)²⁵ embora a fase da teoria social americana entre o período inicial e o passado recente (aproximadamente entre 1930 e 1960) tenha se constituído numa tentativa de rejeitar a orientação da sociologia para o problema social é assimilar mais a tradição intelectualmente rica da Europa, reorientação esta expressa pela nomeação de Sorokin para Haward (1930) e a publicação de *The Structure of Social Action*, de Parsons (1937).

A sociologia rural teve caminho diferente. Estava empenhada na tarefa prática - principalmente por solicitação do Departamento de Agricultura e de suas escolas de Agronomia nas Universidades Estaduais - de determinar como eram colocadas, em prática, as inovações agrícolas (neste contexto, o conhecimento e a informação destinados a afetar a política não eram sociológicos, mas técnicos) em adubos, nas práticas de uso

²⁵ COLEMAN, James. *Análise Sociológica e Política Social*. In: BOTTOMORE, Tom e NISBEL, Robert (org.) *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 936 pp.

da terra, nos cereais híbridos, na criação científica. A questão como esses resultados de pesquisas relevantes, para as políticas, deviam influenciar a mudança social ou como se constituíam insumos para as políticas eram de concepção simples e teoricamente pobres.

Neste sentido, SOUSA MARTINS (op. cit. 29) analisando o balanço de C. Arnold Anderson sobre a produção e as tendências da sociologia rural americana, diz que apesar dela ter sido um dos ramos mais antigos e de maior produção quantitativa nos E.U.A., os trabalhos produzidos caracterizam-se, de modo geral, primeiramente como trabalhos descritivos e, em segundo lugar, como trabalhos desprovidos de sustentação e de ambições teóricas. A análise mais freqüente de temas abordados como a difusão de inovações, a demografia, a saúde, a integração social, etc., estão amplamente presentes nesses temas, as próprias condições da prática da sociologia rural.

Segundo ANDERSON, os sociólogos rurais têm se restringido à investigação da natureza da sociedade rural e dos aspectos sociais da vida nas fazendas, o que a constitui como uma "sociologia da ocupação agrícola", delimitando a problemática da vida rural como algo mais amplo. Os contrastes entre a vida metropolitana e a vida em vilas e fazendas, que esta sociologia pretende explicar, não desaparecem tão cedo como era de se esperar, e, enquanto isto, generalizações e métodos são transplantados para países subdesenvolvidos (ANDERSON, A. 1986: 184) in: SOUZA MARTINS.

Não obstante, segundo MARTINS, a sociologia rural apresenta-se como o ramo mais integrado e burocratizado da sociologia. Isto deve-se ao fato de que a sua prática se dá principalmente, nas escolas de agronomia, nos departamentos de economia rural (que, de certo modo, essa é também a tendência no Brasil). Neste caso, em geral, os alvos de investigação científica não seriam estabelecidos pela própria sociologia, a partir de seus esquemas teóricos, uma vez que a ela cabe formular os seus problemas e as suas indagações, mas seriam estabelecidos, de preferência, em conformidade com os interesses da burocracia empenhada em efetivar os alvos econômicos da produtividade e da modernização do campo. Ao invés dos objetivos da pesquisa sociológica procederam do investigador, com base, no seu compromisso ético e científico como modalidade específica de conhecimento com a qual trabalha, o pesquisador seria um mediador técnico entre o definidor de alvos e a realidade de ser objeto de intervenção. A sociologia rural americana teve assim um caráter instrumental, não se beneficiando da liberdade teórica, própria de outros centros de produção do conhecimento sociológico, nem da teoria sociológica propriamente dita. Não teria um compromisso de ciência com a ciência, mas um compromisso prioritário com a intervenção na realidade, de modo a produzir transformações sociais e culturais que resultassem em aprimoramento do sistema econômico.

Ressalte-se que a sociologia norte-americana sempre esteve preocupada com o aprimoramento do sistema como o já

demonstramos. Neste sentido, COLEMAN (op. cit. 887) afirma que em sendo a sociologia norte-americana, quase contemporânea dos teóricos clássicos europeus, para quem, às vezes, a sociologia e socialismo pareciam indistinguíveis, na América a sociologia estava interligada aos problemas e reforma sociais.

Não só os reformadores ROSS, WARD e SWAL, mas também, outros que lhes seguiram como PARK, focalizaram os problemas sociais, entre outros tantos que proporcionaram investigações concretas que iriam propiciar insumos à política. Neste sentido pode-se afirmar que foi o próprio MEAD que definiu a sociologia como essencialmente prática, e outros grandes teóricos norte-americanos como SOROKIN e PARSONS, apesar de aparentemente rejeitarem a orientação da sociologia para os problemas sociais e reforma social, suas contribuições tanto *The structure of Social Action* (1930). Bem como *A Systematic Source Book in Rural Sociology* (1930) em colaboração com Carlos C. Zinnermam (e Charles G. Galpim, tornaram-se os principais sistemas de referência de toda a base sociológica da modernização, pelo menos após os anos trinta deste século.

Seus seguidores mais contemporâneos como Rogers e Shoemaker, começaram, segundo COLEMAN (op. cit. 889), a lançar luz sobre um processo particular na mudança social, planificada, o da difusão social. Na agricultura, os "elaboradores de políticas", em questão, eram os fazendeiros despensos, não uma autoridade central única, e, para esta

estrutura de tomada de decisão social, os sociólogos rurais desenvolveram um extenso conhecimento de processos sociais através dos quais as informações chegaram a afetar a prática. Os papéis diferentes de pessoas de diferentes posições sociais na comunidade local, de agentes de mudança e "peritos", e dos meios de comunicação, foram descobertos. Os resultados dessa sociologia não só tiveram relevância para a tradição das inovações agrícolas, em mudanças planejada, mas em outras áreas onde quer que pesquisas relevantes (econômicas, sociais ou técnicas) tivessem de ser implantadas por pessoas dispersas e não por uma autoridade única. Os resultados foram amplos e se aplicarem aos países em desenvolvimento, em área de saúde, inovação agrícola e outros fenômenos, bem como em sociedades modernas. Este trabalho, como diz o autor, é provavelmente o melhor desenvolvido e mais usado conhecimento sociológico sobre a tradução de novas idéias e novas informações em ação social. E nós acrescentaríamos ao autor, a tradução do trabalho de um PARSONS ou de um MERTON em novas idéias de ação social, que levaram à constituição de uma teoria da modernização que dando suporte ao pacote tecnológico da Revolução Verde foi estendida em escala mundial após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, diz o autor em epígrafe:

"... esse trabalho está longe de um ataque teórico em plena escala do problema do papel da informação sistemática em política social. Ele se limita, obviamente, às áreas onde a implantação de uma política é antes bastante dispersa... .

Mais recentemente, houve uma orientação bastante diferente do papel da pesquisa social na sociedade, orientação mais próxima da concepção dos socialistas utópicos do século XIX do que da visão de uma sociedade unificada. Esta orientação foi tomada do controle nos sistemas físicos e usa o esquema seguinte: o governo toma decisão; as consequências das políticas adotadas são sistematicamente observadas e retransmitidas ao centro de decisão, que modifica suas políticas à base de tais informações. A pesquisa de política social é, portanto, parte desse sistema de informações retroativas".

Se essa visão está próxima a dos socialistas utópicos ou não, o fato é que - parafraseando o autor - ela tem estado presente em KEYNES na elaboração de políticas macroeconômicas que se baseiam em indicadores econômicos sendo, os mais destacados os de preços e o de medidas de desemprego - que têm a ver como abrandamento na política monetária. Neste caminho, HAWORTH, L. "The Experimenting Society: Dewey and Jordam", *Ethics*, 71 (1960) pp. 27-40, citado por COLEMAN, James. op. cit. p. 890-91, desenvolveu o espírito de "sociedade experimentadora", cuja idéia básica seria uma sociedade na qual as experiências sociais e os estudos pilotos constituiriam uma alimentação retroativa de informações constantes, para elaboradores de políticas, proporcionando os elementos em que se baseariam essas políticas sociais. Depois, DONALD Campbell (1971) aplicou esta orientação dando exemplos e métodos de experimentação social que podem desempenhar tal papel explicitado por HAWORTH. Outros

estudos sobre as "sociedades experimentadoras" seguiram-se, como o de DUNCAW McRAE, em *The Social: Function of Social Science*; colocando o aspecto da ciência social, numa nova era de autoconsciência sobre o seu papel social.

PAUL LAZARRSFELD (1967: 9-33) trabalhou, por seu tempo, o que chamou de uma teoria da utilização da pesquisa social, embora não tenha passado de idéias e generalizações. Possivelmente a chamada teoria da modernização agrícola gestado no processo de modernização da agricultura dos Estados Unidos o qual tomou corpo no processo de internacionalização desse modelo norte-americano, foi historicamente o grande experimento que alimentou tais teorias, incluindo os processos estatais centralizados de decisão e planejamento, que precisou dos estudos sociológicos como instrumental de retroalimentação e readequação de políticas. É claro que os seus aportes e bases teóricas, incluindo todos os trabalhos da sociologia norte-americana (e não só da rural) tiveram sempre um profundo conteúdo de controle social. Aliás, se a sociologia rural estava mais preocupada com as questões práticas e empíricas do processo de inovação e adoção de tecnologias, sendo pobre teoricamente e carente de base interpretativa, quem contribuiu decididamente com a formação do "corpus" da teoria da modernização? Não teria sido a chamada corrente estrutural-funcionalista norte-americana, que tem em PARSONS e MERTON seus principais expoentes? Não seriam as sociedades tradicionais de PARSONS apostas às "sociedades

experimentadoras", às sociedades modernas, o modelo padrão, no qual aquelas deviam se espelhar?

A noção de uma "sociedade experimentadora" tem para HABERMAS²⁶ uma qualidade monolítica ou unitária, como se a sociedade fosse, realmente, um ator racional único com metas unitárias, como a sociedade norte-americana com suas políticas modernizantes para o Terceiro Mundo. Nestes termos, a pesquisa de política social é explícita ou involuntariamente é um agente dessa sociedade monolítica ou de seu Estado centralizado. No sentido de HABERMAS, na sociedade não há em nenhum sentido, um jogo mútuo de interesses; há sim, o que ele chama de moldura institucional que conforma a sociedade, que é de fato composta de atores distintos, com diferentes interesses e objetivos conflitantes. Neste sentido, HABERMAS escrevendo sobre o papel de todo conhecimento relevante para políticas, gerado pelos procedimentos científicos, considera que, embora tenha importância pelo seu papel de alimentação retroativa de projetos e programas de intervenção social, deixa clara a sua natureza de dominação. Vejamos:

"Modelo segundo o qual a reconstrução planejada de uma sociedade é tomada à análise de sistemas. É possível, em princípio, compreender e analisar as empresas e organizações individuais, até mesmo subsistemas políticos ou econômicos e sistemas sociais como um todo, segundo o padrão de sistemas auto-regulados. Haverá uma certa diferença, é claro, se

²⁶ HABERMAS, J. *Toward - Rational Society*. Londres: Heinemann, 1971, pp. 106-107, citado por COLEMAN, op. cit. p. 891.

usarmos uma estrutura referencial cibernética com finalidades analíticas ou organizarmos um dado sistema social de acordo com esse padrão, como um sistema homem-máquina. Mas a transferência do modelo analítico ao nível da organização social está implícita na própria abordagem da análise de sistemas. A realização dessa intenção de auto-estabilização dos sistemas sociais como por instinto proporciona a perspectiva de que a estrutura de um dos dois tipos de área, ou seja, o sistema behavioral da ação intencional, não só predomina sobre a estrutura institucional, mas também absorve gradualmente a ação comunicativa e como tal. Segundo essa idéia, a estrutura institucional da sociedade que anteriormente tinha raízes num tipo de ação diferente - seria agora, numa inversão fundamental, absorvida pelos subsistemas de ação racional e intencional, que estavam nela presentes.

É claro que esta intenção tecnocrática não foi realizada em parte alguma, nem mesmo no seu início. Mas ela serve como uma ideologia para as novas políticas, adaptada aos problemas técnicos e isola as questões práticas. Além disso, corresponde a certas tendências desenvolvimentais que poderiam levar a uma crescente erosão daquilo que chamamos de estrutura institucional. A dominação manifesta do Estado autoritário dá lugar às compulsões manipulativas da administração técnico-operacional. A realização moral de uma ordem normativa é uma função de ação comunicativa, orientada para o significado cultural comum e pressupõe a internalização de valores. É cada vez mais suplantada pelo comportamento condicionado, ao passo que as grandes organizações como tal são cada vez mais modeladas segundo a estrutura de ação racional intencional". (op. cit., p. 106-107)

Foi neste sentido, de HABERMAS que a modernização precisou de todo um aparato técnico-racional forjado num largo

período histórico que vai do final do século XIX aos meados do século XX. A sociologia rural norte-americana imbricada neste processo de modernização agrícola terminou forjando as bases de uma sociologia da modernização, como fala GERMANI (Sociologia de la Modernizacion, Buenos Aires, 1969), necessária à alimentação retroativa e a auto-regulação deste próprio processo e de seu sistema de decisão e planejamento burocrático. Este modelo foi transplantado para países do Terceiro Mundo, notadamente, o Brasil criando-se o Sistema Nacional e Centralizado de Planejamento Agrícola; o Sistema Brasileiro de Pesquisa Agropecuária; o Sistema Brasileiro de Extensão Rural; o Sistema Nacional de Crédito Rural, etc., todos com decisão centralizada na SEPLAN/PR e suas Agências de Desenvolvimento. Todo este aparato técnico-burocrático, à imagem e semelhança do modelo norte-americano, foi montado para viabilização do pacote tecnológico da revolução verde, já na segunda fase da chamada modernização do país sob os auspícios do Banco Mundial e sob a presidência de McNamara, o idealizador do mito de tal revolução.

É útil observar que os primeiros passos para uma "sociedade experimentadora" foram dados por Robert McNamara, que segundo COLEMAN (op. cit., p. 913), quando Secretário de Defesa dos Estados Unidos, instituiu a construção de protótipos de armas competitivas, oferecidas por duas ou mais firmas, para informar a decisão sobre a concessão de contratos. Neste Departamento de Defesa, as políticas sociais internas, a decisão é ali, altamente centralizadas.

Certamente, em tempos de Guerra Fria, as políticas de modernização rural para os países latino-americanos ali também foram tomadas. É tanto que quando McNamara lançou o mito da "revolução verde", estendendo o "pacote tecnológico" norte-americano e todo o seu aparato teórico modernizante (sob a tutela de seus ideólogos, os chamados Chicagos Boys) para o Terceiro Mundo, logo em seguida foi conduzido à Presidência do Banco Mundial²⁷, que depois de 67 financiou as políticas modernizantes de forma maciça e montadas em aparatos burocráticos e tecnicistas, como arma competitiva contra a "onda vermelha do leste europeu", sob as ditaduras militares, como o golpe de 64, no Brasil.

É claro, que já nesta época, as contribuições da sociologia norte-americana (e não só da rural), constituíram-se e desenvolveram-se como teoria da modernização e enquanto parte de um mesmo processo de gestação e desenvolvimento da agricultura científica norte-americana que por sua vez constituiu-se em um modelo exportável, o "pacote tecnológico". Como parte deste processo, esta teoria expande-se em escala mundial como ideologia "salvadora" da pobreza e do atraso dos chamados países subdesenvolvidos, como teoria do sistema agrícola da Revolução Verde em escala mundial.

Finalmente, o debate que se travou em torno da ideologia da Sociologia Rural expresso na obra organizada por SOUSA

²⁷ Sobre o papel do Banco Mundial ver GEORGE, Susan. O Mercado da Fome. As verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, especialmente o cap. "O BIRD, ou Será o Banco Realmente de Desenvolvimento", pp. 221-269.

MARTINS - Introdução Crítica: Sociologia Rural, já oportunamente citada, que pode ser resumida como "o campo sendo concebido pela cidade", ou seja, como ideologia urbana que constrói uma representação tida como científica do campo, pode ser estendido para toda a sociologia, principalmente, para a corrente sociológica estrutural-funcionalista, constituída com esforços teóricos de um PARSONS e um MERTON.

A hipótese de que a ambigüidade de origem da sociologia desdobra-se nas dicotomias (tradicional/moderna, rural/urbano) de tal modo que, em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida social o mundo é que parece ambíguo, não é invirtude da sociologia rural, invirtude não só herdada pela sociologia rural, mas por toda sociologia contemporânea e, especificamente, por uma sociologia de modernização. Neste sentido a ambigüidade e não a contradição, não só propõe como fundamento de diagnósticos e prognósticos das discontinuidades da vida social no sentido de MARTINS (op. cit., p. 23) a partir da vida social no sentido de MARTINS (op. cit., p. 23) a partir de uma ciência social aplicada, mas apresenta-se como uma racionalização que secciona a realidade fática, escamoteando as contradições reais da vida social.

Mas, SOUZA MARTINS, fala que essa ambigüidade referida e essa dicotomização da realidade são decorrentes do caráter instrumental da sociologia, e, especificamente, da sociologia rural que na base de inovações de idéias e modelos terminou contribuindo, preponderantemente, para constituição

de uma teoria de modernização agrícola. Apoiado em SOLARI e em ADERSON²⁸ SOUZA MARTINS faz uma análise crítica de tal ambigüidade modelar. Com relação a SOLARI (o que inclui SOROKIN e ZIMMERMAM) entre várias crítica feitas, o autor salienta que a prática da sociologia rural estaria na ação empírica que, ao mesmo tempo, torna reais e tenta superar as ambigüidades teóricas de origem da sociologia. Esta constatação, contém a idéia de que o mundo rural tem uma existência anormal no conjunto da realidade e esta anormalidade advém de que o rural ainda é natural. Assim, na prática a sociologia rural tem o caráter instrumental do conhecimento que homogeneiza a sociedade, dando dimensão social ao que é ainda natural, sendo que o social passe a ser sinônimo de urbano.

Portanto, por esse prisma explicita-se a ideologia da sociologia rural como concepção urbana do campo, que conduz a uma representação estereotipada do urbano sobre o rural. A nível dos parâmetros de construção ideológica da sociologia que lançaram mão neste trabalho, aparece a homogeneização da realidade complexa e irreduzível à homogeneidade. Os seus rural versus urbano aparecem como categorias definitivas de análise e são inteiramente abstratas e indeterminadas, embora atribuindo a realidade fática imediata, empírica, aparente, a sua base, cientificamente, válida de representação da realidade social. O conceito de rural, por exemplo, estereotipado por uma visão

²⁸ Solari, Aldo G. *Sociologia Rural Latino-Americana* - Buenos Aires: Paidós, 1971. Anderson, G. Arnold. *Trads. In: Rural Sociology*. In: Robert R. Merton et alii, *Sociology Today*, vol. I, Harper Toelbook, Nova York, 1965, p. 360-375.

ideológica urbana subjacente que resulta da junção de outros mais simples, como práticas agrícolas atrasadas, fanatismo, preguiça, ignorância, etc...

Com relação a ADERSON, SOUZA MARTINS começa criticando a ambigüidade da sociologia expressa pelo paradoxal compromisso entre valorações pré-capitalistas reinterpretadas no capitalismo e por critérios de obtenção do conhecimento do que floresceram como o capitalismo que ressurge na sociologia rural, já que o empirismo prático e mediador não chega a contribuir para o seu compromisso de origem. Por outro lado, o autor salienta a valorização do urbano que está presente na separação do urbano e do rural, como social, qualitativamente, distintos e opostos, destroça a aparência das raízes conservadoras da sociologia, canalizando diversamente a ambigüidade, para constituir objetos distintos, de tal modo que a do conhecimento passa a se constituir uma ambigüidade ou imperfeição da realidade, ou seja, a realidade é dual. Assim, essa ambigüidade se sobrepõe à contradição constitutiva da sociedade e o que é histórico aparece como imperfeito. O suposto empirismo e os supostos compromissos extracientíficos, ou seja, com as políticas sociais não advêm da falta de fundamentação teórica, ao contrário, provêm, exatamente, do tipo de fundamentação teórica que vem sendo analisado.

Para o citado autor, a oposição rural versus urbano como meios, qualitativamente, distintos construídos a nível do conhecimento são selecionados, isolados do todo social, de forma que, cada tipo polar retenha uma uniformidade interna,

uma coerência interna, uma identidade. Aqui se tem, portanto, um outro mecanismo de construção ideológica do modelo teórico: o seccionamento da realidade do campo de investigação considerado próprio da sociologia, eliminando da realidade, o que supõe fora do campo de investigação, de modo que, a análise apareça logicamente sólida.

Mas segundo o autor, a ambigüidade renasce agora no plano de instrumentalização do conhecimento enquanto valoração, quando polarizado do urbano e constituição de sociologia rural resulta de uma crise - como fala ADERSON - cujo diagnóstico é possível a partir da ambigüidade, dado que nela se expressa a verdadeira crise que cria conhecimento, a sociologia rural.

Daí, conclui o citado autor, que a proposta implícita nessas concepções analisadas seja a urbanização e superação do rural, isto é, superação daquilo que a própria sociologia criou que é, ao mesmo tempo a base de sua gênese. A sociologia produz a crise que dá origem e se propõe como meio de superação dessa crise. Assim, a ambigüidade referida está contida na própria teoria sociológica e não é afetada, em essência, pelo caráter mais instrumental ou menos instrumental do conhecimento.

O fato é que no geral tais concepções nas quais o rural ocupa uma posição subordinada, e inferiorizada, enquanto meio distinto e oposto ao urbano, traduzem o entendimento da realidade ideologicamente construída, a realidade rural. Isto, porque aparece a crença de manipulação técnica do mundo como

realidade prática e passível de intervenção, já que o rural está sujeito a um processo de superação intencional de natureza técnica, pela sua inferioridade em relação ao urbano. A sociologia mostra-se como expressão da dominação da cidade sobre o campo. E aqui, em termos de ambigüidade, já colocada, a sociologia rural apresenta-se como resultado que nega o seu próprio objeto; o conhecimento da sociologia rural é produzido para superar o rural. Para o supracitado autor subjacente a este desiderato estaria uma concepção evolucionista que supõe a tendência de superação do rural pelo urbano ou uma ruralização do urbano. Conclui o autor que suprimida, artificialmente, pelo **seccionamento do plano de análise** (alterações novas), a tensão presente na ambigüidade de origem da sociologia, nasce num outro plano, o da interferência na realidade, uma vez que, entre o objeto construído e o conhecimento que toma como referência há uma relação de negação. O conhecimento na sociologia rural é produzido para superar o rural. Isto supõe que a sociologia rural apresenta-se como instrumento de uma prática comprometida com a ideologia da mudança social das classes dominantes visto que é do público que demanda este tipo de conhecimento (que exclui os projetos coletivos de alteração da ordem social, que acortina as contradições sociais). Daí, a ideologia imanente a este tipo de conhecimento demandado expressa o modo de ver as coisas de um grupo social determinado, de uma classe ou agrupamento de classes. Então este conhecimento instrumental caracteriza-se como dimensão da

consciência necessária da sociedade, isto é, das classes dominantes.

Importa reter nesta análise mecanismos de produção ideológica de uma teoria como a de projeção, que coloca a culpa da ambigüidade de origem da sociologia, não só na imperfeição da realidade como uma dualidade, mas também ao supor a realidade rural, como inferior em relação à urbana industrial. Coloca a culpa disso, exatamente, no seu público objeto: "o homem do campo" os atores sociais do mundo rural inferiores, retrógrados com relação aos da cidade. Destaca-se nesta discussão de SOUZA MARTINS com SOLARI e ANDERSON, a **confusão deliberada** como dimensão ideológica de tal conhecimento produzido pela sociologia rural, já que arma-se um esquema de análise que encobre as contradições da realidade rural por um esquema formal e dualista, enfatizando-se aspectos laterais, secundários, imediatos, empíricos, em detrimento dos aspectos mais profundos e contraditórios, construindo através de uma cortina ideológica que desorienta a percepção dos objetivos finais ou teológicos subjacentes a concepção instrumental de tal sociologia.

5.3 - A teoria da modernização agrícola e seus ideólogos

5.3.1 - Considerações iniciais

Anteriormente já nos referimos à internacionalização do "pacote tecnológico" com todo o seu aparato ideológico e institucional, em dois momentos: após a Segunda Grande Guerra, para o Terceiro Mundo e para o Brasil, em particular.

A partir da década de cinquenta, portanto, esses pressupostos modernizantes, principalmente, a política científica e tecnológica da "Revolução Verde" passou a orientar o ensino, a pesquisa e a extensão rural, a partir de amplo acordo de cooperação técnico-científica firmado entre o Brasil e os Estados Unidos. Assim, segundo BATISTA DA COSTA²⁹ (1987: 1-3) a agricultura brasileira passava diretamente para influência norte-americana; onde era dada toda ênfase aos processos tecnológicos e químico-mecânicos em detrimento das práticas biológicas vegetativas. Ao invés de formação de agrônomos generalistas era incentivada a especialização profissional. A partir de recursos oriundos da USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller e outras os paradigmas da modernização foram estendidos à pesquisa e ao ensino agrônômico. As principais escolas de Agronomia (ESALQ, ENA, UFRG, UFV, URFPe, etc.)

²⁹ BATISTA DA COSTA, M. B. Agricultura Moderna e sua Crítica: Uma saída em relação às diversas vertentes de agricultura alternativa. 1987, mimeografado.

conveniadas em congêneres norte-americanos (OHIO, WISONSIN, PURDUE, NORTHE CAROLINE, CHICAGO) reformularam radicalmente suas filosofias metodológicas e estruturas de ensino e pesquisa. Receberam, concomitantemente, doações maciças de laboratórios, equipamentos científicos de precisão, material bibliográfico, veículos e outros componentes. Os profissionais do ensino e pesquisa passaram a ser reciclados quase que, exclusivamente, nas universidades americanas, em seus cursos de especialização e pós-graduação. Este ciclo de unilateral intercâmbio técnico-científico permeou todo um aparato institucional apoiado em estratégia modernizante. O Sistema ABCAR depois transformado em EMBRATER com sua rede de filiações nos Estados da Federação e com uma rede de escritórios em quase todos os municípios brasileiros e, principalmente, a EMBRAPA, que à imagem e semelhança dos Centros Internacionais de Pesquisa de Produto e de Recursos da Rockefeller, já mencionados anteriormente, representou o "empresariamento" e a centralização da Pesquisa Agropecuária. Esta, à semelhança da EMBRATER, implantou toda uma rede de centros de pesquisa de produtos (arroz, milho, soja, bovino, etc.) e de recursos (trópico semi-árido, cerrados, etc.), além de, uma rede de estações experimentais (UEPAEs), bem como empresas de pesquisa de âmbito estadual, de certa forma, subordinadas a uma concepção sistêmica, da qual já se falou anteriormente. Assim:

"É fácil notar que a centralização está de mãos dadas com seu irmão gêmeo modelo: o 'empresariamento'.

Paralelamente, com repercussão nacional na área agropecuária, o economista Edward Schuh - assessor da Fundação Ford para o Brasil e ideólogo da pesquisa e formação de recursos humanos dentro de uma "estratégia gradualista" de desenvolvimento agrícola, bastante respeitado nos 'meios acadêmicos' da economia e da sociologia rural de formação conservadora - desde o início dos anos setenta divulgava um 'novo modelo' de pesquisa: O produto das estações de pesquisa de tamanho maior parece proporcionalmente maior do que o número de pesquisadores ou dos gastos com pesquisa, e, ainda, deve-se organizar (as pesquisas) para serem realizadas por grupos que trabalham nos problemas de uma cultura específica ... objetivando o aumento do nível de eficiência e eficácia de um determinado produto.

Com peso de sua respeitabilidade internacional, Schuh coloca em cheque a necessidade de pesquisa em áreas básicas, uma das tradições do Agrônomo - e reforça a importância da pesquisa por produto afirmando que: os novos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola podem diminuir grandemente o custo de introdução de uma dada tecnologia em outro país". (ALBUQUERQUE: 1984)

Saliente-se que SCHUH³⁰, quando esteve no Brasil por volta de 1966, iniciou um diagnóstico financiado pela Fundação

³⁰ É bom lembrar que G. Edward Schuh fazia parte também do Conselho de Consultores Econômicos da Presidência dos Estados Unidos e era da Purdue University, teve como um dos parceiros no Brasil Eliseu Alves, da mesma linha ideológica que fez doutoramento na Purdue University e foi posteriormente Presidente da EMBRAPA. O trabalho *The agricultural development of Brazil*, publicado em New York pela Praeger Publisher em 1970, em sua tradução portuguesa no Rio de Janeiro em 1971 pela APEC Editora, teve outros similares em vários países latino-americanos com o mesmo título só modificando-se denominação do país, por outros experts norte-americanos sob a égide da Fundação Ford. Se Coube a SCHUH diagnosticar e receiturizar o Brasil, coube Russel H. Brannon o Uruguai em (1967), o Eduardo E. Venezian e William K. Gambler o México (1969), a Darrele F. Fenup, Rusel H. Prannon e Frank A. Fender a Argentina (1969); a

Ford intitulado: "O desenvolvimento da Agricultura no Brasil", com a colaboração de Eliseu R. de A. Alves, no qual traça, no final, um receituário que seria colocado em prática a partir dos anos setenta. Por isso vamos analisar a teoria da modernização agrícola, no Brasil, a partir dele seguido de seus colaboradores e entusiastas seguidores. Antes, porém, situemos melhor as constituições das bases institucionais de internalização da "parafernália" técnico-científica norte-americana.

No Brasil, segundo FREIRE DE SOUSA (1984: p. 191) o final da década de sessenta e início da década de setenta marca a formação de novo período do desenvolvimento brasileiro, caracterizado pela preponderância do processo de urbanização e do crescimento acelerado do emprego não-agrícola, e, principalmente, pela consolidação integrada do que veio a se chamar de complexo agroindustrial brasileiro. As mudanças na base técnica da agricultura foram viabilizadas por três importantes fatores: 1) O fechamento das fronteiras agrícolas nas regiões urbanizadas; 2) criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural; 3) a intervenção crescente da agricultura com a indústria produtora de insumos e bens de capital, por um lado, e com a indústria processadora de produtos agropecuários, por outro. Com isto, além das condições histórico-estruturais e institucionais, para lastrear a modernização agrícola, o Sistema Nacional de Crédito Rural

Arthur J. Coutu e Richard A. King o Peru (1969) e a Larris E. Heaton a Venezuela (1969).

O desenvolvimento da agricultura no Brasil, de SCHUH publicado In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: 26 (4) Out./Dez. 1972.

completaria o quadro estratégico, de tal modernização, como força catalisadora fundamental do novo padrão de desenvolvimento rural que se instala, embora persista com igual intensidade no final da década de setenta, substitui com sucesso, o fornecedor tradicional de crédito para as propriedades e o capital comercial. A rede bancária oficial, além de fornecer o crédito, exige, para sua concessão, adoção de um pacote tecnológico correspondente. Capital financeiro e industrial aqui se irmanam; a modernização seria uma fonte de lucros e sobrelucros, palpáveis.

Assim, conforme BATISTA DA COSTA (op. cit. 02), estabelecidas as bases de sustentação da modernização agrícola através de nova orientação dos equipamentos oficiais de ensino, pesquisa e o fomento do uso dos insumos modernos e da mecanização automotiva, os instrumentos de política econômica, industrial e agrícola foram dirigidas para consolidação do segmento industrial. Neste sentido, a modernização é uma ideologia do urbano-industrial de modernização da agricultura.

Instalou-se no país um complexo industrial químico-mecânico produtor de tratores e implementos agrícolas, adubos e agrotóxicos, cujos investimentos, segundo BATISTA DA COSTA (idem, p. 2), foram em larga escala (80 a 90%) originados na poupança interna. Por seu turno, para completar a estratégia modernizante, foi garantida a colocação desta produção no mercado pela viabilização de uma política de crédito rural, como já se falou, com juros subsidiados.

Passada a fase pioneira de criação das bases de sustentação intensiva da internalização, a nível do país, do modelo de modernização agrícola norte-americano, essa política teve continuidade com a segunda fase baseada, segundo BRUM (op. cit., p. 39), num estudo da CIA (Central Intelligence Agency) e do Departamento de Estado, realizado em 1974, indicando que a produção de alimentos controlados por alguns grandes grupos económicos constituía a mais eficaz e poderosa arma já descoberta pelos E.U.A. em toda a sua história. "A situação monopolista de exportador de alimentos fornece aos Estados Unidos uma posição de poderio jamais antes desfrutado, uma hegemonia económica e política duradoura. Washington poderá assim decidir o bem-estar, vida ou morte de muitos povos desta terra".

5.3.2 - SHULTZ: o ideólogo da modernização

A dicotomia moderno-tradicional aparece como concepção básica da teoria da modernização, formulação típica do pensamento neoclássico - já analisado no capítulo anterior, as bases sociológicas desta herança intelectual e político-ideológica. Para os ideólogos da modernização de enfoque neoclássico, prevalece o dualismo de longa tradição nas ciências sociais, transposto para os chamados países subdesenvolvidos. Nestes países, segundo tal concepção, há dois setores separados, fundamentalmente, opostos e, qualitativamente, diferentes: um

setor capitalista industrial receptivo às mudanças, orientado para o mercado cujo comportamento persegue a maximização de lucros; e um setor tradicional, agrícola e estagnado, baseado na produção de subsistência com escassos excedentes para comercialização, com um significativo comportamento voltado para uma vida ociosa e para o escasso interesse em obter lucros.

Segundo HEYNIG (op. cit., p. 121) no setor tradicional se supõe um elevado grau de desemprego disfarçado como subemprego. A produção no setor tradicional é considerada uma simples função da terra e de mão-de-obra devido a carência de uma significativa acumulação do capital. Desta forma, o único laço de importância entre ambos os setores, é um fluxo de mão-de-obra da agricultura para indústria e a transferência de um reduzido excedente de produtos agrícolas que alimenta a população nos centros urbanos. Segundo o autor esta concepção foi elaborada em sua forma clássica em 1954, por LEWIS³¹, que baseia-se em uma economia, fundamentalmente, fechada que cresce pela transferência de mão-de-obra da agricultura para indústria. Este emprego, disfarçado, é eliminado e produzido na escassez de mão-de-obra no setor rural, que introduz um processo rápido de modernização econômica, através do uso mais eficiente de tecnologia moderna e mudanças econômicas. Portanto, o desenvolvimento econômico das áreas rurais

³¹ LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour en the Manchester School of Economic and Social Studies, Vol. XXII, N. 2, maio de 1954. Há versão espanhola: "Desarrollo economico com oferta limitada de Mano de obra" ... Trad. de Manuel Sanchez em El Trimestre Economico, México, Outubro/Dezembro de 1960, p. 629. Nota citada por Heyning, op. cit., p. 121.

dependerá, em primeiro lugar, de transferência de tecnologia do setor moderno, ou seja, a difusão de tecnologia uma determinante para o desenvolvimento rural. Este princípio da teoria da modernização lançado por LEWIS vai influenciar todo o arcabouço teórico da modernização tanto a nível da economia, como da sociologia.

Esta concepção traz implícito seu conteúdo ideológico a nível de seus resultados finais ou teleológicos; a modernização é inibida pela abundância de fatores produtivos, notadamente acesso à terra e existência de mão-de-obra em abundância. Assim sendo, ao promover o êxodo rural, a modernização concentra terra e capital como consequência dos investimentos em fatores modernos de produção: maquinaria e insumos modernos, e por outro lado, aumento da produção e da produtividade condizente com o rebaixamento dos níveis de reprodução da força de trabalho urbano-industrial. A teoria da modernização nestes termos é uma ideologia urbano-industrial, e notadamente, das frações hegemônicas detentoras do capital industrial e financeiro internacional e nacional associados.

Embora economista, SHULTZ foi o principal ideólogo da modernização e um dos expoentes mais destacados da interpretação de corte neoclássico contemporâneo sobre a agricultura.

Segundo ABRAMOVAY (1985: 234-237) a obra de SHULTZ cujo título é "Transformando a Agricultura Tradicional", mostra mais claramente o seu campo de preocupação. Sua indagação principal é: "em que condições a

agricultura pode ser fonte de crescimento econômico?" Sua resposta é inequívoca: "a agricultura pode estimular o desenvolvimento como um todo desde que ela saia do marasmo secular que a caracterizou, do imobilismo tradicionalista no qual está mergulhada e adote as técnicas modernas, as máquinas e os insumos de origem industrial".

SHULTZ (1968) mostra, em sua tese, que na agricultura tradicional há um equilíbrio consolidado desde os tempos remotos, ao passo que, a moderna tem se caracterizado por um desequilíbrio crônico em movimento. Entretanto, apesar de reconhecer nos agricultores tradicionais um comportamento econômico essencialmente racional semelhante ao comportamento de qualquer empresário que busca maximizar lucros, conclui que, devido a baixa da taxa de rendimento das inversões, a agricultura tradicional cresce muito pouco:

"La agricultura tradicional no es capaz de ofrecer un aporte barato al económico porque ha esgotado las oportunidades económicas que presente el estado de las técnicas de las cuales depende". (Op. cit., p. 20-21)

Segundo ABRAMOVAY e SHULTZ, trabalhando com fatores de produção e seus respectivos rendimentos mostra que os empregados na agricultura tradicional possuem produtividade baixa, gerando em consequência um retorno pequeno, o que não estimula o reinvestimento na própria produção. Estes fatores seriam, basicamente, os transmitidos de pais para filhos e não recebem qualquer influência dos conhecimentos conquistados

pela moderna ciência agrônômica. Para SHULTZ, a pobreza no meio rural, nos países do Terceiro Mundo, não se deve a fatores de ordem cultural. A ausência, por exemplo, de um espírito de poupança e de investimento ou o privilégio que estas populações atribuem a atividades não-produtivas. Portanto, quando existir uma pequena poupança (ou excedente econômico), esta será aplicada em atividades não-produtivas. Não se trata, assim, de um problema cultural, mas econômico. Não é que o agricultor não saiba usar os meios produtivos de que dispõe, ao contrário, SHULTZ julga que estes meios tradicionais (ponto fundamental de sua concepção) estão alocados de maneira mais racional possível. Qualquer técnico, qualquer extensionista que tentasse aprimorar a agricultura tradicional, veria que se trata de um trabalho inútil. Isto porque, o próprio agricultor, espontaneamente, por força da experiência acumulada, utiliza seus fatores produtivos de forma a imprimir-lhes a maior produtividade possível. Se a produtividade ainda é baixa, isto não se deve à incapacidade do agricultor, mas ao fato de que os meios de produção tradicionais (enxada, arado à tração animal, etc.) são, eminentemente, pouco rentáveis.

Neste contexto, a conclusão de SHULTZ, conforme ABRAMOVAY, baseia-se no fato de que a agricultura não deve ser "reformada" ou "melhorada" deve ser substituída pela agricultura moderna, por aquela que caracteriza o modo de desenvolvimento agrícola nos países ricos. E esta transformação supõe, por parte do governo, um investimento em educação e

mão-de-obra para este novo tipo de agricultura, bem como centros de pesquisa e extensão, para que conhecimentos gerados possam ser transmitidos aos agricultores. Supõe, ainda, que o país possa utilizar (seja importando ou não) os meios de produção de origem industrial, que caracterizam a agricultura norte-americana e européia hoje. E aí, segundo ABRAMOVAY, emerge a indagação: de que maneira é possível aos agricultores de um país pobre adquirem meios de produção modernos, de altos custos? Não seria mais fácil e acessível que eles continuassem a mostrar seus poucos recursos naquilo a que podem ter acesso? A resposta de SCHULTZ, seguindo de maneira ortodoxa a linha de pensamento neoclássica, é: "os meios de produção tradicionais é que são caros; já que o preço de um fator se mede, sobretudo, em relação a sua produtividade marginal e esta, na agricultura tradicional, é, como vimos, baixíssima". Inversamente, o dispêndio de dinheiro em insumos modernos gerará um retorno tão alto que tornam baratos estes meios de produção de origem industrial. Comenta ABRAMOVAY que SCHULTZ não chega a tratar da possibilidade de efeitos sociais negativos desse processo de modernização, isto é, do fato de que, pelo menos num primeiro momento, nem todos agricultores teriam acesso aos novos meios de produção e de que este tipo de desenvolvimento das forças produtivas no campo, acabaria por gerar elevação do desemprego - a menos que a mão-de-obra liberada na agricultura pudesse ser ocupada em setores urbanos. Outros autores incluindo PAIVA que serão tratados mais adiante, seguindo a

linha de raciocínio de SCHULTZ vão tratar de tal problema a que já nos referimos anteriormente, pois de maneira geral, este enfoque modernizante vê a abundância de mão-de-obra, exatamente, como fator limitante, inibidor, do processo de inovação tecnológica na agricultura.

Finalmente, ABRAMOVAY resume o ponto de vista de SCHULTZ em três aspectos, o que nos ajudará a tecer algumas considerações:

1) Existe uma dicotomia radical entre agricultura tradicional e moderna. Não há evolução, gradual e espontânea que leva de uma a outra. Se depender de sua dinâmica própria, a agricultura tradicional conduzirá não à modernização, mas ao imobilismo.

Aqui SCHULTZ reedita de forma radical a velha dicotomia tradicional X moderno, negando as teses de transição típico-ideal, ou seja, da possibilidade de evolução em graus diversos do polo tradicional ao polo moderno. A agricultura tradicional teria que ser eliminada, dando lugar a agricultura moderna. Isto supõe a negação da tese principal pelos objetivos teleológicos da análise: a de que a agricultura tradicional é racional, mas há um limite interno em termo de fatores produtivos que a condena a um eterno estancamento, a "um círculo vicioso de pobreza". No estilo de um NURKSE (já citado neste trabalho), transporta para o nível interno de uma sociedade subdesenvolvida, e para a agricultura em particular. Trata-se de induzir uma nova agricultura, uma agricultura moderna, eliminando a agricultura atrasada com investimentos

maciços de capitais, compensadores pela alta produtividade dos modernos fatores empregados.

O ponto de vista de SCHULTZ é de um empirismo pragmático e imediatista, não só na construção da realidade rural enquanto modalidade de conhecimento mas, também, como construção dessa realidade como objeto de intervenção prática, o que supõe uma crença na manipulação técnica do mundo, escondendo uma realidade complexa atravessada de contradições cujo atraso só pode ser entendido pelo modo de como a agricultura atrasada está inserida no modo de produção capitalista, que em condições histórico-sociais, sustêm o próprio atraso da agricultura em função dos setores modernos. Este ponto de vista é expressão da dominação do mundo urbano-industrial sobre o rural, que toma a agricultura tradicional como exemplo de intervenção para ser eliminada. A redução dos problemas do atraso da agricultura a fatores de produção e seus rendimentos são decorrentes do modo de ver de um grupo social determinado ou da fração hegemônica de classe detentora do capital industrial e financeiro interessado na expansão em escala mundial do pacote tecnológico da Revolução Verde. Esta modalidade de representação científica da agricultura se apoia e se legitima em concepções e necessidades de tal classe ou fração de classe. O ideólogo da modernização, em epígrafe, sistematizou tais concepções e interesses, de modo que a construção do próprio modelo teórico encobre a essência, dando ênfase a fatores, certamente, secundários, deixando de lado as múltiplas dimensões da formação social que sustêm o próprio

atraso da agricultura. Tem-se aqui um reducionismo da realidade fática que resulta da situação especial de seu observador, dos interesses, valores e normas que defende, de forma não arbitrária, responsáveis pela fabricação distorcida da teoria, cujo mecanismo principal é a filtração e a seleção de elementos da cultura geral da sociedade em que está inserida. O analista, em foco, considerando-os como vitais (fatores produtivos, rendimentos), valoriza-os a fim de que os interesses dominantes permaneçam intocáveis, bem como a organização básica que os mantêm.

Já criticamos demais a dicotomia tradicional versus moderno, que em SCHULTZ é elevado a radicalidade e/ou imediatismo pragmático que justificam a internacionalização do modelo agrícola norte-americano, presidido pelos interesses das transnacionais de insumos e máquinas agrícolas modernas, e processadores de alimentos e matérias-primas. Este dualismo elevado a tal pragmatismo, ao justificar a introdução de fatores novos, tecnologias boas, neutras, modernas, no processo produtivo, a transferência de capital, a geração, adoção e difusão de tecnologia moderna, eliminando a agricultura tradicional (e com ela, certamente povos e culturas), constitui a base, a-histórica, em última instância, do modelo ou enfoque em pauta. Considerando um setor capitalista ou outro tradicional não-capitalista, cada um independente do outro e com sua própria dinâmica isolada, individual, dentro de uma economia; não consideram, por seu turno, a totalidade ou os principais

aspectos das relações sociais e nem a forma como estas determinam os processos de produção.

Assim, parafraseando HEYNIG (op. cit., p. 121-122), o caráter estático e pouco receptivo dos estímulos econômicos do agricultor tradicional reduz-se a necessidade de orientar as inversões, a assistência técnica, etc., para empresas médias e grandes. Entretanto, as condições de vida e de produção dos pequenos agricultores se apresentam como problema social de escassa relevância para tal processo de modernização. Subjacente a tal enfoque, estão presentes os objetivos teleológicos de sua eliminação (parcial ou total) já que, o processo de acumulação é, pela sua própria natureza, desigual, seletivo, concentrador de terra e capital.

Como a coluna vertebral da modernização agrícola é transferência de capital e tecnologia, os países desenvolvidos podiam oferecer ao Terceiro Mundo estes fatores produtivos para combater a pobreza da agricultura, já que a pobreza, o atraso, derivam da escassez de capital e da falta de habilidade técnica. Tem-se aqui a homogeneização como mecanismo de constituição arbitrária de tais pressupostos teóricos. A pobreza ou o atraso, como fenômenos complexos passam a ser simples. A pobreza é um fenômeno homogêneo, o que permite obscurecer a sua transparência histórico-estrutural, reduzindo-a como fenômeno complexo à escassez de capital e tecnologia. Mas voltemos ao resumo que ABRAMOVAY fez da concepção de SCHULTZ.

2) Não se pode aprimorar ou melhorar a agricultura tradicional a partir dos fatores que ela costumeiramente emprega. O que caracteriza os países pobres não é a má utilização dos fatores existentes, mas a baixa produtividade de fatores empregados da melhor forma possível.

A crítica feita anteriormente engloba tal premissa básica. Cabe-nos, entretanto, destacar que, cada vez mais se generaliza o reconhecimento da importância da mudança tecnológica como condicionante da modernização agrícola, mas se diminui a ênfase na contribuição dos recursos materiais, clima, localização geográfica, tipo humano e estoque de capital. Assim, a modernização agrícola, segundo MIRANDA NETO (op. cit., p. 697) é condicionada, basicamente, a ganhos tecnológicos que resultam das:

a) melhorias organizacionais - que implicam a obtenção de maior produção como resultado da melhor combinação dos fatores disponíveis e resultam do aumento da qualidade gerencial, pois o nível de conhecimento é um dos elementos essenciais para produzir;

b) melhorias nos fatores físicos: que correspondem aos aumentos na qualidade dos diversos elementos utilizados para produzir, como as sementes híbridas, máquinas e equipamentos;

c) melhorias nos recursos humanos que dizem respeito a aprimoramentos do fator trabalho empregado na produção. A

qualidade deste fator está diretamente associada à saúde, à escolaridade, ao treinamento e à experiência prévia.

Assim, conforme MIRANDA NETO, a mudança tecnológica é a explicação para a modernização agrícola, o que demonstra o caráter instrumental e arbitrário de tal teoria sem levar em consideração os elevados custos sociais para a população, e sem condicionar a modernização, os recursos de cada região, aos objetivos de cada povo e ao equilíbrio ecológico. Tal como a teoria, a tecnologia é boa, neutra, racional passível de ser empregada, homogeneamente, em escala mundial, independente de condições histórico-estruturais diferentes; diferenças e alteridade culturais e diversidades edafo-climáticas, entre outras complexidades não levadas em consideração. Finalmente ABRAMOVAY cita um terceiro fator como resumo da concepção de SCHULTZ, o que incorpora melhorias que resultam em ganhos tecnológicos citados, anteriormente, conforme MIRANDA NETO;

3) Neste sentido, cabe ao Estado tomar a iniciativa de implantar centros de experimentação e difusão que permitam aos agricultores terem acesso às modernas tecnologias.

Aqui, caberia ao Estado montar toda infra-estrutura e promover os serviços necessários para incrementar tal modernização, já que no pensamento neoclássico, não só a idéia de desenvolvimento, mas também a de bem-estar social dependem, fundamentalmente, da capacidade de a agricultura transformar a sua base técnica no sentido de incorporar de forma

crescente meios de produção industrial. Neste sentido, a visão de tal enfoque apresenta os estereótipos que expressam a inferioridade da agricultura atrasada, e por conseqüência, de seus agentes. A visão dualista, que na sua origem, é etnocêntrica e veda as contradições reais do fenômeno analisado pelo princípio epistemológico de dualidade, agora, supõe a eliminação do atraso tido como mal crônico a ser extirpado pela imposição mecânica do moderno. Isto expressa um modo de ver e construir a realidade da agricultura com as particularidades dos interesses que SCHULTZ sistematiza como ideal e valor absoluto.

A eliminação do atraso torna-se virtude, já que as suas bases de explicação são empíricas, pragmáticas, objetivas, "reais". Tem-se aqui a racionalização como mecanismo de distorção ideológica do modelo em epígrafe, que transforma em ideal os interesses de uma classe atribuídos como interesses de toda a sociedade.

Por seu turno, o bem-estar ao ser resultante do incremento da modernização através de infra-estrutura básica e, serviços que lhe são inerentes prestados pelo Estado, as "modernas tecnologias" tornam-se símbolos do bem-estar. Aqui também, os interesses dos grupos dominantes na modernização são universalizados como de toda a sociedade, pois o bem-estar é um interesse social acima das diferenças dos grupos sociais. As "modernas tecnologias" pela simbolização, se desagarram de seu conteúdo real, de fatores teleológicos desagradáveis e substitui a complexidade que o bem-estar social alberga, por

conseqüência a própria realidade no processo de análise é erigida a um ideal a ser atingido pela modernização. Por seu turno, justifica-se, conseqüentemente, a ação do Estado na modernização, através dos mecanismos de projeção, como interesse de toda a sociedade, independente das classes sociais conflitantes. Através deste mecanismo a ação do Estado, viabilizando os interesses das classes dominantes ou de frações destas, é universalizarem como interesse de toda a sociedade.

Para SCHULTZ, a "revolução da produtividade agrícola" reunirá, em contínuo, as três classes da agricultura (a tradicional, a moderna e a de transição) num único mercado perfeitamente integrado, o mercado dos fatores agrícolas modernos. Certamente, por conseqüência, os atores sociais que comportam tais classes, ao serem submetidos às forças de mercados, supõem que os não eficientes, seriam naturalmente, eliminados. Por sua vez, esta eliminação reduziria o fator mão-de-obra abundante e barata como inibidor crônico da adoção dos fatores produtivos modernos, responsável pelo atraso crônico da agricultura tradicional e de características retrógradas na classe da agricultura de transição" (ALMEIDA, 1989: 69-77).

Começamos por SCHUH, que influenciou diretamente a aplicação do modelo do impacto Urbano-Industrial de SCHULTZ no Brasil. SCHUH (1975: 18) afirma que SCHULTZ (1953) preocupou-se em explicar as diferenças espaciais na renda do trabalho dentro do setor agrícola. É com base neste modelo de SCHULTZ que EDWARD SCHUH vai apresentar um ensaio interpretativo das forças que influenciaram o ritmo da

modernização agrícola no Brasil procurando analisar as causas das diferenças entre São Paulo - onde ocorreram transformações bem sucedidas e auto-sustentadas na agricultura - e o resto do país. Discute os problemas que têm limitado o impulso auto-sustentado na agricultura brasileira; para em seguida apresentar e analisar o que considera alguns grandes desafios e problemas para formuladores de políticas.

O autor começa afirmando que, comparado aos padrões internacionais, o nível de produtividade da agricultura brasileira, de modo geral, foi bastante baixo e, recentemente, apresentou um ritmo vigoroso de modernização, embora o Estado de São Paulo tenha desenvolvido uma agricultura relativamente moderna. A partir desta constatação básica o autor levanta e tenta responder as seguintes hipóteses ou enigmas:

1) Houve, no conjunto da agricultura brasileira, pouca modernização, que se reflete nos baixos níveis de produtividade, com tendência pouco ascendente nestes rendimentos - os níveis relativamente baixos de emprego de insumos modernos, pela falta de uma política apropriada;

2) A agricultura do Estado de São Paulo experimentou uma modernização considerável, a despeito da falta de modernização para o resto do país. Isto se deu pelo fato, entre outros, o do café ter dado origem ao desenvolvimento, auto-sustentação e constituir a base da rápida industrialização de São

Paulo e da região central industrializada, ocorrendo uma transformação bem sucedida da agricultura;

3) Na agricultura do Estado de São Paulo não ocorreu uma modernização nas culturas alimentares, o que pode ser constatado empiricamente;

4) Causas do rápido aumento do uso de insumos modernos a partir de 1967:

a) Discussão da Primeira Hipótese

Para validar a primeira hipótese o autor toma como ponto de partida a teoria de HAYAMI-RUTTAN (citado por SCHUH, op . cit., p. 10) de inovações induzidas, por considerar que mesmo sendo simplificada, é um modelo útil para explicar a falta de modernização da agricultura brasileira. Esta teoria considera os múltiplos caminhos para o desenvolvimento tecnológico, ou mudanças tecnológicas, que um país pode tomar, e a capacidade de escolher o caminho correto determinará se o país conseguirá ou não rápido crescimento no produto e na produtividade agrícola. O caminho eficiente para a modernização e crescimento do produto, argumenta HAYAMI-RUTTAN, será determinado, em grande parte, pela dotação relativa de fatores. Assim, comenta SCHUH, se a terra tem uma oferta relativamente inelástica, a tecnologia de produção deve focalizar-se no alívio dessa restrição à produção.

Alternativamente, então, se a oferta de trabalho é relativamente inelástica, a tecnologia de produção deve concentrar-se na minoração de tal limitação.

Entretanto, para SCHUH, um aspecto crucial do modelo HAYAMI-RUTTAN é o papel instrumental atribuído à tecnologia de produção, já que argumentam que o papel da mesma, consiste em facilitar a substituição de um recurso por outro e essa substituição alivia as restrições impostas pela inelasticidade na oferta de fatores, dando origem a mudanças nas proporções dos recursos e, finalmente, enseja substanciais aumentos no produto.

Segundo SCHUH, dois exemplos esclarecerão melhor este ponto. Argumentam os teóricos da inovação induzida, que o desenvolvimento de variedades de culturas de alto rendimento é, essencialmente, uma inovação biológica destinada a facilitar a substituição da terra por fertilizantes. Em apoio a essa tese, observam que variedades melhoradas tendem a apresentar apenas rendimentos pouco maiores do que as variedades nativas, se não forem aplicados fertilizantes. A diferença crítica entre variedades e a resposta aos fertilizantes, é que tende as variedades melhoradas apresentar uma reação maior e mais contínua. Naturalmente, concorda SCHUH, um importante objetivo dos programas de criação das variedades que produziram os novos trigos e tipos de arroz tornados famosos pela chamada Revolução Verde foi certamente, desenvolver essa característica de resposta. É fácil constatar, que essa foi sempre a característica das sementes de milho híbrido.

Ainda para justificar a aplicação do "pacote tecnológico", o autor em concordância com os ideólogos do Modelo de Inovações Induzidas afirma por outro lado, que as variedades tradicionais respondem ligeiramente às aplicações de fertilizantes, ou, em alguns casos, responderam negativamente. Daí, se conclui ser o Brasil um país que apresentando uma alta taxa de crescimento demográfico tem uma oferta inelástica de terra; em termos físicos; a incapacidade de resposta de variedades de culturas e a aplicação de fertilizantes pode constituir uma substancial barreira ao aumento da oferta. Por outro lado, a tecnologia, sob a forma de variedades melhoradas, derruba essa barreira ao permitir a substituição de terra por fertilizantes. Permite especificamente, a introdução no setor agrícola de um insumo na indústria. E se não fosse a nova tecnologia, esta introdução não seria viável, uma vez que seu uso tampouco seria rentável.

Da mesma forma, acreditam tais autores, as inovações mecânicas permitirem e facilitarem a substituição de mão-de-obra por terra e capital. Com a ajuda de energia mecânica, uma dada unidade de trabalho pode cultivar mais terras. Evidentemente, conclui, tratar-se aqui de uma substituição de trabalho por terra que é tornada possível por inovações mecânicas. Neste caso, o trabalho é também substituído pelo capital.

As argumentações até aqui e apresentam com uma boa variedade que dispensa qualquer base interpretativa. Apresentando-se as argumentações e explicações com uma base

empírica e tecnicista desembocam em configurações estáticas, nas quais a tecnologia apareceu como coisa, como instrumento, que encerra em si mesma a própria explicação do fenômeno, destituído de qualquer relação causal entre as condições histórico-sociais de sua produção e as de sua difusão e adoção; não supondo uma relação social, o que desmontaria uma aparente neutralidade inerente à construção de tal modelo. Neste tipo de análise de base empiricista e tecnicista, por mais esforços que se faça para explicar suas hipóteses ou enigmas, a explicação coincide com o próprio ponto de partida, só conseguindo descrever o óbvio, cujas hipóteses já têm a resposta. Tal modelo demonstra, por seu lado a pobreza da teoria da sociologia rural norte-americana que se ocupou, fundamentalmente, com a difusão e adoção de inovações tecnológicas, já analisadas anteriormente.

Continuando a explicitação do modelo de HAYAMI-RUTTAN, feito por SCHUH, a terra e o trabalho são classificados por eles como insumos primários, cabendo ao capital um papel secundário, ou instrumental. Discordando deste pressuposto, SCHUH afirma que tal modelo, em princípio, é perfeitamente geral e seria igualmente aplicável se fosse relativamente inelástica a oferta de outros fatores, a oferta de qualquer outro recurso, como a água, por exemplo. Porém, segundo o autor, o modelo contém dois elos adicionais. O primeiro é que a capacidade local de pesquisa e desenvolvimento tem que ser desenvolvida, a fim de se obter uma mudança técnica eficiente. Isto, o é nada mais do que o

conhecimento de que, na maior parte, a pesquisa biológica é altamente específica à localização, com o resultado de que a tecnologia de produção tem que ser desenvolvida dentro da região na qual será aplicada; ser consistente com as condições ecológicas e, na opinião desses autores, com a dotação local de recursos.

Além disso, continua SCHUH, precisa ser desenvolvida a capacidade industrial para produzir insumos modernos, tais como fertilizantes e tratores, que substituem insumos primários de oferta inelástica, isto é, não reprodutíveis em condições naturais. Alternativamente, as exportações devem crescer o suficiente para que esses insumos possam ser importados dos países onde são produzidos a custo mais baixo. Sem um suprimento adequado de baixo custo de insumos modernos, não serão eficazes e econômicas as inovações biológicas e mecânicas que facilitarão a substituição de fatores.

Com isto, não só justificam a expansão mundial do "pacote tecnológico" e sua internalização na economia brasileira, por exemplo, mas esta tese expressa a posição básica de HAYAMI-RUTTAN, de que o mercado e as políticas públicas são os principais indutores do desenvolvimento tecnológico na agricultura; propõe que a importância fundamental do progresso técnico reside na "substituição dos recursos por conhecimento", ou na substituição de recursos mais custosos por menos custosos e mais abundantes, ou, através, da eliminação das restrições impostas aos recursos. Nestes termos, a modernização passa a constituir-se num fenômeno que emerge do mercado e responde

às forças dele, considerando-se, portanto, endógena ao sistema econômico. A alteração nos preços relativos aos fatores representam, em grande medida, o motor do progresso técnico e de modernização do setor agrícola. Acrescente-se que esses ideólogos da tecnologia moderna influenciaram sobremaneira o modelo de pesquisa agrícola e extensão rural no Brasil, via EMBRAPA e EMBRATER, com receituário técnico-operacional com base em tal modelo de inovações induzidas (HAYAMI-RUTTAN, 1972: 4-5, 61; citado por PEREIRA DE ALMEIDA, 1989: 8-91; 192-193).

Cabe-nos tecer alguns comentários. Para estes autores incluindo SCHUH, a tecnologia não é socialmente determinada e, portanto, não é expressão de um dado momento das forças produtivas existentes, mas só de um aspecto delas: as forças de mercado. Não há neste enfoque uma relação causal entre relações sociais de produção ou de progresso das forças produtivas das quais faz parte a modernização não só como expressão, mas como resultado. A modernização não emerge como resultado das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, emerge das forças de mercado. Aqui apareceu um mecanismo de construção ideológica de tal modelo, as forças de mercado são fetichistas a um plano ideal, tornando-se o sujeito impulsionador da modernização, tornam-se uma simbolização que extrai apenas parte do conteúdo real do fenômeno analisado, que deveria, logicamente ser inerentes ao símbolo. O símbolo forças de mercado substitui a realidade no processo de análise,

eliminando-se variáveis desagradáveis que podem invalidar a inerente "neutralidade" que tal modelo alberga, pretendendo ocultar das forças de mercado a realidade complexa que as explica. Assim, o símbolo "forças de mercado" passa a ter vida própria e relações irreais e mecânicas entre si, independente das relações sociais que nele se ocultam.

Colocadas essas observações críticas, voltemos a análise de SCHUH. Ele considera que embora simplificado, o modelo das inovações induzidas é útil para explicar a falta de modernização da agricultura. Por que? Responde SCHUH:

Em primeiro lugar, foi possível pôr em cultivo terras adicionais com aumento pouco pequeno do seu preço de oferta para a economia, e o pequeno aumento que houve devido à distância dos mercados foi provavelmente compensado pelos melhoramentos no sistema de transporte, além disso - não ocorreram ou ocorreram pequenos aumentos no preço real da força de trabalho da agricultura, não havendo, portanto, uma tendência altista dos preços dos alimentos. Foram pequenos ou inexistentes os incentivos para investimentos em pesquisas agrícolas. Desta forma SCHUH comprova que a ausência de políticas públicas e de mercado foram responsáveis pela não modernização da agricultura brasileira, com exceção de São Paulo, conforme o modelo de inovações induzidas de HAYAMI-RUTTAN. Entretanto, salienta ele que a abundância de fatores escassos deve ser entendida de forma relativa. Tivesse o Brasil começado mais cedo a ocupar o interior, por exemplo, e ao fazê-lo, tivesse aberto novas terras ao cultivo, é bem provável que

tivesse ocorrido uma escassez de mão-de-obra de maneira muito parecida com a que se declarou quando os Estados Unidos desenvolveram, com o resultado de que a mecanização e os aumentos de rendimentos teriam ocorrido mais cedo. Mesmo havendo, no Brasil, a construção de estradas pavimentadas em ritmo acelerado e um correspondente sistema moderno de transporte em caminhões somado a expansão das fronteiras do centro urbano-industrial, o preço de oferta não subiu, porque as novas terras eram mais produtivas e férteis e até certo ponto, porque declinava o preço do transporte.

Aqui há uma contradição: se a expansão da fronteira dava em terras férteis, absorvendo mão-de-obra de áreas de expulsão de tal fator produtivo, deveria nelas acontecer o contrário: absorver tecnologia, não para reduzir a fração de capital empregado na mão-de-obra, mas também, para incrementar o produto e a produtividade, reduzindo-se os custos de produção por unidade de produto, podendo tal agricultura tecnificada competir com a produção das fronteiras à custos de produção, certamente competitivos. A não ser que, as áreas mais próximas dos centros urbano-industriais se especializasse em outros produtos que não os das fronteiras em expansão. Mesmo assim, se tal fato ocorresse, certamente a expansão da fronteira agrícola seria fator de dinamização de imóveis naquelas áreas repulsoras de mão-de-obra, e não o contrário.

E, só meia verdade que a expansão destas fronteiras absorvendo mão-de-obra induziriam a modernização nas áreas de repulsão deste fator inibidor do progresso tecnológico na

agricultura, já que fenômenos não se dão de forma tão mecânica assim. As experiências dos anos setenta, em diante, comprovam que a abertura das fronteiras agrícolas para o centro-oeste e a Amazônia reproduziram não uma distribuição de terras que ocupasse a mão-de-obra, mas uma desenfreada concentração de terras, cujas inovações só foram possíveis sob a tutela do Estado, dispensando crédito rural barato ou de custo zero e outros subsídios, em geral, para atividades como a pecuária, pouco absorvedora de mão-de-obra. Nestas regiões de fronteira agrícola e mesmo nas regiões mais modernas e liberadoras de mão-de-obra, têm sido as lutas sociais, no campo, somadas às políticas estatais paternalistas para os grandes e médios empresários agrícolas, os principais fatores de tecnificação, parcial e total de atividade agrícola. Nas fronteiras da Amazônia, a luta dos posseiros e povos nativos; nas áreas próximas dos centros urbano-industriais, a luta sindical e trabalhista de assalariados temporários, permanente e bóias-frias.

Por outro lado, fatores políticos contribuíram para que os preços da oferta de mão-de-obra não se elevassem induzindo à modernização, já que seus custos de reprodução são tão baixos, nas zonas modernizadas, e, próximas ao centro urbano-industrial, quanto na fronteira agrícola em expansão ou nas zonas de agricultura tradicional como a zona canavieira do Nordeste. Há, entre outros fatores, um descumprimento da legislação trabalhista e dos acordos coletivos consignados entre patrões-empregados com a conivência do próprio Estado. A

mesma modernização que condiciona-se pela presença ou ausência de fatores abundantes, chamados escassos, como mão-de-obra e terras, por exemplo, é a mesma que ao ser incrementada sob as baionetas da ditadura militar para destroçar as lutas e conflitos sociais no campo, foi constituindo um verdadeiro "apartheid social" das classes subalternas do agro brasileiro, justificado por um darwinismo social subjacente a tais modelos modernizantes e em nome da modernização traduzida como indutora de bem estar social para todos.

Por trás de tal modelo racional, supostamente, assentado em bases científicas, portanto, esconde-se, além dos ilogismos e distorções epistemológicas, uma concepção autoritária de modernização agrícola presidida pelos interesses dos grandes grupos transnacionais produtores de máquinas agrícolas, agrotóxicos e processadores de produtos agropecuários. Assim sobressaem-se nas argumentações de SCHUH e nos próprios pressupostos e supostos do modelo de inovação tecnológica que toma de empréstimo de HAYAMI-RUTTAN um mecanismo de construção arbitrária de representação da realidade analisada, expresso pela racionalização que atribui ao pensamento da classe que representa, no tocante ao desenvolvimento agrícola, um valor ideal, absoluto, que ele procura sistematizar e repensar em cânones supostamente científicos.

Retomando a discussão com SCHUH, ele estima que a combinação dos fatores referidos - uma dotação de fatores impróprios à mudança técnica e às políticas econômicas que a amortecem - explica porque o Brasil, de um modo geral, não

investiu maciçamente em pesquisa agrícola, e porque sua agricultura não se modernizou.

E aqui merece outros questionamentos, posto que, para tal modelo, as políticas públicas e o mercado não foram indutores de tal modernização. O modelo não leva em consideração o Estado como espaço de disputa de políticas públicas por vários grupos sociais conflitantes e com interesses antagônicos. O Estado supostamente acima dos interesses dos grupos sociais que tal modelo concebe é condizente com a ótica de pensamento da classe que seus ideólogos difundem e sistematizam com "áreas" de cientificidade. A modernização no Brasil, só foi possível ser implantada de uma forma manipulatória e autoritária sob um regime de exceção. neste sentido,

"A reorientação de rumos pró-modernização da agricultura brasileira não se deu, como talvez possa parecer a primeira vista, apenas em consequência dos avanços científicos-tecnológicos observados nos países desenvolvidos. Foi resultante de uma acirrada disputa de interesses de classes sociais, grupos econômicos, e setores da economia que extrapolavam o âmbito nacional.

Desde os anos trinta, e com mais intensidade no quinquênio que antecedeu a Segunda Guerra, parte das classes patronais dominantes e do poder político nacional estava empenhada na industrialização do país, visando a substituição das importações.

O setor agrícola, por seu turno, encontrava-se em uma crise cíclica, incapaz de suprir os requerimentos internos de alimentos, e um mercado internacionalmente ávido de produtos do setor primário. As opções que se colocavam no momento eram a realização de uma reforma agrária no país, ampliando-se assim a área explorada pela

agricultura e superando-se a estagnação da produção, ou se atingir este intento através do aumento da produtividade, via modernização do setor. A reforma agrária, no entanto, não interessava aos grandes proprietários rurais, pois redundava em perda de poder político e econômico.

As indústrias petroquímicas e mecânicas americanas e europeias, por seu lado, terminada a Segunda Guerra Mundial, e visualizando o final da guerra da Coreia, necessitavam de novos mercados para a colocação de seus produtos excedentes de guerra e a agricultura se apresentava como o segmento de maior potencial para tal.

A aliança desses grupos econômicos multinacionais, dos grandes latifundiários rurais, e de grupos políticos e econômicos hegemônicos interessados na industrialização do país se constituía em última instância, no determinante básico da modernização da agricultura brasileira, abortando as reivindicações sociais de mudanças estruturais do setor pela efetivação da reforma agrária". (BATISTA DA COSTA, op. cit., p. 03-04)

Esta longa citação foi necessária por aquilatar as verdadeiras mudanças que a aplicação do modelo das Inovações Induzidas tenta distorcer, reduzindo a sua complexidade aos fatores de políticas públicas e mercado através de um mecanismo ideológico de globalização, que é uma homogeneização elevada, aos extremos, de fatos heterogêneos ou fenômenos complexos. A fabricação do modelo distorcido da inovação induzida, mesmo enriquecido de fontes históricas, para dar conta do fenômeno da não-modernização da agricultura brasileira no período analisado, como faz SCHUH, dá conta apenas de aspectos secundários e distorcidos da realidade,

aparentes do fenômeno analisado. Conforme a citação referida a modernização não se deu pela abundância de terras, mão-de-obra ou pela não expansão da fronteira agrícola, até porque, uma reforma agrária, como era a proposta das forças sociais subalternas no campo, teria efeitos, certamente, muito mais indutores de mercado e de políticas públicas que fatores, racionalmente, construídos e defendidos por tal modelo. Neste sentido, o processo de inovações poderia ser induzido por reformas estruturais que produziriam um bem-estar social, talvez, com bem maior intensidade do que a chamada modernização conservadora e autoritária, que se implantou. Ademais, o fator terra em abundância e mão-de-obra barata teve a função de manutenção das taxas de lucros e sobrelucros do capital em geral associados às políticas públicas demandadas pelas classes e frações de classes que se apropriaram do erário público e beneficiaram-se de toda infra-estrutura e serviços estatais necessários ao incremento de acumulação privada da riqueza. Estes fatores do mercado interno e externo foram os principais motivos de internalização a nível da economia brasileira do modelo indutor de inovações tecnológicas agrícolas norte-americanas, independentes de tais fatores elevados a estatuto de causalidade, epistemologicamente, e à um ideal ou valor absoluto de classe, axiologicamente, que só cabe na construção lógica de tal modelo.

Isto revela muito bem as limitações do modelo, em epígrafe, que se coadunam com as da teoria neoclassista que SCHUH também defende, e cujos pressupostos não deixam que

se ponha a descoberto a essência dos fatos. Tais enfoques sendo, simplesmente, transportados com o sistema agrícola da Revolução Verde para os países subdesenvolvidos, não fornecem instrumentos para que seus seguidores no Brasil questionem a validade de suas proposições, ou melhor, não permitem que os coloquem à prova. Os estudos, por isso mesmo, com base em tais teorias, mesmo quando se propõem a questionar sua validade, como faz SCHUH, com a teoria HAYAMI-RUTTAN, por exemplo, detêm-se, apenas, na realidade aparente, sem perceber o que se esconde por trás dos processos reais; sem perceber a essência desses processos, ou apenas, arbitrariamente e conscientemente, se fazem não perceber nos dois casos, por motivos ideológicos. No primeiro caso, inconscientemente, porque limitado pelo próprio horizonte de classe como fala MARX, no segundo, conscientemente, de forma arbitrária, enfatizando o óbvio, a aparência para esconder a essência, os processos reais.

b) Segunda Hipótese de Schuh

SCHUH quer explicar porque o Estado de São Paulo experimentou uma modernização considerável a despeito de falta de modernização para o resto do país. Conclui a hipótese, de que isto se deu pelo fato, certamente, do café ter dado origem ao desenvolvimento auto-sustentado e constituído à base de rápida modernização de São Paulo, ocorrendo transformação bem sucedida da agricultura.

Com isto, o autor vai buscar nesta causalidade histórica uma resposta hipotética de forma a dar uma base interpretativa que valide a teoria das inovações induzidas de HAYAMI-RUTTAN, considerada, por ele, como modelo simplificado mais útil para explicar essas desigualdades da modernização da agricultura brasileira.

Não vamos discutir aqui a pertinência desta resposta hipotética, já que existe uma vasta literatura sobre o assunto.³² Importa, entretanto, salientar que ao introduzir esta causalidade na sua interpretação da modernização, o autor pressupõe uma convergência do modelo de inovação induzida e do modelo neoclássico chulztiano para dar sustentação a sua análise, como se verá mais adiante.

Para ele, a resposta mais imediata sobre esta questão é que São Paulo realmente investiu na infra-estrutura de pesquisa-extensão rural e educação, enquanto o resto do país aplicava substancialmente menos recursos nestas atividades. Recorrendo aos dados estatísticos existentes, considerados pelo autor como fragmentários, mostram as disparidades entre os investimentos feitos pelo governo brasileiro e o governo de São Paulo; em

³² Sobre este debate ver LIMA, S. José. ob. cit., p. 809-204. Ainda, Xavier, Jurandir Antônio, *Capital, Classe e Estado na Industrialização Nacional*, Petrópolis: Vozes (1993, 256 p.) que mostra que a industrialização de S. Paulo foi causada principalmente pela forte intervenção estatal, antes, durante as duas grandes guerras e após a 2a. Guerra Mundial. O autor citado mostra que as políticas protecionistas do Estado sobre o café invalida qualquer hipótese de auto sustentabilidade de tal desenvolvimento. Acrescente-se que esta tese do Schuh tem sido muito comum nas interpretações sobre a industrialização paulista e sua causalidade na atividade cafeeira, como o trabalho de Sérgio Silva. *Expansão na Fronteira e origem da indústria no Brasil*", editado pela Alfa-Ômega, S. Paulo (1976).

1965 só no Instituto Agrônomo de Campinas prestavam serviços 424 técnicos contra 547 pesquisadores do Ministério da Agricultura que atendiam o país como um todo. Na extensão rural; neste mesmo ano, a ABCAR com suas filiadas em 16 estados dos 23 do país possuía, apenas, 1.005 extensionistas rurais, ao passo que, em São Paulo a CATI possuía 873. De modo geral, segundo o autor, o orçamento da Secretaria de Agricultura de São Paulo teve, na maioria dos anos, quase a mesma magnitude que o orçamento do Ministério da Agricultura. destaca ainda o autor; em alguns anos e fins da década de 30 e princípios de 40, o Estado de São Paulo investiu no melhoramento do algodão mais do que os Estados Unidos (somando fontes públicas e privadas no desenvolvimento do milho híbrido) entre outros dados, analisados pelo autor, leva-o a concluir que o Estado de São Paulo investiu, generosamente, nas ciências e na tecnologia que serviram à agricultura - à educação rural (embora nem tanto) à pesquisa e à infra-estrutura de extensão rural. Esses dados, explicam para o autor porque a performance tecnológica diferiu tanto São Paulo do resto do Brasil. Mas restaria uma pergunta: Por que São Paulo investiu tanto e o resto do Brasil tão pouco, na modernização de suas agriculturas? Para dar resposta a esse desiderato, o autor recorre agora ao modelo de impacto urbano-industrial de SCHULTZ.³³

³³ Basicamente, Schuh toma como referência Shultz, T. W., *The Economic Organization of Agriculture* (Nova York: McGraw Hill Book Company, In., 1913 - em particular o capítulo 9.

Na formação de seu modelo, segundo SCHUH, SHULTZ preocupou-se em explicar as diferenças espaciais na renda do trabalho dentro do setor agrícola e estudando o caso dos E.U.A., descobriu que não apenas as rendas para o capital eram baixas como um todo, na agricultura, mas havia grandes diferenças geográficas dentro do setor. Embora considerando que estas diferenças tipificam a agricultura da maioria dos países, ele queria explicar tal fenômeno pelas diferenças do nível de industrialização.

Então para explicar o fenômeno de diferenças regionais de rendas agrícolas, SCHULTZ postulou uma teoria do desenvolvimento espacial conhecida como hipótese do impacto urbano-industrial, que pode ser sumariada em três proposições: 1) o crescimento econômico em uma comunidade ocorre em diferentes localizações e em ocasiões diferentes em contraste com os fenômenos generalizados que se desenvolvem constantemente no tempo; 2) os centros de crescimento têm primariamente composição urbano-industrial; 3) a organização econômica existente funciona melhor na ou nas proximidades do centro de determinada matriz de desenvolvimento, bem como nas zonas agrícolas situadas favoravelmente em relação a tal matriz.

Segundo SCHUH, a teoria de SCHULTZ é muito mais uma teoria da renda e não uma teoria que explique o crescimento do produto agrícola como um todo, embora haja nela implicações no tocante à produção e a composição produto. Além disso, as três proposições de SCHULTZ são ponto de partida para ele associar três fatores que relacionados ao crescimento industrial

criam disparidades regionais de renda. Em primeiro lugar, a industrialização enseja aumento à proporção da população como de trabalho; em segundo, ocorre aumento da produtividade da força de trabalho, baseada em diversos fatores, como aumento dos investimentos em educação e, finalmente, há a redução nas importações que impedem a igualação dos preços dos fatores. Em síntese, as imperfeições nos mercados de fatores e produtos geralmente enfrentados pela agricultura são amortecidos em consequência do desenvolvimento industrial.

Com relação a esta concepção, na verdade, a industrialização do país, principalmente na fase posterior ao 2º pós-guerra vai exigir e imprimir novas relações entre agricultura e indústria, até mesmo dentro da própria agricultura. Diferentes funções passam a ser atribuídas à agricultura, como por exemplo, atender às demandas de um mercado interno em expansão e de um mercado internacional ávido por produto de origem agrícola. Questão como investimento em educação ou introdução de inovações tecnológicas na agricultura, e outros fatores, são suplementares, são decorrentes das transformações estruturais; são conseqüências e não causas. Tomar o efeito pela causa, ou seja, enfatizar certos aspectos, para secundarizar as causas estruturais, de manifestação de um fenômeno complexo, é um mecanismo de projeção que tem uma lógica própria e que obedece à fatores determináveis. Os mecanismos de projeção podem ser considerados como resultados de um esforço de obscurecimento e de simplificação da pluralidade possível do fenômeno analisado, em proveito da ação enquanto

materialização de determinados interesses que têm endereços e sujeitos próprios.

Esta teoria, em pauta, no querer dinamizar o real, racionalizar os defeitos do mercado de fatores e produtos justificando desigualdades e novas formas de dominação obscurece causas e relações reais, por exemplo, ao afirmar que são as imperfeições do mercado de fatores e produtos que são responsáveis pelo atraso da agricultura ou pela desigualdade especial de sua modernização. Sabe-se que as desigualdades antes de serem um fenômeno restrito à agricultura, ou à relação agricultura e outros setores da economia, ou mesmo em relação à própria industrialização, é um fenômeno manifesto pela própria natureza do processo de acumulação do capital em geral. Por outro lado, sabe-se que as desigualdades inerentes ao processo de acumulação não se restringem a desigualdades espaciais. As desigualdades espaciais, bem como, temporais, da agricultura só podem ser entendidas enquanto produto da natureza do processo de acumulação do capital, em geral, que se expande para setores em diferentes condições espaço-temporais, na busca de novos campos de inversões para manter ou contrapor a tendência histórica à queda da taxa de lucro. Em determinados períodos e em determinados lugares, setores, sub-setores, produtos e fases da produção as forças produtivas desenvolvem-se, bruscamente, para em outros momentos se estancarem ou cair em inanição econômica, ficando a mercê de processos originários, ou ainda, podem sofrer o contrário disto, uma nova dinâmica. Isto significa que os capitais só se movimentam para aqueles setores

e produtos que sejam fontes de sobrelucro, que permita se contrapor à queda tendencial da taxa de lucro, ou as mantenha no setor mais dinâmico da economia, a indústria em particular. Isto significa, ainda, que a modernização da agricultura só ocorre quando e onde a onda favoreça ao barateamento e ao rebaixamento dos custos da produção industrial. As chamadas vantagens comparativas de localização, mão-de-obra, rede de transporte, infra-estrutura de ciência, tecnologia, educação e extensão rural entre outros, são conseqüências da natureza das condições históricas de expansão do capital e não a sua causa. Daí a desigualdade do ritmo de expansão expresso, não só, a nível temporal e espacial, mas também, a nível de capitalização, a nível de produtividade. Isto pressupõe que a indústria se expande e se modernizam; a acumulação industrial se processa e se dinamiza elevando os meios de produtividade do trabalho, em função da mais-valia gerada na agricultura e outros setores retardatários, via processo de nivelção da taxa geral de lucro. A dinâmica do mercado ou as suas imperfeições, em termos de produtos e fatores, são resultantes desta dinâmica desigual do processo de acumulação geral do capital que tem na indústria (incluindo a agro-indústria) o seu pólo dinâmico. As chamadas imperfeições são necessárias à própria dinâmica de expansão do capital, via a transferência do valor gerado, nos setores retardatários, para os setores retardatários, para os setores mais dinâmicos, só podendo ser ajustado por políticas compensatórias, transferindo parcelas da mais-valia social, e impedindo que os setores retardatários ou subordinados aos

setores mais dinâmicos caíam em estacamento relativo e continuam a favorecer, por exemplo, o processo de acumulação industrial. Historicamente, a intervenção do Estado tem favorecido ao processo de acumulação do capital industrial e financeiro, investindo no processo de modernização da agricultura, dinamizando o mercado de fatores e produtos urbanos industriais a montante e a jusante da agricultura.

Colocadas estas questões a tese de SCHULTZ, acatada por SCHUH de que a modernização da agricultura paulista está, intimamente, relacionada com a industrialização é parcialmente, verdadeira, embora, sua visão tecnocrática impeça-o de ver o fenômeno na sua totalidade, detendo-se, apenas, num aspecto do real, obscurecendo as causas o permitem compreender a complexidade do processo de acumulação do capital, que podia desvendar situações e interesses que defende, como por exemplo, a dependência do processo de industrialização, e, em particular, de modernização da agricultura à ditames das empresas transnacionais no país, com conseqüências políticas e sociais, cujo obscurecimento é necessário.³⁴

SCHUH considerando muito útil o modelo de SCHULTZ para compreender o processo prolongado e contínuo de modernização da agricultura paulista, acha conveniente isolar o que chama de aspectos "macro e micro", para em seguida colocar a sua análise num contexto mais amplo, que mostre a interação muito estreita entre desenvolvimento agrícola e industrial, bem

³⁴ Cf. LIMA, S. J. op. cit., pp. 12 em diante.

como, a complementariedade entre ambos para o atingir o que chama de desenvolvimento econômico auto-sustentado.

E, novamente, ele retoma a história de economia brasileira, para mostrar, apoiado no estudo de WARREN DEAN sobre a industrialização de São Paulo, e mesmo no de NICHOLLS, para afirmar que tal industrialização apoiou-se profundamente na alta do café e, que grande parte do capital e do talento empresarial para a industrialização originou-se no setor agrícola. O capital, de início, foi mobilizado pelo setor bancário e, até certo ponto, por empresários agrícolas que desenvolviam atividades industriais paralelas. Mais tarde o governo explorou a posição quase monopolista do Brasil no mercado mundial e confiscou parte do excedente, tanto para alocação no setor industrial quanto para investimentos em infraestrutura.

Assim, segundo SCHUH, no aspecto macro é possível interpretar o modelo de impacto urbano industrial de SCHULTZ. A combinação do desenvolvimento agrícola e industrial contribuiu para o aparecimento de uma nova economia diversificada, forte e em rápido crescimento. Quando o café entrou em baixa devido a superprodução e à mudança das condições no mercado mundial, a economia local já possuía considerável capacidade de resistência em virtude de sua natureza diversificada. Esta capacidade, entretanto, segundo o autor, foi mais resistente em virtude de um considerável investimento em pesquisa, mesmo com a agricultura em baixa. Dado o declínio da atividade cafeeira, o apoio à pesquisa de

alternativas viáveis de produção teria que vir do setor industrial para que recursos públicos financiassem as pesquisas e a extensão rural. O fato de que empresários tivessem interesses simultâneos na agricultura e indústria, certamente, teria reforçado esta tendência.

Tomando o caso do algodão, em particular, SCHUH está satisfeito como as premissas históricas anteriores de WARREN de explicação da relação causal entre industrialização e modernização da agricultura paulista - segundo ele, em si mesmo se constitui uma história a parte e teve uma eficácia fora do comum.³⁵ Segundo ele, o produto expandiu-se rapidamente, a produtividade cresceu e o Brasil se tornou um grande exportador. São Paulo, por grande período, mesmo sem possuir condições ecológicas ideais para o cultivo deste produto, conservou sua vantagem competitiva em grande parte mediante produção e distribuição de tecnologia de produção.

Sabe-se entretanto, que as coisas não são tão simplistas assim como o autor assinala. Na verdade, com a crise do café em vinte e nove, o governo paulista se empenhou em diversificar a produção agrícola, até porque o novo período de industrialização requeria novos produtos e novos processos para que a agricultura favorecesse, como já se falou anteriormente, o processo de acumulação industrial que entra numa fase intensiva após trinta, apoiada pelo Estado e explicitamente voltada para

³⁵ Isto serviu para o autor como lição objetiva para pesquisa de outros produtos, que segundo ele, explica probabilisticamente, pelo menos em parte, porque o Estado continuou a dar apoio à pesquisa e extensão rural.

incrementar o Centro Sul como polo difusor da industrialização, da modernidade industrial.

Ademais, o algodão e a pecuária abriram as novas fronteiras agrícolas para o Oeste, atingindo o Paraná, Mato Grosso e em direção a Goiás e Oeste e Sudoeste mineiro; e à medida que a fronteira ia avançando, o café também ia expandindo-se para estas fronteiras, fortemente subsidiado pelo Estado. Por outro lado, o algodão paulista voltando-se para o mercado interno, pois a produção do algodão de fibra longa do Nordeste estava voltado para atender o mercado internacional - conquistou parcelas do mercado em função da industrialização paulista que até o início dos anos sessenta era hegemônica pelo setor têxtil. A produção paulista de algodão de fibra curta só veio consolidar-se, entretanto, com a expansão das bases tecnológicas da Revolução Científica e Tecnológica do segundo pós-guerra, não só, a nível da introdução dos fios sintéticos produzidos pela indústria petroquímica e pela introdução de inovações no maquinário industrial, superando as qualidades inferiores do algodão de fibra curta paulista (algodão herbáceo de alta produtividade) mas também pelo algodão arbóreo de fibra longa cultivado extensivamente no Nordeste do Brasil. É bom lembrar que a chamada industrialização por substituição de importações levada a efeito com forte intervenção do Estado centrada no Centro-Sul, coincidentemente, esteve associada à desindustrialização de áreas como o Nordeste e o Rio de Janeiro, que como São Paulo, no momento anterior a trinta, tal industrialização teria surgido, com base na transformação de

produtos primários, principalmente surgimento do setor têxtil e de calçados vinculados ao ciclo do algodão e pecuária que teve efeito no Nordeste, por exemplo. A consolidação da produção de algodão e da pecuária de São Paulo vinculada à industrialização de "substituição de importações" hegemônica pelo setor têxtil por um longo período e graças, não só, a tecnologia agrícola mas produtiva, mas, também a industrial subsidiada pelo Estado, foi solapando as bases da industrialização até então existentes em outras áreas do país, estabelecendo-se uma concorrência desigual a nível econômico e político, e, como consequência, a nível tecnológico. As novas tecnologias do período de expansão econômica do segundo Pós/guerra, inovando, principalmente, de forma maciça o setor têxtil paulista, no final da década de sessenta e início da década de setenta, completou este processo: o algodão do Nordeste que entrou em processo de estancamento e a indústria têxtil e de calçados ainda existentes começando a abrir falências.

É bom salientar que a diversificação da produção agrícola teve forte ênfase na produção de alimentos exigidos pelo processo de industrialização e urbanização correspondente à necessidade de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho urbano-industrial. A expansão da fronteira agrícola pelo algodão-pecuária abrindo "terreno" para a expansão do café em São Paulo, não foi diferente da expansão de outras fronteiras como a maranhense, por exemplo, nos anos cinquenta, já que era antecedida por uma frente camponesa produtora de "lavouras brancas" ou de subsistência, que dada a fertilidade das terras

virgens, produziam excedentes em volumes apreciáveis para o mercado interno, enquanto barateavam tal expansão, incorporando trabalho não-pago nas operações íngremes de desmatamento, de destocamento, etc., o troco de terem acesso à terra por uma ou duas colheitas, sendo expulsos pelos empreendedores capitalistas para novas terras, dando seqüência à incorporação de novas terras pelo capital.³⁶ É bom que se diga que a política de diversificação da agricultura foi seguida pelo Governo Federal, ambos envoltos por sérios problemas de abastecimento de alimentos, que conflita-se com uma política de diversificação de matérias-primas não só para diversificar as exportações, que subsidiaram as importações de tecnologia para o novo processo de industrialização, bem como para atender a própria demanda desta industrialização em termos de matérias-primas. A colonização japonesa nesta época, patrocinada pelo Estado de São Paulo, seguida com tentativas frustradas pelo Governo Federal em outras regiões, foi uma política voltada para o abastecimento agro-alimentar, constituindo e consolidando, em São Paulo, fortes pólos horti-fruti-granjeiros, acenando, a posteriori, o surgimento de grandes cooperativas e empresas agroindustriais com esta origem.³⁷

Esta discussão que envolve as transformações da agricultura paulista, e, especificamente, a cotonicultura, embora

³⁶ A este respeito ver LIMA, S. J., op. cit., pp. 153 em diante.

³⁷ Ver a este respeito LINHARES, M. Y. L. História Política do Abastecimento: 1978-1979. Por Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Brasília: BINAGRI, 1979. Especialmente a segunda parte - pp. 59-181.

longa, objetivou demonstrar a simplificação que SCHUH opera com apoio do modelo de impacto urbano-industrial de SCHULTZ, de um fenômeno complexo não redutível a fatores secundários como mercado, intervenção do Estado e inovações tecnológicas. Esta redutibilidade, porém, é o resultado da concepção teórico-ideológica que tal modelo apresenta como sistematização justificadora de determinados interesses. Ela é a imagem ideológica e adaptadora da Teoria Estrutural-Funcionalista, que se apresenta como instrumento da organização econômica e social, que se apresentando como imutável, no essencial, encobre a complexidade e a transitoriedade do fenômeno analisado, demandando contínuos reajustamentos em resposta aos desequilíbrios e disfunções ocasionais. Neste sentido, a Teoria da Modernização - pela visão neoclássica de SCHULTZ e SCHUH e outros seguidores, apresenta-se como reassentamento da teoria estrutural-funcionalista de pedigree positivista em suas bases econômicas; enquanto pela versão das "inovações induzidas" de HAYAMI-RUTTAN torna-se reassentamento estrutural-funcionalismo em bases políticas.³⁸ Uma, na ótica de SCHUH, trabalharia a visão macro das transformações, a outra, a dimensão micro, empírica,

³⁸ FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo. Edart, 1978, p. 24-25, salienta que os economistas da educação teriam reassentado o modelo sistêmico de Parsons em suas economias. para ela, a Teoria do Papel Social, sendo um dos aspectos mais importantes no modelo de Parsons (complementariedade entre os papéis de ego e alter, interdependência orgânica das partes, etc.) se assentaria exatamente numa aparente troca de equivalente, isto significa dizer que o indivíduo proporciona a importância do seu papel na sociedade. Ver também MACHADO, L. R. de Souza. Op. cit., pp. 120-129 e pp. 89-90.

indutora e justificadora de políticas. A base da convergência de tais teorias, no sentido mais amplo da sociologia e da economia, é o seu pedigree positivista. Há uma correspondência entre a sociologia de tradição positivista e a economia neoclássica, reeditada nos anos pós-depressão de vinte e nove, principalmente pelo estrutural-funcionalismo (PARSONS, MERTON, etc.) e pela versão neoclássica keynesiana (MEYNES e seus seguidores).

Mas, o que há de comum nos enfoques indutores (HAYAMI-RUTTAN) e de impacto urbano-industrial (SCHULTZ), convergentes na constituição da Teoria da Modernização, é a centralidade da problemática do desenvolvimento na produtividade, a qual pressupõe a adoção de inovações tecnológicas.

Retomando-se aí, SCHUH volta sua análise sobre modernização da agricultura paulista a despeito de sua falta no restante do país para a problemática das inovações tecnológicas no sentido de demonstrar, empiricamente, que na composição das pesquisas desenvolvidas em São Paulo, o algodão prevaleceu.

c) Terceira Hipótese de SCHUH

E aí é possível deduzir que as desigualdades da modernização no Estado de São Paulo se expressa pela sua não ocorrência nas culturas alimentares, podendo ser constatado empiricamente. SCHUH, para comprovar tal hipótese, começa

indagando: porque as culturas de subsistência ou alimentares de São Paulo experimentaram tão pouca modernização, enquanto que outros produtos se modernizaram a uma taxa rápida? A explicação para ele, parece residir, em parte, na maneira de como foram distribuídos os benefícios da nova tecnologia de produção. E salienta que o legislativo estadual era dominado pelos proprietários de terras, o que supõe a sua compreensão de poderem internalizar os benefícios como renda empresarial e no aumento do valor das terras, se as pesquisas se concentrassem nos produtos de exportação, em detrimento de culturas alimentares que redundavam em benefício dos consumidores. Provavelmente, os industriais reforçavam essa orientação da pesquisa, dada a importância do algodão como matérias-primas para o crescente setor industrial visto que as divisas auferidas eram importantes para a importação de bens de capital. Entretanto, contra-argumenta SCHUH, que os empresários agrícolas poderiam se beneficiar das pesquisas sobre culturas alimentares, já que permitia manter baixas salariais. Mas, fiel ao modelo neoclássico, leva em consideração que a curva da oferta do trabalho era relativamente elástica em virtude da alta imigração interna, não havendo pressão ascendente sobre a taxa salarial; havendo pouca pressão no tocante aos preços dos alimentos em geral, uma vez que, a fronteira agrícola movia-se ininterruptamente para frente. Já se falou, anteriormente, do caso da fronteira e do papel da produção familiar de subsistência como fator de manutenção dos salários baixos e não

o contrário, além do papel que ela desempenhou na incorporação de novas terras ao capital.

Na verdade, a abundância de mão-de-obra e de terras foram favoráveis ao processo de acumulação do capital na manutenção dos baixos níveis de reprodução social da força de trabalho na cidade como no campo, em condições histórico-estruturais em que a introdução de inovações tecnológicas não seriam rentáveis para o capital, quando a fronteira em movimento permitiu sucessivamente a incorporação de terras férteis para produção de alimentos com base na produção agrícola familiar. Por outro lado; pode-se dizer que as inovações só ocorreram naquelas atividades agrícolas que direta ou indiretamente, como o algodão, foram tornando-se campos de valorização para o capital industrial. A aceleração das inovações tecnológicas do algodão, e os enormes custos que representou, além dos riscos de valorização dos enormes volumes de capital requeridos, teria que ser assumida pelo Estado e está voltada não para a pequena produção agrícola de subsistência, mas para atividades como a algodoeira, que tanto o autor salienta, favoráveis a obtenção de lucros e sobrelucros compensadores de tais investimentos. Isto significa dizer que a modernização da agricultura não tem o papel de superar imperfeições no mercado disfunções no sistema, nem elevar tampouco salários ou preços de terras, para induzir às inovações técnicas, senão de superar as barreiras impostas à acumulação do capital, visando, sobretudo, a redução dos custos da produção industrial, via matérias-primas e alimentos baratos,

traduzindo-se na elevação das taxas de lucro ou na redução da queda tendencial dessas taxas. Significa dizer que as inovações tecnológicas só ocorrem naquelas atividades que permitem carrear para os setores mais dinâmicos da economia esse sobrelucro. A ausência ou não da modernização é produto desta lógica interna do capital. Historicamente, quando é preciso rebaixar os custos de reprodução do capital em geral, principalmente, em épocas de escassez de alimentos e de uma onda altista dos preços, o Estado assume o ônus de importação de produtos cujos preços favoreçam à manutenção dos lucros e sobrelucros industriais enquanto favorecem à produção de bens agrícolas em condições regionais e situações com vantagens comparativas, ou seja, que favorecem à produção ou elevação dos lucros industriais.

Assim, o autor em epígrafe ao construir seu modelo teórico de análise da problemática da modernização agrícola utiliza-se de mecanismos de projeção que lançam culpa da não-modernização dos desajustes do mercado de fatores e produtos, notadamente, em fatores como oferta de mão-de-obra e terras (fronteiras em expansão), obscurecendo a natureza do processo de acumulação do capital, a qual nutre-se desses mesmos fatores tidos proibitivos ao aumento da produtividade, e, portanto, do desenvolvimento. Retirando a etiologia dos problemas básicos da modernização da agricultura e suas disparidades, ao racionalizar defeitos dos sistemas, ao justificar as suas desigualdades e fundamentar a intervenção estatal para alterar as condições e a estrutura da produção agrícola, tal concepção

teórico-ideológica pretende se encarnar no processo real e reagir sobre ele, ideologizando as condições e estruturas de produção e de ocupação até que as novas situações e condições engendradas pelas contradições que nutrem limite daquilo que tal teoria visa ocultar.

d) Quarta hipótese de SCHUC

Finalmente discutamos a quarta hipótese de SCHUH, relacionada ao rápido aumento de insumos modernos a partir de 1967. Ele para dar conta de tal questão faz uma longa discussão entre política econômica e mudança técnica com base no modelo de impacto urbano-industrial de SCHULTZ. Em síntese, ele afirma que o Brasil exerceu em parte discriminação contra o seu setor agrícola mediante o conjunto especial de políticas de comércio e cambial que experimentou no período posterior à Segunda Guerra. Além disso, ao invés da agricultura ter participado como setor exportador efetivamente da expansão do comércio agrícola ocorrido após a guerra, na maior parte deixou de participar, ainda que a agricultura tivesse continuado a contribuir com parcela importante das exportações brasileiras.

Segundo o autor, a avaliação dos aspectos positivos e negativos das interações e complementariedade da política tecnológica, por um lado, e da política econômica, por outro, é expressão da disparidade regional da modernização agrícola no Brasil. Enquanto a política econômica foi discriminatória, conta a agricultura, atuando no sentido de carrear recursos para fora

do setor agrícola, ao mesmo tempo que os retirava do Nordeste, Leste e Sul e os canalizava para o Centro-Sul e Oeste, o governo paulista investe grandes somas em pesquisa e extensão rural, permitindo aos produtores das áreas servidas por tais serviços substituir a renda que auferiam na ausência dessas políticas por lucros "schupeteriano", como resultado de ter-se desenvolvido nesta Estado uma agricultura moderna, ou seja, as vantagens comparativas do Centro-Sul foi aumentada por tais investimentos.

Entretanto, no período transcorrido a partir dos meados da década de 60, o Brasil percorreu um longo caminho pra racionalizar a política econômica, embora persistindo a tendência à intervenção no mercado, com efeitos prejudiciais à oferta, com imposição de cotas de importação e limites de preços.

Aqui, como partidário das "livres forças cegas" do mercado, o autor não leva em consideração que quotas de participação e políticas de preços foram uma alternativa; de certa forma, para reduzir as disparidades da modernização da agricultura entre regiões (medidas protecionistas), bem como, de estabelecer, principalmente, um limite de preços condizente com a manutenção dos níveis baixos de reprodução da força de trabalho urbano-industrial. As políticas econômicas para o autor são vistas como modalidade técnica de manipulação da realidade complexa e contraditória de um Estado demiurgo que burocraticamente racionaliza tal realidade acima do interesse de classes e frações de classes. Na verdade, por trás de tal

concepção, está a proposta de concentração e centralização do capital, expresso pelas "livres forças do mercado" que por seu turno aumentaria, cada vez mais, as disparidades tecnológicas da agricultura, que o autor parece querer apresentar como medidas alternativas.

Entretanto, para o autor, após meados da década de 60, apesar disso, o Estado passou a investir mais maciçamente em pesquisa e extensão rural, constituindo-se em poderosos motores da modernização agrícola no país. Além disso, afloram grandes estoques de cientistas agrícolas de alto gabarito, o fortalecimento de quatro grandes escolas de agronomia do país, salários mais altos nos serviços de pesquisas e melhorias da condição de trabalho, passos importantes como a EMBRAPA e a conseqüente expansão de pesquisas, têm sido a causa do rápido aumento do uso de insumos modernos.

A isto somaram-se a instalação, segundo o autor, de uma crescente indústria de fertilizantes, o aumento da capacidade do país de produzir tratores e implementos agrícolas; além da nova tecnologia de produção, transmitida aos produtores através de educação de adultos, extensão rural e outros meios. Os passos dados, nestas bases de difusão da nova tecnologia, para ele, precisam ser ampliados para que se desenvolva uma nova geração de agricultores com capacidade de compreender os princípios envolvidos na agricultura moderna e os meios para decodificar as informações implicadas na nova tecnologia de produção. Some-se a isso a melhoria substancial da escolaridade formal dos agricultores e aí o autor apresenta a sua "receita"

para prover uma modernização agrícola mais adequada e menos dispare a nível do país, contribuindo de forma mais dinâmica para o desenvolvimento, que ora apresentamos de forma sumária: em primeiro lugar, a grande decisão política que é a capacidade de prover cientistas agrícolas altamente treinados, o que teria de ser, consideravelmente, fortalecida, já que a inovação química e mecânica só darão respostas em termos de produtividade combinadas com as inovações biológicas. Em segundo lugar, os recursos orçamentários terão que ser alocados de modo a empregar produtivamente, os cientistas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, para, finalmente, em terceiro lugar, elaborar uma política econômica complementar ao progresso tecnológico, e não contra ele, como ocorreu no passado. Além disso, para o autor, se essas metas forem atingidas, a agricultura brasileira modernizar-se-á numa taxa rápida e serão lançadas às bases uma taxa elevada e auto-sustentada de desenvolvimento econômico.

Note-se que o autor escreve este trabalho em 1975, quando estavam sendo lançadas as bases de uma modernização agrícola que se contrapusesse à queda tendencial da taxa de lucro em todos os setores da economia no plano externo e a nível de país.

A nível externo, as empresas transnacionais de proteínas e de insumos e de maquinaria agrícola precisariam ampliar o seu mercado de "produtos e fatores" para o Brasil e outros países do Terceiro Mundo, completando e consolidando a sua internacionalização a nível da economia brasileira e se

contrapondo à queda tendencial da taxa de lucro nas suas "economias matrizes". Para isto, precisaria que o Estado brasileiro colocasse de forma enfática uma política agrícola, como carro chefe da política econômica, que viesse corresponder a seus interesses. Certamente, por isso, SCHUH, como defensor de tais interesses, coloque tanta ênfase nos investimentos em recursos humanos e infra-estrutura de pesquisa e em extensão, favoráveis à adoção do "pacote tecnológico" à realidade brasileira, o que já estava sendo posta em prática de forma mais intensa de que na época anterior.

Pelo lado do governo brasileiro, a política agrícola ampliaria o processo de agroindustrialização, já sendo monopolizado pelas empresas transnacionais. Quando a industrialização em geral entra em crise o Estado precisa pagar os serviços e os juros de uma cumulativa dívida externa contraída com credores internacionais (vinculadas às transnacionais da modernização agrícola) que financiam o "milagre econômico". A modernização agrícola agora, financiada pelos mesmos credores, para o governo brasileiro; teria o papel preponderante de aumentar a exportação para atender aos requerimentos internos de entrada de divisas, não para dar um caráter de modernização auto-sustentado da agricultura como fala SCHUH, mas para favorecer a redução dos compromissos do governo com seus credores internos no tocante à dívida. Isto veio favorecer a redução das importações de tecnologias industriais e o aumento de exportações de produtos agrícolas "in natura", semi-industrializados ou acabados, em detrimento do

parque industrial que vai sendo sucateado, enquanto as multinacionais que nele investiram, passam a alocar maciçamente recursos em outras regiões do mundo, como nos "tigres asiáticos". Mesmo assim, a modernização do país como um todo, não se deu como SCHUH previu e receitou. As desigualdades acentuaram-se em benefício da agricultura do Centro-Sul, dada a natureza do próprio processo de acumulação do capital, como já se falou anteriormente.

É claro que, os objetivos finais, teleológicos da análise de SCHUH foram realizados. O modelo teórico-ideológico que defende tornou-se um insumo imaterial necessário à reprodução física das inovações tecnológicas na agricultura. Sua análise, como produto de um processo de produção de idéias de longa tradição positivista, não tem a função de determinar os fenômenos concretos, suas relações e leis de seu movimento, mas de preservar o "equilíbrio do sistema", ou seja, as relações sociais de produção e as condições políticas da reprodução material que defende.

Em outro trabalho³⁹, e com relação a isto, SCHUH defende a agricultura como indústria e esta sendo a maior parte de uma

³⁹ SCHUH, Edward G. Pesquisas Fundamentais para acelerar o Desenvolvimento Econômico. In: **A contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico**. Fortaleza-BNB, pp. 11-17. Trata-se de palestra realizada em 65, sendo que foi apresentada à IV Reunião de Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, São Paulo, 1965. O autor teve grandes contribuições no debate sobre a modernização com uma infinidade de trabalhos, sendo um dos principais "O desenvolvimento da agricultura", já referido, com colaboração de Eliseu Roberto Alves; um dos ideólogos da modernização e especificamente do Modelo EMBRAPA. Se centrou sua obra dele, já descrita e analisada, pelo fato de se constituir numa base interpretativa mais ampla da agricultura brasileira e suas disparidades tecnológicas, já que nos outros trabalhos, o autor refere-se à problemáticas

economia em crescimento que comercia no mercado internacional. Como tal, para ele, ela receberá cheques autônomos para a mudança de variações climáticas, da introdução de uma cadeia de novas tecnologias, de variação no setor não agrícola e de variações nos mercados mundiais de produtos e financeiros. Como se vê, as variações climáticas, e não os impactos sociais e ambientais, são para o autor, uma coisa natural e inevitável, mais ajustável. Mas, o que importa aqui, é que para o autor, a agricultura, ou seja, a industrialização da agricultura, passa agora a ser o carro-chefe do crescimento econômico, o que justifica as análises críticas já feitas anteriormente.

Entretanto, a sua clivagem ideológica apresenta-se em outro trabalho, "A agricultura e desenvolvimento regional", apresentado no I Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, de 14 a 20 de fevereiro de 1965, em Araxá, Minas Gerais.

Neste trabalho, o autor considera que o capital se apresenta em formas intangíveis, tais como conhecimento e cultura e que também faz parte dos seres humanos na forma de habilidade e educação. O mais importante para o autor, é o reconhecimento de que investimento nestas formas tangíveis de capital rendeu à sociedade retornos muito maiores do que

mais específicas e a diagnósticos mais tecnicistas voltadas para subsidiar políticas públicas. O autor colaborou na década de 60 com a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, com o Instituto de Economia Rural da UFRMG, hoje UFV, em Viçosa-MG, no qual serviu como parte do Projeto 55 da USAID, como BNB Nordeste; enfim apresentou uma imensa folha de serviços prestados no incremento da modernização agrícola no Brasil, e na difusão de sua ideologia.

investimento em itens físicos ou tangíveis de capital.⁴⁰ O aumento de produção é explicado, mormente, pelo nível mais alto de habilidade da força de trabalho agrícola como resultado de programas de educação e extensão rural, e, um fluxo considerável de novas tecnologias criadas pelos "Land Grant Colleges" e indústrias privadas.

Retomando SCHULTZ⁴¹ em sua obra "Transformações da Agricultura Tradicional" e, basicamente, os pressupostos de seu modelo dualista, agricultura tradicional versus moderna, SCHUH analisa as perspectivas de transformações, afunilando para a problemática de adoção de novos insumos que envolveriam um processo de aprendizado dos produtores. Assim, os investimentos em educação rural, devem ter prioridade nos programas de desenvolvimento pela alta taxa de retorno que a melhoria do agente humano promove, incrementando a taxa de mudanças tecnológicas, e por essa via, aumentando a contribuição do setor agrícola no desenvolvimento do país. E aí vem a receita: formação de estações experimentais com pessoal de alto nível e, permanentemente, treinados e reciclados a nível de pós-graduação; aumento dos investimentos no agente humano através de educação formal: instrução elementar, secundária e universitária; provisão de Serviços de Extensão adequados,

⁴⁰ Cf. SCHUH, G. E. A contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico - op. cit., p. 07 em diante.

Aqui o autor apoiaria na teoria do capital humano de PARSONS, que nos ocuparemos mais detalhadamente a posteriori. Cf. SCHULTZ, T. E. - O Capital Humano. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1973; p. 53.

⁴¹ SCHULTZ, T. W. A. Transformação da Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

facilitando a obtenção de taxa mais alta de mudança tecnológica.

É importante ressaltar aqui a teoria de recursos humanos com que SCHUH trabalha, já que através dele estamos analisando o modelo neoclássico de SCHULTZ e a Teoria das Inovações Induzidas de HAYAMI - RUTTAN, da qual ele lança mão para interpretar a modernização agrícola no Brasil e suas implicações em termos de políticas públicas.

A teoria que embasa tais proposições de SCHULTZ é a Teoria do Capital Humano⁴² de inspiração Estrutural-Funcionalista. Ela tem como objetivo investigar as condições de maximização dos lucros decorrentes dos investimentos em recursos humanos e contribuir na fundamentação da educação e em geral como mecanismo mistificador de desigualdades sociais. É uma teoria de mistificações do ensino, sobretudo técnico, decorrente das análises sobre as causas de recuperação econômica de alguns países depois da Segunda Guerra Mundial, que são baseadas em bons sistemas educacionais, no estoque de recursos humanos de boa qualidade e na tradição cultural existente nestes países com fatores responsáveis pela sua rápida recuperação. De certa forma, o modelo das inovações induzidas de HAYAMI-RUTTAN também foi inspirado nesta teoria.

Conforme MACHADO (1989: 104), numa análise abrangente de tal modelo, cabe discutir alguns fundamentos

⁴² SCHULTZ, T. W. O Capital Humano. Investimento em Educação e Pesquisa. Tradução: Marco Aurélio de Moura Matos, Rio de Janeiro, Zahar, 1973. Op. cit., p. 116.

básicos subjacentes que fazem parte da economia capitalista da educação, são eles: o conceito de capital humano; o pressuposto dos retornos individual e social decorrentes do investimento em educação, e por último, o tipo de explicação que é dada para os problemas nas relações educação e emprego.

Para analisar tal modelo tomaremos como base o trabalho do próprio SCHULTZ (1973) e seguiremos os passos de MACHADO (op. cit., p. 17 em diante). SCHULTZ, no seu livro, procurou justificar a necessidade de criação do conceito "capital humano", pelo fato, segundo ele, do pensamento econômico ter negligenciado examinar duas classes de investimentos que são de capital importância nas modernas circunstâncias. Trata-se do investimento no homem e na pesquisa. Daí, como SCHUH, seu antecessor passa a argumentar a necessidade de intensificar o aperfeiçoamento dos recursos humanos. Os gastos com este aperfeiçoamento não poderiam ser considerados apenas um consumo, mas, principalmente, um investimento que retornaria em forma de benefício para a sociedade e o indivíduo em particular (SCHULTZ, 93: 93).

Em decorrência disto, SCHULTZ (1983: 94) amplia o que chama conceito tradicional de capital a fim de abarcar, segundo ele, a realidade relativa ao capital humano. Este conceito consiste em entidades que têm a propriedade econômica de prestar serviços futuros de um valor determinado. Esse conceito não deve ser confundido com o de capital como uma entidade fungível. Ao classificar-se o capital que presta serviços futuros, é conveniente começar com uma dicotomia, a

saber: a do capital humano e não-humano. Nenhuma dessas duas classes de capital é homogênea; ao contrário, cada qual na verdade, consiste em muitas formas diferentes de capital, e cada qual é, por conseguinte, extremamente, homogênea. Não obstante, a distinção entre capital humano e não-humano é real e, analiticamente, fundamental.

... "a característica distintiva do capital humano é a de que ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou as duas coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido, pode sem dúvida, ser adquirido, não como elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que uma pessoa pode separar a si mesma do capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano, surgem muitas diferenças sutis entre capital humano e não-humano, que explicam o comportamento vinculado à formação e a utilização dessas duas classes de capital". (op. cit. p. 111)

Tem-se aqui uma operação lógica especial que se desenvolve a fim de dar consistência lógico-formal e aparência de validade a tal teoria de pedigree estrutural-funcionalista e à conceituação arranjada. Esta conceituação arranjada pretende transformar todos os trabalhadores em capitalistas, já que todos são portadores de um fator básico de produção, de um capital

específico, que seria a própria força de trabalho, assim, tal extensão do conceito de capital para designar os investimentos a nível da força de trabalho supõe "os trabalhadores transformando-os em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa, como o folclore colocaria a questão, mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor. Este conhecimento e essa capacidade são, em grande parte, o produto de investimento e, combinados com outros investimentos humanos, são responsáveis predominantemente pela superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados. SCHULTZ (op. cit., p. 96) ao transformar os trabalhadores em "capitalistas", na verdade acortina o papel de classe de um grande exército de tecnocratas, pesquisadores, extensionistas rurais, agentes comunitários, defensores (vendedores) de tecnologias, devidamente, treinados e reciclados, permanentemente, em tal ideologia, cuja função é a sua difusão e adoção pelos atores sociais finais da modernização agrícola necessária à reprodução do "sistema como um todo". Através de agências como a EMBRAPA e a EMBRATER, que tornaram-se os "aparelhos de reprodução"⁴³ ideológica de tal modernização, esta teoria incorporada como crença pelos seus difusores, os coisificam para coisificar os seus adotantes finais; são possuidores da coisa que os coisifica, tornando-os apenas instrumentos da racionalização ou modernização agrícola levados a efeito pela mão invisível do mercado, dentro do qual,

⁴³ Sobre a conceituação de aparelho ideológico no processo de modernização, ver SANTORO TRIGUEIRO, (Op. cit., pp. 12-15).

os indivíduos, o ser social tornado coisa é fator de produção, é um insumo moderno. Neste sentido a EMBRAPA, por exemplo, em tal conceituação, é o "braço" do Estado Demiurgo, do "Deus Criador", elevada por mecanismos de racionalização ao valor ideal, indeterminado, absoluto, como atribuição que transforma-a em virtude, portadora de uma crença que se corporifica no processo de transformações materiais e comando. Este processo, sendo gerado em seus laboratórios e campos de experimentações, só revela as virtudes de seu "criador" ao se materializar no processo de incorporação de inovações tecnológicas, que adotadas pelos seus "crentes" adotantes transformam-se no "milagre da multiplicação do pão": aumento da produção e produtividade agrícola. A empresa EMBRAPA, nesta ótica, é uma estrutura de máquina coletiva, de ocupação total de seus insumos humanos e inumanos. É uma estrutura sócio-mórfica de formação histórica de sua própria estrutura.

Mas, segundo MACHADO (op. cit., p. 108) a definição de SCHULTZ tem uma origem histórica: o conceito de capital humano deriva do conceito marginalista de capital - os chamados neoclássicos contrapondo-se à concepção clássica do valor-trabalho, basearam-se em SAY e desenvolveram a noção de que não é o trabalho e si que confere valor a qualquer mercadoria, porém a utilidade do trabalho. Os principais neoclássicos que trabalham com este pressuposto básico foram GOSSEN, JEVONS, MENGER, WALRAS e BÖHN-BAWERK, para eles, só constituem capital as coisas que são úteis e quando satisfazem às necessidades humanas. Desta forma, o capital

inclui todas as fontes ou objetos que têm capacidade produtiva, isto é, a qualidade de prestar serviços úteis (e escassos) de qualquer espécie, como define KNIGHT, também neoclássico. Esta definição de KNIGHT tem os mesmos conteúdos da definição de SCHULTZ: "o aumento de capital consiste em entidades que têm a propriedade econômica, de prestar serviços futuros de um valor determinado" ou seja, o "capital é uma fonte de satisfações futuras", conforme pode ser visto em sua longa citação anterior no corpus deste trabalho.

Conforme SINGER (citado por MACHADO, op. cit., p. 109-110) para o marginalismo, o capital é representado pelo conjunto de recursos materiais ou mentais que permitem ao homem elevar sua produtividade. O capital pode ser, portanto, constituído de máquinas, implementos, rede de distribuição de energia, poços de petróleo, assim como conhecimentos técnicos, patentes, etc. Neste caso o capital é essencialmente, constituído por coisas de que os homens podem apropriar-se. Estas "coisas", inseridas no processo de produção, permitem que o esforço do produtor direto, do trabalhador, enfim, alcance um resultado superior, de modo que o proprietário do capital faz jus à parcela do produto que é devida ao uso do capital. Desta maneira, o lucro define-se como a diferença entre o tamanho do produto que seria obtido com e sem utilização do capital. É claro que esta noção nos leva a reconhecer o capital "desde os albores da existência de espécie, a partir do momento em que o homem passou a usar o machado de pedra e outros instrumentos igualmente rudimentares".

Segundo LOPES (citado por MACHADO, 1975, op. cit., p. 140) este conceito não pressupõe a necessidade de conceber o capital "como uma relação social específica a própria sociedade específica delimitada historicamente, mais como um 'fator de produção', existente em qualquer sociedade humana"...

Colocadas estas questões conceituais, não há necessidade de analisarmos a historicidade de tal conceito-chave ou fundante de tal teoria. Porém, há uma questão que é importante ser enfatizada. Tal concepção torna-se uma sistematização no plano específico dos investimentos em recursos humanos, em educação, em pesquisa, em extensão rural - que tanto SCHUH enfatiza, para que a modernização da agricultura torne-se auto-sustentável. Neste plano específico é uma sistematização de ideologia capitalista, cujo critério de verdade é a utilidade.

"O critério da verdade que a formação econômica capitalista instaura, lenta e inconscientemente em substituição ao critério decadente da verdade revelada, feudal, é a utilidade. As proposições enunciadas pela produção mental da sociedade capitalista obviamente não têm de coincidir como velho critério da verdade revelada, mas, para serem verdadeiras, poderem circular e serem consumidas, têm de ser úteis, isto é, adequar à reprodução das relações sociais produtoras e acumuladoras de utilidade". (CAMPOS, op. cit., p. 18)

Deste modo, o conceito de capital humano, segundo MACHADO (op. cit., p. 110), enquanto conceito científico,

carece de sustentação teórica, mas, enquanto categoria ideológica, tem grande valor explicativo: a Teoria do Capital Humano é a ideologia do homem capitalista e o cerne da escola que este produz.

Mas, continuemos agora a análise da Teoria do Capital Humano do ponto de vista do pressuposto dos retornos individual e social decorrentes do investimento em recursos humanos: educação, extensão rural, pesquisa, etc. Segundo MACHADO (idem, p. 113)

"A ideologia da taxa de retorno sustenta que o investimento em educação é altamente recomendável sob os mais diversos aspectos, pois beneficia o indivíduo, tornando-o mais produtivo e conseqüentemente permite-lhe auferir melhor renda, benéfica a sociedade, garantindo-lhes condições de progresso técnico e científico e desenvolvimento cultural e econômico em geral. Não se pretende negar aqui o investimento em educação. Pelo contrário, cada vez mais torna-se necessário aumentá-lo. Deseja-se apenas chamar atenção para as justificativas a respeito deste investimento... Precisa desmascarar a suposta relação entre educação-produtividade-renda como benefício generalizado e a suposta determinação da educação como fator explicativo do atraso dos países subdesenvolvidos.

Os investimentos em educação contribuem para o aumento da produtividade e, efetivamente, proporciona condições para a rápida acumulação do capital, pelo incremento da mais-valia relativa. Por outro lado, alguns indivíduos conseguem aumentar os seus ganhos através de seu aperfeiçoamento técnico. No entanto, entre educação, produtividade e renda, as relações não são mecânicas; existem ao contrário, uma série de mediações que se

realizam por meio de outros elementos, que têm poder explicativo maior. O descaso destes elementos pela teoria do capital humano contribui para que esta permaneça no plano ideológico, justificador da 'ordem' capitalista estabelecida. Uma teoria científica dos recursos humanos não pode ignorar a determinação da estrutura social sobre a relação educação, produtividade e renda".

Assim, esta teoria não só nega a estrutura social e suas determinações sobre educação, produtividade e renda, mas levanta um mecanismo de homogeneização na justificação de seus pressupostos. Esta teoria, por exemplo, supõe que indivíduos com igual escolaridade ou igual formação técnica auferem a mesma renda e ou a mesma oportunidade de ocupação, escondendo fatores como concorrência acirrada no mercado de trabalho e mesmo fatores que estigmatizam os trabalhadores, como idade, sexo e cor, e mesmo posições políticas ideológicas e situações de classe. No campo da extensão rural, por exemplo, um pequeno agricultor é estigmatizado a despeito de médios e grandes produtores rurais, mesmo tendo nível de escolaridade ou condições idênticas de dominar os conhecimentos técnicos do "pacote tecnológico agrícola" e de gerenciá-lo a nível de sua aplicação na produção. É claro que aí entram outros componentes políticos, econômicos e culturais próprios da estrutura de classes da sociedade - cuja teoria em epígrafe obscurece, como a exploração da força de trabalho, enquanto naturaliza a exclusão de um imenso exército de reserva de trabalhadores (população estancada) da produção e do consumo, que tal teoria teriam as mesmas oportunidades de educação, de

profissionalização, de treinamento e de capacitação. Ao homogeneizar as categorias educação, produtividade e renda e ao estabelecer relação mecânica entre tais categorias, tal teoria esconde a própria natureza do mercado capitalista de força de trabalho cada vez mais excludente e competitivo e cada vez menos absorvidor de mão-de-obra e exigente de especialização dada a introdução de inovações tecnológicas resultante da própria concorrência inter-capitalista e das lutas trabalhistas ou classistas dos explorados.

A homogeneização dá-se em tal teoria quando toma os fenômenos heterogêneos como educação e renda como se fosse homogêneos e simples. A variável educação e renda engloba outros determinantes da estrutura social fundada em processos de dominação e exploração necessárias à reprodução capitalista. Nestes termos, estas variáveis tornam-se inteiramente abstratas e indeterminadas.

Por outro lado, se existe uma relação causa-efeito entre educação-produtividade-renda, ela deve ser traduzida em: maior qualificação, maior produtividade, menor renda, pelo aumento da mais-valia gerada. Neste sentido "a tese da economia da educação de que há uma taxa de retorno individual e social, mascara esse problema da diferença de equivalentes. O salário corresponderá, em seu valor, ao tempo médio socialmente necessário para a produção e reprodução da força de trabalho. Mas esse salário é bem menor que o valor que o trabalhador cria no tempo pelo qual vendeu sua força de trabalho. Sua maior produtividade, face a sua maior qualificação, não o beneficia,

aumentando, grandemente, seu salário, mas sim ao seu empregador, que se apropria da diferença, a mais-valia". (FREITAG, 1978: 25-28)

Analisemos o último ponto tratado pela Teoria do Capital Humano, que é a relação educação e emprego. Segundo tal teoria, isto está relacionado com o equilíbrio entre a oferta e a demanda dos recursos humanos, cujo imperativo é atingi-lo. Equilibrada tal relação lucrariam a produção, o país e o indivíduo em particular.

Neste sentido, SCHUH e TOLLING, Hélio, argumentam que, os pressupostos políticos para fazer a agricultura mais produtividade estão em aumentar sua contribuição no desenvolvimento econômico. Por sua vez, isto só pode ser conseguido, investindo nos escassos recursos de desenvolvimento do setor agrícola. Mas este investimento deve dar grande ênfase à criação de forma intangíveis de capital, educação, pesquisa e extensão rural - o seu principal argumento é a necessidade de investimento nos programas educacionais, de modo a criar uma agricultura no desenvolvimento econômico.⁴⁴ Tal programa no setor rural não precisa, segundo o autor, ser justificado pelos benefícios que traz para o setor agrícola. Assim, um dos benefícios de um programa vitorioso de desenvolvimento agrícola é a liberação de trabalho para o setor não-agrícola. Com educação adequada, essas pessoas serão mais

⁴⁴ Os conteúdos da obra encontram-se em Agricultura e Desenvolvimento Regional. In: Contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico. Fortaleza, BNB, 1965, pp. 11-16.

rápidas e facilmente absorvidas pela força de trabalho não-agrícola, com inquietações mínimas. As poucas evidências empíricas disponíveis, para SCHUH, prometem ser alto o retorno dos investimentos feitos na criação da nova tecnologia e na educação da população. Assim, um programa eficiente de educação rural deve preparar, não só a mão-de-obra para incrementar as inovações na agricultura, mas também mão-de-obra, que leva o educando a ter chances de emprego no setor não-agrícola, obscurecendo a estrutura social segregadora e altamente competitiva. Com isto justifica os próprios impactos esperados de uma modernização agrícola altamente concentradora de terra e de capital, bastante analisado numa vasta literatura existente no país.

5.3.4 - Sobre o debate dos anos 70:

Considerações críticas

Vários autores trabalharam a realidade brasileira e propuseram alternativas convergentes de intervenção no processo de modernização da agricultura. Trabalhamos, até agora, SCHUH porque ele influenciou toda uma constelação de burocratas, técnicos e pesquisadores no país. Todos eles comungam com a visão neoclássica ou com outros enfoques que embora com algumas diferenças, convergem para a justificação da intensificação do pacote tecnológico da "Revolução Verde no Brasil", e do aparato de pesquisa, extensão rural, educação, crédito rural e outros insumos e políticas. Poderíamos destacar

JOSÉ PASTORE, que entre outros trabalhos, organizou a obra intitulada "Agricultura e Desenvolvimento". É uma coletânea de trabalhos mediadores do debate que se travou entre autores tais como AFFONSO CELSO PASTORE, ELISEU R. A. ALVES, JOHN W. MELLOR, o próprio JOSÉ PASTORE, ALUÍZIO MONTEIRO CAMPELO, entre outros. Seria demasiado exaustivo se fazer uma análise crítica de cada contribuição. No geral quase todos referem-se aos expoentes da Teoria da Modernização Agrícola como SCHULTZ, NICHOLLIS, RUTTAN e mesmo ROSTOW, HOSELITZ, McCLELLAND, PARSONS e ROGERS.

Entretanto, o debate dos anos 70, surgiu mesmo, das repercussões que teve o trabalho de RUY MILLER PAIVA⁴⁵, Modernização e Dualismo Tecnológico, uma contribuição imaginosa e com maiores complicações para literatura até então existente. Mas o que incrementou os debates, envolvendo outros pesquisadores e tecnoburocráticos, foi a diferenciação do modelo de PAIVA com relação ao modelo de SCHULTZ consagrado por todos eles, ou seja, pelos teóricos da modernização. Isto porque todos comungando com a visão marginalista ou com o de outros modelos de mesma tradição no pensamento social, convergem apoiando-se naturalmente um no outro para justificação e incremento intensivo do "pacote

⁴⁵ PAIVA, Ruy Miller. Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. In: Pesquisa e Planejamento, vol. 1, n. 2 INPES/IPEA, SEPLAN - Presid. da República: dezembro, 1971/Paiva conduzia várias pesquisas neste órgão governamental, que centralizava, coordenava e assessorava programas de desenvolvimento rural.

tecnológico" da "Revolução Verde" no país, a instalação e o aprimoramento de todo aparato estatal de pesquisa, assistência técnica e extensão, bem como outros insumos e políticas recém-instalados. Alguns reestruturados ou remodelados.

O pano de fundos deste debate à nível histórico-estrutural é resultado da dinâmica do movimento do capital à nível mundial, como já se falou no decorrer deste trabalho, trazendo repercussões concretas de industrialização dinamizadas pelas inovações tecnológicas desenvolvidas na produção social após a II Guerra. Isto vai exigir e imprimir novas relações entre agricultura e a indústria, com outros setores e mesmo dentro da própria agricultura. "O setor agrícola ganha nova dimensão, decorrente das diferentes funções que lhes passam a ser atribuídas, como por exemplo, a de viabilizar a expansão das agroindústrias. Esta nova dimensão iria provocar o surgimento de questões suplementares. Entre estas, surgem com destaque as questões das inovações na agricultura. A criação e a difusão das inovações tecnológicas na agricultura aparece, então, como elemento fundamental nas relações imprimidas ao setor. Em função disso, a política econômica do governo passa a dar importância aos problemas da difusão de inovações tecnológicas - só aí os teóricos começam a se preocupar com estas questões". (GALINA, 1981:36)

Embora esta citação de GALINA passe a ser traduzida, como se as inovações fossem uma questão interna a nível de decisão e preocupação política, que já refutamos, ela é importante ao colocar a questão da modernização num quadro

estrutural mais amplo. Embora sumarizadas, as suas colocações enfatizam uma coisa importante: a centralidade das inovações tecnológicas nestes trabalhos e debates travados. Isto supõe objetivos tecnológicos de que o complexo agroindustrial daria uma nova dinâmica à economia brasileira, em geral, já que a economia urbano-industrial, pelo setor têxtil, a partir de setenta e três estava entrando numa crise entre outros fatores de primordial importância que já assinalamos anteriormente. Por outro lado, a modernização aqueceria outros setores como o complexo metal-mecânica e setores e subsetores em cadeia, relacionados ao transporte, a energia, armazenamento, etc., além do setor financeiro.

Além do debate teórico ou político-ideológico da estratégia modernizante da agricultura, do qual nos ocuparemos; vários estudos são feitos para demonstrar que os investimentos, nas formas "tangíveis" e "intangíveis" do capital têm alta rentabilidade - ou taxas de retornos em termos de produtividade e renda crescentes desde que se dê auto-sustentabilidade ao processo contínuo de inovações cujo "nó-górdio" está no capital humano. Entre outros exemplos podemos destacar o trabalho de CONTADOR (1975: 257) sobre as taxas de retorno destes investimentos no processo de adoção e mudança tecnológica, que segundo ele, as maiores taxas estariam relacionadas à escolaridade e outros fatores que ele demonstrou empiricamente e segundo a ótica neoclássica. O próprio SCHUH (op. cit., p. 9) demonstrou nos seus estudos estas taxas de retornos. Por exemplo, ele enfatiza que os investimentos em tecnologia já em

1955 nos E.U.A. tiveram um retorno fenomenal, como no caso do milho híbrido: cada dólar investido no seu desenvolvimento foi da ordem de 730%. Fala ainda: em Minas Geral, que aponta a elevação da produção do leite em oito vezes, simplesmente pela adoção de níveis tecnológicos mais elevados; ou do investimento em instrução primária na Venezuela até o sexto ano com retorno diretos de 130% ao ano. Faz projeção, para que a adequada combinação de insumos e fatores de produção atinjam determinadas metas de crescimento econômico. Por exemplo, faz as seguintes projeções para o Brasil em 75: "se as rendas per capita continuarem a crescer à taxa de 6% ao ano e a promoção das exportações se mantiver como importante instrumento de política de desenvolvimento, o produto agrícola terá que crescer a uma taxa de 7 e 8% ao ano. A população está crescendo a uma taxa de quase 3% ao ano e a elasticidade de renda da demanda do produto agrícola é, provavelmente, da ordem de 0,6. Por isso, com base nestes dados, apenas o produto teria que aumentar em 6% ao ano e para que as exportações aproveitassem as vantagens de crescentes mercados mundiais, as taxas de crescimento teriam que ultrapassar 7%. Cabe notar que um recente plano de desenvolvimento brasileiro estabelece na verdade uma taxa de crescimento entre 8% (SCHULTZ, idem p. 25). Otimisticamente, o autor vai mostrar que tal meta será facilmente atingida.

Mas, passaremos a analisar em PAIVA o suporte teórico-ideológico de tal modernização agrícola. Como de praxe, PAIVA supõe um dualismo na agricultura brasileira, inovando

certamente, o ideário de um PARSONS ou de um SCHULTZ. Este dualismo é expresso pela co-existência de agricultores tradicionais e modernos e que este dualismo é tecnológico. Fiel ao modelo típico-ideal de modernização, o autor admite a existência de agricultores intermediários, ou seja, que utilizem técnicas modernas e tradicionais ao mesmo tempo. Mas, o que existe de enfático em PAIVA é a ocorrência de um "mecanismo de auto-controle", que dificulta uma maior difusão de inovações tecnológicas cujos desestímulos são originados pela própria expansão da modernização. Desta feita, segundo ele, existe um limite ou um grau máximo no processo de difusão e adoção de tecnologia impostos por tal mecanismo de alto controle. Além disso, difusão/adoção de inovação tecnológicas na agricultura, após alcançar um grau máximo, ficará na dependência do setor não-agrícola". (PAIVA, 1975a: 131)

Mas que significado tem para PAIVA, esse mecanismo de auto-controle?

Para ele, sua ação se verifica à medida que a "modernização se vai difundindo para maior número de agricultores, trazendo o aumento e a queda de preços de produtos no mercado; posteriormente, com maior intensidade de difusão, ocorreria também a queda dos fatores tradicionais como terra e mão-de-obra. Com essas quedas de preços, segundo o autor, os processos modernizantes tenderiam à se tornar relativamente menos vantajosos ou menos desvantajosos em relação aos tradicionais; reduzindo o número de agricultores interessados em modernizar a agricultura.

PAIVA, teve resposta crítica de NICHOLLS de quem foi colaborador durante anos, e mesmo de SCHUH, as quais tiveram convergências no aperfeiçoamento de seu modelo; teve também comentários justificadores de CONTADOR, que foi seu colaborador no IPEA/SEPLAN-PR. Para isto, lança mão do modelo estatístico, chamado de "modelo formal de testes e hipóteses" com o objetivo, segundo ele, de identificar os fatores responsáveis pelas desigualdades observadas no nível de tecnologia e na rentabilidade de estabelecimentos rurais localizados em sete estados brasileiros, ou seja, procura demonstrar as diferentes taxas de retorno de estabelecimentos agrícolas.

Segundo CONTADOR (1975: 14), "no centro de toda discussão do dualismo econômico, da inovação induzida e do modelo de SCHULTZ ou de PAIVA reside um elemento comum: a existência de persistentes diferenças no retorno e estágio tecnológico entre setores, entre atividades no mesmo setor, ou ainda entre fatores, aparentemente homogêneos, empregados na mesma atividade. É importante também deixar claro que a disparidade na renda e rentabilidade entre o setor agrícola, entre os tipos de cultura ou entre estabelecimento na mesma exploração não é restrita aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O fenômeno é muito mais generalizado e persiste até nos Estados Unidos".

Desta forma, como PAIVA, CONTADOR, analisando o mecanismo dinâmico de adoção induzida de tecnologia, segundo

o modelo neoclássico de comportamento racional do agricultor, defende o pluralismo tecnológico na agricultura.

Quais são os fatores responsáveis por esse mecanismo dinâmico?

Tomando como premissa básica que as diferentes taxas de rentabilidade na agricultura brasileira é consequência de disparidade na "chamada capacidade empresarial" do produtor rural, o autor mostra que a diferença no nível de educação, no uso de insumos modernos, na qualidade de fatores, e no nível de risco de atividades alternativas podem explicar satisfatoriamente a dispersão dos retornos, a desigualdade da modernização agrícola, ou dualismo tecnológico na mesma economia e ao mesmo e lugar.

Teórica e empiricamente, o autor procura mostrar que a dispersão da taxa de retorno e de tecnologia agrícola, no Brasil, são condizentes com as implicações da teoria neoclássica e, portanto, explicáveis por um grupo de variáveis sugeridas pelo comportamento racional de maximização de lucro, que em última instância reforça a tese de PAIVA do "mecanismo de autocontrole".

Naturalizando, como PAIVA, tal pluralismo tecnológico como inerente ao próprio processo de modernização agrícola, dentro de uma economia de mercado, são sugeridas como de praxe, em tais enfoques, medidas para corrigirem distorções. Um sistema de incentivos fiscais atuante e favorável à agricultura, como um todo, não restrito a alguns fatores ou culturas, por exemplo, permitiria uma realocação corretiva de fatores e

recursos, na direção da agricultura, em detrimento dos demais setores, já que o produto industrial é mais elevado em detrimento do setor agrícola. Em termos mais precisos, os incentivos fiscais corrigiriam a divergência entre o custo social dos serviços do fator trabalho que é inferior ao custo suportado pelo empregador a despeito de que o custo social do capital e das divisas estrangeiras é superior ao custo privado, além disso, o autor aponta uma política de preços de garantia a produtos agrícolas para atingir outro segmento do mercado de fatores.

Esta política promoveria a combinação mais favorável de retorno e risco para a agricultura. "Assim, a política de preços mínimos, ao afetar positivamente as expectativas de retorno e risco, contribuiria para a menor dispersão da tecnologia e o avanço tecnológico". (CONTADOR, 1974: 24)

Afora essas medidas apontadas, o autor enfatiza medidas compensatórias de ordem social, já que:

"O processo de desenvolvimento, principalmente com a modernização de agricultura, é penoso e cruel para os segmentos incapazes de acompanhá-lo. Um rápido desenvolvimento econômico, se não acompanhado de uma série de medidas paralelas, acentua a concentração de renda e marginaliza, até mesmo em termos absolutos, uma parte da população ativa. A ênfase e a necessidade de progredir tecnologicamente deixam, no transcorrer do processo, um grande número de produtores em piores condições econômicas do que na época anterior ao rápido desenvolvimento. Existe claramente um benefício social líquido, que não pode ser desprezado, com o avanço tecnológico, e, conseqüentemente, qualquer tentar estancar o processo seria uma punição à economia como

um todo. Por outro lado, existe também um segmento da população rural sem condições de absorver e adotar eficientemente as novas técnicas e cuja migração não apresenta benefícios líquidos". (CONTADOR, 1975: 247)

Já discutimos demais as implicações ideológicas do modelo dualista, que de certa forma tanto PAIVA como CONTADOR, utilizando o mecanismo de mudança de quadro de análise embora contradigam o modelo padrão de sociedade moderna, cuja modernização é tida como homogênea em contradição com a heterogeneidade das sociedades ditas tradicionais ou em transição; não conseguem desvendar a natureza desigual do processo de acumulação na agricultura, no qual, como já falamos, os fatores tradicionais são necessários à reprodução dos fatores modernos em dados segmentos sociais trabalhando na atividade agrícola, num dado produto ou subsetor agrícola, o que mascara as contradições da estrutura social brasileira.

Talvez por isto, o autor utilizando-se de mecanismos de projeção, não consiga esconder esterótipos de "incapazes", por exemplo, àqueles produtores ou segmentos, que não conseguem acompanhar o processo de modernização agrícola, ou seja, a culpa estaria, ora na falta de rentabilidade de suas atividades, ora na falta de "capacidade empresarial", que nem o "mecanismo auto-controle" de PAIVA consegue explicar. Possivelmente, em termos mais amplos, os autores através de uma série de conceitos arbitrariamente construídos, escondam as causas das disparidades tecnológicas e, por conseqüência, sociais, que poderiam estar no sentido de que o processo de adoção de

inovações tecnológicas na agricultura, não é resultado de mudanças estruturais, cujos autores como representantes científicos da classe que representam procuram evitar com as políticas sociais corretivas e necessárias ao "equilíbrio do sistema". Possivelmente, se tivesse havido mudanças estruturais como as acenadas pelas classes subalternas do campo e da cidade no início da década de sessenta, possivelmente "os incapazes" adotariam inovações tecnológicas e em outras condições. Seriam menores os gastos sociais com tais corretivos e os "incapazes" seriam produtivos apresentando rendimentos líquidos, já que mesmo os migrantes seriam beneficiados com uma reforma agrária, cuja modernização autoritária e conservadora contrariou, com base não só no fetiche de seus resultados físicos, mas também pela ideologia popularizada da modernização que colocam a "produtividade", a "rentabilidade dos retornos dos investimentos" e o "crescimento" ou "desenvolvimento econômico e social como um todo" acima dos sacrifícios ambientais e sociais que tal modernização provoca (e que não foram poucos), e sobretudo, acima das classes sociais antagônicas e polarizadas que tal ideologia visa obscurecer.

Nas análises, estes termos "produtividade, "rentabilidade", "taxa de retornos diferenciados", "rendimentos líquidos", etc., são mecanismos de construção ideológica de simbolização, que conferem a tais análises uma "meia verdade", já que enfatiza elementos secundários da realidade para obscurecer a causa primária, básica, que poria a nu a própria natureza da modernização agrícola e os interesses sociais e

políticos que materializa. Estes termos ao tornarem-se símbolos, extraem do conteúdo real do objeto de análise os aspectos secundários, aparentes ou perceptíveis pelo senso comum, que não teriam necessidade de explicação com sofisticados modelos teóricos e estatísticos, que são usados, exatamente para substituir pelo secundário, pelo aparente ou pelo óbvio os aspectos essenciais da análise que devem ser obscurecidos. Isto é necessário não só para valorizar os pressupostos teóricos e as próprias hipóteses empíricas fabricadas, mas, sobretudo, porque estes símbolos devem substituir a própria realidade no processo de análise. Os símbolos tornam-se signos ideológicos, cujos significados dão conteúdo de representação ideológica à análise supostamente científica. Os conceitos assim formulados, tornam-se indeterminados, abstratos, servem para descrever o fenômeno analisado, imputando uma relação formal e necessária aos elementos que o conformam, na sua aparência fática para ser útil a interesses traduzidos como de toda sociedade. Assim, segundo CAMPOS (op. cit., p. 32) "a simbolização e eliminação de parte do conteúdo real tem, geralmente, um sentido político - visa supervalorizar e erigir a um ideal uma situação, estado ou posição relativa que só o é em relação a certos aspectos particulares da realidade, isto é, sob certo ponto de vista particular".

Por isso, os símbolos "inovações tecnológicas", "produtividade", "rentabilidade", "taxas de retornos líquidos" podem ser erigidos a uma meta, a um fim, um ideal, quando corresponde, sob outra ótica, a máxima exploração dos

trabalhadores rurais, a marginalização de famílias camponesas expulsas do campo; a constituição de um "apartheid social" dessas populações a despeito daqueles, (inclusive os sociólogos e economistas de tais modelos, que recebem rendas fixas, pelo seu "capital humano") que beneficiam-se das taxas de retornos diferenciados ou líquidos, abocanham parcelas cada vez mais crescentes da mais-valia, seja na exploração direta da força de trabalho, seja via os benefícios das políticas públicas corretivas das distorções e disparidades da modernização agrícola.

Mas retomemos o debate dos anos setenta, desencadeado por PAIVA.

Segundo GALINA (1981: 39), um trabalho, a nível das críticas feitas a PAIVA e que merece ser visto é o de Tito Bruno Ryff. Este autor procura demonstrar que:

"a) Num país subdesenvolvido, a influência do setor não-agrícola sobre o processo de modernização da agricultura não se dá na forma exatamente descrita por PAIVA;

b) como consequência, a expansão das técnicas modernas é menos dependente do ritmo de crescimento do setor não-agrícola do que ele acredita;

c) em determinadas circunstâncias, independentemente do estágio de desenvolvimento em que se encontra a economia, os aumentos de produtividade obtidos no setor agrícola podem dar um novo impulso ao crescimento do setor industrial;

d) a agricultura brasileira, longe de ter alcançado o grau adequado de modernização, precisa elevar substancialmente sua produtividade para que a economia, como um todo, possa continuar crescendo a altas taxas" (RYFF, 1976: 297-298).

Novamente RYFF secundariza as relações entre industrialização e modernização agrícola, e mesmo a industrialização estendida não só a montante e jusante da agricultura, mas o próprio complexo agroindustrial produtor de matérias-primas e alimento, exigentes de novos requerimentos modernizantes para contrapor a queda tendencial da taxa de lucro ou mantê-la. Na pior situação possível, as inovações devem ser introduzidas num produto ou num subsetor que possam trabalhar pelo menos com a manutenção do lucro médio. Numa situação de crédito barato, a juros subsidiados ou à custo zero, como foi de praxe; a agricultura tornou-se lucrativa, mesmo contraindo obrigações no contrato do crédito rural com as agências oficiais, de incorporar o "pacote tecnológico" de custos elevados. Isto teve impactos na concentração da terra e do capital, numa situação de uma estrutura agrária historicamente já concentrada e proibitiva às massas subalternas do campo.

Mas, segundo GALINA (p. 39), RYFF critica a relação dos efeitos da difusão de inovações tecnológicas sobre os preços dos produtos agrícolas e dos fatores tradicionais presentes na análise de PAIVA. Para RYFF, a análise de PAIVA, dificilmente pode ser aplicada à agricultura como um todo, pode ser

adequada para um produto específico, mesmo assim, sob uma série de condições. RYFF afirma que, o próprio PAIVA admite que, "no estágio atual da tecnologia, nem todos os produtos podem ser alterados e colhidos com máquinas...", é "que agricultura dos países subdesenvolvidos divide-se a todo momento, em segmento de vanguarda" e segmento "tradicionais"... "como a difusão de inovações tecnológicas não pode atingir todos os produtos, e o capital imobilizado na agricultura pode ser utilizado na produção de diferentes bens, RYFF deduz que através da flexibilidade da função produção agrícola, os agricultores conseguem evitar, parcialmente, os efeitos do "mecanismo de controle".

Neste sentido, parece-nos importante, observar que tais conclusões permitem justificar, pela racionalidade dos agricultores ou a sua competência empresarial, os desvios de recursos do crédito rural para investimento mais vantajosos. Além disso, os "defeitos do sistema" ou "as especificidades naturais da agricultura" que imobilizariam capital, não inovando as atividades produtivas, são transformados em virtude pelos próprios agricultores. RYFF obscurece e simplifica a pluralidade possível de sentido do fenômeno que analisa em proveito da ação, amparada pelo critério de verdade da sociedade capitalista que é o da utilidade.

Segundo GALINA (39), RYFF contra-argumenta a vinculação que PAIVA estabelece entre o processo de modernização do setor agrícola e o crescimento do setor não-agrícola, dizendo que do crescimento do setor não-agrícola

depende do prosseguimento da modernização. Para RYFF (1976: 314), o crescimento do setor não-agrícola elevaria a demanda de capital investido nas atividades urbanas (que os neoclássicos defendem), só que exercendo efeito negativo e não positivo sobre a modernização do setor agrícola. Já que "só quando os lucros da atividade industrial começarem a cair, em função dos preços agrícolas, é que o capital voltaria a fluir no sentido a agricultura (RYFF, 1976: 314).

Contra-argumentando, GALINA (p. 40), diz que, embora RYFF torne evidente uma estreita relação entre modernização agrícola com o processo de acumulação do capital, em sua análise, perde-se, pela estreiteza de sua visão tecnocrática, em argumentos fúteis como no caso de afirmar que a relativa falta de capital para investimentos no setor agrícola, pode frear o processo de modernização, bem antes dos preços se tornarem desfavoráveis à adoção de técnicas modernas, fato que segundo ele, parece ter escapado PAIVA.

Finalmente, para não nos alongarmos muito nesta parte do estudo em epígrafe, enfatizaremos, apenas a questão que RYFF coloca sobre a validade das concepções de PAIVA "para um produto", (e evidentemente com limitações). Claro que as limitações para nós são as mesmas de RYFF já referidas anteriormente, mas apenas no tocante a vinculação do fenômeno analisado com o processo de acumulação do capital, que como diz GALINA, o autor não explicita por motivos ideológicos, que revelariam, certamente, interesses que o autor defende e que quer ocultar, secundarizando a sua análise para situações

idealmente construídas segundo sua ótica particular, e que invalida a sustentação interpretativa de suas hipóteses e pressupostos de análise.

A "questão da validade de análise para um produto", mesmo sem tais restrições supõe um processo de globalização de análise de um processo de inovações, cujo "pacote tecnológico" está direcionado a um produto específico, ou seja, o modelo é o modelo de "tecnologia de produto" e não de "tecnologia de processo", que alberga uma racionalidade a nível dos investimentos "tangíveis" e "intangíveis" expressos pela especialização máxima do "capital humano" e na otimização máxima possível de todos os insumos e fatores de produção, de forma que se atinja a produtividade máxima, com altas taxas de retorno ou rentabilidade. Ora, se a "tecnologia de produto" exige tal grau de racionalização (inclusive do capital humano na "prática tecnológica⁴⁶ real") é evidente que a racionalidade dos extensionistas e dos produtores contrariam àquela racionalidade dos "pesquisadores de laboratório" e dos "teóricos de gabinete", inovando ou não, parcial ou totalmente a produção de uma mercadoria agrícola que satisfazem a obtenção de pelo menos o lucro médio, ou até, podem atingir ganhos acima dos lucros médios, rebaixando os custos de produção, utilizando práticas

⁴⁶ Para a crítica de prática tecnológica ver SANTORO, Trigueiro, Michelangelo Giotto. *Estrutura da Prática Tecnológica: A Pesquisa e a Sociedade na Agropecuária Brasileira*, Brasília UNB: 1987 - Tese de Mestrado em Sociologia p. 25-28.

ou fatores tidos como tradicionais, combinando-os com as modernas que satisfazem tais condições ou situações.

Portanto, intervêm no processo de fatores que tais burocratas desconhecem que é a "empíria" dos agentes produtivos, ou seja, uma cultura material que combina duas racionalidades aparentemente contraditórias.

Dito isto, parece haver uma discrepância entre a lógica embutida no "modelo da agricultura científica" e a lógica das teorias que lhe dá sustentação ideológica e explica os seus processos de difusão e adoção. Assim, inconscientemente, ou não, se globaliza resultados particulares de inovações técnicas voltadas para um único produto como se fossem para todo um setor, à semelhança de se tomar elevação de nível de vida e de trabalho de uma sociedade pelo aumento da renda per capita. Se a tecnologia é de produto, para dar conta das disparidades a nível empírico de modernização, pelo menos, dever-se-ia levar em consideração a própria "lógica interna" do "pacote tecnológico", para cruzar com uma análise macro, que desse conta do fenômeno da modernização como totalidade no processo de acumulação do capital em geral; já que o conceito de "agregado" também é um mecanismo de globalização. Além disso, esta globalização como mecanismo embutido em tais modelos analisados confere à "coisa" inovação um fetiche que venda os seus ideólogos, não vendo "a coisa" como parte do processo de acumulação diferenciada pela própria natureza do capital e no qual o próprio "pacote tecnológico" é uma forma de acumulação que se expande diferencialmente. A tecnologia de

produto ou não, como relação social, como forma de dominação e meio de lucratividade é produto da própria estrutura social que determina o modo como ela é produzida, cujo conteúdo concreto assumido é o de progresso técnico, cujo resultado é a produção de valor.

No "pacote tecnológico" está embutida a própria racionalidade de organização da produção que se traduz como inovações de procedimentos, inovações de produtos e inovações de organização, definidos pela função que cada uma desempenha no processo de acumulação "precisamente porque não se inova quando se quer e aquilo que se quer, ao contrário, inova-se quando existe um problema a ser resolvido... a fim de se satisfazer um apetite de lucro" (BENAKOUCHE, 1982: 30).

Saliente-se que tal mecanismo de globalização como um dos mecanismos de produção de tais enfoques modernizantes é uma homogeneização no plano global cuja explicação pode estar na crença otimista de seus ideólogos de atingir o "equilíbrio geral" que a teoria marginalista pre-assegura e homogeneiza como pressuposto, como RYFF, PAIVA e outros no curso de suas análises.

Parafraseando GALINA (p. 43), a criação e difusão de tecnologia na agricultura para tais autores, aparece, como o melhor caminho na superação dos obstáculos que as condições naturais (inclusive as de mercado) impõem a produção. As análises feitas, revelam as limitações dos trabalhos calcados na teoria neoclássica, cujos pressupostos a acobertam a essência dos fenômenos analisados. Mesmo quando estudados calcados

em tal teoria propõem questionar sua validade, acabam se detendo na realidade aparente, sem perceber o que se esconde por detrás dos fenômenos e processos reais, sem perceber a sua essência.

Finalmente tais "modelos de explicações" tornam-se modelos de descrição, embasados numa pseudo-concreticidade, já que em todos eles tem um fundo de verdade. Ao obscurecerem o caráter diferenciador do capitalismo e a própria natureza antagônica da sociedade que o sustem, e portanto, da modernização agrícola em particular; tais modelos estão presos a um esquema típico-ideal, cujos parâmetros dualistas e opostos transforma as contradições em dualidade ou numa "pluralidade tecnológica" formal e mecânica. Em tais modelos os conceitos arranjados, arbitrariamente construídos de forma abstrata tornam-se "meios-terminos", "pré-conceitos", no sentido que dão corpo a uma representação do fenômeno analisado - apenas como fenômeno fático imediato, ou seja, de seus elementos aparentes e/ou secundários. Estabelecer os limites de tais pré-conceitos e dos modelos que lhe dão corpo teórico, significa explicar a sua pseudo-concreticidade, a sua pseudo-cientificidade, para através da teoria, estabelecer os conceitos que dão conta da objetividade do fenômeno analisado tal como se constitui historicamente; a modernização da agricultura brasileira.

CAPÍTULO VI

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 - Preâmbulo

Até aqui percorremos um longo caminho, cheio de interrelações, mediações, sinuosidades, comparações e paradoxos (certamente não resolvidos) para demonstrar o caráter ideológico de um conjunto de modelos teóricos que convergem para o que se etiquetou de teoria da modernização. Tentamos construir uma ontologia desta teoria da modernização, não só para demonstrar a sua "pedigrée" sociológica de tradição positivista, mas sobretudo, para mostrar a natureza ideológica imanente a sua própria constituição epistemológica. Daí, que intentamos enfatizar mais o caráter explicativo de nossas análises, sem prejuízos para o interpretativo, já que ambos são inseparáveis no transcorrer do processo analítico encetado da historicidade que lhe deve ser inerente.

Cabem-nos agora, a nível de considerações finais, referidas ao último capítulo, tecer alguns comentários, a título de sumário sobre implicações epistemológicas e axiológicas de tal teoria de base estrutural-funcionalista para a compreensão dos processos de mudanças da agricultura brasileira.

6.2 - A ideologia da modernização e a agricultura brasileira

Enquanto análise macrossociológica, a versão teórica-estrutural-funcionalista, interpreta a mudança social na agricultura apoiando-se numa concepção de desenvolvimento designada como teoria da modernização. A caracterização do atraso da agricultura sofre um tratamento metodológico que permanece apenas no plano da expressão fenomenológica aparente, sendo aplicada pelos atributos sociais dos próprios indivíduos.

Privilegiando a questão da integração social, no plano psico-social o conceito operativo é o de descontinuidade entre os diversos papéis e status do indivíduo. Mas, no plano macrossociológico, o problema é visto em termos da dualidade estrutural que opõe o moderno ao tradicional. A população rural enquanto problemática é restrita a uma mera questão de consumo. A concepção de que os grupos de baixa renda, baixa escolaridade, que vivem em condições precárias ou que possuem uma cultura portadora de referências, de normas, valores e práticas inadequadas para preencher requisitos ou papéis urbano-industriais esconde na verdade a gênese da problemática da agricultura e sua "funcionalidade" no processo de acumulação global da sociedade.

A caracterização da agricultura atrasada - feita por tal modelo - como problema de consumo serve, entretanto, para apontar alguns indicadores aparentes, que servem para encobrir

mecanismos que devem estar na origem do processo de pauperização da agricultura, que é de fundo histórico-estrutural.

Ora, nesta abordagem estrutural-funcionalista - a teoria da modernização esgota a problemática do agro brasileiro, em particular, no plano de consumo, deixando-se haver, implicitamente, num campo bastante problemático antecedente e explicativo do nível de consumo. Daí vêm os diagnósticos de carência, feitos pelos técnicos e agências estatais de desenvolvimento agrícola que lançaram mão de tal teoria.

A população rural em tais diagnósticos é tipologizada numa escala técnica de variáveis mensuráveis e de esteriótipos que a anulam como agente histórico de mudança, cujos fins explícitos é consumir tecnologias e insumos modernos, por exemplo. A população rural é tida como "carente" de algo, é diagnosticada, é paciente de um determinado receituário técnico, > o que nega o papel histórico da agricultura e seus agentes no processo de acumulação e as contradições que lhe são inerentes, além de negar estes agentes como portadores de uma cultura material e simbólica que não necessariamente é uma problemática de atraso ou de tradicionalismo.

Este deslocamento para o plano do consumo e depois para o plano da cultura, faz deslocar a análise, por sua vez, ao estrangulamento a nível das relações sociais de produção, o que constituem a mudança do plano de análise teórica como mecanismo ideológico que, por um lado, arquiteta a teoria da modernização.

Por outro lado, o atraso não é um modo de inserção da agricultura e seus atores sociais na economia como uma totalidade histórico-estrutural, mas uma exclusão à nível dos setores modernos da economia e que a eles devem ser integradas pela via do consumo de bens e serviços urbano-industriais.

É pelo consumo destes bens, incluindo o modo de ver urbano sobre o campo, que tal teoria torna-se uma representação estereotipada do homem rural, cuja nulidade atribuída (no sentido lukacsiano) deve provocar uma mudança de mentalidade privilegiada pela adoção de uma nova cultura material instrumentalizada por "pacotes tecnológicos" que garantam a "neutralidade" quanto aos impactos sociais e as estruturas agrárias intocáveis e carregadas de conflitos e contradições, bem como quanto o seu fetiche mercantil enquanto mercadoria, que nem sempre tem um valor de uso pelo agricultor, conforme os ditames da racionalidade do empreendimento agrícola. Nesta teoria, a tecnologia se transmuta em sujeito devido o seu fetiche da mercadoria, e os adotantes consumidores passam a ser a coisa o instrumento, o paciente.

A teoria funcionalista da modernização opera num plano de análise inverso: não parte da trama das determinações ou dos processos econômicos que possam constituir variáveis causais para compreensão dos fenômenos particulares de atraso da agricultura, delimitando e analisando estes processos para possibilitar a configuração do "atraso" no plano de adoção de insumos, bens e serviços modernos.

O estudo do atraso da agricultura, seja a nível interno da economia brasileira com relação ao setor urbano-industrial, quer seja com relação à economia dos países ditos modernos que engendraram a tal teoria da modernização; ao ser baseada no campo da personalidade individual dos agricultores - apatias, crenças, práticas e hábitos atrasados - faz deslocar o plano analítico das relações sociais, pressuposto de uma sociedade de equilíbrio social num momento em que o campo no Brasil tinha se tornado um palco de conflitos e disputas pela posse da terra. O campesinato, historicamente, estando fora do palco populista, desde os anos trinta, emerge como ator social no cenário político nacional. O "homem do campo" e seu atraso atribuído, está assim deslocado nesta teoria, da estrutura de classes da sociedade e da problemática agrária insurgente, assim como, dos processos e estruturas sociais e econômicas que dão especificidade e fisionomia próprias à sociedade brasileira, que não pode, por isto mesmo, ser reduzida a um esquema teórico-lógico construído nas "metrópoles modernas" do capitalismo e sedimentadoras de seus interesses no "submundo atrasado" do Brasil.

No plano analítico, tal esquema ideologicamente construído esconde a essência e descreve a aparência do fenômeno imediato do "atraso" como carente de cultura moderna, sobretudo de inovações e práticas tecnológicas que requerem mudanças de "mentalidade" e "apatias", apego à tradição e a fanatismos. Atraso carente sobretudo de "pacotes tecnológicos" que num rápido lapso de tempo deveria aproximar a agricultura

brasileira ao padrão de consumo urbano-industrial, favorecendo ao mesmo tempo a dinâmica interna de um processo de industrialização à montante e a jusante da agricultura, em direção à "modernidade". Por esta via a teoria da modernização torna-se crença de que a tecnologia é o principal mecanismo de mudança social e salvação do chamado Terceiro Mundo da pobreza e do atraso.

Tal modelo, através de um mecanismo de racionalização, opera uma visão, que isola o atraso da agricultura como uma problemática fechada em si mesma, estando carente de fatores externos, exógenos, que quebrem o atraso, a tradição; a pobreza. A agricultura atrasada tornar-se-ia, assim, uma entidade separada dos processos e estruturas que conformam a totalidade da economia como uma dinâmica, que pelo menos no caso brasileiro, lhe é inclusiva, como parte de um sistema social historicamente determinado. Daí, ser necessário integrá-la como coisa justaposta ao moderno mundo urbano-industrial, mudando mentalidades de indivíduos e grupos adotantes que se constituiriam num setor moderno dentro da agricultura e que funcionaria como instrumental de efeito-demonstração para os resistentes e apegados à tradição.

Se não sendo o atraso da agricultura decorrente de contradições básicas e essenciais da sociedade, e principalmente de sua economia, o seu atraso seria, então, uma questão meramente técnico-instrumental no plano operativo, uma questão de ajuste entre as partes, entre o setor moderno e o setor atrasado no plano analítico, que por sua vez, conforme um

sistema fechado de análise da sociedade que se quer equilibrar. O "atraso" neste plano perturba tal equilíbrio, é uma disfuncionalidade que é preciso "conserta".

Isto implica que o atraso da agricultura não é uma condição estrutural historicamente determinada e intrínseca a um modo específico de acumulação capitalista, nas condições de inserção ao processo de acumulação internacional do capital. É uma questão empírica, fenomenal aparente, uma disfunção em relação ao papel que indivíduos e grupos na agricultura deveria desempenhar, bastando uma ajuste que se reduz a adoção de fatores externos de mudança, privilegiando-se a adoção de "caixas pretas" salvadoras dos desequilíbrios sociais, que entre outras seqüelas, são manipulados pelo perigo da fome crônica que alimenta a "subversão" que ronda o Terceiro Mundo.

No fundo, além desta solução político-ideológica para os países e povos pobres do mundo, estão em jogo os interesses que ao tornarem a agricultura um mercado cada vez mais ampliado de consumo, toma-lhe como base para dinamizar o processo de industrialização e de acumulação em geral. O processo modernizatório deixando-se entrever no tecnicismo, devem deixar intocáveis as relações de produção e a própria estrutura agrária, inova o papel que ela, a agricultura, pode exercer no processo de acumulação, cujo Estado deve aparecer como uma espécie de demiurgo, também acima dos interesses de classes, colaborando através de política agrícola compensatória a deteriorização dos termos de troca intersetoriais, favorecendo os grupos privilegiados e de maior poder de barganha da

sociedade. Longe está, portanto, da crença de "salvar" a população do Terceiro Mundo da catástrofe darwinista da fome crônica e da hecatombe alimentar dada a geométrica superpopulação, tidos como fazedores de lutas de libertação nacional no mundo atrasado, subdesenvolvido.

Ainda no plano teórico-conceitual, os conceitos e mecanismos de análise de mudança parecem falaciosos ao captarem a compreensão aparente do fenômeno do atraso do campo. Neste prisma, os mecanismos das políticas públicas modernizadoras com seus diagnósticos de carência e nulidade da cultura material do "atraso" teria que integrar os grupos sociais, indivíduos menos apáticos através dos instrumentos de efeito de massificação. Aqui a realidade aparente é a seiva destes diagnósticos que são teorizações bastante reducionistas da complexa realidade histórico-estrutural, quando não, esteriotipadas do homem e do mundo rural. O empírico nada mais é que séries estatísticas que ao serem organizadas escondem as intrusões valorativas de quem as elaboram segundo uma concepção aleatória e fragmentada da realidade. Via de regra é mais um conjunto de opiniões e atitudes, histórias de vida e dados sócio-econômicos arranjados com grande vigor de técnicas quantitativas e de pouco alcance teórico. Faltam-lhes um marco interpretativo que situe historicamente a agricultura no processo de mudanças sociais que se deseja alcançar. Isto significa uma concepção ideológica que esconde os conflitos e contradições no próprio processo produtivo. Nele os indivíduos não pensam, são pensados a partir de suas opiniões e atitudes.

São levados em consideração segundo o que os técnicos e agências pensam o que eles são, indivíduos carentes, isolados, fragmentados de condições histórico-estruturais com suas contradições e antagonismos.

6.3 - Limitação do estudo

Colocados estes questionamentos e sugestões restam alguns comentários sobre os limites deste ensaio, para em seguida, apresentarmos sugestões para futuros estudos e pesquisas que possam ampliar o horizonte teórico e realizar o aprofundamento dos questionamentos levantados no trabalho, e que certamente não demos conta a contento na forma como era de se esperar.

Desde a concepção inicial do projeto de estudo, tínhamos o intento de fazer a análise de carta temática mais ampla, isto é, além de trabalhar a ideologia da modernização, trabalharíamos também a sua contra-ideologia, ou seja, a sua alternativa crítica, em particular àquela de "pedigrée" dialética. Trabalhando-se as alternativas à ideologia da modernização poderíamos não só demonstrar os limites do Estado, e particularmente, das agências e órgãos do chamado Setor Público Agrícola como mero reprodutores, incrementadores da ideologia e dos interesses que analisamos, mas também, como espaços de luta contra-ideológica de disputa de hegemonia no sentido gramsciano. Assim, pelo lado dos enfoques alternativos se colocaria em

xeque, mas só o caráter ideal e abstrato do Estado interventor e de seus funcionários da hegemonia, como também o próprio critério de verdade da ideologia da modernização como particularidade da ideologia capitalista: a utilidade. Desta forma, o caráter utilitarista é dinamizador da ideologia da modernização, bem como, a coisificação dos agentes estatais como meros insumos produtivos, poderiam ser apreendidos criticamente no processo recente de "crise" da sociedade brasileira, cujas contradições sociais em acirramento pelas classes sociais em luta, põem a nú os objetivos, os fins, natureza e a eficiência do sistema reprodutor de utilidade, cada vez mais inúteis à grande maioria das classes subalternas submetidas à barbarie social em nome mesmo da modernidade; agora, da pós-modernidade. A partir desta apreensão crítica de tais processos de mudança, analisar-se-ia não só o seu significado e implicações para as agências estatais modernizantes, mas, sobretudo, geraria os seus agentes e seu papel de manter ou modificar uma concepção do mundo; de promover novas maneiras de pensar, de poder quebrar a sua vinculação com a classe dominante, principalmente, nos momentos de agudização da crise no interior da sociedade brasileira, acirrando-se contradições, podendo eles, os funcionários das classes dominantes, que servem de elo entre a infra-estrutura e a superestrutura tomar consciência de seu papel mistificador e, negando-o, tornarem-se intelectuais das classes dominadas.

Mas, no transcorrer da elaboração do trabalho, sentimos que o objeto era bastante ambicioso dado a exigüidade de tempo frente às exigências institucionais de conclusão do curso de mestrado e os afazeres profissionais. Ainda, pelas nossas limitações teóricas.

Pelas mesmas razões, não fizemos o estudo de caso previsto no projeto, que seria traduzir as implicações teóricas e práticas de tal teoria no contexto particular de atuação do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, especificamente da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Talvez por isso neste trabalho, sintam-se a ausência de uma aproximação maior dos enfoques trabalhados no capítulo quinto com relação às questões de difusão e adoção de tecnologia, e em termos gerais de comunicação e extensão rural no contexto brasileiro, trabalhando, por exemplo, ROGERS e outros sociólogos rurais, que como parceiros dos economistas referidos tiveram uma grande influência na formação de uma gama de técnicos do chamado setor público agrícola no Brasil.

Não tivemos condições de aprofundar o próprio processo de inovações tecnológicas, como produção e circulação de uma mercadoria, a tecnologia, o que, como tecnologia traduz o fetiche mercantil que esconde sua própria essência, derivando-se daí a tecnologia agrícola como relação social, que ao mesmo tempo engloba relações econômicas (formas de exploração da força de trabalho) e relações político-ideológicas (modos de dominação) vistas como totalidade.

Delimitamos, portanto, o nosso estudo, para a problemática ideológica da Teoria da Modernização, o que nos facilitou, imensamente, chegar onde chegamos. Os aspectos, portanto, projetados, sonhados, propostos e não realizados, e que certamente sugerem novos estudos para aqueles que como nós preocupam-se com as conseqüências de teorias que ao privilegiarem a ação, em nome da ciência, como construtos ideológicos, escondem seus objetivos teleológicos que teriam, certamente, implicações sociais profundas de dominação e exploração, senão de apartação social em nome mesmo da modernidade que produz a barbárie.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Progresso Técnico: a Indústria é o Caminho?
In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Vol. 2, n. 2
(1985). Brasília: EMBRAPA, 1985, 233 p.

AGUIAR, R. C. Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e
pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis/CNPq.
1986.

ALBUQUERQUE, R. H. et alii. O Setor Público de Pesquisa
Agrícola no Estado de São Paulo. Parte I, In: *Cadernos de
Difusão de Tecnologias*. Vol. 3, n. 1 (1984). Brasília:
EMBRAPA, pp. 12-79.

ALMEIDA, Anna Luíza Ozório de. et alii. *Biotecnologia e
Agricultura. Perspectivas para o caso brasileiro*. Petrópolis:
Ed. Vozes, 1984.

ALMEIDA, J. P. de. *Tecnologia "Moderna" versus
Tecnologia "Alternativa": a luta pelo monopólio da
competência tecnológica na agricultura*. Porto Alegre:
UFRS - Tese Mestrado, 1989.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria L. V. de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, E. R. de A. & PASTORE, A. C. O Papel da Tecnologia na Expansão Agrícola. In: **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Coletânea de trabalhos sobre a EMBRAPA**. Brasília: EMBRAPA: DID, 1980a.

_____. A Política Agrícola do Brasil e a Hipótese da Inovação Induzida. In: **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Coletânea de Trabalhos sobre a EMBRAPA**. Brasília: EMBRAPA: DID, 1980b.

_____. A Agroindústria e os Agricultores. In: **Ministério da Irrigação - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF**. Brasília-DF: 1989.

_____. Pobreza Rural no Brasil - Desafio da Extensão e da Pesquisa (4. edição). In: **Ministério da Irrigação - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF**, Brasília-DF: 1988.

_____. Pesquisa - O Caminho da Agricultura. In: **Ministério da Irrigação - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF**. Brasília-DF: 1988.

ALVES, E. R. de A. & PASTORE, A. C. O Sistema Cooperativo de Pesquisa do Ministério da Agricultura. In: **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**. Brasília: 1979.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

ANDRADE, J. E. B. A Formação do Quadro de Pesquisadores da EMBRAPA; Estudo de Caso. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Vol. 2, n. 3 (1985). EMBRAPA. Brasília: 1985.

ANDRADE, J. E. B. & LIMA, S. M. V. **Avaliação de Necessidades de Treinamento: um método de análise de papel ocupacional**. Brasília-DF: EMBRAPA-DRH, 1983.

ÁVILA A. F. D; OLIVEIRA, A.J.; CONTINI, E. **Pesquisa Agropecuária e Pequeno Produtor: a experiência da EMBRAPA**. Brasília-DDT: 1986.

ÁVILA, L. G. **Desenvolvimento Industrial da Terra, um Estudo de Caso**. Rio de Janeiro: FGV; 1985.

BENAKOUCHE, Rabah. A tecnologia enquanto forma de acumulação. In: **Economia e desenvolvimento - Ecologia - ciência - tecnologia**. Cortez Editora, 1982.

BERQUE, J. **Historie Sociale d'un Village Égyptên Auxxegieche.** Paris: Mouton et lie, 1957.

BLUMER, Herbert. et. alii. **Sociologia do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BOTTOMORE, T. & NISBET, R. **História da Análise Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BOUDON, Raymond. **A Ideologia - ou a Origem das Idéias Recebidas.** Tradução de Emir Sader. São Paulo: Ática, 1989.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura - Trigo e Soja.** Petrópolis: Vozes. 1988.

Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. n. 5, São Paulo: Cortez, 1992.

CAMPOS, Lauro. **A Crise da Ideologia Keynesiana.** Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1980.

CARDOSO, F. H. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes - Ideologia do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **Mudanças Sociais na América Latina.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARDOSO, F. H. **Política e Sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional. 1979.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

CASTRO, Ana Célia. **Ciência e Tecnologia para Agricultura: Uma Análise dos Planos de Desenvolvimento**. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. 1 (3). Brasília: 1984.

COMTE, Augusto. **Sociologia**. Org. Evaristo de Moraes Filho; Tradução de Evaristo de M. Filho. 2a. ed. editora Ática. São Paulo: 1983.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Instituto de Planejamento Econômico e Social - Instituto de Pesquisas - INPES**. Série Monografia. Rio de Janeiro: 17 (5). 1970.

COQUEIRO, E. P. **Treinamento de Recursos Humanos na EMBRAPA**. Brasília: EMBRAPA-DID, 1981.

COUTINHO, C. N. **Introdução ao Pensamento de Gramsci**. Porto Alegre: Ed. L & PM. 1981.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. Org. José Albertino Rodrigues; Tradução de Laura N. Rodrigues. 3a. ed., São Paulo: Ática. 1984.

EMBRAPA, Brasília-DF. Deliberação n. 067/74. **Boletim de Comunicação Administrativa**, 1 (17), jun. 1974a.

_____. Deliberação n. 068/74. **Boletim de Comunicação Administrativa**, 1 (19): 1-2, jun. 1974b.

_____. Notas sobre a Difusão de Tecnologia. In: **Documentos - DID**. n. 03, 1980.

_____. Secretaria de Administração Estratégica. **Cenário para a Pesquisa Agropecuária: Aspectos Teóricos e Aplicação na EMBRAPA**. Brasília: EMBRAPA-SEA, 1990, 153 p. Doc. 2

FALEIROS, V. P. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 7a. edição, Cortez Editora, São Paulo: 1989.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. **Nova República? Brasil: os anos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Ensaios de Interpretação Sociológica. 3a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Fundamentos de Sociologia.** São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

FIGUEIREDO, V. de M. O Trabalhador Rural e a Modernização da Agricultura. In: **Revista Brasileira de Tecnologia.** v. 15 (4). Brasília: 1984.

_____. **Desenvolvimento Dependente Brasileiro: Industrialização, Classes Sociais e Estado.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRANK, André Gunder. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo.** Revista Brasiliense; e, Capitalism and Underdevelopment in Latin América. Monthly Review Press.

FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica: Ontem e Hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber.** São Paulo: Forense. 1975.

FURTADO, Celso. **Não à Recessão e ao Desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALINA, Laudénir. **Frentes modernizantes na agricultura brasileira e os ciclos de expansão econômica**. Tese de Mestrado. Campina Grande: 1981.

GALLIANO, et. alii. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GEORGE, Suzan. **O Mercado da Fome: As verdadeiras razões da Fome no Mundo**. Tradução de Eneida C. Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMENSORO, S. C. M. **A Implantação e Consolidação do "Pacote" Tecnológico de Insumos e Máquinas no Brasil**. In: **Biotechnology e Agricultura - Perspectivas para o Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes/Biomatrix, 1984.

GONZÁLEZ, Horácio. **O que é subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência Enquanto Ideologia**. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Victor Civita, 1980.

- HAFFMAN, R. e KAGEYAMA, A. A Posição na Ocupação. Tempo de Trabalho e Renda na Agricultura Brasileira. In: **Revista Economia Política**. São Paulo: (out./dez) 1986.
- HAYAMI, Yujiro & RUTTAN, Vernon W. **Agricultural development: an international perspective**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1971.
- _____. Diferenças de produtividade agrícola entre nações. In: ARAÚJO, Paulo F. C. de & SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da agricultura, educação, pesquisa e assistência técnica**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. Preços dos fatores e mudanças técnicas no desenvolvimento da agricultura: EUA e Japão 1880-1960. In: ARAÚJO, Paulo F. C. & SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da agricultura, educação, pesquisa e assistência técnica**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- HOBELINK, Henk. **Biotecnologia - Muito Além da Revolução Verde**. Desafio ou Desastre? Porto Alegre: 1990.
- HOSELITZ, B. "Stratificacion And Economic Denelopment". **International Social Science Journal**. UNESCO, 16,2, 1967.
- IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia. O Pensamento Sociológico Brasileiro.** São Paulo: Ática, 1989.

JAGUARIBE, et alii. **La dependencia político-economica da América Latina.** 4. ed. 1978.

KAGEYAMA, A. **Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura: Uma Análise Regional.** Campinas: IE/UNICAMP (tese de doutoramento, versão modificada); 1986.

KAUTSKI, K. **A Questão Agrária.** Proposta editorial. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: 1980.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo: Atlas, 1987.

LEFEBVRE, H. **La Vallée de Campa. Étude de Sociologie Rurale.** Paris: PUF, 1963.

_____. **Sociologia de Marx.** Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1979.

- LENIN, V. I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia.** Moscú: Progreso, 1979; O Progreso Agrário. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- LERNER, Daniel. **The Passing of Traditional Societ.** Glencoe: In: Frie Press, 1958.
- LIMA, S. J. **Modernização Tardia e Desigual: O processo histórico de inovações tecnológicas na agricultura brasileira.** Campina Grande-PB: Tese de Mestrado. 1983.
- LÖWY, Michel. **Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma Análise Marxista.** São Paulo: Cortez, 1989.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe.** Estudos de dialéctica marxista. Tradução: Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfás Editora. 1989.
- MACHADO, Lucilia Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho.** Contribuições para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. Cortez, 1989.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial.** 6a. ed., Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos Sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil.** 4a. ed., Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Não há terra para plantar neste verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República".** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. **A miséria da filosofia.** Tradução: José Paulo Neto. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. **O capital.** 11. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil - DIFEL, 1987.

MENNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Tradução de Sérgio M. Santeiro. Rio de Janeiro: 1986.

- NETO, A. F. C. O processo de modernização da agricultura. In: **Biotecnologia e agricultura: perspectivas para o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes/Biomatrix, 1984.
- NETO, Francisco Graziano. **Questão agrária e ecologia - crítica da moderna agricultura**. Sao Paulo: Brasiliense, 1982.
- NETO, Miranda. **Dominação pela fome**. Economia política do abastecimento - futuro e desperdício. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro: 1988.
- NISBET, Robert. **La formacion del pensamiento sociológico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1969. Vol. I.
- NICHOLLS, Willim H. Paiva e o dualismo tecnológico na agricultura: um comentário. In: **Pesquisa e planejamento economico**, v. 3, n. 1, março 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. In: **Pesquisa e planejamento**, v. 1, n. 2, dezembro, 1971.

PAIVA, Ruy Miller. **A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico.** Série Monográfica n. 30. Rio de Janeiro: IEA/INPES, 1979.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas.** São Paulo: Pioneira de Ciências Sociais, 1974.

_____. **Ensaio de teoria sociológica.** Buenos Ayres: Paidós, 1967.

_____. **Sociedades: Perspectivas evolutivas e comparativas.** São Paulo: Pioneira, 1969.

PASTORE, José. **Agricultura e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1973.

Presidência da República - Secretaria de Planejamento: Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA. Série Monográfica - **Tecnologia e desenvolvimento agrícola.** Editado por Cláudio Roberto Contador. Rio de Janeiro: 1975.

REDFIELD, R. **The folk culture of Yucatân.** Chicago: There University of Chicago, 194.

Revista de la - CEPAL n. 16, 1982 - Santiago do Chile - Naciones Unidas Comisión Económica Para América Latina.

RYFF, Tito Bruno. A difusão da inovação tecnológica na agricultura: "mecanismo de auto-controle" versus modernização induzida. In: **Revista Brasileira de Economia**, v. 30, n. 3, jul./set., 1976.

ROCHER, Guy. **Sociologia Geral II**. Lisboa: Presença, 1977.

RODRIGUES, Cyro M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: 4 (3): 205-254, set./dez. 1977.

SANTOS, Theotônio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Ed. Vozes, Petrópolis: 1991.

_____. **Revolução científico-técnica e acumulação do capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHUH, G. Edward. **A contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico**. Conferência proferida em Fortaleza, abril de 1965.

_____. **O desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1971.

_____. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: alguns comentários**. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 3, n. 1, março, 1973.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **O capital humano - investimento em educação e pesquisa.** Tradução: Marco Aurélio de Moura Matos, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMACKER, E. F. **O negócio é ser pequeno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOBRAL, F. A. F. **Ciência, tecnologia e poder: os interesses sociais na pesquisa.** Tese de Doutorado. UNB-Brasília-DF: 1988.

SOLARI, Aldo B. **Que és la sociologia rural?** Capítulo de abertura da Sociologia Rural latino-Americana, 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 1968.

SORJ, Bernardo. **Estado e classe social na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

_____. **Camponeses e agricultura - transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOTELO, Ignacio. **Sociologia da América Latina**. Org. de Fanny Tabek, tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: 1975.

SOUSA, Ivan S. F. & SINGER, E. G. Tecnologia e pesquisa agropecuária - considerações preliminares sobre a geração de tecnologia. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, vol. 1, n. 1, jan./abr., 1984.

STAVENHGEN, Rodolfo. "A comunidade rural nos países subdesenvolvidos". In: **Vida rural e mudanças sociais** (Leituras Básicas de Sociologia Rural). Org. Famas SZMECSANYI e Oriovaldo Queda.

SZMECSANYI, Tomás & QUEDA, Oriovaldo. **Vida rural e mudança social**. 2. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1976.

THIOLLENT, M. J. M. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Vol. 1, n. 1 (1984)). Brasília: EMBRAPA, 1984.

_____. **Crítica metodológica: investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Estrutura da prática tecnológica: a pesquisa e a sociedade na agropecuária brasileira.** Tese de mestrado em Sociologia, UNB - Brasília: 1987.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola - Uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VERHELOST, Thierry G. **O direito à diferença.** Sul-Norte: Identidades culturais e desenvolvimento. Tradução: Maria Luiza César. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

VINCENT, Jean-Marie. **Fetichismo y sociedad.** México: Ediciones Era. Anema 102, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. Para que serve o conceito de revolução industrial. In: **Economia e Desenvolvimento. Ecologia - Ciência e Tecnologia.** Cortez Editora, 1982.

WANDERLEY, M. N. B. **Modernização da agricultura e legitimação social.** XVI Encontro Anual da ANPOCS - Outubro de 1992. Caxambu-MG: 1992. mimeo.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **Ensaio de sociologia.** Tradução. Carlos Roberto Alves Dias. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1974.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5. ed. Tradução de M. Irene de Q. F Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

_____. **Coleção sociologia**. Org. Gabriel Cohn. Coordenador - Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Economia e sociedade**. Vol. 1. Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UNB, 1991.

WILKINSON, John. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.